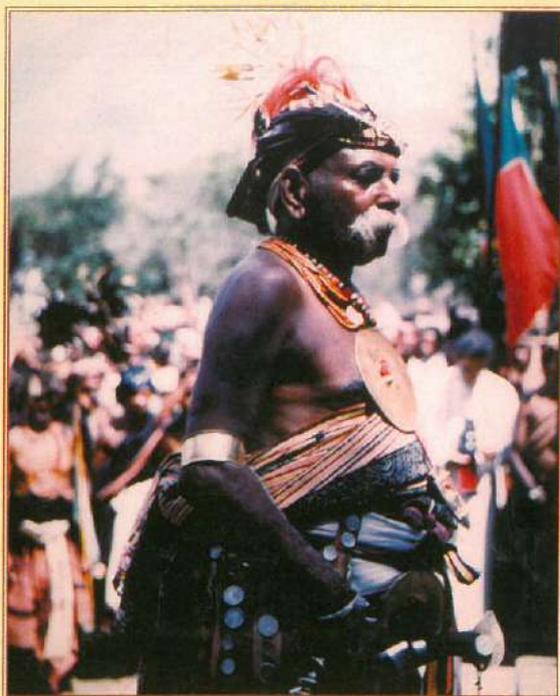


Filipe Themudo Barata

Governador de Timor 1959/63



Timor

contemporâneo

*Da primeira ameaça da Indonésia
ao nascer de uma nação*

992.353

DMR



O Autor teve uma carreira muito longa e dispersa por múltiplas actividades – de oficial do Exército a engenheiro e gestor industrial, com uma incursão de alguns anos na vida política – porém a sua alma ficou indelevelmente marcada por Timor desde que, em 1959, aceitou o desafio que lhe foi lançado de governar essa Província, que era a parcela mais pobre e mais longínqua do Portugal de então.

Entrou para a Escola do Exército em 1938, com a II Grande Guerra já no horizonte. Sai Alferes de Artilharia em 1942.

Em 1961, mediante concurso, é escolhido para se licenciar em engenharia na *Escuela Politecnica del Ejército*, em Madrid, onde obteve os diplomas de Balística, Fabricação, Metalurgia, Química e Automóveis.

Em Janeiro de 1956 é colocado na *Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras*. Regressa a esta Fábrica em 1963, quando termina a sua comissão como Governador. E aí se mantém até 1969, primeiro com Sub-Director e depois como Director, até se candidatar a Deputado em representação de Timor, o que o obriga a terminar a sua carreira militar, passando à situação de reserva.

Representou Timor na Assembleia Nacional de 1969 a 1974, conseguindo, no último mandato, que a representação da Província fosse alargada para dois deputados. Em 1974 era um dos Vice-Presidentes da Assembleia. Entretanto, tinha sido designado para representar Timor no Conselho Ultramarino, funções que desempenhou de 1965 a 1974.

De 1966 a 1974 foi Delegado do Governo e Administrador por parte do Estado na *Cabinda Gulf Oil Company* e de 1969 a 1974, após a passagem à reserva, foi ainda administrador de várias empresas privadas.

Após 1974, o Estado-Maior do Exército confia-lhe, nos princípios de 1976, as funções de Presidente do Conselho Fiscal dos *Estabelecimentos Fabris do Exército*, que cessa em 1981 quando aceita a nomeação para Presidente do Conselho de Gerência da *INDEP – Indústrias Nacionais de Defesa, EP*. Em 1977, é nomeado para presidir ao Grupo de Trabalho constituído no Estado-Maior General das Forças Armadas para elaborar o estatuto jurídico do pessoal civil dos três Ramos (Exército, Marinha e Força Aérea) e, nesse mesmo ano, quando da reorganização do *Instituto de Defesa Nacional*, é convidado para o grupo inicial de assessores, cuja principal tarefa foi a de preparar os futuros cursos de Defesa Nacional.

Terminado o seu mandato como Presidente da *INDEP* (1984), foi, entre 1986 e 1990, presidente do Conselho de Administração de *Explosivos da Trafaria, SA*. Actualmente preside ao Conselho de Administração de *SEC – Sociedade de Explosivos Cívicos, SA*.

Tem diversos trabalhos publicados, designadamente acerca de Timor.



Uma casa
e uma paisagem
característica da região
leste.



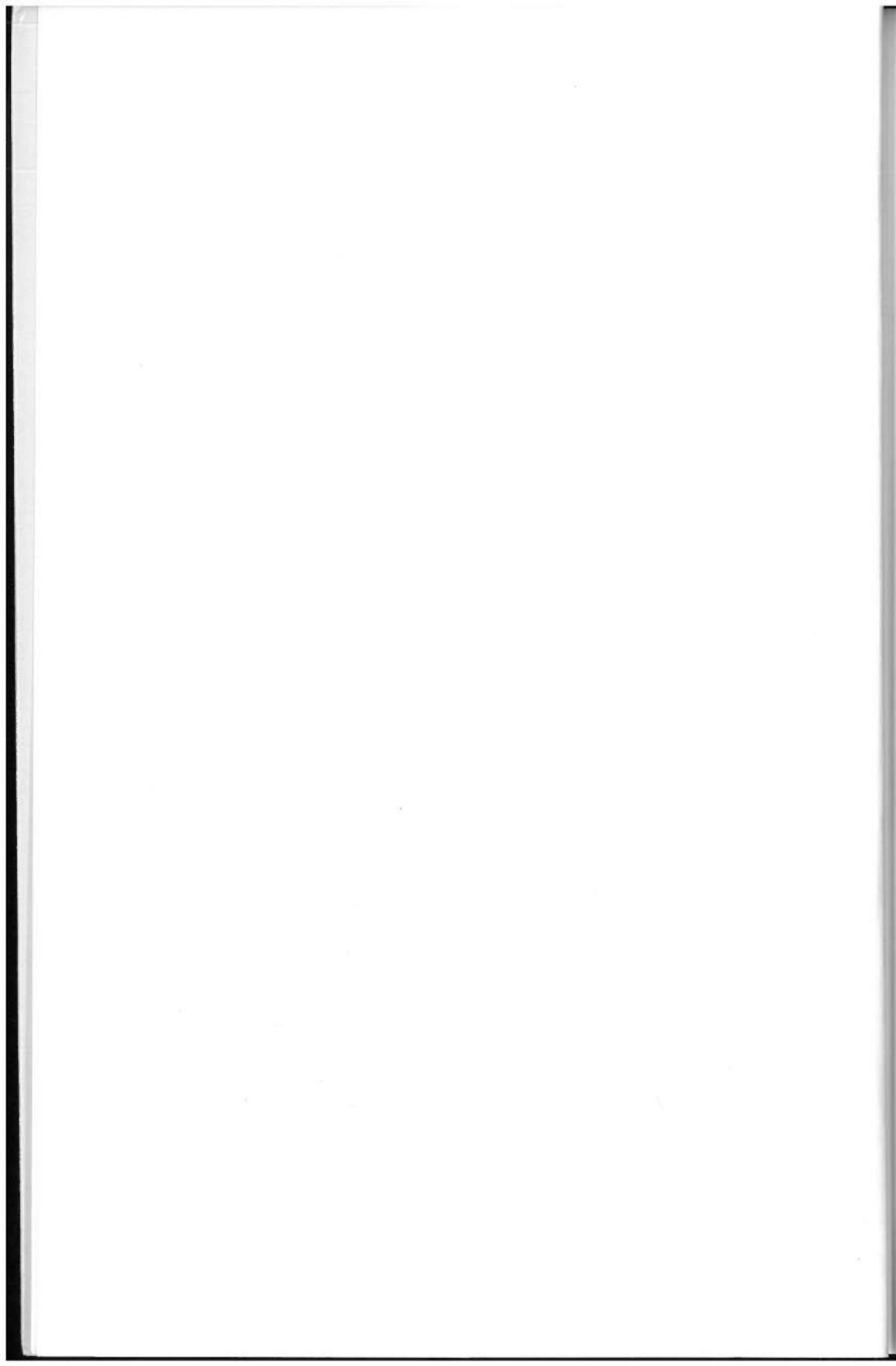
Um Suric— arma predilecta dos timorenses — que me foi solenemente oferecido por um velho guerreiro da região do Suro. É uma catana de guerra, na qual pendem como troféu cabelos dos inimigos decapitados.

TIMOR

contemporâneo

Da primeira ameaça indonésia
ao nascer de uma nação





Filipe Themudo Barata
Governador de Timor (1959/1963)

TIMOR

contemporâneo

Da primeira ameaça indonésia
ao nascer de uma nação



no 4192



EQUILÍBRIO EDITORIAL, LDA.

Edições de Qualidade

FICHA TÉCNICA

Autor: *Filipe Themudo Barata*

© 1998 Filipe Themudo Barata

Capa: *Sector Gráfico de Equilíbrio Editorial*

Composição e paginação: *Sector Gráfico de Equilíbrio Editorial*

Pré-impressão: *CSS - Atelier Gráfico de Fotolitos, Lda.*

Impressão e acabamentos: *Fernandes e Terceiro, Lda.*

1ª edição, Março, Lisboa, 1998

ISBN 972-97699-0-7

Depósito legal nº 120895/98

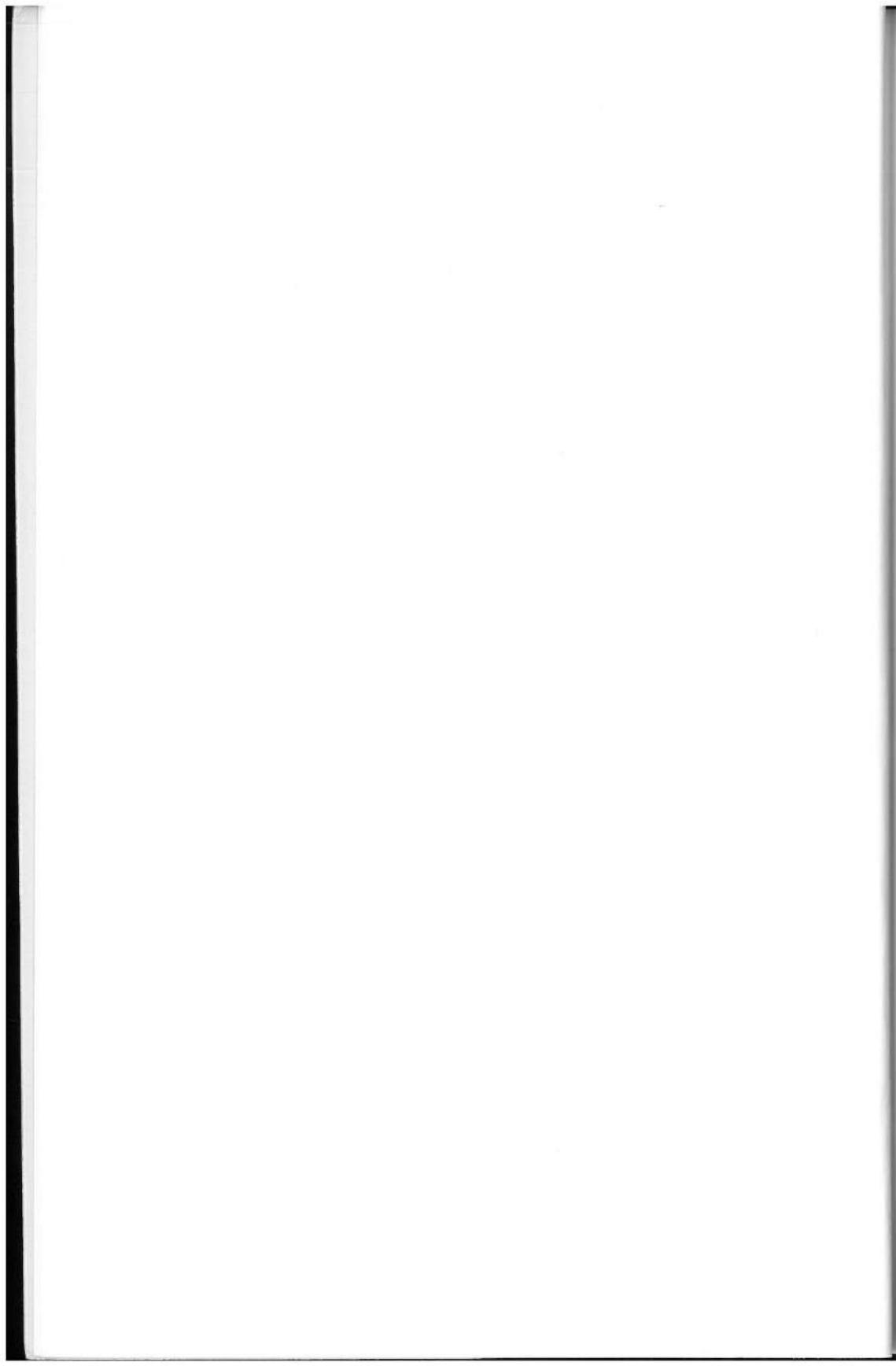
Reservados todos os direitos nos termos da legislação em vigor
EQUILÍBRIO EDITORIAL, LDA.

R. D. Filipa de Vilhena, 6-1º Esq. — 1000 Lisboa

A minha Mulher e aos nossos Filhos

Ao aceitar o desafio de governar Timor, assumi uma tarefa que, com o evoluir da conjuntura, se tornou mais dura e mais difícil do que podia pensar e que só consegui cumprir porque devo a Deus a graça de me ter dado uma companheira duma dedicação sem limites, de coração aberto e generoso, que sabe ser subtil e, ao mesmo tempo, sincero e simples — e de nos ter dado filhos que, por expressão natural do que aprenderam e sentiam, souberam conviver com todos, granjear amigos e merecer a sua amizade.

Por isso, esta obra é também deles por direito próprio.



ÍNDICE

	Página
Nota prévia	13
Capítulo I	
Timor visto de Lisboa	
• Um convite insólito	15
• As ideias do Ministério do Ultramar acerca de Timor	17
• O ritual da burocracia	22
• A visita de Sukarno a Lisboa	24
• A audiência com Salazar	26
• As primeiras preocupações quanto à ameaça indonésia	29
Capítulo II	
A caminho de Timor	
• Uma viagem atribulada	31
• As ideias que levava	36
• Chegada em plena crise	40
Capítulo III	
O movimento insurreccional de Junho de 1959	
• Antecedentes	49
• O plano da revolta	58
• Acontecimentos em Dili	60
• A sublevação em Viqueque	63
• O desfecho	69
Capítulo IV	
Timor e o progresso: as nossas culpas e as nossas desculpas	
• A população	75
• A educação e o ensino	77
• A situação económica	82
• Timor, a vizinha Indonésia e outros territórios do Terceiro Mundo ..	87
Capítulo V	
As grandes linhas de acção	
• O panorama social e político	95
• As ideias mestras da minha conduta	100
• O reviver do municipalismo	105
• A orientação do fomento	108

Capítulo VI

A pequena história: algumas quezílias políticas

- As Missões e o ensino115
- As relações com o Comando Militar119
- Uma PIDE sem prisões nem licença para prender125
- As eleições de 1961 e o meu pedido de demissão128

Capítulo VII

A Defesa e os seus problemas

- As ameaças e as directivas do Governo Central133
- A nova concepção da defesa e o renascer das «Tropas de 2ª Linha»136
- Repercussões da invasão de Goa141

Capítulo VIII

O regresso

- O balanço na hora da partida145
- De Dili a Lisboa147

Capítulo IX

Ao serviço do Ultramar nos anos do fim

- As dificuldades iniciais151
- O Conselho Ultramarino152
- O Conselho Superior do Fomento Ultramarino154
- O *boom* petrolífero de Angola156
- A Assembleia Nacional:
da abertura marcelista até ao ocaso e à revolução158

Capítulo X

Timor e o 25 de Abril

- As primeiras reacções: surpresa e expectativa173
- O ruir dos sonhos e a dura realidade da diáspora178

Capítulo XI

O epílogo da tragédia

- As causas do desastre: das razões da geopolítica
aos erros dos homens181
- A ocupação indonésia: o novo problema de Timor187
- Que futuro?192

Anexos:

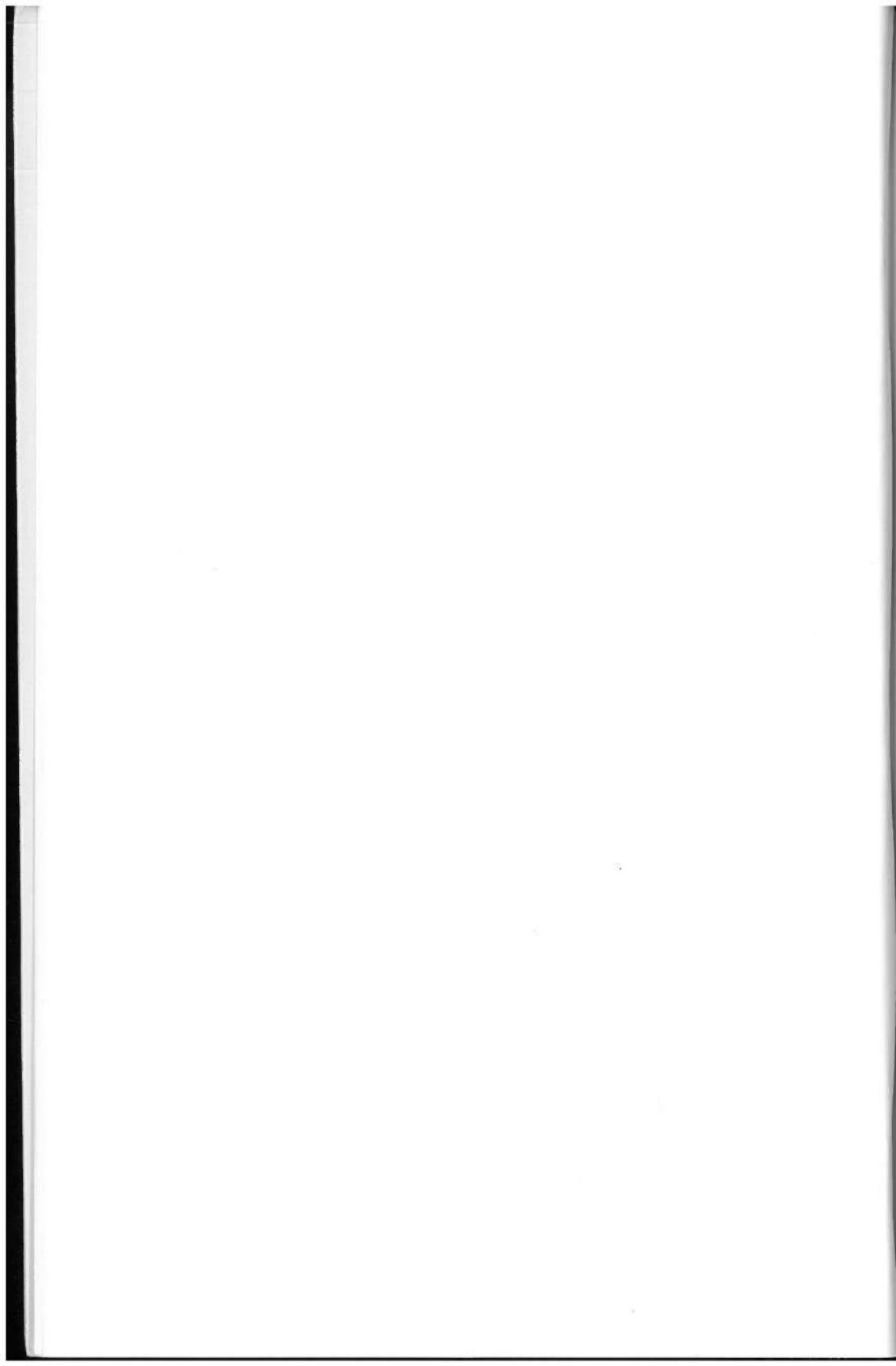
I

- Mapa de Timor197

II

- Extractos das «Instruções ao Governo de Timor», pelo Subsecretário
de Estado do Ultramar, Carlos Kruss Abecassis, dadas em Dili
em Dezembro de 1956.199

III	Extractos do «Relatório» com informação reservada que me foi entregue em 1959	205
IV	Relatório do Tenente Daniel R. C. Braga sobre os acontecimentos de Viqueque	213
V	Relatório do Superintendente da Polícia (Abílio da Paixão Monteiro) sobre os acontecimentos de Viqueque	217
VI	Informação complementar do Administrador Abílio da Paixão Monteiro sobre o mesmo assunto	221
VII	Informação do Administrador da Circunscrição de Viqueque (Artur Marques Ramos) sobre o mesmo assunto	223
VIII	Informação do Administrador da Circunscrição de Baucau (José Maria Ribeiro Filipe) sobre o mesmo assunto	227
IX	Carta do Chefe da Polícia (Manuel Vieira da Câmara Júnior), escrita a bordo do navio Índia, que transportou os presos de Dili a Lisboa, com o relato da viagem	229
X	Minha carta de 3 de Setembro de 1960 para o Subsecretário de Estado do Exército (Tenente-Coronel Costa Gomes)	235
XI	Carta de 22 de Novembro de 1960, do Subsecretário de Estado do Exército (Tenente-Coronel Costa Gomes) em resposta à anterior ...	241
XII	Estudo que me foi apresentado em 30 de Agosto de 1961, pelo Comandante Militar, Brigadeiro Francisco A. Pires Barata, acerca dos meios para cumprir a Directiva do EMGFA para defesa de Timor ...	243
XIII	Meu ofício, de 19 de Setembro de 1961, para o CEMGFA acerca da defesa de Timor com base nas «Tropas de 2ª Linha»	247
XIV	Extracto da Ordem de Serviço do Secretariado Geral da Defesa Nacional (n.º4, de 8 de Março de 1963) com os louvores que me foram atribuídos e ao Brigadeiro Pires Barata, pelo exercício, respectivamente, das funções de Comandante Chefe e Comandante Militar	253
XV	Ofício, de 29 de Agosto de 1974, do Ministro da Coordenação Interterritorial, agradecendo a colaboração prestada no Conselho Ultramarino	255



Nota Prévia

Este livro não tem qualquer pretensão de fazer a história das últimas décadas de Timor: é uma simples colectânea de notas dispersas sobre acontecimentos que vivi. O seu mérito — se algum tiver — será o de procurar descrever, com fidelidade, factos, ambientes e ideias tais como me foi dado então apreciar.

Claro está que pelo meio, no relevo ou no encadeamento dado às coisas, nos comentários e até nas palavras que se usam, não pode deixar de transparecer o que penso e o que sinto. Alguns poderão olhar este trabalho como um libelo e outros como um panegírico do que foi a presença portuguesa nessa terra distante e misteriosa, que uns consideram o paraíso¹ e outros a antecâmara do inferno². O meu intuito é apenas apresentar retalhos duma realidade que tem sempre luz e sombra — no caso de Timor, muita luz e muitas sombras.

E para estimular a minha prudência e a de algum eventual leitor, convém lembrar que a luz que ilumina também ofusca quem esteja demasiado próximo, como acontece a quem vive e participa em momentos mais densos e inebriantes da vida; e que as sombras negras dos pecados individuais ou colectivos serão manchas tanto maiores e mais tenebrosas quanto mais a paixão nos impeça de ganhar altura e perspectiva, para ver então todo um quadro em que há também cor e claridade.

Penso, de facto, que a análise deste período da vida de Timor deverá ser particularmente cautelosa, pois, no último meio século, o fluir da história correu aí num galope alucinante, tendo pelo meio duas tragédias brutais: as invasões japonesa e indonésia.

Timor é, além disso, uma terra já de si mesma cheia de contrastes. Montanhas ressequidas e agrestes que as chuvas, num ápice, recobrem duma vegetação pujante — ilha verde e vermelha, como já lhe chamaram³ — em que as acácias rubras são um contraste de cor e de alegria numa paisagem imponente e triste; fios de água insignificantes que, de súbito, se transformam em torrentes caudalosas e revoltas; agricultura pobre, mas que permite em algumas

1. KING, Magaret — *Eden to Paradise* — London — Hodder and Stoughton — 1963

2. DUARTE, Teófilo — *Timor (antecâmara do inferno?)* — Famalicão — Tipografia Minerva — 1930

3. CASTRO, Alberto Osório de — *A Ilha verde e vermelha de Timor* — Agência Geral das Colónias — 1943

zonas duas (ou mais) colheitas por ano e em que pode semear-se de pé (sem enxada e sem sequer ter de curvar-se) apenas com a ajuda dum pau vulgar, mal enterrando a semente com um toque de calcanhar; povo trabalhador, generoso e pacífico, mas que se entusiasma com uma feroz luta de galos, que mata e morre com a maior naturalidade, vibrando com um Loron-Sae — essa forma tão estranha como, segundo a tradição, se comemorava a vitória e simultaneamente se prestava uma última homenagem ao inimigo vencido, jogando a sua cabeça no meio dum solene ritual, com cânticos e danças cheios de vigor e gravidade.

Timor começa por ser singular perante a própria geografia, mudando de continente ao sabor da política. Para Portugal era Oceânia; para a Indonésia é um território asiático. Na realidade está na fronteira de dois mundos, entre a Indonésia e a Austrália, com tudo o que isso implica de intercâmbio de pessoas e de ideias e, também, de sobreposição de interesses.

Este trabalho limita-se a dar um pouco de ordem a algumas observações avulsas que as circunstâncias me proporcionaram nos diversos postos em que, desde há quase 40 anos, pude servir Timor.

Primeiro, como Governador (1959/63) e, depois, como Vogal do Conselho Ultramarino e Deputado à Assembleia Nacional, em ambos os casos em representação de Timor; finalmente, como um dos responsáveis por iniciativas para unir os timorenses, preservar a sua cultura e apoiar os que, por vontade própria ou sem ela, vieram para Portugal: Casa de Timor (antes de Abril de 1974) e Liga dos Amigos de Timor (após o drama da sua descolonização).

Penso que estas achegas podem ajudar a melhor se entender o que foi e o que é Timor: a razão da sua luta e da sua resistência; o quê e o porquê de alguns problemas ligados ao seu atraso e ao seu desenvolvimento económico e social; algumas particularidades da sua cultura; a constante ameaça indonésia e, em concreto, uma já antiga e gorada tentativa de aliciar os timorenses; o pensamento, as dúvidas e as perplexidades de alguns responsáveis locais perante o evoluir do processo revolucionário de 1974 em Portugal, que, em certa medida, podem explicar a sua desorientação e as suas gravíssimas imprevidências.

Escrevo com o propósito fundamental de servir Timor: Deus queira que o consiga.

Portela, Outubro de 1997

CAPÍTULO I

Timor visto de Lisboa**Um convite insólito**

Numa tarde dos primeiros dias de Fevereiro de 1959, ao regressar a casa, espera-me um recado que me surpreende e alvoroça: o Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, Eng.º Carlos Kruss Abecassis, pretendia falar-me.

Eu era então um simples engenheiro do Serviço de Material do Exército, major de fresca data, totalmente absorvido, com enorme entusiasmo e algum sucesso, no projecto e no fabrico das novas munições de armas ligeiras. Nunca tinha estado no Ultramar e o que dele conhecia pouco passava de vagas reminiscências da história e da geografia dos liceus e duma pitoresca cadeira de «Colónias» (assim se chamava, de facto) durante o curso da Escola do Exército. Para além disso, somente as notícias dos jornais e uma ou outra informação avulsa que circulava no meio militar ou de amigos.

Nunca tinha sequer entrado no Ministério do Ultramar nem aí possuía quaisquer conhecimentos relevantes. Carlos Abecassis conhecia-o muito vagamente por ter sido colega universitário dum irmão meu e, ideologicamente, ligava-nos apenas a circunstância de ambos havermos pertencido à Juventude Universitária Católica ainda que em épocas que só muito tangencialmente se tocavam.

Havia seguido pela imprensa a Conferência de Bandung realizada quatro anos antes (em Abril/Maio de 1955) e que foi aberta

pelo Presidente Sukarno. As suas reivindicações, o seu anti-colonialismo e os três nomes que a personificavam — Sukarno, Nehru e Nasser — não eram benquistos por simbolizarem uma irritante ameaça à nossa paz. Contudo, a leitura da nossa imprensa fazia crer que o direito, um passado histórico já com séculos e a nossa vocação ecuménica teriam de prevalecer. E as escaramuças diplomáticas pareciam alimentar essa esperança.

Ao mesmo tempo, o ambiente político interno estava ainda muito marcado pelo rescaldo da eleição presidencial de 1958, que tanto alarmou o regime. O General Delgado arrastou massas, levantou problemas e suscitou sérias dúvidas mesmo entre os que apoiavam o governo mas entendiam haver muito a mudar e a corrigir: generalizou-se um anseio de mais verdade e mais eficiência na vida pública.

Em 13 de Fevereiro, pelo fim da tarde, estou nas solenes antecâmaras do velho Ministério do Ultramar com grande curiosidade e alguma apreensão para desvendar o mistério desta entrevista.

A conversa começou por me impressionar pela crueza com que Kruss Abecassis me expõe a situação: um panorama internacional extremamente adverso estava tecendo um verdadeiro cerco ao nosso Ultramar e, a nível do governo, havia as maiores preocupações quanto ao futuro. Foi o meu primeiro contacto com os arcanos da política de Estado, em que as verdades são diferentes das servidas ao comum dos mortais. Continuava, porém, perplexo: que teria eu a ver com isso?

Após largo preâmbulo sobre a necessidade dum grande e acelerado esforço de desenvolvimento socio-económico do Ultramar e sobre a dureza da luta que se avizinhava, dispara: «o Governo decidiu confiar-lhe um posto na frente».

Aonde e qual seria? — pensei de mim para mim.

Só pouco depois fiquei a saber que se tratava do governo de Timor, cuja situação me foi pintada com cores também bastante sombrias, em que a nota de esperança era o II Plano de Fomento, que previa 220 000 contos repartidos por cinco anos (1959/63).

Logo objectei que nada conhecia do Ultramar nem possuía qualquer experiência administrativa. Resposta imediata: que «isso era com eles», no caso o Presidente do Conselho, o Ministro do Ultramar e ele próprio, que haviam tomado a decisão.

De mim apenas pretendiam saber se estava ou não disponível para aceitar «este posto na frente». Pedi 48 horas para reflectir. Repito as objecções anteriores: recebo a mesma resposta e a mesma insistência, acompanhadas de promessas de apoio que, efectivamente, me não regatearam. Aceitei o desafio.

Compreendi depois que este inesperado convite, como outras nomeações da época para os governos ultramarinos¹ decorreu do abalo provocado pelas eleições de 1958 e da consequente decisão do governo de rejuvenescer os quadros políticos do Ultramar com homens deste nível etário, de espírito aberto e empreendedor, mesmo que porventura não familiarizados com os problemas da administração.

As ideias do Ministério do Ultramar acerca de Timor

No Verão de 1958, Salazar, na sequência do abalo eleitoral, decidiu remodelar profundamente o governo².

No sector do Ultramar apenas se mantinha Kruss Abecassis, que já era Subsecretário de Estado desde 1955. Daí que o seu pensamento tivesse especial peso nesta nova equipe. Porém, a reforçar essa posição, havia ainda o facto de ele ter estado em Timor em 1956, no período final do Governador Serpa Rosa e de, no termo da visita, ter elaborado um extenso e meticuloso despacho sob a forma de «Instruções ao Governo de Timor»³, que desde logo me facultou.

Nas trocas de impressões que tivemos, confessou-me que, quanto aos aspectos genéricos, considerava como bom livro de cabeceira para ponderar os problemas económico-sociais daquela zona um estudo universitário recente, publicado na Holanda havia uns três anos⁴. Adquiri-o e lucrei bastante com a lucidez e o senso desse investigador na apreciação daquela complexa realidade e com os dados seguros que fornecia.

1. Por exemplo, Silvino Silvério Marques havia sido nomeado pouco antes governador de Cabo Verde (início de funções a 2 de Dezembro de 1958)

2. Em 14 de Agosto de 1958. O governo vinha já de 1936, ainda que houvesse sofrido entretanto diversas alterações. Desde essa data, Salazar não voltou a pôr o seu lugar à disposição do Presidente da República.

3. «Instruções ao Governo de Timor — Dili, 19 Dezembro de 1956», cuja cópia possuo. Cf. Anexo II.

4. *The Timor Problem - A Geographical Interpretation of an Underdeveloped Island* — E.J. Ormeling, antigo director do Instituto Geográfico de Djakarta

Quanto aos aspectos políticos, desde os grandes problemas da Província aos simples *faits divers* foram-me facultadas oito folhas dactilografadas — sem qualquer referência de origem ou data — sob o título «Relatório», que presumo tivesse sido preparado pela PIDE, tendo em conta a sua estrutura e o seu conteúdo⁵.

Era um documento bastante completo, referindo muitos factos e nomes e revelando especiais preocupações no campo da segurança quer quanto a estrangeiros quer quanto a causas internas de descontentamento, irregularidades, abusos, etc...

Após audiências de cortesia e de trabalho com o Ministro (Almirante Lopes Alves), o Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (Dr. Silva Tavares), outros membros do governo e também breves trocas de impressões com ex-governadores e funcionários superiores do Ministério, a ideia que me parecia resumir a forma como do Terreiro do Paço se via Timor era a de uma terra pobre, pequena e muito longínqua, que nos envaidecia pela heroidade e portuguesismo do seu povo, pela qual, concretamente, pouco se havia feito e algo se queria fazer, mas não havia meios nem se julgava fácil inverter rapidamente a situação.

A ocupação japonesa só deixou destroços na terra e traumas profundos nos espíritos.

A vida económica era rudimentar e dependia totalmente do café. O orçamento ordinário era minúsculo: em 1959, da ordem dos 50 000 contos. Em quase todos os sectores, as carências eram enormes: caso do ensino, por exemplo.

A atenção do governo estava centrada em África e naturalmente dominada pela magnitude das potencialidades e também dos problemas de Angola e Moçambique. Dir-se-ia que aqui funcionava igualmente a conhecida lei de Newton: a atracção do Terreiro do Paço por Timor era prejudicada por ser pequena a sua massa e mais prejudicada ainda por ser enorme a sua distância.

O pensamento do governo, segundo as «Instruções» atrás referidas, começava por uma nota de forte idealismo.

Partia do princípio de que «não nos prende a Timor a sombra do menor interesse material» e que, «perante a impetuosa vaga anti-colonialista, vingadora de graves erros, humilhações e injustiças», a nossa presença deverá testemunhar «que não buscamos no Ultramar

5. Cf. Anexo III.

a exploração das populações nativas» e «só nos interessa permanecer na medida em que a permanência aproveite o fortalecimento da posição moral do País».

Externamente, «nenhuma ameaça grave se depara à nossa presença» e a «dualidade de interesses indonésio-australianos favorece a nossa posição». Daí que o equilíbrio e a boa vizinhança deveriam ser a regra.

Quanto à tónica a pôr na actuação interna, lembrava que «a violência ou a simples prepotência, a injustiça social ou individual, a imoralidade, o luxo ou o simples excesso de comodidade perante uma população carecida de quase tudo, deixam sulcos de ódio que os anos, e às vezes os séculos, não conseguem apagar». Tinham sido «graves preocupações desta natureza» — conforme acentua — que levaram o Subsecretário a Timor e a visita não as dissipou, sem embargo de reconhecer os esforços ultimamente feitos pelo governo da Província para «impor a boa doutrina».

Como exemplos, mencionava a intervenção das autoridades administrativas no recrutamento de trabalhadores, desmandos de funcionários ou abusos de chefes nativos e, ainda, casos chocantes de inconsciência, má aplicação de verbas ou ostentação, como foi a construção duma bela piscina, para uso privado, junto à residência de um Administrador de Circunscrição. O governo da Província deveria, pois, reprimir todos os desmandos «dentro da margem de arbítrio que a lei sempre lhe faculta» até ao limite do que possa ser feito e seja mais expedito (incluindo a simples transferência de local ou mesmo de Província).

As «Instruções», continham calorosas palavras de apoio para a Obra Missionária, chamavam a atenção para alguns conflitos locais entre missionários e autoridades civis (história já clássica⁶) causados pela «devassidão tristemente ostentada ou pela irreverência insensata e grosseira de certos funcionários, sobretudo administrativos», «talvez devido a impreparação e quase boçalidade de muitos deles».

Quanto à política de trabalho, reconhecia ter havido nos últimos anos uma evolução no bom sentido, mas eram particularmente duras e incisivas as suas palavras, pois as coisas encontravam-se

6. Cf. *O Documento Sarzedas* — Instruções de 5 de Abril de 1811 do Vice-Rei da Índia, Bernardo José Maria de Lorena (Conde de Sarzedas), ao Capitão de Mar e Guerra, Vitorino Gusmão, Governador e Capitão-Geral das Ilhas de Solor e Timor — *in Solor e Timor* de Ten.-Coronel A. Faria de Moraes - Agência Geral das Colónias - 1944. Neste documento, de grande interesse, figuram motivos de queixas nos dois sentidos.

ainda muito abaixo do mínimo que pudesse tranquilizar a consciência nacional.

Havia que terminar a muito curto prazo com qualquer intervenção da autoridade administrativa para compelir o nativo ao trabalho para entidades privadas e que pôr cobro também ao trabalho gratuito para obras de interesse público executadas pelo Estado (ressalvados os casos de emergência para atender a calamidades).

Vim depois a verificar que esta preocupação não era nova entre os responsáveis, ainda que os bons desejos ficassem sempre muito aquém dos resultados. De facto, já em relatório confidencial do Governador Óscar Ruas, de 23 de Abril de 1945, ele censurava também asperamente a situação que encontrou, como seja o excessivo peso de trabalho que recaía sobre o nativo e a escassez da sua remuneração. «Tal sistema — dizia então Óscar Ruas — é de condenar e de uma vez para sempre».

Acentuava o Subsecretário que todos os vestígios que ainda perdurassem das práticas primitivas de estimular ao trabalho através de castigos corporais teriam de abolir-se imediatamente, desaparecendo da mão de olheiros, Chefes de Posto ou quaisquer outros, as palmatórias ou azorragues — instrumentos retrógrados e desumanos que alguns, ironicamente, persistem em referir como «aparelhos de educar».

No campo do ensino, reconhece que a «extensão e qualidade do ensino em Timor estão muito aquém do mínimo e que, apesar de após a guerra se ter registado um rápido progresso, nos últimos três anos nota-se uma estagnação marcada».

Na realidade — conforme pude depois verificar — em 1958 não havia sequer Liceu: apenas um Colégio até ao 5.º ano, com nove professores e 125 alunos. Existiam quatro escolas primárias oficiais com 230 alunos. As Missões tinham cerca de 70 estabelecimentos com 4400 alunos. Em contrapartida, a comunidade chinesa estava praticamente toda escolarizada: em Dili, uma escola secundária com oito professores e uma centena de alunos e, espalhadas pela Província, duas dezenas de escolas primárias com uma frequência entre 800 e 1000 alunos.

Quanto ao futuro, recomendava a intensificação e melhoria dos ensinos rural e primário e a criação de uma escola profissional de agricultura confiada às missões católicas (salesianas). O ensino técnico ou de artes e ofícios, ainda que necessário, parecia-lhe difí-

cil por não haver volume de emprego significativo para operários especializados: talvez meros aprendizados nas oficinas dos serviços de Obras Públicas ou dos Correios.

Finalmente uma nota especial para «advertir o Governo da Província da extrema prudência com que deverá encarar a expansão de um ensino primário oficial não entregue às Missões Católicas: só estas poderão dar à massa nativa a devida preparação moral, sem a qual o ensino poderá, até, ser socialmente nocivo e, por outro lado, carecerá de base legal e é politicamente inconveniente estabelecer escolas diferentes para europeus e assimilados e para nativos».

Esta foi uma orientação da qual divergi, por entender que o acesso ao ensino é um dos direitos inalienáveis da pessoa humana. Além disso, a promoção cultural é a base da promoção económica. Por isso, promovi a criação das Escolas Municipais que rapidamente se desenvolveram, o que deu origem a nuvens, felizmente passageiras, no óptimo relacionamento que sempre mantive com a Diocese.

No domínio da saúde, para além de recomendações de pormenor, salientava-se o esforço notável dos últimos anos e prometia-se uma missão do Instituto de Medicina Tropical.

No sector da habitação e obras públicas havia imenso ainda a reconstruir, depois do vendaval da invasão japonesa num território já de si subdesenvolvido. O principal problema era, portanto, o da «selecção e ordenamento de um plano de obras públicas», dando ênfase a «obras de interesse directo e imediato para a população nativa», optimizando, na maior medida possível, a relação custo/eficácia, como agora se diria. Sugeria novas soluções técnicas — passagens submersíveis — para um dos aspectos mais urgentes e dispendiosos, que era o do atravessamento dos cursos de água. Referia muitas outras coisas que faltavam — e faltava quase tudo — como os esgotos de Dili, o saneamento e drenagem dos pântanos à sua volta, o abastecimento de água e energia eléctrica que àquela data (1958) ainda não existia, os numerosos edificios em ruínas, o deficiente apetrechamento dos serviços, etc...

A generosidade das intenções era, porém, muito superior à das verbas disponíveis! O quadro é, todavia, bem esclarecedor do estado em que se encontrava a Província.

Nas ligações aéreas com Cupão (capital do Timor Indonésio, situada no extremo oeste da ilha) vinham surgindo dificuldades,

designadamente pela morosidade e irregularidade dos voos a partir daí para aeroportos internacionais indonésios. Sem prejuízo de entender que se deveria manter tal ligação, «reconhece-se a vantagem de uma ligação aérea com a Austrália».

Para isso, era necessário saber da *Havilland*, que construiu os bimotores *Dove* que a Província possui, se eram apropriados os modestos apoios rádio e meteorológicos do aeroporto de Dili — nome pomposo dado a uma pista de terra batida, com um modesto terminal e um hangar, na qual crescia o capim e, por vezes, pastavam búfalos. Outra hipótese, que estava a ser considerada pelo cônsul australiano, era a vinda de uma ligação regular do seu país a Timor.

Finalmente, uma nota com o seu quê de sonho, que também deve ser permitido aos políticos: o turismo, que «poderia ser nova fonte de receitas e divisas para a Província que reúne condições excepcionais para explorar esta riqueza». Beleza, é facto, existe a rodos; mas, sem estradas, sem transportes, sem alojamentos, o turismo teria de ser apenas uma promessa longínqua. A curto prazo — era-me fácil concluir — só poderiam esperar-se magros recursos dum turismo a conta-gotas.

O ritual da burocracia

O processo da nomeação arrastou-se e ela só vem a ser publicada no *Diário do Governo* de 6 de Maio de 1959.

É pelo menos estranha esta demora quando a Província estava sem governador desde o Verão de 1958⁷ e, principalmente, quando se acastelavam nuvens pressagiadoras de acontecimentos graves.

Estas delongas burocráticas concederam-me mais tempo para reflectir, coligir informações, estudar a legislação (v.g.: Constituição, Lei Orgânica do Ultramar, a famigerada R.A.U⁸, o Estatuto de Timor, etc.) e para aprender umas pitadas de Direito Administrativo através da obra clássica e indispensável que era o manual de Marcelo Caetano, cuja doutrina, à época, fazia lei e estava transposta para o novo Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, que tinha também a sua marca.

7. Serpa Rosa tinha deixado Timor em 3 de Setembro de 1958

8. Reforma Administrativa Ultramarina, Dec.-Lei n.º 23 229, de 15 de Novembro de 1933, que ainda vigorava quanto a algumas matérias

Não foram fáceis as diligências para conseguir pessoas qualificadas para o meu Gabinete, pois as condições não eram tentadoras e a distância e o isolamento eram muito grandes. Só bastante mais tarde, vieram a chegar a Timor: Chefe de Gabinete, Capitão de Infantaria João Maria Andrade de Beires Junqueira e Secretário, Dr. António Almeida e Carmo.

Kruss Abecassis transmitiu-me entretanto a possível disponibilidade e a sua boa impressão acerca do Chefe do Gabinete do Encarregado de Governo, Tenente Daniel Rudolfo Sottomayor Carvalho Braga, oficial miliciano já com alguns anos de Timor, homem conhecedor do meio, sério e trabalhador.

Foi uma solução transitória de que me não arrependi, que me assegurou uma colaboração muito valiosa, leal e dedicada, ainda que me tivesse trazido alguns custos políticos ao herdar também tensões e quezílias que vinham do antecedente e que se convertem em enormes «guerras» naqueles meios pequenos.

A posse foi a 1 de Junho: discreta e com o cerimonial da praxe. Palavras amáveis e genéricas do Ministro, sem nada que verdadeiramente marcasse o meu espírito.

Tudo parecia calmo. A recente visita de Sukarno a Lisboa foi referida como nota tranquilizadora. A realidade de Timor era, porém, bastante diferente: em Dili o clima social estava extremamente pesado e cheio de desconfiança.

O pânico começava a espalhar-se entre a população europeia. Corriam insistentes rumores de que esteve preparado um movimento para eclodir três dias antes, quando da reunião de grande parte dos europeus nas festas dos clubes locais de futebol. Normalmente festividades muito concorridas nos dois principais (o Sporting e o Benfica) e também no União, ainda que com presença menos significativa de europeus.

As festas passaram, mas o ambiente não se desanuviou.

O discurso que então proferi, visto a esta distância, resume os grandes problemas de Timor numa forma que ainda hoje subscreveria e está marcado por um idealismo e fervor patriótico hoje fora de moda, mas que reproduziam, de facto, as notas dominantes do espírito de missão com que assumia o cargo. Se me fosse dado agora rescrevê-lo não renegaria esses ideais de apego à civilização cristã e à sociedade multirracial que visionava para o nosso país, ainda que desse maior realce às nossas obrigações, como metrópole desses ter-

ritórios ultramarinos, a quem cumpria promover o seu rápido desenvolvimento económico e social, como única forma de construir sociedades em que seja digno e em que apeteça viver.

Por essa época, as nossas elites olhavam ainda com uma certa desconfiança um acelerado progresso, sobretudo no campo da cultura, pelo receio das perturbações sociais que daí adviriam. Por isso, também por cá — e não só no Ultramar — o desenvolvimento era feito com bastante timidez e excessos de cautela, designadamente no campo do ensino.

Nas vésperas da partida, ao despedir-me no Ministério, nada de especialmente alarmante acerca da situação em Timor. Todavia, nessa ocasião, a Polícia de Dili iniciava, com certo aparato, uma série de prisões e o navio Índia ali ancorado, preparava-se para transportar esses presos para fora da Província.

Os acontecimentos iriam, contudo, precipitar-se com factos ainda mais preocupantes, pois, poucos dias decorridos, dá-se o assalto, à Administração de Viqueque e o ataque a certos Postos Administrativos das vizinhanças.

Talvez se houvessem subestimado estes prenúncios e mais uma vez se evidenciava que o Terreiro do Paço estava, na verdade, muito, muito longe de Timor!

A visita de Sukarno a Lisboa

Entretanto, a 5 de Maio, Sukarno havia chegado a Lisboa para uma visita oficial.

As suas declarações têm uma aparência tranquilizadora, continuando publicamente a reclamar apenas os territórios que faziam parte das Índias Orientais neerlandesas. Excluía assim a Nova Guiné Oriental (agora Papua e Nova Guiné, independente desde 1975), o norte de Bornéu (agora, na maior parte, território da Malásia e incluindo também o Sultanato do Brunei) e o Timor Português.

Isto em teoria, claro está! Anexou a metade ocidental da Nova Guiné em 1 de Maio de 1963, com a promessa dum plebiscito que nunca se realizou.

Era, contudo, manifesto que, por detrás das palavras de circunstância, Sukarno se comportava como um dos senhores do pós-

-guerra, que sabia os trunfos de que dispunha esse grande estado que dirigia com mão dura e alguma teatralidade. De facto, dois meses depois, ao comemorar os 14 anos da proclamação da independência, não se coibia de afirmar: «(...) mesmo sem a Nova Guiné Ocidental, a República da Indonésia exerce a sua autoridade sobre um território tão extenso como a área que vai da costa ocidental da Europa ao seu extremo leste; maior que o território de algumas das grandes potências e a sua posição estratégica não tem uma igual na face da Terra» (sublinhado nosso).

A visita revestiu-se do aparato próprio, mas teve também incidentes picarecos, como terá sido o caso de as nossas autoridades se verem forçadas a uma diplomática transigência com os instintos libidinosos do visitante, que tinha dado instruções à sua embaixada para lhe conseguir um andar recheado com umas tantas beldades dispostas a satisfazer os seus caprichos. O protocolo teve de considerar no programa um espaço reservado para essa «visita» e a escolta, comandada por um ilustre oficial, sentia quanto era caricata a situação de acompanhar, com todas as honras, S. Ex.^a para tão prosaicas actividades!

Conta-se igualmente que, durante uma sua visita à União Soviética, tê-lo-ão tentado pressionar com a possível divulgação de imagens demasiado íntimas das suas aventuras moscovitas, cuidadosamente vigiadas pelo KGB. Sukarno não se perturba e declara estar certo de que o seu povo muito se orgulharia das boas «performances» do seu chefe também nestes domínios.

Jantar solene no Palácio da Ajuda. Fui-lhe apresentado como o próximo governador de Timor. Troca de palavras de mera cortesia: trivial, mas amável.

As nossas autoridades parecia haverem ficado mais tranquilas com esta visita, ou, pelo menos, queriam aparentá-lo. Dias depois, ao dar-me posse, dizia o Ministro do Ultramar (Alm. Lopes Alves): «Ainda recentemente a passagem por Lisboa do Presidente Sukarno, da Indonésia, foi motivo para contactos bem cordiais com o Presidente do Conselho e outras personalidades, que bem confirmaram os laços amistosos e o alto espírito de compreensão existentes entre Portugal e aquele país».

Todavia, por detrás dos sorrisos, a apetência indonésia por Timor era uma evidente realidade, que os factos não demorariam a comprovar.

A audiência com Salazar

Antes da partida havia um ritual que tinha de cumprir-se: a audiência com Salazar. Na gíria, alguns chamavam-lhe «exame» e encaravam-na mesmo com o receio do estudante inseguro perante o mestre exigente.

Talvez porque não cobicei o lugar e, pelo contrário, objectei desde logo com a minha inexperiência para aquelas altas lides ultramarinas, fui para a entrevista sem sobressaltos.

Era pelo meio-dia de 4 de Junho, antevéspera da partida.

Deixo o meu velho *Fiat* no jardim e sou recebido por uma criada airosa e bem enfarpelada, de crista branca. Eu, imperdoavelmente, apresentava-me sem uma peça importante para aquele cerimonial: não levava chapéu, coisa que, aliás, não usava. Ia, porém, já mentalmente preparado para alguma pergunta indiscreta, pois sabia quanto Salazar estava ainda apegado ao uso do chapéu como símbolo tradicional de respeitabilidade.

Contava-se, até, que um jovem ministro lhe apareceu sem chapéu e, quando ia a sair, Salazar, cortesmente, ao acompanhá-lo à porta, pergunta-lhe, como para evitar um esquecimento:

— «O seu chapéu?»

— «Não uso, Senhor Presidente» — responde pronta e delicadamente o visitante.

— «Pois ficava-lhe muito bem» — remata Salazar.

Entro para uma pequena sala. Respira-se o ambiente de uma casa particular: nem contínuos, nem repartições, nem um vaivém de funcionários.

Alguém sai dum gabinete e, à hora aprazada, sou introduzido num amplo escritório. Salazar espera-me de pé. A sua secretária tem aspecto muito arrumado, com poucos papéis. Oferece-me um maple e senta-se noutro em frente. Através das janelas, algumas com as suas portas semicerradas para evitar o sol e o excesso de claridade, viam-se pedaços de jardim.

A conversa durou mais de duas horas sem tocar um telefone, sem que se deixasse distrair por outros assuntos, sem ter a perturbá-lo o que quer que fosse. Transmitia ao seu interlocutor a sensação de que a entrevista era para ele matéria importante: só aquilo o ocupava de momento.

Falava e ouvia atenta e calmamente, mantendo um tom vivo e não se coibindo de uma ou outra ironia. Não se dava ares do chefe todo-poderoso: a nota que sobressaía era a da deferência e mesmo fidalguia no trato. A imagem com que dele fiquei é a de um misto de príncipe florentino e de personagem arrancada aos diálogos dos filósofos gregos disqueteando sobre as coisas públicas.

Começou por falar longamente acerca do passado recente de Timor. E, até aos finais da Guerra e à reocupação, mostrava-se pormenorizadamente informado: depois seguia as coisas mais de longe.

As discretas cobiças australianas; a perseverança, a determinação e a subtileza necessárias para obter o pleno reconhecimento dos Aliados quanto aos nossos direitos sobre Timor; a expedição militar para reocupação da Província; tudo conhecia em pormenor e repassou brevemente.

Todavia, naquele preciso momento estava em curso uma operação policial em Dili, desencadeada umas horas antes, para prender 15 elementos considerados cabecilhas dum movimento instigado pela Indonésia. Salazar não me falou no assunto.

Mostrava-se bem ciente das dificuldades para dinamizar a economia de Timor e pude notar com surpresa que ele próprio não fugia a exprimir algum cepticismo — e dir-se-ia mesmo um certo distanciamiento crítico — quanto a actos do Governo, como, nomeadamente, um ou outro entusiasmo cor-de-rosa do Plano de Fomento.

Recordo, por exemplo, o caso do Turismo.

Sem estradas, sem transportes, sem alojamentos, como pode haver turismo? — perguntava ele.

Essas suas ideias e informações menos precisas não o impediam, contudo, de caracterizar com certa felicidade a gestão do pós-guerra e a personalidade dos governadores que me antecederam, em palavras breves que eram como traços satíricos duma caricatura.

Em Óscar Ruas — personalidade tão diferente da sua — chocava-o naturalmente o seu feitio «excessivamente desembaraçado»; em Serpa Rosa, pelo contrário, salientava o seu pendor burocrático: estar muito voltado «para os papéis», como dizia.

Para ser justo, deveria ter acrescentado que o primeiro chegou a uma terra totalmente destruída e martirizada pela guerra e que o seu optimismo, a sua audácia e o seu desembaraço (mesmo que misturado com um ou outro excesso de fantasia) foram factores extremamente positivos numa hora em que a necessidade e premência de agir e de estimular o moral das populações eram essenciais.

Atesta bem o espírito da época — sonhador, generoso e antiburocrático — o facto de Óscar Ruas haver escolhido para seu Chefe de Gabinete, Ruy Cinatti, cujos méritos literários e afeição a Timor eram indiscutíveis, mas cujas predisposições para funcionário público eram nulas ou, até, negativas...! Relatou-me pessoalmente episódios cómicos acerca dessa sua experiência e, com um sorriso malicioso, não escondia a displicência dum poeta perante a insipidez dos processos administrativos.

Quanto ao segundo, Salazar esquecia que Serpa Rosa tinha a casa para arrumar e que foi, afinal, não só o exemplar executor duma política de rígida disciplina financeira — em que as boas finanças tem primazia sobre o desenvolvimento — como também um governante duma sobriedade espartana na sua vida privada e extremamente parcimonioso nas estruturas e meios para a actividade pública: no fim de contas, tudo aquilo em que Salazar se apresentava como paradigma.

Pronto me apercebi que a maior pobreza de Timor não era a escassez dos recursos financeiros: os quadros de pessoal qualificado eram paupérrimos. E sem pessoal habilitado nada se poderia fazer.

Estavam orçamentados lugares que se não proviam e até serviços que se não punham a funcionar — Economia, por exemplo — para que as correspondentes dotações orçamentais pudessem servir para reforço de outras cronicamente insuficientes, como era o caso do «pagamento de passagens» (à Metrópole, no geral) de funcionários de licença graciosa.

Para além duma generalizada falta de pessoal técnico, havia serviços basilares para o progresso da Província com carências gritantes: nas Obras Públicas e na Agricultura não havia um único engenheiro, agrónomo, silvicultor ou veterinário. Na Administração Civil, na Saúde, no Ensino e na Polícia o panorama não era também nada animador.

Queixei-me francamente da situação. Devo ter sido convincente, pois Salazar responde-me: o senhor insista com «eles» (sic) para que lhe dêem gente, doutra forma não consegue fazer nada.

«Eles» — curiosamente — eram os membros do seu governo!

Parecia um afastamento de quem pairava no seu Olimpo acima das realidades triviais da vida. O peso da sua autoridade era, contudo, incontestável no seio do Governo: a sua palavra fazia lei. Insisti, de facto, e invoquei o seu apoio para este pedido. Talvez por isso

hajem sido tão bem sucedidos os meus esforços junto do Ministério do Ultramar para o total preenchimento dos lugares em falta.

A entrevista foi para mim bastante útil não só pela perspectiva mais ampla que me facultou sobre a reocupação e seus antecedentes políticos, como também pelo efectivo apoio prático que obtive para a rápida solução de problemas como este.

À saída, Salazar acompanha-me à porta que dava para o jardim e lá surge a esperada pergunta:

— E o seu chapéu?

Achei melhor não o desiludir sobre a respeitabilidade dos meus 39 anos e respondi sem hesitar:

— Ficou no carro, Senhor Presidente.

Os grandes homens, como os outros, têm direito a inocentes caturrices como esta. E, pelo meu lado, entendi que tinha também o direito de divertir-me, não levando a sério esta pequena fraqueza dum grande homem todo-poderoso.

As primeiras preocupações quanto à ameaça indonésia

Em Lisboa tive algumas notícias acerca de um movimento que estava em preparação e ao qual não era estranho o Cônsul da Indonésia em Dili, ainda que as informações que me chegavam por via oficial não fossem então muito precisas nem apresentassem um tom demasiado inquietante. Nomeadamente, em meados de Maio, tive ocasião de falar com o Inspector Superior de Administração Ultramarina, Capitão Ferreira Martins, acabado de regressar duma visita a Timor e Macau. Todavia, raciocinando sobre os dados que já tinha, não me foi difícil concluir ser importante e muito urgente dotar Timor duma organização policial com um mínimo de eficácia.

Havia, na verdade, circunstâncias e indícios preocupantes, como os seguintes:

- a presença de alguns (reais? fingidos?) refugiados políticos indonésios: eram nove no total e são eles que irão surgir como núcleo dinamizador do movimento que culminou com o ataque a Viqueque, que foi por eles dirigido e no qual alguns tomaram parte directa.

- a existência de elevado número de presos de delito comum de origem chinesa (provenientes de Macau), alguns deles considerados delinquentes perigosos e que ali se encontravam num Depósito Penal em campo aberto, sem quaisquer condições de segurança;
- uma colónia chinesa dispersa por todo o território, tendo na sua mão quase todo o comércio;
- *the last but not the least*, as actividades mais do que suspeitas do Cônsul da Indonésia.

Por tudo isso, a 4 de Junho, logo após a posse, nos poucos dias que antecederam a partida, propus ao Ministro do Ultramar que se realizasse sem demora uma visita de pessoa qualificada para apreciar localmente a situação e para estudar a melhor forma de rapidamente se instalarem os serviços apropriados.

É curioso verificar como o teor desta proposta comprova que, àquela data, não existia ainda em Lisboa demasiada intranquilidade quanto ao que se passava na Província. De facto, as informações que recolhi no Ministério eram de molde a que me referisse nessa proposta somente a um «pequeno amotinamento (como, parece, chegou a planear-se)», o que pressupunha que a nuvem tivesse já passado, quando, pelo contrário, a trovoada estava prestes a desabar.

Para essa prospecção policial sugeri verbalmente o nome do Inspector da PIDE, Mário Ferreira da Costa, pessoa que conhecia de longa data como homem sério, discreto e competente. A proposta foi prontamente aceite e dois meses depois (a 6 de Agosto), Ferreira da Costa chega a Timor.

A sua actuação veio a revelar-se fundamental para acalmar os espíritos e, sem violências, restabelecer-se a paz e a confiança, desanuviando um clima social tão ameaçadoramente crispado.

CAPÍTULO II

A caminho de Timor

Uma viagem atribulada

Em 6 de Junho, parto de avião para Roma com minha mulher, cinco filhos e uma empregada, para seguirmos depois de comboio até Nápoles, onde embarcaríamos com destino a Singapura. Daí a Darwin e de Darwin a Dili seriam duas etapas relativamente pequenas em avião.

Pelo meio da tarde do dia 8 estamos a bordo do paquete *Ásia*, mas, pouco depois, começam os problemas.

O navio não largava. No cais um silêncio pesado e estranho: nada do alarido e da azáfama próprios da partida. Os passageiros entreolham-se e interrogam-se. Pelos tripulantes vimos a saber que há greve: «*Sciopero! Sciopero!*», eram as explicações que se obtinham.

Entretanto, em Timor, a crise agudizava-se: na véspera tinha ocorrido o assalto à Administração de Viqueque. O movimento, afinal, eclodia.

Eu continuava apenas com as notícias com que saí de Lisboa.

Na véspera tinha estado com o nosso embaixador em Roma, Dr. Eduardo Brasão, homem culto e cativante, apaixonado pela Itália e pelas subtilezas da sua história política.

Falou-me do livro que estava preparando sobre aquela Itália que, como ele dizia, perde as guerras mas acaba por ganhar a paz; falou-me da política geral. De Timor, nada de novo.

A greve obrigou todos os passageiros a abandonarem o navio na manhã seguinte e a irem para hotéis, onde os agentes das companhias de aviação surgiram logo como abutres perante caça tão farta e tão indefesa. Queriam, naturalmente, encher os aviões e as rotas disponíveis sem assegurarem como e quando chegaríamos ao nosso destino final. Éramos oito pessoas, o que agravava extraordinariamente o problema.

Decido telefonar para a agência de navegação, em Lisboa, a pedir apoio para ultrapassar este contratempo, sem me lembrar que era 10 de Junho (feriado nacional). Tenho sorte. Alguém atende e promete tratar do assunto. E, de facto, assim foi.

Ao outro dia recebo a resposta: «S. Ex.^a o Ministro não só autoriza como considera até muito conveniente que siga de avião». Iriam providenciar rapidamente.

Ao tempo, a via normal era a marítima, sendo necessária autorização ministerial para a viagem aérea.

Adivinho nas entrelinhas desta resposta que as coisas, em Timor, deveriam ter piorado. E, na verdade, assim era infelizmente: nesta data, o *Índia* ia já ao largo com os primeiros presos (partiu de Dili a 9 de Junho). Todavia, até chegar — e passaram-se ainda 11 dias — continuei sem qualquer notícia do que ali estava a acontecer. Não existiam ainda quaisquer possibilidades de comunicação telefónica com Timor. Havia uma antiquada rede apenas para uso interno. E eu não dispunha de cifra para comunicações telegráficas.

É certo que, mesmo que o soubesse, nada poderia fazer. Mas, pelo menos, estaria melhor preparado quando assumisse o efectivo exercício das funções, posto que homem prevenido vale por dois.

Apesar da greve, com recurso àquele espírito de diálogo tão latino, consigo retirar dos armazéns das alfândegas parte da bagagem de porão que tinha sido embarcada. A outra parte, sabe Deus quando — ou, mesmo, se — iria chegar!

Temos de voltar a Roma para reinício da viagem, desta vez com uma escala forçada de três dias no Ceilão (agora Sri Lanka).

Entretanto, houve necessidade de recorrer ao nosso Embaixador em Roma, sempre amável e solícito, pedindo-lhe o favor de diligenciar junto do seu colega do Ceilão para me conceder no domingo o «visto» que se tornava agora indispensável. Tive também sorte, pois quando telefonei estava a sair de casa para uma cerimónia de gala. De Timor nada sabia.

Após peripécias quase rocambolescas e despesas que iam depauperando assustadoramente as reservas de dinheiro que levava (não existiam ainda cartões de crédito...!) partimos para Colombo na noite de 15 Junho.

A nossa chegada coincide com a visita de Krutchev ao Ceilão, pelo que a representação de Portugal estava fechada para evitar «maus encontros». Fazia as vezes de cônsul um empregado ceilonês dum grande empresa comercial de chá, instalado numa enorme sala com dezenas de outros e que só se reconhecia por uma pequena bandeira portuguesa sobre a secretária. Tinha alinhados na sua mesa diversos carimbos em português, de que não entendia patavina. Escolho aquele que pretendo e ele após a sua assinatura. Poderia ter suprido esta diligência, mas quis respeitar escrupulosamente a burocracia.

Assim se atestava para a posteridade que, também nós, passámos além da Taprobana.

O hotel era um grande edifício junto ao mar, no clássico estilo colonial inglês. Creio que a época era propícia aos casamentos. No *ball* anunciavam-se as várias bodas em quadros com cartazes, nos quais se destacavam os apelidos dos noivos. Alguns nomes eram bem portugueses. Lembro, por exemplo, os apelidos Pereira e Fernando e um outro, nada bem soante, mas que os anúncios dos *weddings* ostentavam em letras bem gordas: era a família Pulha!

Não pude deixar de sorrir e de pensar que deveria tratar-se de gente honestíssima que usava com orgulho aquele nome, ignorando, porventura, a razão e o significado da alcunha merecida (ou imerecida) de algum longínquo antepassado. Ironias do rasto que deixámos pelo mundo e prova eloquente que ali, de facto, estiveram portugueses: para além de alguns mestiços e de bastante simpatia que encontrei para connosco, este baptismo em bom vernáculo constitui uma marca inconfundível.

Em Timor, Viqueque havia sido reocupada pelas nossas autoridades, mas alguns amotinados dirigiam-se a Uato-Lari e Uato-Carbau e pretendiam atacar Baguia. Outros andavam a monte. Algumas pequenas unidades militares (de soldados timorenses e alguns quadros europeus) e colunas de «moradores»¹ haviam vencido a crise. São presos alguns responsáveis e iniciam-se averiguações.

1. Tropas nativas recrutadas pelos próprios «reinos» e enquadradas pelos seus chefes.

Nós continuamos em Colombo, esperando pelo transporte, aclimatando-nos à humidade tropical e ao inesquecível espectáculo das chuvas torrenciais da monção, quando o céu parece desfazer-se em água.

Mais um contratempo com uma partida frustrada. Viajava-se ainda em aviões a hélice. Um dos quatro motores resolve parar sobre o golfo de Bengala. Houve que retroceder. Outro hotel e mais um dia de atraso. Inicia-se só então a longa tirada final para Darwin (via Singapura), onde, como bem se calcula, chegamos cansados, fartos de 15 dias de viagem e bastante amarrotados para os rituais protocolares que nos aguardavam.

O governador australiano do Território e o seu séquito esperavam-nos no topo dum tapete encarnado à saída do avião. Junto dele o Comandante da Defesa Marítima de Timor e esposa, em nome do Encarregado do Governo. Muito amável, mas, acerca do que ocorreu, somente informações muito genéricas. Preocupação: isso era evidente.

Na manhã seguinte, segunda-feira 22 de Junho, o nosso *Heron* que ali nos aguardava desde a véspera, irá conduzir-nos a Dili. Embarcamos em Darwin manhã cedo. A bordo troco o fato pela farda; contudo, contrariamente ao que era então mais usual, decidi usar o uniforme civil de governador de Província estabelecido pela legislação ultramarina e não a farda militar com estrelas nas platinas, conforme previsto nos regulamentos militares.

Que me recorde, posição semelhante havia já sido adoptada, anos atrás, pelo Governador-Geral de Angola, Capitão José Agapito da Silva Carvalho.

Pretendia com isto tornar bem claro que as funções em que ia investido nada tinham a ver com o meu departamento de origem nem com a minha patente militar. Esta preocupação parecia-me muito oportuna — e revelou-se, infelizmente, justificada — pois conhecendo bem a estrutura e a mentalidade castrenses e sabendo que havia comandos militares de patente superior, poderiam surgir certas veleidades de pressão ou de tutela. Apenas passei a usar o uniforme militar quando, em 1961, fui nomeado Comandante-Chefe.

A primeira imagem de Timor foi a de uma costa tranquila com algumas manchas arborizadas, onde crescem a teca e outras espécies valiosas. Numerosos coqueiros bastante dispersos e, um pouco mais adiante, imponentes montanhas.

A largura da ilha nessa zona é de uns escassos 40Km que passam a correr, voando ao lado de montanhas que infundem respeito (v.g.: Mata-bia, com mais de 2300m). Em poucos minutos avista-se a costa norte. O mar é ainda mais calmo.

Os timorenses chamam ao mar da costa sul «*Taci-mane*» (mar homem) e ao da costa norte «*Taci-feto*» (mar mulher) por ser mais tranquilo.

Alguns beiros e corcóras² navegam lentamente tendo por pano de fundo a silhueta de várias ilhas, de entre as quais, pela sua proximidade, se destaca a de Ataúro.

Por alturas de Baucau, o avião roda à esquerda e segue sobre o mar, junto à costa. Aqui e acolá vislumbram-se pequenas povoações que, para a escala local, são terras importantes: Vemasse, Laleia, Manatuto. E estamos sobre Dili que, vista do ar, era um extenso aglomerado de choupanas cobertas de palapa³ com um pequeno bairro de alvenaria junto ao farol e meia dúzia de outras casas dispersas pela cidade. Tudo isto à volta duma belíssima baía, meio fechada por um recife de coral e circundada a Sul e a Leste pelas primeiras montanhas.

Habituaados às longas faixas cinzentas das pistas dos aeroportos, não se vislumbrava onde pudéssemos aterrar. A oeste da cidade notavam-se espaços vazios, mas eram da cor verde amarelecida do capim. Só algumas vistosas formações de «moradores» indicavam que deverá ser para aquelas bandas que acabaremos por ir. Nossos filhos chegam mesmo a assustar-se, pressupondo um desastre iminente, ao aperceberem-se que o avião se dirigia para um sítio em que, bem perto, pastavam búfalos.

Tudo era, porém, normalíssimo: estávamos apenas aterrando sem problemas (salvo alguns pequenos solavancos) no que pomposamente se chamava o «aeroporto de Dili».

Aqui iriam principiar quatro anos ininterruptos de trabalho, de sérias preocupações e grandes dificuldades, mas, acima de tudo, de fascínio por um povo corajoso e paciente, extremamente subtil na sua aparente rudeza, duma magnanimidade sem limites para com os seus ideais e para com os seus amigos.

2. «Beiro» — pequena embarcação muito típica, com um corpo central escavado num tronco, movida a remos e com flutuadores laterais para assegurar o equilíbrio.

«Corcóra» — embarcação maior, também de madeira, mas de estilo mais convencional.

3. Designação vulgar para as coberturas com folhas de palapeira, de acadiro, de coqueiro ou simples capim.

De facto, passei todo o mandato sem sair de Timor e sem férias, salvo raros dias de repouso no interior. Foi muito inconveniente esta ausência de contactos directos com o Governo Central. Tratei com três Ministros do Ultramar e oito Subsecretários de Estado, alguns sem sequer os conhecer. Foi um período particularmente crítico para o país, com a invasão de Goa e o princípio da luta armada em África. Tudo isso se repercutia num aumento da tensão política na Metrópole. A gravidade e instabilidade da situação colocava-me um sério dilema de natureza pessoal. Viajar com toda a família era demasiado oneroso e a magra dotação orçamental da Província não o suportava, por outro lado entendi que não deveria deixá-los sós em momentos tão difíceis e tão incertos.

Chegava, assim, a Timor em plena crise, com as ideias e disposições mais generosas, é certo, mas sem qualquer experiência política ou administrativa e, ainda, com a agravante de não saber o que tinha acabado de passar-se.

As ideias que levava

Oriundo duma família numerosa, profundamente cristã e tradicional, marcada pela ortodoxia da doutrina, pela austeridade de vida, pelo culto do trabalho e dos mais exigentes padrões de honestidade pessoal e profissional, circunstâncias ligadas à conjuntura política agitada em que nasci⁴ fizeram com que viesse a passar longos anos da meninice sozinho em casa de uns parentes sem filhos, cujo chefe de família tinha um comportamento e um ideário bastante fora do convencional. Permitia-se, por exemplo, sem prejuízo dos seus ares de fidalgo generoso, gastador e mesmo perdulário, comprar *A Batalha*⁵, e falar em casa na «revolução social», mesmo após o 28 de Maio. Manifestava certas preocupações ecológicas, protegendo alguns animais selvagens na sua quinta e protestando veementemente contra a poluição fabril que começava a dizimar os peixes do pequeno afluente do Vouga que dá o nome à região (o rio Antuã), embora não se coibisse de ter o seu escritório sempre largamente guarnecido de grandes maços de tabaco avulso e de uns bons charutos.

4. Revolução monárquica de Janeiro/Fevereiro de 1919 conhecida por «Monarquia do Norte», em que meu Pai interveio refugiando-se depois em Espanha

5. Jornal porta-voz da Organização Operária Portuguesa, de carácter revolucionário, que foi publicado em Lisboa de 1919 a 1927

Entre os seus livros, havia uma colecção de obras de divulgação de pendor socialista e anticlerical,⁶ que, pela primeira vez, me permitiu ter à mão títulos como Karl Marx — *O Capital* e, mais tarde, folhear esse livro com enorme curiosidade e não menor desencanto.

No liceu e na universidade desse tempo, a Igreja, através da Acção Católica, desenvolvia um grande e bem sucedido esforço de captação e doutrinação da juventude, impulsionado pelo fulgor da palavra ao mesmo tempo ascética e combativa do Cardeal Cerejeira, que no C.A.D.C. de Coimbra fizera escola.

Apesar de nunca ter sido monárquico (ao contrário da orientação prevalecente na família, explicavelmente acentuada pelo feroz jacobinismo da I República) a doutrinação do Integralismo Lusitano e, principalmente, os escritos de António Sardinha, com a sua linguagem vigorosa, dum patriotismo sadio, infundindo coragem e esperança a um país que parecia não ter futuro, contribuíram também para a minha incipiente formação política.

O povo não era visto como uma massa amorfa e inimiga em revolução latente: eram pessoas, eram «homens bons» que sabiam dar e exigir respeito, que estimavam e apoiavam quem os governasse com acerto, mas que, se necessário, saberiam também responsabilmente dizer não.

A minha mentalidade — como a de muitos outros — formou-se, pois, neste pano de fundo, tendo, por assim dizer, como cartilha de doutrina social e política os ensinamentos da *Rerum Novarum* e da *Quadragesimo Anno*, e como breviário de acção as regras do Código Social de Malines⁷.

Havia em boa parte da juventude de então — como era o meu caso — um forte apelo a um ideal de vida pública e privada com o seu quê de estóico, ao serviço de «Deus e da Pátria». A religião não é um sistema político. Obriga, sim, a ver no homem uma consciência que tem em si o seu valor e a sua dignidade intrínseca e pessoal, procurando unir essas consciências «em uma imensa sociedade que, ultrapassando, todas as fronteiras, abraça todos os países, todas as raças, todos os povos»⁸ A Pátria, para além do solo que se habita e do

6. A Biblioteca de Educação Nacional, dirigida por Agostinho Fortes (1912)

7. Compilação da doutrina social da Igreja Católica feita pela União Internacional de Estudos Sociais de Malines (Bélgica), fundada em 1920, sendo seu primeiro presidente e impulsionador o Cardeal Mercier. As reuniões tiveram lugar entre 1921 e 1925. Era como que uma voz semi-oficial da Santa Sé. O Código é anterior à encíclica *Quadragesimo Anno*

8. Código Social de Malines — n.º 177 e 178

património dos nossos antepassados, consiste sobretudo nas «aspirações dos que hão-de ainda nascer»⁹. Na existência dos povos há que admitir «uma finalidade, uma vocação»¹⁰.

A unidade da nação portuguesa na diversidade dos seus territórios surgia, assim, ao meu espírito como fruto lógico e maduro da nossa caminhada histórica e, portanto, corresponder a esse desafio era um imperativo de consciência.

Nas palavras de Pessoa¹¹:

«Deus quer, o homem sonha, a obra nasce».

Esta obra, era evidente, estava longe de ser perfeita. Como erro maior, havia um claro défice de ideal e de generosidade a que não eram imunes os maiores responsáveis políticos. Por exemplo: critérios estabelecidos pelo Ministério do Exército para admissão na Escola do Exército, que, no início dos anos 40, tinham fortes vestígios colonialistas, contrariando a admissão de «não europeus originários».

Nem sempre era exemplar a vida pública. Os negócios e certos interesses sobrepunham-se frequentemente ao bem das populações. O Ultramar pensava-se demasiado em termos de «deve» e «haver».

Vinte anos atrás falava-se ainda em Império, com tudo o que isso comportava de glória de mandar e vã cobiça¹². Carneiro Pacheco, que foi figura das mais gradas do regime (Ministro da Educação e responsável da União Nacional), teve mesmo um desaguisado público com Júlio Dantas (Presidente da Academia das Ciências e Procurador à Câmara Corporativa) por ter questionado num parecer esta pretensão imperial.

Mesmo entre os mais altos governantes — e no próprio texto constitucional — era patente um lamentável espírito paternalista, que, implicitamente, subestimava a cultura dos povos nativos¹³. Falava-se ainda em «contemporizar» com seus usos e costumes. Doutrina estabelecida no Acto Colonial, sendo Salazar Presidente do Conselho e Ministro (Interino) das Colónias. Na revisão constitucional de 1971, foi por proposta minha, forçada inclusivamente pela

9. SARDINHA, António — *Glossário dos Tempos* - Porto, ed. Gama, 1942, p. 299

10. SARDINHA, António — *Ao Princípio era o Verbo* - Porto, ed. Gama, 1940, p. 10

11. PESSOA, Fernando — *Mensagem* — 2.ª parte — «Mar Português — O Infante»

12. Carta Orgânica do Império Colonial Português — Dec. Lei n.º 23 228, de 15 de Novembro de 1933 (era Ministro das Colónias Armindo Monteiro).

13. Constituição de 1933 (artigo 138.º) e Acto Colonial, de 8 de Julho de 1930 (Dec. Lei n.º 18 570)

ameaça de abandono dos trabalhos parlamentares (tantas e tão inexplicáveis eram as surdas resistências), que passou a falar-se em respeito da cultura. Foi, de resto, uma preocupação que sempre manteve em Timor.

Aquela ideia transplantada para mentalidades mais boçais ou moralmente pior formadas de alguns colonos ou de algumas autoridades, facilmente degenerava em arrogância, com o seu corolário de prepotência e outros abusos.

Séculos atrás chegou a perguntar-se se os povos selvagens teriam alma! Agora, apesar de tudo, sempre se avançou alguma coisa: ninguém punha em causa que os nativos tivessem alma — apenas certos procedimentos levavam a crer que se lhes atribuía uma alma bastante mais pequena...!¹⁴

Tudo isso, para mim, eram pecados dos homens: a doutrina — a boa doutrina — não era essa.

Pensava sinceramente que Portugal poderia constituir «uma expressão superior de sociabilidade, um fermento de união para o mundo de amanhã», estabelecendo «formas de convívio baseadas não só na confiança recíproca, mas, sobretudo, na igualdade e fraternidade cristãs, sem distinguir os homens pela cor da pele, nem os opor uns aos outros em grupos que se fecham num orgulho ou num ódio que, seguramente, não serão o melhor caminho para o futuro»¹⁵. Pensava — e penso ainda — que a sociedade multirracial que proclamávamos e estávamos construindo seria a forma mais humana, mais pacífica e mais digna de conviver e dialogar nesta aldeia global que cada vez mais é o mundo de hoje.

Considerava contraproducente e muito infeliz a solução que já se desenhava — e hoje se acentua — de aglutinar os homens pela cor da pele, em comunidades marcadas por essa nota distintiva, que por isso mesmo tendem a fechar-se, aprofundando, em vez de aplanar, as atávicas desconfianças que as separam e exacerbando afinal o racismo, que, de pecado individual, passa a lamentável estandarte colectivo.

Talvez tal política tivesse grande dose de utopia; talvez os ódios e ressentimentos que faziam soprar rijo os ventos da história

14. Vieira — «Sermão na cidade de São Luís do Maranhão» *in Sermões* — vol. V, ed. Lello, 1959, p. 423: «E ninguém se escuse (como escusam alguns) com a rudeza da gente, e com dizer, como acima dizíamos, que são pedras, que são troncos, que são brutos animais;»

15. Meu discurso de posse, em 1 de Junho de 1959

fossem bem maiores que as nossas forças; talvez esse projecto viesse já com atraso ou, pelo contrário, não fosse ainda a sua hora. Talvez. Mas a História é feita pelos homens: pela sua vontade, pelo seu trabalho e, também, pelos seus sonhos. E mesmo quando os esforços não sejam, de momento, bem sucedidos, se servem um ideal generoso, alguma coisa fica.

Este foi o espírito com que parti.

A vida pública, via-a como um serviço a cumprir com escrúpulo, paixão e desinteresse material, no estilo daqueles velhos políticos da antiguidade clássica descritos por Plutarco e que eu tanto admirava.

Estas ideias, à luz do pragmatismo hedonista hoje reinante, poderão porventura classificar-se como demasiado ingénuas para o exercício de cargos políticos, mas foram elas que me deram coragem para a tarefa bem espinhosa que me coube e foram elas, também, que me proporcionaram a suprema alegria de me sentir compreendido e apoiado pelos timorenses.

Chegada em plena crise

Com estas ideias e este estado de espírito pisei o solo de Timor, terra onde não conhecia ninguém, apenas encontrando casualmente na cerimónia de transmissão de poderes um antigo condiscípulo do liceu, que não via há 20 anos e agora chefiava interinamente os Serviços Meteorológicos.

A primeira impressão foi de aparente normalidade.

Algo, porém, pairava no ar: era impossível esconder a inquietação. Os acontecimentos estavam ainda muito frescos. O ambiente sentia-se como que carregado de electricidade: faiscava ao mais leve atrito.

Poucas horas depois de pôr o pé em terra, tive logo uma prova bem clara do nervosismo reinante e das tensões entre os mais destacados responsáveis. Mal tinha acabado de almoçar, sou procurado por dois dos elementos política e protocolarmente mais representativos que, em traje de cerimónia (um envergando fraque), me queriam dar uma satisfação por só nessa ocasião me cumprimentarem, explicando que se haviam sentido desconsiderados pelo Encarregado de Governo nas precedências estabelecidas quando da chegada ao aeroporto.

De facto, tiveram aí lugar breves apresentações antes de partir para o gabinete, no centro de Dili.

A escolta era comandada pelo Régulo de Maubara, Gaspar Nunes. Cavalos miniatura num trote curto e rápido e cavaleiros de tronco nu com ornamentos garridos, montando descalços e tendo como estribo uma simples corda com um nó, que enfiavam entre os dedos dos pé. Meias-luas nas cabeças, com lenços berrantes e plumas; ao pescoço, luas de ouro ou prata e colares de mutissalas, pendentes sobre o peito; e empunhando sempre a indispensável catana.

Muito pó na caravana. Nem um metro de asfalto. Ruas de terra batida sem esgotos nem passeios. Apenas junto ao Palácio das Repartições havia melhor piso, passeios e um pedaço ajardinado. Dir-se-ia havermos simplesmente chegado a uma grande aldeia aborígene.

A família segue directamente para a residência, em Lahane, que fica a poucos quilómetros, no início da encosta à saída de Dili. A estrada é agradável e em grande parte ladeada por gondões¹⁶ majestosos de troncos colossais, que formam um verdadeiro túnel. Atravessa a planície pantanosa e começa o seu longo serpenteado, para galgar as cristas das primeiras montanhas que circundam a cidade formando como que uma enorme concha meio enterrada com que a natureza caprichou em emoldurar a magnífica baía dessa velha e infortunada capital.

A residência — que só a modéstia da terra permite que a gíria local lhe chame palácio — é uma casa de boa aparência, mas mal dividida e, na realidade, pequena. Surge quase de repente, meio escondida num ameno recôncavo. Valorizam-na uma esplêndida varanda a toda a volta, um jardim bem cuidado e o arvoredo que a rodeia — árvores bastas e variadas, algumas exóticas mesmo ali.

Não há muros, nem guardas, nem portões: apenas um cabo e três soldados timorenses prestam honras à bandeira e velhos e dedicados servidores vivem nas imediações com suas famílias. Ao redor nada mais.

Ao chegar ali, minha mulher e meus filhos interrogavam-se onde ficaria a cidade que, afinal, tinham acabado de atravessar!

A transmissão de poderes decorreu segundo a praxe: cumprimentos e trocas de discursos com o Encarregado de Governo,

16. *Ficus indica*, nome botânico

Tenente-Coronel de Infantaria Manuel Albuquerque Gonçalves de Aguiar, que era o Comandante Militar e levava já 11 meses como Encarregado do Governo — figura sóbria de militar dedicado e consciencioso, extremamente correcto no trato pessoal, de temperamento reservado, mas não escondendo a sua susceptibilidade perante grandes ou pequenos agravos.

Nas palavras que proferi (sem saber ainda exactamente o que tinha ocorrido) entendi que deveria deixar uma clara nota de apoio à actuação do Encarregado do Governo, tendo em atenção o período crítico que se atravessava, no intuito de facilitar a unidade de acção¹⁷ e também de não dar o mínimo sinal de discórdia ou fraqueza perante a população. Por isso, talvez fosse até demasiado encomiástico e não agradasse aos sectores que com ele tinham pior relacionamento.

Segue-se o almoço e, na primeira oportunidade em que estamos a sós, procuro esclarecer-me sobre os acontecimentos. Fico inteirado da situação, mas, quanto às fases anteriores e questões envolventes, o Tenente-Coronel Aguiar diz-me que com mais tempo e pormenor me relatará tudo. Essa ocasião, todavia, nunca chegou. Fiquei com a impressão que não gostaria de falar no assunto, apesar de termos mantido sempre relações pessoais de grande cortesia, de nos visitarmos e de me acompanhar em diversas deslocações ao interior.

Pude rapidamente aperceber-me que as relações do Comandante Militar com o seu Chefe de Estado-Maior não eram as mais cordiais e que a principal causa desse mal-entendido estaria no facto de este último se ter sentido marginalizado: só foi posto ao corrente do que se passava quando o exército foi chamado a intervir. Para o público, era o Tenente Braga (como Chefe de Gabinete) que dispunha da confiança do Encarregado do Governo (e Comandante Militar) e era ele que aparecia agindo em seu nome com grande à vontade, na superintendência das diligências policiais e militares.

Há que fazer-lhe a justiça de reconhecer que prestou bons serviços nessa emergência, mas esse seu protagonismo deixou graves sequelas na vida política daquele pequeno mundo.

O Tenente Braga passou a ser meu Chefe de Gabinete e, naturalmente, até por simples inércia, era de prever a tendência para

17. O Comandante Militar continuava a depender apenas do Ministro do Exército e o Governador não possuía qualquer capacidade para interferir nas decisões do foro militar

continuar a assumir-se como fulcro de todas as informações e decisões. Por isso, no primeiro dia de trabalho imediatamente verifiquei que a sua boa vontade e dedicação tinham deixado colocar sobre os seus ombros tarefas que ultrapassavam em muito as responsabilidades das suas funções. Imediatamente determinei que não dimanassem do Gabinete ordens ou orientações sem minha prévia decisão.

Esta directiva foi pronta e lealmente cumprida e foi por seu intermédio que, de início, obtive o maior volume de informação sobre os acontecimentos e, posteriormente, um relatório muito completo sobre o assunto¹⁸.

O Director (interino) de Administração Civil, Abílio da Paixão Monteiro, estava já a proceder a averiguações. Homem competente e enérgico, que chefiava também a polícia de Dili e, sendo apenas Administrador de 3ª classe, ascendera à chefia interina dos Serviços de Administração Civil. Através dele, de outros administradores, de elementos do meio militar e de outras fontes tomo um conhecimento bastante amplo acerca do sucedido.

O Bispo de Dili, D. Jaime Garcia Goulart, e alguns missionários estão entre as fontes mais valiosas para me ajudar a compreender o meio local e para reforçar no meu espírito a necessidade de muita ponderação e bastante clemência nas medidas a adoptar.

O ambiente estava extremamente tenso e assustadiço, o que era bem visível entre europeus e timorenses mais evoluídos. Um *jeep* passava numa estrada da montanha e via-se ao longe a luz intermitente dos seus faróis ao sabor das curvas da estrada ou da espesura do arvoredo: eram sinais de inimigos com combinações maquiavélicas. Um nativo ia à praia ou andava à volta da sua casa com o seu «petromax»: os sinais de luz entrecortados eram comunicações ameaçadoras.

Nas mais simples conversas adivinhava-se grande inquietação e um sentimento difuso de insegurança: no fundo, o receio que tudo não tivesse ainda acabado. O criado principal da nossa residência — homem antigo e dedicadíssimo, que veio a ser nosso afilhado de casamento — quando, no dia da chegada, minha mulher lhe pergunta quem fechava as portas, respondeu: antes «daquilo» não era preciso fechar, mas agora era melhor. «Aquilo» — pudicamente — eram estes infelizes acontecimentos.

18. Cf. anexo IV

E — talvez mais grave — tudo isso tinha criado tensões e desconfiança entre grupos sociais, atingindo os escalões superiores da Administração (civil e militar).

A minha primeira preocupação foi serenar o ambiente e transmitir tranquilidade à população.

Em 6 de Agosto chega a Timor o Inspector Ferreira da Costa. A forma como soube auscultar a população, as informações precisas que me forneceu, o extraordinário bom senso da sua actuação e das suas sugestões constituíram uma ajuda fundamental para normalizar o clima social e político tão fortemente abalado. Apenas um exemplo.

O Chefe da Polícia de Dili era um homem muito solícito e reverente, mas gozava de pouco prestígio. Já em anterior relatório confidencial¹⁹ lhe eram atribuídos comportamentos impróprios. Era urgente substituí-lo. Peço a Ferreira da Costa para sondar discretamente o meio.

Quando, dias depois, num despacho de rotina, comunico ao Director dos Serviços de Administração Civil que decidi substituir o Chefe da Polícia, ele diz que acha muito bem mas não atina substituto capaz. Deixo-o suspenso uns minutos e aponto o nome do Secretário Agapito²⁰, indivíduo que eu, até aí, nem sequer conhecia pessoalmente. Há uma reacção curiosa, ao mesmo tempo de aprovação e de espanto. Como poderia eu ter descoberto tão depressa um homem tão discreto, tão conhecedor do meio e com currículo tão ajustado?

Não lhe disse, claro está. Revelou-se uma escolha muito feliz.

Nesse mesmo Verão de 1959, com a entusiástica colaboração do Chefe de Gabinete, do Secretário do Conselho de Câmbios (Jaime Neves) e do Adjunto dos CTT (Rui Salazar Trindade) são lançadas duas iniciativas no campo da comunicação social para dar um pouco mais de vida e ânimo à população: o jornal *A Voz de Timor* e a emissora de radiodifusão de Dili.

Para o jornal houve primeiro que vencer todas as peias burocráticas: ter um proprietário e encontrar um director que teria de ser licenciado (ou equiparável). Aceitou estas funções o Capitão-

19. Relatório referido no Anexo III

20. Agapito dos Anjos, funcionário do Quadro Administrativo, antigo na Província, que já durante a ocupação japonesa havia prestado bons serviços neste domínio. Era 1º Cabo em 1945.

-Tenente Manuel Lourenço Pereira, oficial da Administração Naval, na reserva, que ali estava estabelecido. E não havia outro licenciado, fora dos missionários e quadros do Estado (civis e militares).

Pretendia-se, como é natural, que esse jornal não fosse um simples sucedâneo do *Boletim Oficial* e, para acentuar esse propósito, o seu cabeçalho tinha o seu quê de insólito. Dizia: «Hebdomadário independente» e, também, «Propriedade do Governo da Província»! A situação poderá parecer caricata e, de facto, não é nada curial: mas a intenção era tudo. Considerei necessário fazer nascer um jornal que — note-se — durou até à ocupação indonésia e, ao mesmo tempo, procurar que ele fosse um espaço aberto de informação sem servilismo. Aquele pecadilho original seria, assim, uma falta menor. O seu grande animador foi Jaime Neves, personalidade curiosa, bem aceite por uns e muito discutida por outros, autodidacta de apreciável cultura geral e bem guarnecida biblioteca, com muita facilidade para escrever.

A rádio nasceu numa montagem improvisada, a partir do emissor fora de uso dos Transportes Aéreos. As condições de audição não seriam as melhores, mas ouvia-se e dava até origem a cenas pitorescas que mostram o que era então aquele pequeno mundo. Para angariar algumas receitas havia o clássico programa de «discos pedidos». Um belo dia, amigos de um sargento do Exército dedicam-lhe um disco como se fosse uma sua apaixonada. Em casa houve forte ciumeira e alguma zaragata até se esclarecer o equívoco, enquanto os amigos desfrutavam com a cena.

Contudo, este pequeno incidente e a transmissão de canções que hoje todos julgaríamos inocentíssimas valeram veementes protestos e ríspidas censuras na homília da missa dominical, como foi concretamente o caso, numa canção muito divulgada no final dos anos 50, romântica com um ligeiro toque de sensualidade nas imagens a que recorria para exaltar o amor, sem nada de torpe ou grosseiro. O refrão — e creio que o próprio título — era «O mar enrola na areia». Isto criou problemas ao governo da Província, porque os responsáveis por esta rádio, que trabalhavam graciosamente, queriam demitir-se e exigiam explicações para poderem continuar. Tudo se resolveu mercê do espírito aberto e cavalheiresco do Bispo, que se prontificou a prestá-las pessoalmente.

Entretanto prosseguia o rescaldo dos acontecimentos de Viqueque e, enquanto tudo isto decorre, estreitam-se as relações com a população através de contactos frequentes e directos, desig-

nadamente dando atenção aos chefes tradicionais e elementos mais representativos, para conhecer os seus anseios e as suas queixas.

Como curiosidade, merece referir-se uma disputa entre criadores nativos e os comerciantes de carne (na quase totalidade chineses) acerca do preço fixado para venda dos búfalos. Em Timor, nessa época, era muito escasso o gado bovino, pelo que a carne que se consumia era praticamente toda de búfalo.

O preço do búfalo estava, porém, fixado segundo um critério que pode parecer estranho, mas é perfeitamente compreensível se se souber que para os seus rituais os timorenses valorizam os búfalos em função do comprimento dos chifres, que medem em «pardaus»²¹. A portaria que regulava o negócio marcava o preço do «pardau», sem prejuízo de a carne vir a ser depois vendida a peso.

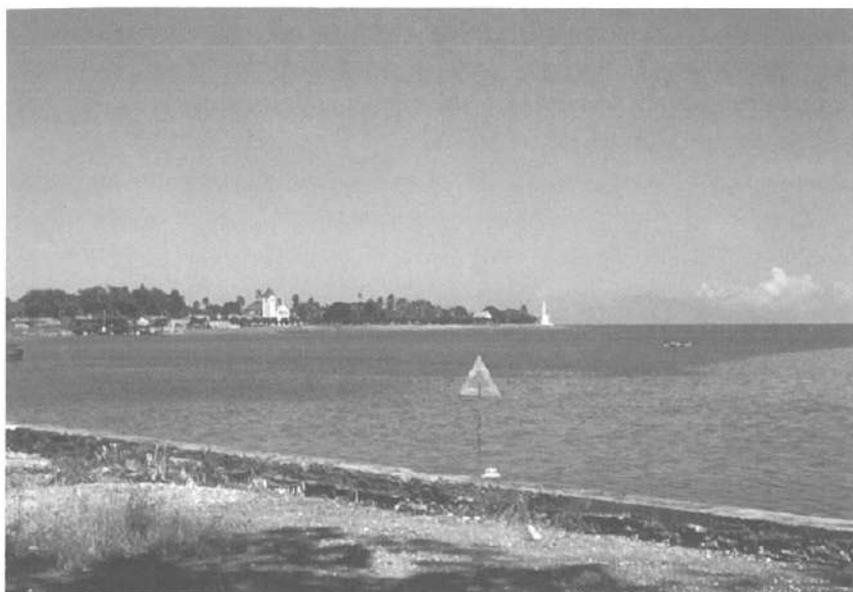
Os nativos queixavam-se e queriam que se subisse o preço do «pardau»; os comerciantes ripostavam, argumentando com o valor desproporcionado de búfalos mais magros. Parece que a solução seria simples: negociar os búfalos a peso. Poderia ser, se não se desse o caso de em Timor haver apenas uma balança própria para o efeito (em Dili). Determinei um estudo rápido e verificou-se existir alguma correlação, ainda que não muito precisa, entre os «pardaus» e o peso, mesmo assim com diferenças apreciáveis conforme as raças. Tomei a decisão salomónica de subir o preço do «pardau» para o ajustar às raças mais rendosas em carne e, simultaneamente, de estabelecer preços mais atractivos para os comerciantes quando os animais fossem negociados a peso, para os estimular a adquirir balanças adequadas.

Os comerciantes teriam, assim, tendência a comprar búfalos com menos «pardaus» e mais peso; os nativos passariam, em qualquer caso, a receber mais dinheiro pelos seus búfalos e guardariam para os seus «estilos»²² e outros usos aqueles que mais apreciam: mais gordos ou mais magros, mas de pontas mais vistosas.

Refiro este problema insignificante porque ele evidencia bem a complexa realidade duma terra muito pobre, em que a população pode não ter dinheiro, mas não é tola e sabe o que ele vale. E mostra igualmente como, por vezes, se geram atritos porque os responsáveis políticos subestimam a clarividência dos homens simples e o respeito que merecem as culturas locais.

21. Pardau é o comprimento da mão do pulso até ao extremo do dedo maior: aprox. 20cm.

22. Sacrifício gentílico.



A magnífica baía de Dili. Ao fundo a Igreja de Santo António de Motael e o o farol.



Ala central do Palácio das Repartições (no dia da chegada a Dili, 22.Jun.59).



Residência do governador.

Uma casa num recanto da montanha sem muros nem portões.



Desfile de uma unidade tradicional de "moradores", com as suas bandeiras

CAPÍTULO III

O movimento insurreccional de Junho de 1959

Antecedentes

Numa terra pobre e atrasada, os abusos, as injustiças, simples desconsiderações, por vezes tão humilhantes, que aparentemente — mas só aparentemente — parecem ser suportadas com resignação, deixam feridas que sangram ao mais pequeno toque. Tornam o terreno propício para semear o ódio, a violência e a revolta, que Pasternak tão magistralmente descreveu naquele olhar de surdo rancor com que, nos finais do império, o miserável operário russo fustigava a altiva aristocrata que se passeava, imponente na sua carruagem, pelas ruas de Moscou.

Em Timor — como em todos os territórios colonizados — terá havido, por certo, também um pouco de tudo isso, ainda que a nota dominante das relações sociais estivesse muito longe de ser essa, como, aliás, a História recente se encarregou de comprovar.

Tais comportamentos de alguns colonos ou autoridades não bastam, porém, para explicar como foi possível que um pequeno grupo, mesmo que aproveitando certa imprudência das nossas autoridades, tenha conseguido provocar em Timor um movimento desta envergadura. A última revolta importante havia sido há quase meio século (Manufai — 1912) e, depois disso, a ocupação japone-

sa e a resposta magnífica de lealdade e patriotismo do povo de Timor constitui um argumento irrefutável: a reocupação seria impossível ou, pelo menos, muito diferente se o sentimento dominante na população timorense não fosse o de profundo respeito e afecto por Portugal e pelos portugueses.

Na verdade, ao apreciar as causas próximas encontra-se agora um aspecto novo que foi determinante: a intervenção activa da Indonésia, através do seu cônsul em Dili e de uns pseudo-refugiados políticos indonésios, os quais abertamente instigaram, planearam e pessoalmente comandaram as operações.

Simultaneamente, houve também, claro está, erros da nossa política que os agitadores habilmente exploraram, o primeiro dos quais foi ter-se negligenciado bastante o desenvolvimento económico e social daquela população. Mas isso, infelizmente, não ocorreu só ali. Que o digam o nosso Alentejo, a nossa Beira interior ou os nossos distritos transmontanos.

É facto que legítimas aspirações profissionais insatisfeitas de alguns timorenses mais instruídos geravam um ou outro caso de descontentamento. Por outro lado, não havia um mínimo de estruturas de segurança (informações e polícias) capazes de vigiarem as manobras estrangeiras, que com demasiada ingenuidade se subestimavam. Muito provavelmente nada teria acontecido se não se consentisse tanta liberdade de acção aos agentes indonésios.

Relatemos alguns factos para melhor caracterizar o ambiente a partir do segundo semestre de 1958.

Serpa Rosa tinha regressado a Lisboa em meados de Julho, após completar duas comissões de quatro anos como governador. A sua saída criou naturais expectativas e um grande vazio. Homem já com larga e bem sucedida experiência administrativa em Moçambique, tinha obviamente críticos da sua acção em Timor, talvez excessivamente marcada pela prudência e pela parcimónia, mas o ambiente geral era de grande estima e respeito pelo seu tacto, pela sua integridade e pela sua esmeradíssima educação.

Cumprindo o hábito, fica Encarregado de Governo o Comandante Militar que, em Maio de 1957, havia iniciado a sua comissão normal de dois anos¹. Personalidade típica de militar honesto, competente e dedicado, mas menos afeito às subtilezas da política.

1. Chegou a Timor em 7 Maio 57 e passou a Encarregado de Governo em 14 de Julho de 1958.

Com esta substituição mudam-se não só as pessoas e os seus estilos de acção, como também os colaboradores que os rodeiam e os apoios com que podem contar.

É neste contexto, aproveitando consciente ou acidentalmente este período de transição, que — vem depois a apurar-se² — o cônsul da Indonésia em Dili (Nazwar Jacob Sutan Indra) começa a desenvolver uma discreta mas activa campanha antiportuguesa, através de três empregados do consulado e de alguns elementos da pequena colónia árabe, que residia perto das traseiras desse edifício, procurando captar a simpatia de timorenses mais evoluídos.

Atraí ao consulado, por exemplo, dois motoristas e um ajudante de enfermeiro que subsidia para que aproveitem todas as oportunidades para difundir o ódio aos portugueses e as vantagens da integração na Indonésia. Estes factos, bem como os subsequentes, estão bem identificados nos processos de averiguações realizados pelo superintendente da polícia e nos outros documentos atrás mencionados.

O cônsul vai mesmo mais longe: incita alguns a fugirem, tendo inclusivamente chegado a dar dinheiro ao seu amanuense para esse efeito. Averiguou-se também que, através dos tais árabes, consegue obter fotografias de zonas mais sensíveis de Dili (quartéis, residência do governador, etc.) e outras destinados a meros fins de propaganda antiportuguesa, que mostravam nativos mal vestidos ou em trabalhos mais rudes.

Entretanto o governo da Província, que só mais tarde veio a saber o que se estava passando, encontrava-se fundamentalmente preocupado com um roubo de armas no depósito de material de guerra (detectado em fins de 1958)³ e com notícias de contrabando, designadamente de copra, que se estaria efectuando na região de Lautém por troca com explosivos abandonados pelos japoneses ou — receava-se — por armas das roubadas no depósito.

De facto, o Japão tinha construído durante a guerra uma grande pista para aviação militar nessa zona, junto à costa e quase ao nível do mar, com depósitos para munições na sua vizinhança.

2. Serviram de base para a descrição dos factos referidos neste capítulo relatórios, que possuo e que mandei elaborar às entidades mais ligadas a estes acontecimentos: Chefe da Repartição de Gabinete do Encarregado de Governo, Superintendente da Polícia e Administradores das Circunscrições de Viqueque e Baucau. Cf. anexos, respectivamente, IV, V, VI, VII e VIII.

3. Roubadas 16 espingardas, das quais 13 vieram a ser recuperadas.

As corcóras indonésias demandavam com alguma frequência aqueles ancoradouros para se abastecerem de água, de lenha e de géneros alimentícios.

O governo ficou ainda mais apreensivo quando soube que em algumas dessas corcóras viajavam militares indonésios das forças rebeldes das Celebes, os quais desembarcavam e andavam armados por Lautém e frequentavam com alguma assiduidade a casa do presumível responsável pelo contrabando.

A questão do comércio ilícito passou, assim, para segundo plano: a preocupação dominante é agora o aspecto político e de segurança.

O Encarregado de Governo nomeia o Chefe dos Serviços de Administração Civil, Intendente Dr. Lisboa Santos, para proceder a averiguações e dá-se até a circunstância de ser escrivão desse processo um encarregado de posto que veio depois a ser detido por se concluir que esteve envolvido nos acontecimentos de Viqueque em Junho seguinte. O averiguante conclui que haveria contrabando, mas depara com tantas dificuldades e tanta falta de elementos — ninguém sabia, ninguém tinha visto — que o processo morreu por falta de provas.

Após isso e perante a persistência dos mesmos rumores de factos anormais naquela zona, o próprio chefe de gabinete (pessoa que dispunha da máxima confiança do Encarregado de Governo), acompanhado por dois funcionários das alfândegas, dirige-se a Laivai⁴ para esclarecer novas denúncias. Fica a convicção que há, efectivamente, transacções ilícitas, que os nomes apontados não estão inocentes: mas as responsabilidades desvanecem-se e nada de concreto se consegue apurar.

Este fracasso, aliado a outros do mesmo género e pelos mesmos motivos (falta de elementos de prova e resistência geral ao fornecimento de informações), havia de ter grande influência na atitude assumida pelo governo quando, logo a seguir, tem notícia da preparação de um movimento revolucionário em Timor⁵.

As primeiras notícias desse movimento chegam ao governo entre fins de Março e princípios de Abril de 1959, através dum timorense que estava a ser aliciado, que não concordava no seu íntimo

4. Região na costa norte, entre Baucau e Lautém, onde desagua uma pequena ribeira do mesmo nome.

5. Relatório elaborado pelo chefe de gabinete, Tenente Daniel R.S.C. Braga, anexo IV, p. 7.

com tais propósitos, mas tinha também receio de represálias da justiça revolucionária se recusasse. Cautelosamente, serve-se dum intermediário da mais alta respeitabilidade na sua região a quem transmite tão importante revelação e pede conselho. Este não toma muito a sério a notícia e só por descargo de consciência a faz chegar às autoridades.

É assim — com atraso de alguns meses — que o governo fica a saber que um grupo de uma dúzia de timorenses vinha mantendo reuniões frequentes nos arredores de Dili e, instigados pelo cônsul, preparavam um movimento para entregar Timor à Indonésia. Soube ainda que alguns dos indonésios que, em fins de 1958, entraram na fronteira de Oe-Cussi pedindo asilo político eram peças fundamentais deste processo, tendo sido eles que convenceram dois dessa dúzia de conspiradores a procurarem reunir todos os descontentes com vista a promover uma revolta.

O governo fixa residência a esses pseudo-refugiados em Baucau — um dos locais mais aprazíveis de Timor — atribuindo-lhes um subsídio diário de 7 patacas (43\$75 em escudos da época), o que à data poderia considerar-se algo generoso tendo em conta o nível de vida muito modesto da população timorense, pois nesse tempo um servente da construção civil não recebia semanalmente muito mais do que isso. Viviam sem grandes problemas, num clima de ociosidade, a maioria deles já na companhia de raparigas da região.

«Entretanto dá-se uma desordem entre os asilados políticos em Baucau, segundo a prova dos autos preconcebida, que motivou a separação de cinco deles (Gerson Pello, Albert Ndoen, Jehsekial Folla, Jeremias Pello e Jobert Moniaga) para Viqueque»⁶, onde ficam a partir de 21 de Dezembro de 1958.

Todavia, o subsídio nem sempre era pago pontualmente, o que obrigava os respectivos administradores de circunscrição a apoiá-los, obtendo dos comerciantes a concessão de crédito até ao montante que deveriam receber.

Os administradores de Baucau e Viqueque nada registam de anormal no comportamento destes «hóspedes»: contudo as averiguações posteriores provaram que, já em fins de 1958, um dos cabecilhas que veio a ser preso⁷ foi a Baucau, incumbido pelo côn-

6. Relatório do Superintendente da Polícia de Dili — anexo V, p. 2 — Este relatório resume as conclusões dos processos de averiguações.

7. Identificado no relatório anterior — p. 2. Era um dos principais e em sua casa realizaram-se reuniões preparatórias do movimento.

sul de estabelecer contacto com os asilados indonésios e saber da sua disposição de colaborar na elaboração dum plano de revolta contra a presença portuguesa em Timor. Mais tarde o próprio cônsul vai a Baucau visitá-los e, de regresso a Dili, manda chamar aquele seu emissário e um outro também já aliciado⁸, aos quais dá dinheiro para fomentarem a sublevação em Dili.

Mostraram também as averiguações que, após a visita do cônsul, o mais graduado dos indonésios de Baucau (Tenente Lambertus) visitou frequente e clandestinamente alguns «sucos»⁹ da região de Baucau, Laga e Ossú e que, em Viqueque, o Tenente Gerson (que veio não só a encabeçar o movimento como, concretamente, a dar a ordem para iniciar o ataque) esteve igualmente muito activo, visitando nomeadamente Uato-Lari e Uato-Carbau. Foi ele também que, na manhã de domingo, 7 de Junho, mandou seguir para Uato-Lari o respectivo cabecilha dessa operação, com vista a assaltar a sede do posto, o que este cumpriu.

Tudo isto, lamentavelmente, apenas se veio a saber depois...!

O plano da revolta terá amadurecido em Fevereiro de 1959, após uma ida a Viqueque de um dos colaboradores do consulado, que ali contactou os indonésios Gerson e Ndoen.

A vida em Timor ia decorrendo, entretanto, com uma descuidada e aparente tranquilidade.

Os responsáveis pelas administrações de Baucau e Viqueque afirmam nos seus relatórios¹⁰ que nada conheciam acerca do que se preparava: apenas em 1 de Junho terão sabido que se gorou um movimento planeado para eclodir na capital da Província três dias antes¹¹ e que estavam a ser feitas várias prisões. De facto, a data inicialmente prevista para a revolta era 28 de Maio, dia em que os dois maiores clubes — Sporting e Benfica — festejam a sua fundação. Por conselho do cônsul fora já decidido adiar a revolta para 31 de Dezembro, quando, à meia-noite, a população, desprevenida, estivesse reunida nos clubes de Dili a festejar a passagem do ano, precisamente no momento em que a queima de «panchões» faz grande alarido por toda a cidade.

8. Também referenciado no processo. Era um dos já inicialmente aliciados pelos pseudo-refugiados.

9. Grupo de aldeias sob a autoridade de um chefe, normalmente subdivisão dum regulado, ainda que existam vários sucos independentes.

10. Administradores José Maria Ribeiro Filipe (de Baucau) e Artur Marques Ramos (de Viqueque). Relatórios datados, respectivamente, de 3 de Fevereiro de 1961 e 23 de Janeiro de 1961.

11. Relatório do Superintendente da Polícia de Dili, de 25 de Julho de 1959. Anexo V.

O administrador Ramos vai ainda mais longe ao revelar um excesso de confiança que lhe ia sendo fatal. Informado das detenções em Dili e de que constava que se teriam realizado na sua área deslocações suspeitas, candidamente confessa ter-lhe parecido «que tais notícias não correspondiam à verdade» e que «algum perigo que pudesse existir havia passado»¹², tanto assim que na própria tarde que antecede o ataque à sua administração (7 de Junho, domingo), «quando já arreavam a bandeira nacional em Uato-Lari», jogava tranquilamente futebol com os asilados indonésios...!

Os meios de defesa dos postos administrativos e das sedes das administrações reflectiam igualmente a extrema debilidade e o adormecimento da segurança: pouco mais eram do que simbólicos...!

Os «sipaios»¹³ dispunham ainda das velhíssimas *Kropatscheck*¹⁴ que «só acidentalmente disparavam». As corcóras indonésias que se aproximavam da costa sabiam disso e, por vezes, riam-se das intimações da nossa vigilância.

No meio de tudo isto, descobre-se em Aileu uma organização bizarra, à frente da qual se encontrava um chefe nativo, o qual fazia constar que dispunha de poderes extraordinários, com laivos de sobrenatural, conseguindo por essa forma extorquir dinheiro à população mais crédula. O negócio consistia em vender «salvo-condutos» que protegeriam o seu detentor durante a guerra que se aproximava, só escapando quem o tivesse.

A polícia de Dili toma conhecimento da organização e procura desmantelá-la. Os detentores de «salvo-condutos» são já muito numerosos. O movimento é estranho. Qualquer coisa anda no ar. Porém, nesta fase das averiguações, a polícia, para além desta suspeita ainda muito vaga, conclui fundamentalmente estar perante um «conto do vigário» que tinha ganho grandes proporções.

O gabinete do Encarregado de Governo é mantido ao corrente do caso pela polícia: todavia, entende não dever alertá-la ainda para aquilo mais que já conhece sobre o movimento em preparação. O motivo dá-o o próprio chefe de gabinete ao mencionar o teor da conversa que manteve com o administrador Monteiro sobre estes factos: concluiu «que, se ele continuasse a aprofundar as averiguações, facilmente chegaria ao fulcro da questão que me preocupava»¹⁵.

12. Relatório do Administrador de Viqueque — p. 2.

13. Guardas timorenses com funções policiais e instrução rudimentar.

14. Espingardas de calibre 8 mm, de concepção do final do século XIX e já fora de uso há vários decénios.

15. Relatório já referido (do chefe de gabinete) — p. 13.

As informações que iam chegando ao chefe de gabinete através de discretas entrevistas «quase diárias e de noite» com o seu contacto revelavam factos preocupantes quer quanto aos preparativos dos conspiradores quer quanto à enorme incúria da nossa vigilância.

Na verdade, sabe-se — sempre pela mesma via — que dois timorenses tinham feito um reconhecimento ao quartel de Taibesse, acompanhados por um cabo, que lhes indicou «onde eram as arrecadações de material, a casa da guarda, as portas de acesso, os locais onde eram colocadas sentinelas de dia e de noite e, sobretudo, onde era o quarto do oficial de dia». Nesse reconhecimento colheram mais uma importante informação: «que o quarto do oficial de dia tinha uma janela que dava para a varanda, a qual geralmente ficava aberta durante a noite, e que o oficial de dia, normalmente, não tinha consigo qualquer arma».

O Encarregado de Governo (que era igualmente o Comandante Militar) ficou surpreendido e alarmado. Apressa-se a ir, pessoalmente, verificar como se passavam as coisas neste quartel que era o principal de Timor, paredes meias com a sede do comando militar. Parecia inacreditável, mas era verdade! E o comando soube-o pela via desta iniciativa dos conspiradores.

Tudo isto agrava muito, como é compreensível, as preocupações do governo local.

Nesses primeiros meses de 1959 estava em Timor o Inspector Superior de Administração Ultramarina Ferreira Martins¹⁶, que dali seguiria para Macau também em serviço de rotina. O Encarregado de Governo põe-no ao corrente do que se passa e troca com ele impressões sobre a orientação a adoptar.

Eram grandes e fundados os receios acerca do movimento em preparação, mas parecia haver ainda algumas dúvidas — talvez melhor: alguma ingénua esperança — de que as notícias alarmantes que continuavam a recolher-se fossem apenas nuvens negras que o vento dissiparia, afastando a tempestade.

Este estado de espírito terá sido, muito provavelmente, a razão do acordo estabelecido com Ferreira Martins para a eventual necessidade de antecipar o seu retorno a Lisboa, combinando uma mensagem de código a enviar-lhe para Macau com essa finalidade, «se

16. Capitão José Diogo Ferreira Martins. Antigo oficial de Artilharia, com larga folha de serviços ligados ao Ultramar.

viesses a verificar-se que as informações iniciais obtidas se confirmavam e eram reveladoras da existência efectiva de qualquer movimento de que houvesse necessidade de nos acautelarmos»¹⁷. A data limite era 10 de Maio.

E, infelizmente, nesse dia houve que expedir tal telegrama. Ferreira Martins toma de imediato (a 13 de Maio) o avião para Lisboa. Quando chega, Sukarno mal tinha acabado de partir¹⁸.

O ambiente do Terreiro do Paço parecia haver-se deixado aturdir um pouco pelas suas declarações tranquilizadoras e pelo espírito de mútua sedução que envolveu a visita. Por esta razão ou porque o governo de Timor não quis, por seu lado, dramatizar as ameaças e, pundonorosamente, se predispunha a dominar os acontecimentos com os seus escassos meios, o facto é que em Lisboa se subavalia a gravidade da conjuntura.

Algumas pequenas ocorrências se entrelaçam neste processo de descuidada incerteza, que contribuem para reavivar a desconfiança e alvoroçar as autoridades de Timor. De facto, em princípios de Abril de 1959, a legação de Portugal em Djakarta comunica para Timor haver concedido um visto de permanência de 30 dias a um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros¹⁹. O Ministério do Ultramar comunica algumas suspeitas e recomenda que se acompanhe a visita com a maior atenção. O governo local preocupa-se e congemina, tanto mais que iria coincidir com um período muito crítico. A visita acaba, porém, por ficar sem efeito.

Nos começos de Maio havia aumentado bastante o afluxo de corcóras na zona leste e as autoridades administrativas sentem-se impotentes para as manter em respeito. O Comando Militar resolve então pedir ao Ministério do Exército que o autorize a entregar ao Governo da Província as suas já velhas espingardas *Lee Enfield* 7,7 mm (modelo de 1917, da I Guerra), posto que há pouco — com mais de 20 anos de atraso em relação à Metrópole — passou a estar equipado com as armas de 7,9 mm M/937. Simultaneamente, o governo da Província pede ao comando militar que instale em Lautém uma pequena diligência militar²⁰, que veio a revelar-se da maior utilidade.

Todo este ritual burocrático andou com relativa rapidez, porque Encarregado de Governo e Comandante Militar eram a mesma

17. Relatório já referido (do chefe de gabinete) — p. 15.

18. Tinha chegado a Lisboa, a 5 de Maio de 1959, para uma visita de quatro dias.

19. Sr. Koesto Ijojo, director-adjunto do departamento consular.

20. Comandada pelo Sargento Carneiro Cirineu

pessoa, mas denotava uma estrutura político-militar absurda que apenas perante as duras realidades de 1961 houve a clarividência de corrigir. Tudo isto fruto não só do natural peso dos militares no regime nascido no 28 de Maio, como também — e, em meu entender, principalmente — da forte personalidade e da influência determinante ao nível político do anterior Ministro da Defesa (Coronel Santos Costa).

Nessa mesma época, o governo local perde os contactos que o mantinham ao corrente do evoluir da conspiração. Sente-se no escuro quanto a informações e sente também que a situação está a agudizar-se. Entende que não pode adiar: que chegou a hora de agir.

Os factos irão, assim, precipitar-se.

O plano da revolta

28 de Maio era a data preferida pela ala mais radical dos revoltosos para desencadear o movimento. E com boas razões. Nessa noite a maioria dos europeus e timorenses mais categorizados de Dili estariam nos bailes de aniversário da fundação dos dois clubes locais (Sporting e Benfica). Do interior viriam também alguns outros atraídos não só pela sua fidelidade clubista, mas sobretudo pela raridade de festas similares, que, naquele ambiente de isolamento, constituem pretexto sobremaneira apetecido de convívio e distração. Era a época seca. As deslocações eram menos difíceis.

Bela oportunidade para uma boa «caçada», apanhando juntos os principais responsáveis pela administração do território e, ao mesmo tempo, o interior desguarnecido!

Em finais de Maio, houve notícia que nas reuniões dos conspiradores se discutiu o adiamento para a passagem do ano e que esta opinião prevaleceu por conselho do cônsul Jacub. Nessa noite haveria também reuniões semelhantes e o rebentar dos «panchões»²¹ daria boa cobertura à acção, dissimulando os primeiros tiroteios. A discussão tinha, porém, sido muito acesa. Nem todos se mostravam convencidos e alguns, por discordarem deste adiamento, abandonaram mesmo a reunião. O governo da Província receia que alguns mais exaltados se não contenham e haja já distúrbios nessas

21. Espécie de foguete fabricado pelos chineses (v.g.: em Macau) e muito usado nas suas festividades.

festas de 28 de Maio: a partir desta ocasião entende que não podem adiar-se algumas medidas de precaução.

O plano estava minuciosamente elaborado e vinha já de longe. Na verdade, entre Novembro e Dezembro de 1958, o cônsul incumbiu um dos elementos que aliciara de realizar os primeiros contactos com os indonésios em Baucau e, em princípios de Fevereiro de 1959, um dos outros elementos aliciados pelo cônsul vai a Viqueque falar com os indonésios Gerson e Ndoen e regressa a Dili com o plano gizado por este último.

A primeira preocupação é, naturalmente, ganhar adesões para a sua causa, procurando infiltrar-se para o interior da Província. Conseguem, segundo se apurou, ligações pontuais em Remexio, Aileu, Lete Foho, Ermera, Same e Ainaro. Aproveitam todas as reuniões festivas que se proporcionam (casamentos, almoços de amigos, etc.) para captar gente e simpatia para a sua causa. Destacou-se, pela elevada afluência, a que teve lugar na Areia Branca nos primeiros dias de Maio, à qual presidiu o próprio cônsul, acompanhado de seus três filhos. Estiveram presentes algumas dezenas de pessoas.

O cônsul falou-lhes abertamente: «(...) todos somos da Indonésia, (...) todos temos a mesma bandeira».

O plano previa as acções seguintes:

- na noite de 31 de Dezembro, os tenentes indonésios Lambertus e Gerson, um sargento e seis outros asilados, com alguns adeptos, marchariam para Dili para se apoderarem das instalações militares, incluindo o paiol;
- um dos implicados (um motorista já referenciado) encarregar-se-ia de ocupar o parque de viaturas;
- um outro dos principais cabecilhas tomaria conta da polícia e distribuiria as catanas existentes nos armazéns dos serviços de agricultura pelos presos²², os quais, com apoio de outros sublevados, cairiam sobre as pessoas reunidas nos clubes, chacinando-as;
- outros elementos, previamente designados, actuariam em certas regiões controlando cruzamentos de estradas, edifícios públicos, etc.;

22. Existia em Dili um Depósito Penal para onde iam cumprir as suas penas condenados de delito comum, designadamente de Macau. De prisão só tinha, praticamente, o nome. Viviam em regime muito aberto, chegando a haver casos em que pediam para ali continuar após cumpridas as penas.

- estavam previstas outras acções pontuais no interior;
- em Aileu, por exemplo, planeava-se uma festa em casa de um dos implicados, para a qual seriam convidados todos os oficiais e sargentos da unidade ali aquartelada bem como os funcionários civis e, nessa festa, «ficariam todos sem as suas cabeças»;
- finalmente, a uma hora combinada, hastear-se-ia a bandeira indonésia nos locais subjugados.

Acontecimentos em Dili

Nesse ano, o programa das festividades nos clubes havia sido alterado: apenas se realizaria o baile no Benfica e, mesmo esse, antecipado para a noite de 27 de Maio.

O Encarregado de Governo e Comandante Militar, perdido havia pouco o contacto com a fonte que o mantinha ao corrente das reais intenções dos conspiradores, tendo notícia da reunião da Arcia Branca, resolve então — e só então — pôr o Chefe de Estado-Maior ao corrente do que se passava.

Chama-o pelas 10 da manhã deste dia 27 e dá-lhe instruções para tomar certas medidas de segurança: rondas e piquetes de prevenção; preparar uma unidade para sair prontamente em caso de necessidade; recomendar aos oficiais que fossem ao baile dessa noite para irem à paisana, «mas armados». É fácil adivinhar como o Chefe de Estado-Maior se sentiu com este facto: tornava-se evidente ser outrém que não ele a merecer a confiança do seu chefe. O Tenente Braga aparece como um rival, com tudo o que isto implica de ciúme e represália.

Ao superintendente da polícia são igualmente dadas ordens para reforço dos giros policiais, etc.

O Chefe de Estado-Maior reúne com os comandantes das duas companhias aquarteladas em Dili, expõe-lhes a situação e transmite-lhes as ordens.

Estas notícias pronto transpiram. O alarme nasce: passam a ver-se reuniões e outros indícios suspeitos por todo o lado. O Benfica pensa mesmo em suspender o baile e algumas pessoas cancelam, à última hora, as suas inscrições. Segundo um dos relatórios,

nesse dia o assunto foi já discutido sem grande reserva num restaurante local. Um dos que cancelou a sua inscrição foi Francisco Araújo, vogal do Conselho de Governo, que depois veio a apurar-se apoiar a sublevação.

Durante o baile há quem não esconda que está armado.

O ambiente torna-se cada vez mais pesado e cheio de desconfiança. O governo da Província sente haver-se estabelecido o pânico entre a população e decide passar à fase repressiva.

Na manhã de 3 de Junho, o Encarregado de Governo reúne com o seu chefe de gabinete, administrador do concelho de Dili e chefe da polícia. Acorda-se em desencadear a acção pelas quatro da tarde. Seriam detidos 15 dos considerados cabecilhas. Um deles — o que tinha por missão apoderar-se da polícia — foi preso um pouco mais cedo, quando se preparava para sair de Dili, com o pretexto de estar implicado no caso do roubo de armas no depósito de material de guerra.

Pelas oito da noite estavam detidos todos os constantes da lista inicial «e mais um ou dois, cuja prisão não estava prevista, mas que tinham sido encontrados em tais circunstâncias que a sua detenção não podia ser evitada» — na expressão textual dos relatórios já referidos.

O navio *Índia* tinha chegado na véspera.

A polícia inicia as inquirições e confirma os planos da projectada revolta, assim como o importante papel do cônsul. Três dias depois (na manhã de 6 de Junho) está concluído este inquérito preliminar, que termina por propor a fixação de residência fora da província para os que foram detidos.

Entretanto, o Ministério do Ultramar havia já dado autorização para o seu embarque no *Índia*. Foram seleccionados aqueles cuja responsabilidade pareceu maior: eram 11, um deles funcionário do consulado.

O seu embarque estava planeado no maior segredo, com todas as cautelas para evitar reacções de pânico ou desespero.

A entrada a bordo deveria ter lugar pelas quatro da madrugada de 7 de Junho. Os «passageiros normais» embarcariam depois do jantar da véspera e o navio largaria ao romper da manhã. Por coincidência, o cônsul Jacub embarcaria também, pois acabava de ser rendido pelo novo cônsul²³.

23. Tengku Hussin, que acabava de chegar no mesmo navio.

O segredo é parcialmente quebrado porque a companhia de navegação envia ao comandante do navio, na manhã de 5, um telegrama em linguagem clara, através dos CTT de Dili, dando-lhe instruções para se colocar à disposição do governo da Província. A requisição dos bilhetes — ainda que mencionando apenas «onze passageiros», sem os identificar — e os indispensáveis preparativos a bordo não podiam passar despercebidos. São dramáticas as horas que se seguem.

O chefe de gabinete vai a bordo em visita de cortesia a alguns passageiros mais importantes. Está ciente que alguns familiares dos presos pressentem o que irá passar-se. Pelo menos, o pai de um deles implora-lhe que evite o embarque do filho. No cais aglomera-se bastante gente com ar de quem não está disposto a arrear pé: grande parte, parentes dos detidos.

O *Índia* estava ao largo. Dili não tinha ainda um cais acostável, apenas um pontão de madeira para atracar uma pequena lancha.

Pela madrugada chegam os presos.

No seu relato, o chefe de gabinete não esconde a forte tensão destas horas.

Um sinal luminoso que havia visto e este aglomerar de gente, levaram-no a rezear que algo estivesse preparado, numa tentativa desesperada de evitar o embarque e de aproveitar a carga emocional do momento para galvanizar uma reacção de grande amplitude e precipitar a sublevação. Seria de retardar o embarque até que as coisas se esclarecessem melhor?

No seu minucioso relato não esconde também a sua mágoa por se ter visto praticamente sozinho nestes lances tão ingratos, sem que pessoa alguma com responsabilidades se apresentasse para prestar o seu concurso.

Os presos entram numa lancha que os conduz ao navio, levando cada um as suas bagagens. Avançam sem qualquer resistência e como que conformados. Tudo isto se passa no maior silêncio.

Encerrou-se assim um doloroso capítulo destes acontecimentos, que iria custar a estes homens a ausência da sua terra e o afastamento da sua família por alguns anos, mas ia abrir-se outro bem mais grave, que custou muitas e muitas vidas.

A sublevação em Viqueque

As primeiras notícias de que algo de preocupante se passa no leste chegam ao administrador de Baucau nos primeiros dias de Junho, através duma informação do encarregado de posto de Baguia: dois dos indonésios de Viqueque ter-se-iam reunido com alguns chefes nativos de Uato-Lari e Uato-Carbau para planear uma revolta. As reuniões efectuaram-se de noite e naqueles próprios postos. Essa informação mencionava em particular dois «sucos» e dizia sentir-se um menor respeito no relacionamento da população com as autoridades. É entregue na repartição do gabinete no dia 6. Nesse mesmo dia, o administrador de Baucau é instruído para ter «os indonésios preparados para, se necessário, serem transportados para Dili».

O administrador — então em Dili — transmite estas instruções para Baucau, com o pedido de as comunicarem também para Viqueque.

Porém, já em 3 de Junho, aquele administrador havia sido chamado pelo Encarregado de Governo, que o incumbiu de regressar de avião a Baucau para prender dois timorenses tidos como implicados no movimento (um deles o encarregado da estação postal).

O administrador de Viqueque foi informado, em princípios de Junho, por carta da administração vizinha (Baucau) dos acontecimentos de Dili e das movimentações dos asilados de Viqueque até Uato-Lari e Uato-Carbau. Pareceu-lhe, porém, «que tais notícias não correspondiam à verdade», pois todos os dias se avistava com os indonésios. E, além disso, quatro deles tinham acabado de assinar uma declaração «em papel selado» pedindo para regressar à Indonésia. É provável que, pressentindo que as coisas não estariam a correr-lhes de feição, isto fosse uma simples tentativa de se escaparem.

Todavia, pela meia-noite de domingo, dia 7, a residência do administrador estava a ser assaltada e ele a ver-se obrigado a retirar sob fogo dos sublevados!

Nas vésperas, o secretário da administração de Baucau havia-lhe transmitido instruções do governo para que os indonésios fossem avisados que uma viatura os viria buscar «a fim de regularizarem assuntos de seu interesse». Santa ingenuidade!

Os indonésios apercebem-se que o cerco se aperta.

Na manhã desse domingo, o administrador ouve alguns dos indigitados revoltosos na presença dum velho colono. Todos garantem que nada fizeram e nada sabem.

Contudo, apesar disso, determina que um dos apontados como mais activo aguarde a conclusão das averiguações no quartel dos «sipaio». Este finge obedecer: vai buscar a sua roupa a casa dum amigo, mas no percurso encontra-se com o Tenente Gerson que o manda seguir imediatamente para Uato-Lari para sublevar esse posto. Ele cumpre. O administrador só a posteriori descobre tudo isto. Na ocasião continuava a confiar, considerando que «algum perigo que porventura pudesse existir havia passado». Tanto assim que — como confessa no seu relatório — na tarde desse domingo jogou tranquilamente futebol com os indonésios «quando já arriavam a bandeira nacional em Uato-Lari».

De facto, pelas cinco da tarde, Uato-Lari é assaltado pelo chefe atrás referido com apoio de alguns «sipaio», tendo o cuidado de cortar logo as ligações telefónicas com Viqueque. Convoca o povo e manda emissários a Uato-Carbau para falarem com dois chefes de suco desse posto e com instruções para fazerem o mesmo. O plano prossegue com êxito!

Pelas oito e meia dessa mesma noite, três indonésios (Gerson, Jeremias Pello e Moniaga) reúnem-se em casa dum funcionário aposentado com mais três ou quatro timorenses de certo nível cultural e umas dezenas de outros mandados vir de localidades próximas. Moniaga havia procurado contacto telefónico com os asilados de Baucau. Ou não o conseguiu ou não foi convincente, pois estes nove indonésios foram presos na manhã seguinte sem qualquer dificuldade: estavam todos pacatamente dormindo.

Sentindo-se descobertos, os asilados políticos de Viqueque decidem assaltar a secretaria da administração e apropriar-se de todas as armas e munições, o que fizeram cerca das onze e meia da noite, regressando com esse espólio à casa onde se haviam reunido. Entretanto Gerson mandou cortar as ligações telefónicas com Ossú²⁴ e interceptar a estrada com árvores para impedir o trânsito.

Nessa noite — num novo gesto bem revelador do seu estado de espírito duma extrema confiança para além dos limites da prudência — o administrador dispensou um dos dois «sipaio» arma-

24. Ossú é um posto administrativo no caminho para Baucau, por onde passa a estrada Baucau — Viqueque e as linhas telefónicas.

dos que, com os «moradores», fariam a guarda à secretaria «porque o ambiente era calmo», «porque o movimento tinha sido já descoberto em Dili e efectuadas prisões e porque já os indonésios estavam prontos a seguir para Dili nessa manhã (...) aparentemente satisfeitos (...)» A guarnição era pequena obrigando-os a perder por vezes noites sucessivas. Quis poupá-los.

Grande decepção iria ter! Poucas horas depois dá-se o assalto à secretaria. Há guardas que resistem e são feridos.

O administrador só dá conta do que se passa, quando os sublevados se decidem a assaltar a sua casa. Pouco deve passar da meia-noite. É cercada pelos indonésios, que arregimentaram também uns timorenses que dormiam por ali para receberem salários e pagamentos de cocos que tinham vendido ao Estado. Surpreendido pelo tiroteio, reage como pode. O Tenente Gerson comanda o grupo que ataca a residência, enquanto outro asilado, acompanhado por um timorense dos que estiveram na reunião, toma posições junto à ponte da estrada para Ossú, no intuito de impedir a retirada.

O administrador consegue meter-se num *jeep* com a família e com um aspirante administrativo (timorense) que o coadjuvava e, debaixo de fogo, com o *jeep* varado pelas balas, felizmente sem danos pessoais, chega a Ossú, tendo logrado passar sobre os troncos que pretendiam barrar-lhe a estrada.

Telefona para o seu colega de Baucau pedindo 50 «moradores» para o acompanharem no seu regresso a Viqueque, logo que deixasse a família em segurança. Pelas três da madrugada telefona também para Dili (para o chefe de gabinete) a dar conta desta grave ocorrência, o qual lhe determina que peça o *jeep* da missão local e se dirija a Baucau, para onde lhe serão dadas directivas.

Os sublevados não ficam inactivos. Apropriam-se da camioneta da administração de Viqueque e seguem para Uato-Lari. Chegam pela manhã, sendo recebidos pelos amotinados que tinham ao peito tiras de pano com as cores da bandeira indonésia.

O Tenente Gerson, com dois timorenses mais evoluídos, prossegue para Uato-Carbau, onde são igualmente bem recebidos.

Em Dili, o chefe de gabinete, após o dramático relato do administrador Ramos, telefona ao chefe da polícia. Dão umas voltas rápidas pela cidade para esclarecer uma perseguição suspeita (ou fantasiosa?) que haveria sofrido o telegrafista que aquela hora entrava de serviço, segundo participação que acabara de fazer à polícia.

Dirigem-se à residência do Encarregado de Governo que dá ao Tenente Braga instruções para informar o Chefe de Estado-Maior acerca da situação e para lhe dizer que deve mandar imediatamente preparar duas secções de atiradores reforçadas, sob o comando dum subalterno para seguirem para Baucau logo ao alvorecer. Isto para além, claro está, de outras providências como: controle de comunicações telefónicas, alerta das unidades militares e imediata detenção dos restantes asilados indonésios.

Pelas seis da manhã, o Encarregado de Governo assiste no campo de aviação de Dili à partida daquela pequena força para Baucau, onde haviam sido mandadas requisitar camionetas e convocados alguns civis (timorenses, europeus e chineses) a quem foram distribuídas armas e munições. Recomenda-se aos chefes nativos da circunscrição de Baucau que reunam os seus homens e patrulhem a sua área com os meios tradicionais.

Pouco depois do meio-dia de segunda-feira, o administrador Ramos regressa a Viqueque apoiado por essa pequena força (um oficial²⁵, um sargento²⁶ e nove praças), estando ele próprio armado apenas com uma simples espingarda calibre .22, cedida por um particular!

Pelo fim da tarde sabe-se que havia regressado o motorista da camioneta de um comerciante chinês, que os sublevados coagiram a ir a Uato-Lari e que dá notícias preocupantes: os revoltosos foram recebidos por bastantes chefes nativos com os seus «arraiais».

Decide-se então promover também o levantamento de «arraiais» fiéis. Na zona de Viqueque, com excepção de Lacluta, a população reagiu mais lentamente. Em Lautém a reacção foi muito viva e muito rápida: poucas horas depois todo o povo se mostrava disponível e, nessa noite, o respectivo administrador tinha já à sua volta centenas de homens.

Nessa agitada manhã de segunda-feira, dois dos restantes asilados de Viqueque são detidos a caminho de Ossú, prova que os revoltosos apenas haviam encontrado algum apoio na região a leste da estrada Baucau — Viqueque, nas áreas de Uato-Lari e Uato-Carbau.

25. Tenente Ferreira

26. Furriel Pires

27. Alcuinha pela qual era conhecido o chefe de um dos «sucos» de Uato-Lari, António da Costa Soares, que, por instruções do Tenente Gerson, partiu de Viqueque para desencadear a sublevação.

Segundo as últimas informações chegadas ao gabinete, os rebeldes haviam deixado em Uato-Lari gente sua chefiada pelo António Metan²⁷ e pelo indonésio Moniaga e tinham reunido a norte de Uato-Carbau três grupos relativamente numerosos. Suspeitava-se que tivessem — ou que pensassem ter — apoios em Laga, fundeadouro no estreito de Wetar (na costa norte), onde a presença demasiado frequente de «corcóras» indonésias causava certa desconfiança.

Os «arraiaais» de Lautém, coordenados pelo administrador Serra Frasão e apoiados por uma parte da pequena diligência militar estacionada em Lospalos²⁸, formam o cerco por leste, mantendo-se também atentos à zona de Laga.

Em Dili há preocupação e um certo nervosismo: são poucas as informações sobre o que realmente se passa nas áreas sublevadas e são muito poucos os meios. Na terça-feira, dia 9, decide-se enviar um reforço de mais alguns soldados e designa-se o Capitão Manuel João Fajardo para dirigir localmente as operações. Este destacamento iria de avião, mas, afinal, à última hora, vai em alguns Unimogs militares.

É manifesta uma certa tensão no relacionamento entre o estado-maior do comando militar e a repartição do gabinete do Encarregado do Governo, ainda que o responsável máximo seja, em ambos os casos, a mesma pessoa.

Uma divergência importante surge quanto ao plano a seguir para dominar a sublevação. O chefe de gabinete (que, na prática, vinha coordenando tudo, em ligação com os administradores) discorda da orientação seguida pelo capitão que passou a comandar as tropas enviadas para o Leste, o qual centra as suas forças e preocupações em Viqueque, para onde faz seguir também todo o pessoal civil disponível em Baucau, incluindo médico e enfermeiros. Ao contrário, entendia o gabinete ser fundamental impedir o acesso dos revoltosos à costa norte e dar, portanto, toda a atenção à zona de Baguia para barrar o caminho para Laga. O capitão era apoiado pelo Chefe do Estado-Maior. O Tenente Braga coloca o assunto ao Encarregado de Governo (e Comandante Militar) que concorda com as suas preocupações, mandando imediatamente reforçar a guarnição de Baguia com parte de um destacamento militar que guardava a estação de rádio de Baucau.

O tempo corria. Estava-se já a 10 de Junho. As comunicações com Viqueque continuam difíceis. Desde há dois dias nada se sabe da coluna militar.

28. Diligência que desde Maio aí se encontrava, sob o comando do Sargento Carneiro Cirineu

A diligência de Baucau seguiu na noite de 10, quarta-feira, para Baguia e na madrugada seguinte segue de Dili uma nova secção de atiradores para a substituir.

E — atente-se na pobreza dos meios — envia-se mais um cabo e duas praças timorenses com uma *Bazuka* para reforçar Baguia.

Pelas 11 horas de 11 de Junho, efectivamente, os insurrectos estão à vista de Baguia e pelo meio-dia tentam um primeiro assalto à tranqueira²⁹. Foram repelidos pelos defensores do posto. Nesse preciso momento estava a chegar um «jeep» com o tal lança-granadas *Bazuka*, que nem sequer houve tempo de recolher dentro da tranqueira. Só num pequeno intervalo entre os assaltos isto se consegue. Os sublevados retrocedem com algumas baixas, recompõem-se e, por mais de uma vez, repetem a tentativa. Felizmente, para nós, as armas e munições que tinham roubado eram de fraca qualidade (muitos cartuchos não disparavam).

Iniciam a debandada em direcção a Uato-Carbau. Na circunscrição de Baucau, apenas dois chefes nativos do posto de Baguia tinham apoiado os revoltosos, mas não conseguiram sublevar os seus povos e foram mortos pelos seus próprios homens.

No final da tarde, quando o gabinete procurava ainda obter notícias da coluna do Capitão Fajardo, surge inesperadamente na linha a voz de um guarda-fios que procurava restabelecer as ligações telefónicas com Ossú. Estava escondido no mato e não ocultava o medo bem natural que sentia naquela situação. Já havia podido contactar com o seu colega de Uato-Carbau, que o informou que os rebeldes já tinham regressado após o ataque a Baguia, fugindo para as suas terras ou procurando esconder-se.

Pouco depois, o mesmo guarda-fios informa que esse seu colega lhe diz que se ouviam grandes estrondos para os lados de Uato-Lari. Vem depois a saber-se que eram as nossas forças que, antes de entrarem em Uato-Lari, haviam disparado algumas granadas de morteiro.

Este pequeno incidente é bem revelador das enormes dificuldades técnicas no domínio das comunicações e, também, da falta de ligação entre as pessoas. Somente pelas 10 da manhã do dia 12, sexta-feira, o Encarregado de Governo (e Comandante Militar) entra em contacto com o Capitão Fajardo. Estava já em Uato-Lari. Procedia

29. Recinto que protegia algumas antigas instalações militares em Timor, onde depois se instalaram alguns postos administrativos

a averiguações que retardavam o seu avanço para Uato-Carbau. Segundo ele, os rebeldes estariam concentrados na foz da ribeira de Irabere, preparando-se para atacar Uato-Lari. Todavia, nesse momento a coluna com os «arraiais» do administrador de Lautém atacava Uato-Carbau, depois de ter atravessado a vau aquela ribeira.

Continuavam a ser diferentes as perspectivas do gabinete e do comando das operações militares: o primeiro considerava urgente que a coluna se ligasse aos «arraiais» no ataque a Uato-Carbau: o segundo entendia que o essencial seria conter a ameaça da presumida concentração na foz da Irabere.

O Comandante Militar chama imediatamente o Chefe de Estado-Maior e determina que, na manhã seguinte, o Capitão Barreiros (acompanhado dum antigo funcionário civil que conhecia bem aquela região) fosse assumir o comando da coluna, enquanto o anterior prosseguia as suas averiguações em Uato-Lari. Parte de avião para Baucau no dia 13.

Na véspera, os «arraiais» de Lautém ocupam Uato-Carbau. A rebelião desmantela-se. Os rebeldes espalham-se. É o «salve-se quem puder».

Mais uma semana e, dos principais responsáveis, apenas havia por capturar um dos indonésios, que foi detido na manhã do dia 20 e um ajudante de observador dos serviços meteorológicos, detido quatro ou cinco dias depois.

Precisamente nesta ocasião (22 de Junho) chegava eu a Timor.

O desfecho

Em 25 de Junho, dadas por concluídas as operações no Leste, o inquiridor reinicia as averiguações sendo detidos e ouvidos uns 45 indivíduos implicados na revolta. Talvez, numa justiça fria e severa, devessem ser mais. Entendi, porém, dever tomar a decisão de instruir o administrador Monteiro (instrutor do processo) para parar a escalada de detenções que estavam decorrendo quando, nos interrogatórios, se apurava que outros também estiveram ao corrente dos preparativos.

Foi uma decisão fundamental no plano ético e político. Evitava-se a psicose de repressão que tem sempre enormes custos humanos e, politicamente, não se deixavam agravar as feridas já

feitas no tecido social, pois o mais importante e urgente era tratá-las para que cicatrizassem. Esta orientação provocou críticas de alguns sectores, sobretudo militares, que entendiam que se deveria punir exemplarmente, reprimindo a sublevação com implacável dureza.

Em Agosto, escreve-me, de Lisboa, um amigo, então oficial superior do Estado-Maior, dando-me conhecimento dos lamentos bastante azedos contidos numa carta dum jovem oficial, seu antigo aluno, nessa ocasião em serviço em Timor. Eram duras as críticas:

«O nosso Tenente-Coronel Aguiar não estava a poupar fosse quem fosse (...). Depois de se terem feito muitas prisões os padres foram pedir ao Sr. Governador para não fazer mais prisões que afinal a coisa não era tão má como se dizia. Agora consta que o Governo da Província não prenderá mais ninguém. Isto é tanto mais grave quanto se sabe que existe um padre (...) metido no assunto, bem como elevado número de catequistas».

Entretanto, procuro inteirar-me pessoalmente das condições das prisões e, mais do que isso, um dia pela manhã, no caminho para o gabinete e sem prevenir ninguém, digo ao condutor para se dirigir ao depósito de material de guerra, onde estavam detidos diversos dos responsáveis. Mando chamar alguns. Conversamos longamente, a sós, numa pequena sala. A conversa esclareceu-me e tocou-me, pois pareceram-me sinceras as suas palavras: confessaram os factos e não alijaram as suas responsabilidades, mas imploraram clemência e expressaram o seu arrependimento em termos por vezes dramáticos.

Visitei outras prisões sem um mínimo de requisitos, como era o caso do velho *D. Aleixo*, barco já inoperacional, fundeado na baía de Dili, prestes a ser vendido. Ainda que a época fosse a mais fresca, o calor era insuportável.

Por tudo isso, considerei urgente retirar esses homens da Província, apesar dos custos humanos que isso comportaria ao afastá-los das suas famílias.

Mantê-los naquelas condições era, porém, intolerável.

Informações fidedignas de que dispunha revelavam que um vogal do Conselho de Governo (Francisco Maria Xavier de Araújo)³⁰ esteve também envolvido nesse movimento, instigando alguns na fase preparatória. Entendi que deveria marcar uma posição relativamente

30. Possuía plantações de café em Ermera. Tinha laços de família com Pedro Lobo, timorense que fez enorme fortuna e era preponderante em Macau.

a este caso, tendo em conta as suas responsabilidades políticas e o seu nível social. De outro modo, a generosidade teria a cor da fraqueza.

A sua detenção não poderia ter lugar enquanto pertencesse ao Conselho do Governo.

Ponderou-se a hipótese de dissolução, que só poderia ser determinada pelo governo central. Lisboa não concordou com essa via. Penso que foi o mais sensato. Restava a solução de o destituir após processo e deliberação do próprio conselho.

Foi uma sessão naturalmente dramática, pois Francisco Araújo está presente, ouve as acusações e pode defender-se. A deliberação (por voto secreto) foi concludente: uma abstenção apenas (se a memória não me falha). É destituído e preso à saída.

Concluído o respectivo processo, em Outubro segue sob prisão para Macau, acompanhado pelo ex-chefe de polícia que eu havia substituído e mandado regressar à metrópole para ulterior colocação. Araújo ficou em Macau, apoiado por Pedro Lobo e não deverá ter achado demasiado injusto o meu procedimento para com ele, pois quando, quatro anos volvidos, regressei a Lisboa no termo do mandato, ao passar ali (Abril de 1963), Francisco Araújo estava no cais onde amarou o hidroavião que me trazia de Hong-Kong, numa atitude respeitosa e não de desafronta.

Só soube disso horas depois. Quis recebê-lo, porém, o pessoal do gabinete do governador de Macau não o localiza. No mês seguinte, já em Lisboa, recebo uma carta de Francisco Araújo: é um documento que tranquilizaria completamente a minha consciência se tivesse ainda alguma dúvida sobre a correcção da forma como agi. Dizia-me que, com a sua presença, queria naturalmente reafirmar a sua inocência, mas — acentuava — queria também prestar-me a sua «homenagem de gratidão pela obra realizada em Timor» e reiterar-me toda a sua consideração. Em Junho, em telegrama que me dirige através do Ministério do Ultramar, agradece penhorado o apoio que lhe prestei patrocinando a solução do problema da sua reforma.

Tudo isto sinal de que estes sérios incidentes se resolveram sem tibieza mas com bom senso e, sobretudo, dentro da velha máxima de Santo Agostinho de amar os homens ao combater os erros.

31. Estes e outros pormenores curiosos acerca desta viagem, estão relatados numa carta escrita a bordo do Índia pelo ex-chefe de polícia e dirigida ao instrutor do processo, cujo original me foi então entregue e ainda conservo (data: «A Bordo do n/m Índia - 15 - XI - 1959»).cf. anexo IX.

Quanto aos outros detidos, uns haviam já partido e outros foram no mesmo navio para a Colónia Penal do Bié (Angola), sendo-lhes facilitado que as famílias se lhe juntassem.

A viagem do navio — o *Índia* — foi algo atribulada. Em Hong-Kong vem a bordo o filho de Francisco Araújo. Visita-o e procura tranquilizá-lo: se estava inocente, os tribunais o absolveriam. Ele diz-se vítima duma intriga armada por um seu afillhado, «por um dia ter abusado da mulher»³¹.

Pouco depois, em Macau, aparato de segurança. Não há desembarque de passageiros nem visitas: apenas o genro de Pedro Lobo tinha uma autorização especial do governador para cumprir Araújo em nome do sogro (que estava com forte ataque de asma) e trazia um advogado (Dr. Assunção).

O *Índia* ruma a Singapura. Aí os quatro indonésios, usando os lençóis como corda, escapam-se por uma vigia não gradada do camarote em que seguiam. Caem ao mar e, prestes a afogar-se, são recolhidos por um navio alemão. As autoridades locais propõem-se entregá-los uma hora antes da partida do navio, mas pedem a relação dos passageiros. Verificam que há um chinês (um dos detidos, precisamente o ex-condutor do cônsul da Indonésia).

Interrogado, ele prontifica-se a justificar a sua presença dizendo que ia para Portugal «contratado para trabalhar» para o Estado! O funcionário da emigração de Singapura exige documentos através dos quais possa provar a identidade dos detidos, que não constavam da lista, bem como dos indonésios foragidos. O comandante sente-se embaraçado. Há trocas de olhares com os responsáveis presentes. Surge uma solução «luminosa»: o comandante manda buscar a guia referente aos presos, que dizia «por ordem de Sua Excelência o Subsecretário da Administração Ultramarina» e explica a esse zeloso funcionário da emigração que os elementos constantes de tal lista iam para Portugal «gozar férias» para a FNAT! O funcionário aceitou e não fez mais perguntas. Nessa lista figuravam também os indonésios, que ainda não tinham voltado para bordo.

Todavia, a polícia marítima chama entretanto o cônsul indonésio para identificar os evadidos, o qual não os reconhece como cidadãos seus. Os indonésios acabam assim por ser reconduzidos ao navio. A viagem prossegue com as escalas e a morosidade habitual, rumo a Lisboa, via Mormugão e Aden. Aqui decide-se à última hora alterar a rota, tocando Lourenço Marques e Luanda.

O processo é reexaminado em Lisboa com intervenção da PIDE e, a pedido do Ministro do Ultramar, também por Óscar Ruas, antigo governador de Timor.

Há críticas severas ao instrutor e apontam-se deficiências processuais.

Existiam, por certo. Aliás, no próprio relatório dos autos isso se reconhece e se propõe que as averiguações prossigam, conduzidas por averiguantes especializados. E, no despacho com que encerro o processo para o remeter para Lisboa, chamo também a atenção para o facto, insistindo para que seja completado por entidade estranha à Província e tecnicamente qualificada, sem prejuízo de considerar proficiente o trabalho realizado em Timor dadas as reduzidíssimas possibilidades ali existentes.

Segundo o velho aforismo: «a crítica é fácil e a arte é difícil».

O tempo, porém, ia passando. Estas razões técnicas trabalhavam no sentido de atenuar o rigor da justiça. E penso que foi melhor assim.

Dos 63 inicialmente detidos, ao fim de dois anos 25 estão já de volta a Lisboa, vindos de Angola por proposta da própria PIDE.

Estando prestes a terminar o período do meu mandato, entendi que o regresso destes deveria fazer-se com cautela. Pensava no seu reenquadramento social e em não deixar fermentos de perturbação ao meu sucessor. Lembrava também para Lisboa a conveniência de resolver com brevidade a situação dos quatro indonésios detidos ainda à ordem da PIDE. Estava-se já no segundo semestre de 1962. Parto de Dili em Abril de 1963.

Fica, todavia, uma pergunta ainda sem resposta: quem foi na realidade o mentor desta sublevação? É evidente que não disponho de elementos seguros para responder.

O instrutor do processo pensa que foi tudo de iniciativa do próprio cônsul Nazwar Jacub, solidário com rebeldes de Sumatra, que via no êxito da sublevação em Timor um reforço para o seu partido. Talvez isto tenha uma grande parcela de verdade, mas o facto é que o novo cônsul (Teng Ku Hussim) continuou a dar apoio aos implicados e, inclusive, a sugerir-lhes o recurso ao asilo político. E mais ainda. As ameaças da Indonésia não pararam. As actividades suspeitas do novo cônsul prosseguiram e, poucas semanas após o meu regresso à Metrópole, na fronteira terrestre (região de Cova Lima), há mesmo infiltrações declaradas de grupos de cerca de 200

indonésios acompanhados de polícias com pistolas metralhadoras e espingardas, que deram origem a sérios confrontos e a firme reacção das nossas tropas de «2.^a linha».

Altos escalões de Djakarta não poderiam estar alheios a tudo o que ocorreu.

Quando hoje se recorda esta frustrada tentativa indonésia; quando se ponderam as reduzidas forças de que Portugal aí dispunha e a modéstia dos meios militares que foram usados para dominar essa sublevação: apenas umas poucas armas ligeiras (sem tanques, sem auto-metralhadoras, sem artilharia, sem aviões ou helicópteros) e umas escassas dezenas de homens; quando se verifica que a quase totalidade deste pessoal era timorense e que foram, sobretudo, as estruturas tradicionais — os «moradores» — que normalizaram rapidamente a situação; torna-se evidente que alguma diferença muito substancial terá de haver entre a presença portuguesa e a ocupação indonésia, para que Portugal pudesse então, em poucas semanas, restaurar a tranquilidade e a paz interna em Timor com uma percentagem ínfima dos efectivos militares com que a Indonésia não consegue, ao cabo de 20 anos, esconder aos olhos do mundo a persistência da «guerrilha».

CAPÍTULO IV

Timor e o progresso: as nossas culpas e as nossas desculpas

A população

Timor tinha cerca de meio milhão de pessoas quando cheguei. A evolução da população entre 1950 e 1970 foi a seguinte:

	1950	1960	1970
Total	442 378	517 079	609 477
Homens	232 018	267 786	316 446
Mulheres	210 360	249 293	293 031

Isto corresponde a um aumento de 16,9% entre 1950/60 e de 17,9% entre 1960/70. Acentuou-se, como é normal, o afluxo às zonas mais evoluídas. Por exemplo, Dili duplicou a sua população entre 1950 e 1960: passou de 10 400 a 21 100 habitantes.

A repartição por confissões religiosas (dados de 1970) era:

Católicos	153 280
Protestantes	2 369
Outros cristãos	401
Muçulmanos	910

Os restantes professavam a sua religião natural, ainda que a estatística considere cerca de 290 000 como «sem religião».

A sua composição por tipos somáticos (ordenados pelo seu peso no total) era aproximadamente:

	1950	1970
Negros	54	22
Indianos	48	42
Árabes	110	(a) Todos em Dili
Branços	568	1 463
Mistos	2 022	1 939
Amarelos	3 128	6 120
Timorenses	436 448	599 891

(a) — devem estar incluídos noutro grupo: mistos ou, mesmo, timorenses.

A presença de vários tipos étnicos e a diversidade linguística mostram a sobreposição de raças e culturas ao longo de séculos. É uma característica muito peculiar de um povo tão pequeno, que lhe confere uma identidade muito própria e uma enorme riqueza humana na coexistência e convívio de costumes, crenças e modos de vida diferentes. Na linguagem, por exemplo, o tetum é a língua nativa agora mais falada, porque os missionários a procuraram difundir como língua veicular, elaborando dicionários e gramáticas; todavia, existem muitas outras — mais de uma dúzia — que nem sempre são meros dialectos, mas autênticas línguas bem diferenciadas.

A missionaçãõ durante mais de quatro séculos e a difusãõ do português como língua de cultura, completam este complexo panorama.

A distribuiçãõ etária (dados de 1970) revelava um certo equilíbrio entre as classes activas (20 a 59 anos) e as juvenis (inferior a 20):

inferior a 20 anos	298 249	48,9%
20 a 59 anos	270 577	44,4%
60 anos ou mais	40 651	6,7%

A educação e o ensino

Ensino oficial

Compreendia: um liceu, escolas oficiais primárias, escolas municipais, escolas regimentais e outros cursos avulsos (como regra de índole técnica).

a) — Ensino Liceal

Em 1938 foi criado um colégio-liceu até ao 1.º ciclo, com professores a título gracioso. A partir de 1952 passam a poder realizar-se, com validade oficial, os exames de admissão, do 1.º e do 2.º ciclo, passando a leccionar-se o 2.º ciclo.

Em 1960 é transformado em liceu (até ao 2.º Ciclo), passando a dispor do 3.º Ciclo em finais de 1963.

O seu desenvolvimento é expresso pelos seguintes números:

Ano lectivo	Professores	Alunos
1950/51	5	27
1954/55	5	95
1958/59	9	125
1962/63	21	214

b) — Ensino Primário

Em 1950 havia apenas duas escolas primárias oficiais com cerca de 50 alunos.

A ocupação japonesa terminou poucos anos antes e só deixou destroços, mas não pode deixar de reconhecer-se que a evolução neste sector esteve algum tempo bastante adormecida. De facto, os dados são os seguintes:

Ano lectivo	Escolas	Professores	Alunos
1950/51	2	2	51
1954/55	2	2	81
1958/59	4	7	230
1962/63	8	15	635

O primeiro objectivo era conseguir que cada administração ou concelho (nove ao todo) dispusesse de uma escola oficial. O grande problema — maior que o financeiro, para construir escolas ou custear o seu funcionamento — era recrutar professores habilitados. Os 15 que existiam eram senhoras, no geral esposas de funcionários. Os recursos locais de recrutamento estavam esgotados e houve que recorrer a indivíduos sem o curso do magistério.

c) — Ensino Municipal

Por iniciativa do governo local, a partir de 1 de Janeiro de 1961 foram criadas comissões municipais em todas as circunscrições, excepto Oe-Cussi, sendo o ensino a sua preocupação predominante, posto que havia sido o ensino o motivo que mais entusiasmou as populações a aderirem à ideia.

Logo no ano lectivo 1961/62 funcionaram 27 escolas com mais de 2000 alunos.

De início cada escola dispunha somente de um professor: em 1963 já quase metade tinha dois. O seu desenvolvimento foi rápido:

Ano lectivo	Escolas	Professores	Alunos
1961/62	27	27	2089
1962/63	31	43	3147

É óbvio o excessivo número de alunos por professor. Mas o essencial era arrancar, mesmo com instrutores de habilitações mais reduzidas e com todo este excesso de alunos para os meios disponíveis. A sede de aprender criaria uma dinâmica irreversível e depressa viriam melhores escolas e mais e melhores professores.

O objectivo era ensinar a ler e a escrever, as quatro operações, ideias gerais de Geografia e História, alguns exercícios físicos, higiene, etc. Anexa a cada escola existia uma pequena granja, na qual se ministravam noções básicas de agricultura com a finalidade não apenas de ensinar melhores técnicas, como também de ir enraizando a ideia de que o trabalho da terra não é incompatível com a condição de letrado.

As escolas funcionaram em instalações proporcionadas pelos municípios, muitas delas construções modestíssimas de carácter provisório. Pretendia-se, nesta primeira fase, que cada posto administrativo passasse a ter a sua escola.

O acolhimento da população foi excepcionalmente animador, como, de resto, se sentira já ao instituir as comissões municipais, pois uma medida tão impopular como é sempre o agravamento dos impostos foi recebida sem qualquer reacção desfavorável precisamente porque a difusão do ensino era a grande promessa que começava, de facto, a cumprir-se.

O problema maior foi a formação e selecção de professores. Houve que recorrer a indivíduos com o curso de professor catequista ou mesmo apenas com alguns anos de liceu. Em 1961, antes da abertura das aulas, organizou-se um pequeno curso de aperfeiçoamento; no final da experiência do primeiro ano, organizou-se outro em Agosto de 1962.

d) — Escolas Regimentais

As unidades militares mantinham aulas nas quais era ministrada instrução a todos os soldados carentes de habilitações literárias, como sucedia, aliás, no território continental. Naquela época, o contingente timorense — da ordem de mais de um milhar de homens — era alfabetizado nestas escolas.

Ensino Missionário

As missões mantinham duas escolas secundárias — o Seminário Menor e a Escola de Professores Catequistas — cuja frequência era, em 1962/63, de 83 alunos e dispunham de 14 professores. A sua frequência oscilou bastante entre um mínimo de 36 em (1950/51 e 1952/53) e um máximo de 87 (1960/61).

Quanto ao ensino primário, dispunham de mais de duas dezenas de escolas e colégios missionários, para um e outro sexo, na maioria com internato, que educavam cerca de 1400 alunos e, além disso, de cerca de meia centena de escolas rurais.

As missões continuavam a ser quem ministrava o ensino à maior parte da massa escolar, ainda que o seu peso decrescesse após a instituição das escolas municipais.

A evolução do ensino primário e rural missionário foi a seguinte:

Ano lectivo	Escolas	Professores	Alunos
1958/59	66	105	4 414
1959/60	60	132	4 627
1960/61	65	137	5 010
1961/62	71	134	5 172

A pedido do governo da Província, as missões, a partir de 1961, mantiveram em Dili dois lares — um para rapazes e outro para raparigas — para facultar às crianças do interior o prosseguimento dos seus estudos.

É de pura justiça salientar a contribuição das missões na formação do escol cultural dos timorenses, como se comprova, aliás, pelos currículos escolares de diversos dos seus actuais líderes políticos e, muito em especial, pelas personalidades marcantes dos três bispos timorenses (D. Martinho da Costa Lopes, D. Carlos Ximenes Belo e D. Basílio Nascimento) e de sacerdotes como Mons. Barros Duarte, com vasta obra publicada.

Ensino chinês

A comunidade chinesa dispunha de um estabelecimento secundário em Dili, com oito professores e uma centena de alunos e, além disso, de cerca de duas dezenas de escolas primárias espalhadas pela Província, com uma média de dois professores por escola e uma frequência global entre 800 e 1000 alunos. O número e frequência das escolas chinesas não sofreu grandes variações, porque representava já uma escolarização muito próxima dos 100%.

Isto explica bem a razão por que uma pequena comunidade — ao tempo da ordem de quatro a cinco mil pessoas — conseguiu uma influência tão grande na vida económica de Timor.

Bolsas de Estudo

Em 1960 foram instituídas bolsas de estudo. Logo nesse ano se concederam três bolsas (Magistério Primário e Regente Agrícola). Em 1961 não houve concorrentes, ainda que fosse sufi-

ciente a classificação de 12 valores. Em 1962 puderam conceder-se outras três bolsas (duas para cursos médios). A Fundação Gulbenkian, correspondendo ao pedido do governo da Província, facultou mais duas bolsas, uma delas para uma médica que, com esse apoio, concluiu o seu curso.

Outras actividades

Para ter em conta as necessidades decorrentes da electrificação de Dili (que, a partir de Junho de 1962 — e só então — passou a dispor de iluminação pública e distribuição domiciliária de energia eléctrica), em 1960 foi regulamentada a profissão de electricista e, em Agosto de 1960, foi criado o respectivo curso de formação profissional. O curso teve uma duração superior a um ano e foi frequentado por mais de duas dezenas de alunos. Foi o primeiro curso profissional ali ministrado em moldes já bastante actualizados, dando acesso e valorizando a correspondente carteira profissional.

Resumo

Em Timor, naquela época, devia haver cerca de 125 000 crianças entre os cinco e os 15 anos (aproximadamente 24% a 25% do total da população), das quais mais ou menos metade entre os sete e os 12 anos. Em 1963 estavam escolarizadas entre dez e onze mil crianças, quase tudo ao nível primário, ou seja, da ordem de 17% a 18% em relação a este grau de ensino. Mesmo abstraindo as chinesas, obtém-se para as restantes uma escolarização na casa dos 16%: valor muito fraco, sem dúvida, para o que seria desejável, mas que podia citar-se sem vergonha relativamente a regiões congéneres. O processo iria acelerar-se e, em 1972, havia já 60 000 alunos no ensino primário e 1700 no médio e secundário. O IV Plano de Fomento (1974/80) previa a meta da escolarização total para o final dessa década.

A situação económica

Naquela época, Timor era — e, infelizmente, continuou a ser — uma terra desoladoramente pobre. Os seus indicadores económicos eram os mais baixos de todos os territórios ultramarinos portugueses, ainda que o nível de vida não fosse inferior ao de muitos povos da África e da Ásia, designadamente aos da região vizinha. Tal era a miséria do Terceiro Mundo!

Alguns números ajudarão a caracterizar melhor a situação.

Timor e os outros territórios ultramarinos¹

A capitação do PIB (custo dos factores) era em 1958 a seguinte:

Cabo Verde	97 USD
Guiné	131 USD
São Tomé e Príncipe	299 USD
Angola	139 USD
Moçambique	121 USD
Estado da Índia	156 USD
Macau	232 USD
Timor	76 USD

Timor era também — e de longe — o mais carente quanto a actividade industrial. A origem do PIB por sectores era (em %):

	Primário	Secundário	Terciário
Cabo Verde	19,2	2,8	80,2
Guiné	48,1	1	50,9
S. Tomé e Príncipe	32,1	1,2	66,7
Angola	23,9	5,7	70,4
Moçambique	25,9	8	66,1
Estado da Índia	30,8	1,7	67,5
Macau	2,4	10,7	87,7
Timor	32,8	0,6	66,6

As dificuldades de Timor acentuam-se mais ainda se se tiver em conta que o comércio estava quase todo na mão da comunidade chinesa.

1. Dados constantes dos PARECERES da Câmara Corporativa (IX Legislatura), vol. III, 1967

Alguns dados mais significativos

A situação ficará, desde logo, bastante clara se se considerar a participação relativa dos diferentes ramos de actividade na formação do PIB²:

— Agricultura, silvicultura, caça e pesca	32,5%
— Comércio	26
— Administração Pública e Defesa	18
— Restantes serviços	16
— Bancos, Seguros e transacções s/imobiliário	3
— Construção	2,8
— Indústria extractiva	1,1
— Transportes, entrepostos e comunicações	0,8
— Indústria transformadora	0

Era bem evidente o clássico drama do subdesenvolvimento: a maior pobreza dessas terras não consiste na falta de recursos naturais, mas precisamente no facto de serem subdesenvolvidas. Isto é: não terem estruturas capazes para se desenvolver. Não há ensino, não há transportes, não há um mínimo de infra-estruturas técnicas ou outras. A economia apresenta grandes distorções e fragilidades que dificultam o progresso. Uma muito típica é o que se passava em Timor que, nos séculos anteriores, viveu à sombra do comércio do sândalo que, cortado sem critério, há muito quase se esgotou e, neste século, tem vivido com base num único produto — o café — que representa cerca de 80% do valor das exportações (em 1958 exactamente 79,13%).

Sendo pouco significativa a flutuação do escudo e tendo a moeda de Timor uma paridade fixa³, a variação do preço do café era a variável crítica da vida económica timorense.

Esta variável escapava inteiramente ao nosso controle. Ainda que o café de Timor fosse conhecido, era uma gota de água no comércio mundial. Os produtores e exportadores careciam de capacidade económica para reagirem a essa dança dos preços.

O mapa seguinte afigura-se extremamente elucidativo.

2. Não dispondo de dados referentes a 1958, indicam-se os de 1962 retirados dos estudos para o III Plano de Fomento.

Evolução das exportações de café

Ano	Toneladas	Valor (10 ³ contos)	Preço médio (Esc./Kg)
1950	1 396	23,9	17\$10
1951	798	17,9	22\$50
1952	1 373	38,9	28\$30
1953	1 381	42,4	30\$70
1954	911	30,0	33\$80
1955	948	28,4	30\$00
1956	1 119	30,8	25\$80
1957	1 283	30,3	23\$60
1958	1 686	41,3	24\$50
1959	1 970	33,6	17\$00
1960	1 246	19,7	15\$80
1961	1 377	18,7	13\$60
1962	1 839	25,5	13\$90
1963	2 683	36,4	13\$55

A copra — segundo produto em importância — variou, no mesmo período, entre 830 e 1790 ton./ano, com valores entre 2650 e 6600 contos/ano.

A borracha — o terceiro — variou entre 187 e 337 ton./ano, com valores entre 1350 e 4400 contos/ano.

O valor médio das exportações de 1950 a 1963 situava-se na ordem dos 40 000 contos/ano (com máximos de 52 000 e mínimos de 29 000).

Sândalo foi ainda exportado em 1950 e 1951: 139 ton., por 733 contos.

Sendo a balança comercial francamente deficitária (milhares de contos)

	Importação	Exportação	Saldo
1959	46,0	44,1	- 1,9
1960	51,4	28,4	- 23,0
1961	52,4	23,4	- 29,0
1962	64,4	34,3	- 30,1
1963	80,4	42,9	- 37,5

3. Até 1960 a pataca valia 6\$25 escudos; depois, o escudo «ao par».

A balança de pagamentos apresentava sempre saldos positivos, essencialmente porque o Estado (quer dizer, a então Metrópole) pagava a quase totalidade dos investimentos públicos (na ocasião através do II Plano de Fomento) e as despesas com as Forças Armadas.

Assim, as entradas do Estado foram da seguinte ordem de grandeza:

(milhares de contos):

1959	19,50
1960	24,95
1961	36,83
1962	46,27
1963	57,14

Estas verbas eram modestas para as enormes necessidades, mas mesmo assim equivaliam a duplicar as receitas próprias da Província (na época da ordem dos 50 000 contos).

Como nota curiosa, a pretensão ingénua que houve de aproveitar a introdução do novo regime monetário (que substituíra a pataca pelo escudo, trocável ao par pelo escudo da Metrópole)⁴ para reduzir artificialmente a inflação. De facto, emitiram-se notas de 60\$ e 30\$ e cunharam-se moedas de 6\$, 3\$, 1\$, \$60, \$30 e \$10 presumindo que o timorense iria aceitar 60\$ como 10 patacas, 30\$ por 5, etc.⁵. Houve comerciantes e patrões que tentaram aproveitar-se. «Senhor, falta (...)» — e indicava o quantitativo — era a resposta do timorense, tido por inculto, mas que sabia fazer contas à sua maneira ainda que não soubesse a nossa matemática. Imediatamente providenciei junto do governo central para se corrigir esta situação absurda, emitindo notas e moedas com valores múltiplos e submúltiplos da base decimal de numeração. O erro foi reconhecido e a substituição foi-se realizando progressivamente.

Os números mostram que os anos em que me coube governar Timor foram de manifesta quebra do preço do café e foram também os de arranque da construção das infra-estruturas básicas — porto de Dili, aeroporto de Baucau, instalação de água, esgotos e saneamento de pântanos, escolas, reparação de estradas e pontes, etc. Ou seja: anos de «vacas magras» quanto a receitas próprias e de bastantes realizações do Plano de Fomento, mas que não se repercutiam imediatamente no bem-estar das populações.

4. Aprovado pelo Decreto n.º 41 428, de 7 de Dezembro de 1957 e que entrou em vigor em 2 de Janeiro de 1960.

5. O câmbio anterior da pataca estava fixado em 6\$25.

As grandes carências estruturais

Porque o factor humano é sempre o elemento fundamental do progresso, a maior carência residia naturalmente no campo da educação e do ensino da generalidade da população. Todavia, para além disso, os quadros eram poucos e as estruturas técnicas dos serviços paupérrimas. Para as suprir, foram criados no âmbito do Plano de Fomento diversos organismos autónomos para tarefas específicas, constituídos por pessoal recrutado a partir da Metrópole, em comissão eventual, que prestaram colaboração muito valiosa, como por exemplo:

- Brigadas: para estradas, para construção do Porto de Dili, para a construção do Aeroporto de Baucau;
- Missões: geográfica, de combate a endemias.

E até, desvirtuando porventura um pouco apoios internacionais recebidos pelo governo de Lisboa (no âmbito da NATO), o Serviço Meteorológico Nacional instalou em Timor uma estação para estudo de marés terrestres, com equipamento bastante sofisticado, cuja manutenção ultrapassava em muito as capacidades técnicas daquele meio tão modesto. Deu-se, por exemplo, o caso de se ter partido o fio de quartzo que suspendia o pêndulo e a respectiva reparação (soldadura) teve de ser mandada fazer em Singapura.

O estado das infra-estruturas materiais era aflitivo:

- Estradas e pontes: as estradas eram simples pistas de terra batida e as pontes pouco mais eram que ruínas deixadas pela guerra. As ribeiras atravessavam-se a vau. A mais caudalosa (a de Lacló, junto a Manatuto), algumas vezes a passei numa pequena cadeira de palha com a ajuda de quatro hábeis timorenses que sabiam defender-se da torrente e escolher o caminho pelos sítios menos profundos. Era uma aventura com uma forte sensação de risco.
- Transportes terrestres: nestas circunstâncias andar por estrada era extremamente difícil, incómodo, moroso e aleatório. Existiam os «jeep» dos serviços oficiais e de alguns comerciantes e raras camionetas que transportavam carga e pessoal (em precárias condições). Na época das chuvas havia, por vezes, que esperar longas horas junto a torrentes caudalosas até que elas passassem a pequenos riachos.
- Portos e transportes marítimos: os portos eram meros ancoradouros e mesmo no de Dili os navios ancoravam na baía e era vulgar ver descarregar bidões atirando-os para a água e recolhendo-os na praia. A cabotagem era feita por duas ou

três barcaças de comerciantes. O *D. Aletxo* jazia no meio daquela belíssima baía — mas era já sucata que, dado o seu estado, foi até difícil de vender.

- Aeroportos e transportes aéreos: os aeroportos eram pedaços de terra mais ou menos lisa e recobertos de «capim», excepto o de Baucau, cuja pista estava aberta num maciço coralífero que os caprichos tectónicos colocaram aquelas centenas de metros de altitude. Os aviões — dois bimotores *Dove* e um quadrimotor *Heron* — era uma das poucas notas positivas, ainda que a sua manutenção (no sul da Austrália) causasse alguns problemas e grandes encargos.
- Saneamento, água, energia eléctrica: praticamente nada existia. Só o II Plano de Fomento permitiu sanear os pântanos em redor de Dili e dotar a capital com abastecimento de água e energia. Anteriormente, apenas alguns geradores «*diesel*» avulsos e um abastecimento rudimentar de água, que, na época das chuvas, mais parecia café!

Timor, a vizinha Indonésia e outros territórios do Terceiro Mundo

Os dados anteriores evidenciam com suficiente crueza o atraso da terra e o baixo nível de vida da sua população. Mas o quadro ficaria incompleto e desfocado se não se procurasse analisar o caso de Timor na perspectiva mais geral da gritante e desumana miséria que pesava — e pesa ainda — sobre parte tão significativa da população deste nosso planeta.

Estas reflexões destinam-se também a responder à pergunta que agora se ouve com demasiada frequência, ditada talvez por bem intencionados sentimentos, mas esquecendo que a lógica tem outras exigências: Que fizemos em Timor em 400 anos?

Estas tais exigências foram precisamente as que levaram Josué de Castro, ao estudar o fenómeno da fome, a intitular o seu livro *Geopolítica da Fome* e não apenas uma «Geografia da Fome»⁶. Ao iniciar a sua obra, reconhecia, baseado em dados da FAO (respeitantes a 1946), que «hoje se verifica, sob critério de observação científica, que cerca de dois terços da população do mundo vivem num estado permanente de fome». Claro que — como também reconhecia — o «colonialismo desumanizado» tem fortes culpas, mas ao «imperialismo

6. CASTRO, Josué de — *Geopolítica da Fome* — 6.^a ed., Editora Brasiliense, Prefácio, pp. 26 e 27.

económico e ao comércio internacional, controlados por (...) minorias obcecadas pela ambição do lucro» atribuía, em resumo, as razões maiores deste fenómeno, «cujas raízes mergulhavam no escuro mundo dos interesses económicos (...) de minorias dominantes».

Claro que Portugal teve também os pecados de colonizador, mas não é, nem de longe, o responsável por dois terços da humanidade!

Quando dispunha de maior poder a nível mundial (séculos XV e XVI) possuía um certo peso nos domínios do «comércio e navegação», mas a colonização, em si mesma, era ainda incipiente: nos séculos seguintes, povoou, miscigenou-se, criou o Brasil, caminhou para o interior de África e de Timor. Pôde aproveitar-se algum tempo, é facto, do ouro, do sândalo, das especiarias e, até, do bárbaro e rendoso negócio que era o tráfico de escravos. Todavia, pronto começou a sentir na sua própria metrópole o peso das cobiças e da exploração alheia, designadamente da Inglaterra, que agia como suserano no plano político (v.g.: desde o seu papel positivo nas invasões francesas, na Carta Constitucional, etc., até ao ultraje do seu humilhante Ultimato) e como expoente do mais claro imperialismo económico (v.g.: desde concessões de eléctricos e telefones em Lisboa até diversas outras em África, algumas delas majestáticas).

Teria a presença portuguesa sido prejudicial a Timor?

Ao estudar o problema da pobreza no mundo, Galbraith⁷ coloca umas perguntas embaraçosas para aqueles que pretendem simplificar demasiado o problema, atribuindo todas as culpas ao colonialismo:

«(...) porque é que uma tradição de séculos de independência pouco fez pela Etiópia e não fez muito pela Tailândia».

E noutro passo:

«A Índia, o Paquistão ou o Bangladesh seriam hoje regiões mais desenvolvidas se os Ingleses nunca lá tivessem estado?

Ou a Indonésia, se os Holandeses nunca a tivessem dominado?

Ou a África do Norte, se nunca lá tivesse havido Franceses?

A questão de apurar se o colonialismo, examinado à luz mais duradoura da História, foi uma vantagem ou um prejuízo para a habitação e, portanto, para a manutenção do equilíbrio da pobreza, é assunto a debater. Mas ninguém poderá considerar que são simples de espírito e reaccionários aqueles que sustentam que a experiência colonial, no seu tempo próprio, contrariou a habitação. Marx não foi um pequeno revolucionário e acreditava firmemente que os Ingleses eram uma força positiva e progressiva na Índia.»

7. GALBRAITH, John Kenneth — *The nature of Mass Poverty* — Tradução portuguesa: A Sociedade da Pobreza, Publicações Dom Quixote.

É evidente que o bem-estar social não se afere apenas pelos padrões de desenvolvimento económico — o homem tem outras dimensões — mas, perante estes factos, houve mesmo quem se atrevesse a afirmar que «a miséria de ser explorado por capitalistas não é nada em comparação com a miséria de não ser explorado de modo nenhum»⁸.

Das palavras passemos aos números.

Segundo dados do anuário da ONU, as capitações do PIB em 1959 eram as constantes do quadro seguinte.

Capitações do PIB em 1959

	USD
Estados Unidos	727
Canadá	1 927
Austrália	1 461
Inglaterra	1 269
Bélgica	1 161
Áustria	776
Portugal	246
Vietname	148
Ceilão	125
Bolívia	120
Sudão	107
Zâmbia	100
Congo (Rep. Dem.)	90 (aprox)
Tailândia	87
Paquistão	70
Índia	67
Indonésia	60 ⁹
Nigéria	45
Quénia	42
Uganda	38
Tanzânia	36 (só antigo Tanganica)

As Contas Gerais do Estado davam para o PIB metropolitano valores muito próximos do número do acima referido e para

Timor 76 (valor de 1958)

8. ROBINSON, Joan — *Economic Philosophy* — op.cit., p. 89)

9. Este valor estará porventura calculado por excesso, pois houve grande variação do valor da rupia e este número corresponde ao valor mais alto.

A lista poderia alongar-se e, mesmo que se considere este valor calculado com algum optimismo, a conclusão óbvia é que, pelo menos, Portugal conseguiu algo mais nas suas ex-colónias — e, designadamente, em Timor, de todas a mais pobre — que a Holanda na Indonésia, que a Inglaterra na Nigéria, no Quénia ou no Uganda (para não falar da Índia que é um mundo imenso), que a Alemanha, Inglaterra e o mandato da ONU no Tanganica e que os diversos responsáveis na atribulada história do Paquistão.

Os milénios de independência da Tailândia também não parecem ter dado melhores frutos.

Timor acabava de ser arrasado pela guerra, o que não sucedeu na generalidade dos países atrás referidos. Se não fosse isso, estaria seguramente bastante melhor.

É claro que Portugal (como os outros colonizadores) deveria ter procurado fazer mais no domínio do desenvolvimento, mas, apesar de tudo, a nossa Índia estava bem melhor do que o Ceilão e Angola e Moçambique não temiam comparar-se com os territórios vizinhos da Zâmbia ou, mesmo, com um estado sul-americano há muito independente como a Bolívia.

Alguns destes países vieram a alterar significativamente estes valores mercê de dádivas especiais da natureza, como é o petróleo e/ou o gás natural na Nigéria, na Indonésia e na Bolívia e que seria também o caso de Timor, onde há muito se sabia da sua existência.

Talvez mais expressiva seja ainda a comparação do poder de compra dos salários em Timor, na Indonésia e noutros países do Terceiro Mundo, com base em dados publicados pelo BIT¹⁰. Os valores respeitantes a Timor quanto a salários e preços dos diversos artigos são os efectivamente vigentes à época no território; os respeitantes à Indonésia e outros países são extraídos dos Suplementos Estatísticos da *Revue Internationale du Travail* — que contém salários horários e mensais bem como preços de diversos bens de consumo.

Em Timor, nessa época (1959), o salário mais baixo nos serviços do estado e municípios era o dos serventes de 3^a (Serviços de Saúde e Delegações de Saúde nos municípios): 4800\$/ano, equivalente a 92\$30/semana.

10. Suplementos Estatísticos da *Revue Internationale du Travail* do B.I.T — vol. LXXXII — n.º 1 e vol. LXXXIV n.º 1—2, Genève, respectivamente, Julho de 1960 e Julho/Agosto de 1961.

Na actividade privada havia salários mínimos inferiores:

- 48\$/ semana para o servente de construção civil e até
- 33\$/semana para o que então se chamava «auxiliar»¹¹.

Para Portugal (Metrópole), um dos menores salários constantes dos documentos do BIT, correspondia — como, de resto, se passava também na generalidade dos outros países — ao servente dos serviços municipais de parques e jardins: era, à época, 4\$20/hora, o que equivalia a 168\$ para 40 horas semanais. Ainda que o horário semanal então vigente fosse de 48 horas/semana, os cálculos são feitos deste modo para homogeneidade de critério com outros países (v.g.: Indonésia).

Os suplementos estatísticos do BIT indicam não só os salários mas também os preços de diversos artigos de consumo na moeda local dos respectivos países, o que permite ter uma ideia do poder aquisitivo desses salários calculando a quantidade de cada um desses artigos que com tal salário se pode obter.

Para Timor — uma vez que tais preços não figuram nos dados do BIT — utilizaram-se os preços de venda efectivamente praticados no comércio.

Não pretendi definir um cabaz de compras, porque seria demasiada presunção arrogar-me competência para isso. Desejo apenas caracterizar o problema em termos gerais.

Sei que a alimentação não tem o mesmo peso em todas as sociedades e que os artigos base da alimentação variam bastante de povo para povo. Por exemplo, o arroz é fundamental no Oriente e a batata mais importante na Europa; o peixe, mais consumido pelas populações ribeirinhas e a carne predomina no interior; o consumo do tabaco parece ser mais homogéneo.

No quadro seguinte, com a finalidade de facultar uma perspectiva mais ampla, incluiu-se também um país europeu mais desenvolvido, um sul-americano mais pobre, para além de Portugal (metrópole) e de diversos países asiáticos e africanos em relação aos quais foi possível encontrar nos suplementos estatísticos do BIT, simultaneamente, salários e preços dos artigos expressos na mesma moeda.

11. Trabalhador com estilo de vida gentilico, sem qualquer preparação escolar ou profissional, utilizado em trabalhos rudimentares (agrícolas ou outros).

Equivalência do poder de compra dos salários (1959)

(referido ao salário mínimo semanal dos «serventes de parques e jardins», salvo quando assinalado)

País	Artigos				
	Arroz (KG)	Açúcar (KG)	Farinha (KG)	Batatas (KG)	Tabaco (maço 20)
Bélgica	48,9	56	52,6	262,8	88,7
Portugal (Cont.)	32,3	31,7	28	112	52,5
Gabão	15,44	11	16	16,6	25,5/19,6
Niger	15,84	15,84	13,2	33,94	33,9/29,7
Nigéria	10,38	13,2	15,8	24,7	11,3
Rep. Cent. Afric	10,56	6,8	10,7	9,1	18,4/14,3
Senegal	17	27,9	22,4	60,7	28,3
Tanganica	17,4	20,3	18	28,7	52,8
Colômbia ⁽¹⁾	19,8	49,5	26,4	99	70,7
China (Formosa)	17,4/16,5	9,9/8,6	12,4/11,3	33	22/16,5
Indonésia					
Djakarta ⁽²⁾	6	8,16	4,4	5,9	8,1
Bandung ⁽³⁾	10	13,6	7,4	9,9	13,4
Irão ⁽⁴⁾	10,1	11,2	25,3	32,4	30
Tailândia ⁽⁴⁾	31,5	10,5	11,8	9,5	20,8
Vietname	45,8	15,5	31,5	32,3	31,5
Timor					
Servente ⁽⁵⁾	21,7	10,5	15,6	40	19,7
Serv. Const. ⁽⁶⁾	11,3	5,5	8,1	20,8	10,3
«Auxiliar» ⁽⁷⁾	7,8	3,8	5,6	14,3	7,1

(1) — Servente da indústria metalúrgica

(2) — Valores de 1960. Tabela predominante e não a mínima por só essa constar do suplemento do BIT de 1960. Respeitam a padeiros (fornecedores).

(3) — Pintor ou canalizador de construção civil

(4) — Servente da indústria química

(5), (6) e (7) — salários indicados no texto

Obs.: Quando se mencionam dois valores, isso resulta de variações indicadas nos próprios dados do BIT para os respectivos preços.

Os dados relativos a Timor comparáveis com os da Indonésia são os dos serventes assinalados com ⁽⁵⁾ ou ⁽⁶⁾, tendo em atenção que

neste último caso se trata de servente não especializado e que o salário indicado para Bandung⁽³⁾ corresponde a trabalhadores com alguma especialização. Os valores respeitantes aos «auxiliares» incluem-se apenas para dar uma ideia do mínimo dos mínimos praticado em Timor para tarefas extremamente rudimentares (as quais, para além do salário, eram pagas também com alguma alimentação) e que, mesmo assim, são do nível dos salários acima referidos para Djakarta.

A situação de Timor estava longe de ser brilhante, mas a do vizinho era bem pior e outros países (colonizados ou não) continuavam também desoladoramente pobres. Isto não justifica que os colonizadores — nós e os outros — não devessem ter feito mais: evidencia apenas que Portugal não tem por que deixar-se tratar como réu. O problema fundamental era — como é ainda hoje — que a política dos estados visa interesses e, nas maiores potências, mais nua e brutal é essa realidade. Quando os governos proclamam altos ideais religiosos ou filantrópicos, raramente o farão por espírito de generosa solidariedade humana, mas quase sempre como subtil roupagem para melhor levar a cabo esses interesses, adoçando a velha e cruel sentença de Plauto de — também ao nível do Estado — o homem ser o lobo do homem!



Homens com seus trajes festivos.



Grupo de dança de mulheres timorenses.

CAPÍTULO V

As grandes linhas de acção

O panorama social e político

Tentarei descrever como vi aquele pequenino mundo — ou, talvez melhor, como aprendi a vê-lo. Porque, de facto, foi o convívio com a população local e a confiança mútua e crescente que se foi criando, que me fizeram compreender aquele meio e o real peso social e político de cada um dos principais actores na vida daquela terra. E vim a verificar que, algumas vezes, tal peso era bem diferente daquilo que as aparências podiam fazer crer.

Quando cheguei surgiram-me logo três forças dominantes: o comando militar, a diocese e o quadro administrativo, cada uma por motivos diferentes.

Os militares (do Exército)¹, antes do mais, pela óbvia razão de que dispunham da força armada — pequena, é certo, mas a única existente. O governador, nessa ocasião, não tinha qualquer autoridade sobre o comandante militar: este dependia directamente do Ministério do Exército.

O pessoal militar era, como regra, bem aceite pela população. Os mais antigos tinham-se integrado muito bem no meio e alguns reformavam-se e ficavam por lá, casados com mulheres timorenses, vivendo, por vezes, isolados, nos sítios mais inóspitos. Caso, por

1. A Marinha tinha expressão muito reduzida: na prática, apenas o capitão do porto que era também o Comandante da Defesa Marítima.

exemplo, do velho Tenente Lopes, que gozava de apreciável influência nas populações da sua área e vivia na costa sul numa simples mas bela casa de madeira, com uma varanda muito aprazível, que nos permitia ter uma sensação de frescura naquela zona das mais quentes e húmidas de Timor.

Com o afluxo de mais tropa, bastantes dos quadros superiores que iam cumprir comissões de dois ou quatro anos, tinham tendência a constituir grupos demasiado fechados, criando pequenos mundos tipo aristocrático. Apesar disso, persistia o respeito geral da população, agora mais marcado pela reverência à instituição que pelo afecto pessoal.

A diocese, depressa verifiquei, tinha um peso muito maior do que aparentava. Disponha de inúmeras escolas e de uma centena ou mais de catequistas, todos naturais, espalhados pela Província. Alguns missionários eram timorenses e a generalidade dos outros com longos anos de Timor e falando os dialectos locais. A natureza do seu magistério e a sua forte ligação ao meio conferiam-lhe uma posição ímpar para auscultar e compreender o pensamento da população (sobretudo do interior). O bispo foi das figuras marcantes que conheci: juntando uma grande simplicidade e mesmo humildade pessoal, a um porte fidalgo que se impunha onde estivesse. Homem subtil e arguto, com dezenas de anos de Timor, de uma correcção inexcedível, sabendo respeitar as funções alheias e fazer respeitar as suas, o seu conselho foi para mim extraordinariamente valioso — direi mesmo fundamental.

O quadro administrativo era a estrutura basilar da máquina do Estado. Sobretudo no interior, administradores e chefes de posto eram a personificação da autoridade, com tudo o que isso pressupõe de responsabilidade e também de risco, pois a volúpia do poder e a fraqueza humana induzem facilmente a prepotências e a abusos. Não se podia, na prática, ir ao interior sem o seu apoio, que, quantas e quantas vezes, incluía o alojamento em sua casa.

O isolamento e a falta de recursos, designadamente nos postos, eram uma prova dura. Neste quadro havia alguns timorenses (embora não muitos), bastantes mestiços e muitos europeus casados com timorenses. A sua função, ainda com demasiado peso do papel tutelar sobre a população, era extremamente ingrata. Apesar dos seus defeitos, era uma estrutura essencial para estabelecer contacto com a população, auscultando os seus sentimentos, dinamizando a agricultura, fiscalizando a costa, cobrando certos impostos, apoiando e, por vezes, gerindo obras públicas, etc. —

Depressa me apercebi que tinha de ser firme em reprimir abusos, mas tinha de apoiar-me nessa estrutura, prestigiá-la e tratá-la com a devida consideração.

A comunidade chinesa era uma peça importante daquele xadrez, vivendo aparentemente afastada de todos (timorenses ou europeus), conhecia muito bem os gostos, os hábitos e as pequenas ou grandes fraquezas de uns e outros. Contava-se que alguns comerciantes chineses abusavam da boa fé dos timorenses ao negociar a compra ou venda de certos produtos (v.g.: café, milho, etc.), valendo-se da sua superioridade em geometria. O esquema era simples. As medições eram feitas em latas paralelepípedicas de 20 litros, do tipo das usadas para petróleo. Para comprar, o comerciante arredondava a boca da lata, porque sabia que o círculo é a figura com maior área para o mesmo perímetro. Para vender, procurava das uma amolgadela à vasilha.

Para além disso, havia diversas personalidades conhecedoras do meio, com prestígio e certo peso. Entre estas — como mais uma peculiaridade daquela terra — destacavam-se vários ex-deportados políticos, no geral vivendo ali há mais de 30 anos. Estavam bem integrados na vida local e eram geralmente considerados, tendo acesso fácil às autoridades. Um deles era mesmo uma das figuras políticas mais importantes da terra. Não escondendo o seu passado revolucionário anarquista na década de 20, era agora um dos maiores plantadores de café, presidente da associação das entidades patronais da terra, membro do Conselho de Governo e homem cujas opiniões sempre francas me serviram muitas vezes de conselho. Um outro, que «teoricamente» se dizia ter residência fixa na ilha de Ataúro, dispunha aí, de facto, de uma improvisada destilaria de álcool de palmeira, mas vivia em Dili e deslocava-se livremente. Nunca me dei ao trabalho de averiguar se alguma sentença ou disposição administrativa lhe limitava os movimentos!

Para lá de tudo isto — e mais importante do que tudo — estava a grande massa da população timorense, no geral integrada nas suas estruturas tradicionais, mas da qual sobressaíam não só os chefes de maior prestígio como também alguns timorenses com estudos mais avançados (muito frequentemente oriundos das famílias mais importantes). Apercebi-me imediatamente que, entre as entidades responsáveis, não era pacífica a opinião quanto à atitude a adoptar no referente às chefias tradicionais: alguns consideravam-nas uma espécie de feudalismo anacrónico, a combater e a

procurar extinguir, que diminuía a capacidade de acção das nossas autoridades e entravava o progresso; enquanto outros pensavam que, tendo-as por seu lado e satisfazendo-lhes as vontades, se atrairiam também as boas graças da população. A observação do meio e a sorte que tive de alguns bons e leais conselhos, depressa me fizeram compreender que se tratava de uma estrutura essencial para aquela fase da vida da Província e para o seu progresso, mas também que a representatividade dos chefes deveria ser aferida pelo seu efectivo prestígio perante o seu povo. Algum dele provinha, é facto, da sua linhagem: mas cada vez mais o povo estava atento à sua acção. Régulos e chefes de suco não eram senhores absolutos. Os velhos constituíam como que um senado com autoridade para dirimir litígios e interpretar a tradição. Por mais de uma vez me surgiram pedidos de povos para substituir os chefes, bem como pedidos de «sucos» que queriam passar a independentes, deixando os «reinos». Isto traduzia lutas políticas internas a que havia que estar atento. Procurei prestigiar as autoridades tradicionais — e só com elas foi possível constituir as tropas de «2.^a linha» — sem esquecer que o poder facilita sempre abusos.

Há até um caso muito curioso dum régulo da zona central, homem educado nas missões, vivendo com nível razoável, acerca de quem me chegavam queixas de que abusava no serviço gratuito que pedia ao povo para tratar das suas várzeas de arroz. Por tradição, o povo prestava uns tantos dias de trabalho para cuidar das plantações do seu régulo, mas neste caso estava-se a exigir demasiado. Um dia, no meu gabinete, chamo-lhe a atenção para essas queixas. A sua resposta é bem elucidativa da mistura da sua formação cultural cristã e do sentimentos dos privilégios que a sociedade tradicional lhe conferia.

Recordo-a quase palavra a palavra, porque ficou gravada na minha memória como uma caricatura extremamente feliz daquela complexa realidade social.

«Não sei por que se queixam de mim: eu não mato, eu não roubo» — e aqui fez uma pausa, acrescentando — «pelo menos descaradamente».

O peso político da União Nacional² era ali meramente simbólico: não tinha qualquer influência nas decisões do governo local.

2. Organização pró-governamental que, como é sabido, detinha na prática o exclusivo da actividade política.

Deu-se, até, o caso de, pouco depois de chegar, ter entendido dever propor ao governo central que não regressasse a Timor um chefe de serviço que era também presidente da Comissão Provincial da União Nacional, proposta imediatamente deferida sem qualquer dificuldade.

Em Dili havia então três consulados: da Austrália, da China (Taiwan) e da Indonésia. Prontamente percebi que as suas missões eram bastante diferentes.

O cônsul chinês era o único que tinha, de facto, amplo trabalho consular, para apoio de uns milhares de compatriotas que «oficialmente» se diziam ligados a Taiwan, ainda que na realidade fossem simplesmente chineses. O que pretendiam era, acima de tudo, tratar dos seus negócios, receber apoio para as suas escolas e manter contacto com as suas famílias. Pediam «vistos» para Taiwan, porque ali não podiam obter outro, mas mantinham contactos amplos e fáceis com a grande China. Para eles, a existência de duas Chinas era um mero artifício político com que tinham de saber conviver e que, por muito que durasse, não esgotaria a sua paciência.

O cônsul australiano que encontrei era um figura típica da «*intelligence*».

Já durante a guerra havia estado em Timor. As suas atitudes e conversas eram as de um profissional. Fingia não compreender o português, mas pude observar que no convívio social, perante anedotas com trocadilhos ou palavras de duplo sentido, por vezes se traía, sendo dos primeiros a sorrir. O sucessor — James Dunn, agora paladino da causa de Timor — tinha com certeza a mesma missão, mas perfil distinto, com relacionamento social mais aberto.

O cônsul da Indonésia foi substituído após os acontecimentos de Viqueque.

O novo era um homem cortês e de bom nível social, mas a missão era a mesma: fomentar o descontentamento; angariar adeptos para a causa indonésia; preparar o terreno para uma revolta. Todavia, sem que ele disso se apercebesse, consegui controlar bastante bem as suas actividades, através dum esquema que foi possível montar, mercê da habilidade e proficiência dos nossos embrionários serviços de polícia. Dessa forma, fiquei a saber, por exemplo, não só os seus planos de deslocação ao interior, podendo, assim, tomar antecipada e discretamente as adequadas providências, como até alguns pequenos pecadinhos de remessas ilegais de moeda

estrangeira que ele escondia também das autoridades indonésias, por certo para assegurar algum pecúlio naquele enorme clima de instabilidade financeira em que vivia o seu país.

Timor tinha ainda sinais de outros interesses passados e presentes. Por exemplo: um velho cidadão alemão, que agora sobrevivia modestamente, mas ali foi comerciante próspero e aguentou a guerra; frequentes visitantes, principalmente americanos e australianos, para os estudos mais diversos que justificassem deslocações pela Província e contactos com as populações. Tudo evidenciando que Timor, ainda que muito pequeno, aguçava a curiosidade e o interesse de certas potências.

As ideias mestras da minha conduta

Restaurar a paz

O objectivo prioritário consistia, sem qualquer dúvida, em resolver rápida e sensatamente as sequelas dos acontecimentos de Viqueque. O problema mais sensível era a situação dos presos, mas nestas circunstâncias existe sempre uma gradação de convivências de familiares ou amigos, que geram receios e sentimentos de insegurança.

Para pacificar os espíritos impunha-se tornar bem clara e credível a mensagem de que a fase policial tinha terminado — ia começar nova vida — sem que isso pudesse ser entendido como fraqueza, indecisão ou quebra de ânimo do governo.

Porém a paz não podia ser apenas quietude: implicava restabelecer a confiança e dinamizar a vida económico-social.

Restabelecer a confiança

Logo após a chegada, decido aparecer de surpresa, ao cair da noite, no acampamento dos homens de Maubara que, com o seu régulo, me acompanharam à saída do aeroporto. Quis ter uma atenção para com eles e o seu chefe, mas pretendi sobretudo dar um primeiro sinal de confiança e tranquilidade, exorcizando receios. Foi uma atitude tomada por intuição de momento, sem rebuscados cálculos políticos, porque traduzia o meu estado de espírito e o meu

modo de agir. Sentia que era indispensável actuar com muita firmeza, mas sem violência; com grande prudência, mas também sem medo.

Para além do relacionamento, em Dili, com pessoas respeitadas e ligadas ao meio local, tornava-se urgente uma abertura para a população do interior, dando a devida importância às autoridades tradicionais. Delineei desde logo um plano de visitas a todas as circunscrições e postos, que fazia sem qualquer aparato de segurança. Ia num *Land Rover* conduzido por um hábil condutor nativo, com o chefe de gabinete (ou um secretário), sem qualquer escolta. Quase sempre acompanhava-me minha Mulher. Para mais longe, por vezes ia connosco um dedicadíssimo criado da Residência. Depois do que sucedeu, era uma inequívoca prova de confiança. E ela era efectiva. Aliás, quando, nas primeiras semanas, decidi dar uns pequenos passeios a cavalo nas montanhas das imediações recebi expressões muito simpáticas de carinho e respeito por parte da população isolada com que me cruzava.

Como expressão desse espírito de confiança quis que se mantivesse sempre a guarda timorense na Residência em que vivia com toda a família

Propositadamente deixei para o fim a visita a Uato-Lari e Uato-Carbau, com a dupla finalidade de traduzir uma certa mágoa pelo facto de alguns chefes dessas regiões se terem deixado seduzir pelos cantos de sereia dos indonésios e também para que ela ganhasse maior relevo e significado político, como veio a suceder. Ao visitar a zona, pernoitei em Uato-Carbau, para onde fui com a família. Juntou-se imenso povo: largos milhares. Não levei qualquer segurança especial: só havia alguns poucos «sipaios» e as estruturas tradicionais daqueles povos. Convidei para essa visita os cônsules acreditados em Dili. Ao anoitecer, andei tranquilamente com minha Mulher pelo meio daquela multidão, apreciando as suas danças e visitando os seus acampamentos. Dormi — e dormi bem — na modesta casa do chefe de posto, rodeado pelas danças mil vezes repetidas e pelos cantares ritmados que, como é hábito, se prolongaram noite dentro. Os cônsules, comigo ou sozinhos, passearam livremente. Por um meu filho, que também foi e que confraternizava com os deles, soube das preocupações dos seus pais e das armas que levavam consigo! Talvez infringisse os prudentes limites da segurança, mas era um testemunho necessário e a minha confiança era sincera.

Simultaneamente, procurei relembrar e homenagear figuras portuguesas (metropolitanas ou nativas timorenses) que se impuse-

ram à consideração das populações pela sua decisão e coragem. O povo despreza os chefes fracos: aos fortes pode combatê-los — mas respeita-os.

Por isso, o primeiro acto solene celebrado após a minha chegada a Timor foi para comemorar o 60.º aniversário da morte do mais lendário e destemido herói das campanhas de pacificação: o Alferes Francisco Duarte, «o Arbiru». As pedras de Bui-Cari são um cenário majestoso duma fortaleza natural no posto de Atabai. Morreu de pé, em 17 de Julho de 1899, quando, com apoio de uma velha peça de artilharia de 75 mm, alguns graduados e os «arraiais»³ de uns povos fiéis procurava submeter outros rebeldes. A luta foi renhida e não importa agora descrevê-la. O curioso e insólito é que o Alferes Duarte é morto. A sua gente está derrotada. Porém, quando os adversários se apercebem que mataram o seu inimigo, que era também o seu ídolo, param de lutar, e submetem-se.

Na tradição local ficou um canto (que recolhi) em que o povo se lamenta de haver morto «o Arbiru», repetindo como estribilho que «o mal está feito».

Fiz igualmente questão de lembrar e homenagear figuras timorenses que num período recente muito difícil e ainda na memória de muitos — a ocupação japonesa — se comportaram com uma coragem e abnegação exemplares. Para mencionar apenas os mais conhecidos do grande público: D. Aleixo Corte-Real, em Ainaro; D. Jeremias de Luca, em Lacluta; D. José Nunes, em Maubara. Mas há muitos e muitos outros que também arriscaram ou imolaram as suas vidas para defesa duma bandeira e daquilo que ela significa.

E esse significado era precisamente o objectivo maior da minha política: que Portugal podia e queria ser uma pátria em que viviam e conviviam raças e credos diversos, em que as pessoas eram, ao mesmo tempo, diferentes mas iguais. Diferentes, porque se respeitavam na diversidade das suas culturas; iguais, não apenas pela formalidade jurídica dos seus direitos de cidadania, mas, sobretudo, porque os diversos grupos se não fechavam nem mutuamente se excluía, antes procuravam miscigenar-se e compreender-se.

Pouco tempo depois, recebi em Bobonaro das mãos do velho régulo Ai-Assa uma pequena caixa de sândalo com uma bandeira nacional cuidadosamente dobrada, na qual estavam as impressões

3. Combatentes nativos recrutados nos «reino» pelos próprios chefes e que, no geral, dispõem apenas de armas tradicionais (catanas) e raras armas de fogo.

digitais dos vários chefes gravadas com o seu próprio sangue, o que para os timorenses constitui a forma mais solene de juramento. Guardo esta oferta como relíquia preciosa.

Nesta como noutras visitas havia, como regra, notas emocionantes de dedicação e respeito por Portugal e pela sua bandeira. O Governador, como símbolo dessa autoridade, era acolhido com grande reverência, com demonstrações por vezes excessivas a que procurei pôr cobro.

Por exemplo, em Ainaro o povo pretendia decapitar um preso para me homenagear com um «*Loron-Sae*». Claro que isso não foi autorizado e contentaram-se em realizar essa dança ritual com uma cabeça simulada em madeira. Na região do Suro (em Same), alguns chefes pretendiam cumprimentar o Governador ajoelhando-se, como quem beija os seus pés. Proibi terminantemente esta prática. Segundo creio, eram ainda vestígios do rescaldo das guerras de Manufai.

A vida do dia-a-dia da minha família era também marcada pelo mesmo espírito de tranquila confiança. Desde o bom e aberto relacionamento de meus filhos com os seus colegas de escola primária ou liceu, até à prática que mantive de dar sozinho longos passeios pela estrada da montanha ou junto à praia, neste caso, como regra, com minha Mulher. Nos primeiros tempos, o Chefe da Polícia teimava zelosamente em seguir-nos a distância. Agradei-lhe o seu cuidado, mas disse-lhe que os dispensava. E durante os quatro anos que ali estivemos — mesmo durante os períodos mais críticos, como o da invasão de Goa — continuaram sempre esses agradáveis passeios ao entardecer junto à tão calma e tão aprazível baía de Dili. Vim a saber que, de início, os mais assustadiços estavam atentos a estas nossas pacatas digressões: se, por qualquer motivo, alguns dias nos não apetecia sair, ficavam preocupados receando que houvesse problema!

Dinamizar a vida económico-social

O objectivo estava bem claro no meu espírito: era preciso arrancar rapidamente aquela sociedade do conformismo do subdesenvolvimento e, para isso, insuflar uma aragem de esperança e optimismo, estimular iniciativas, conseguir o apoio da população e o redobrado esforço dos serviços.

Todavia, já não eram tão claras as ideias quanto às medidas concretas para atacar os diversos problemas, até porque eles não eram

fáceis, se interligavam e alguns pareciam mesmo insolúveis nos tempos mais próximos.

O orçamento da Província facultava pouco dinheiro, os recursos económicos eram fracos e as estruturas técnicas paupérrimas.

Aliás, tinha retido uma conclusão importante do trabalho dum universitário holandês sobre o Timor indonésio que me parecia inteiramente válida:

«Será certamente impossível fazer um plano padrão para a totalidade de Timor. (...) O que se torna necessário é ajudar em pequena escala em inumeráveis pontos»⁴.

Ao longo dos meus estudos, aprendi que, para resolver qualquer problema, o primeiro passo é equacioná-lo. Nesse sentido tomei duas iniciativas que se revelaram fundamentais:

— ouvir todos os administradores de circunscrição e concelho, nos termos dum despacho que exarei logo no mês seguinte à minha chegada⁵, cujos relatórios foram elaborados até meados de Agosto e serviram de base a uma reunião com todos eles em Setembro, dando origem a sugestões fundamentais para o ordenamento e clarificação das minhas ideias;

— constituir, logo em fins de Setembro, uma comissão, composta pelas personalidades mais qualificadas nos planos jurídico, administrativo e de representação dos interesses locais, para se pronunciar sobre os trabalhos prévios realizados e preparar os diplomas legais necessários.

O despacho em que nomeei esta comissão ultrapassou muito as minhas competências, pois ela era presidida pelo Juiz da Comarca e o vice-presidente era o Delegado do Procurador da República. É claro que isto só foi possível com a sua aquiescência prévia, mas, mesmo assim, o procedimento que segui não foi nada ortodoxo. Deveria consultar primeiro Lisboa, que, muito provavelmente estranharia esta «mobilização» do juiz e do delegado sem se dar conta que o governo de Timor não dispunha na época de outros licenciados em Direito! Foi, porém, muito rápido e muito útil e, na realidade, não ofendia ninguém, salvo o ritual burocrático, que, a cumprir-se, faria com que a comissão nunca mais viesse a existir.

4. ORMELING, FJ. — *op. cit.*, pp. 240 e 241.

5. Despacho de 13 de Julho de 1959, no qual determinava que cada um elaborasse um relatório focando pontos que indicava, «além de outros que se lhes afigurassem de interesse», com vista a fazer uma inventariação tanto quanto possível exaustiva dos principais problemas.

A primeira conclusão que tirei foi a da urgente necessidade de uma descentralização no sentido de fazer participar as respectivas populações e autoridades na gestão dos interesses locais, lançando e apoiando o municipalismo, para melhorar as condições de vida do interior e, principalmente, para difundir o ensino, pois esta era a grande aspiração que sobressaía, muito acima das naturais preocupações de bem-estar e progresso material. O correspondente diploma legal foi publicado no primeiro semestre do ano seguinte⁶.

Estes trabalhos permitiram outras medidas legislativas imediatas, respeitantes, por exemplo, a melhoria de salários mínimos e condições de trabalho, ajustamentos administrativos, etc., mas, para além disso, tiveram a grande vantagem de me darem um panorama amplo e muito concreto da situação, designadamente sobre algumas matérias bastante complexas e delicadas como são — entre as muitas outras em que o direito costumeiro tem de conviver com a lei escrita — os problemas do regime de propriedade, do registo civil, da situação das autoridades gentílicas, da formação e funções dos chefes de suco, etc. Tudo questões politicamente muito sensíveis, típicas destas sociedades em transição que, embora muito semelhantes nos indicadores de pobreza, são, como regra, bem diferentes nos seus estilos de vida, nos seus valores — em suma, na sua cultura.

A melhoria do ambiente social era também importantíssima. Para isso contribuiu muito o aparecimento do jornal e da rádio (a que já atrás se aludiu) e foi fundamental a correspondência dos serviços, nos mais diversos escalões e das entidades da sociedade civil, com destaque para as missões. Os meus desejos foram generosamente apoiados e até muitas senhoras, que habitualmente se limitavam à rotina do convívio social, se decidiram a trabalhar graciosamente numa creche para crianças em que minha Mulher se empenhou e para a qual se conseguiram alguns apoios de empresas metropolitanas.

O reviver do municipalismo

A criação das comissões municipais não resultou de nenhuma ideia prévia que levasse já no meu espírito: impôs-se como conse-

6. Portaria n.º 2610, de 7 de Maio de 1960, que teve de ser conjugada com o novo orçamento da Província e os novos diplomas para alteração de impostos e sua distribuição.

quência natural da colaboração que pedi e dos estudos e das francas trocas de impressões que me proporcionaram. Não reivindico o mérito de clarividência: o meu mérito, neste caso, foi apenas o de ter sabido ouvir e de me atrever a soluções burocráticas que saíam bastante dos moldes tradicionais.

As carências no interior eram enormes e não existiam meios para fazer fosse o que fosse. Uma pequena obra de abastecimento de água a uma povoação, um fontanário ou um lavadouro, um pequeno melhoramento num posto sanitário (muitos deles em instalações mais do que provisórias, com paredes de madeira e telhados de capim), adaptar uma viatura para que servisse de ambulância e mil outras pequenas coisas, eram assuntos impossíveis de resolver adequadamente a partir de Dili: não só não existiam verbas, como também seria difícil manter o equilíbrio e a justiça na ponderação das prioridades. Já que ao governo era impossível atender rapidamente a tantas situações angustiosas, ao menos que se deixassem os povos das diversas áreas decidir quais dessas misérias os incomodavam mais.

Mas, o que se sentia ser mais importante e que as populações mais insistentemente pediam eram escolas e, também aqui — ou melhor: sobretudo aqui — os serviços públicos não tinham nem verbas, nem meios materiais ou humanos para construir, pôr a funcionar e manter tantas escolas.

A população mostrava-se aberta a cooperar, mas eu considerava inadmissível aceitar que esses ou outros melhoramentos se fizessem à custa do trabalho voluntário dos povos sob planos e sob as ordens dos serviços do governo. Que a população, por sua iniciativa, queira, por exemplo, fazer uma escola com umas tábuas e um pedaço de «palapa» é uma coisa, obrigá-la a isso é outra totalmente diferente. Era necessário ser extremamente cauteloso, pois tinha havido grandes abusos nesta matéria e não podia haver o menor sinal de complacência com tais práticas.

Não havia dinheiro para construir edifícios e muito menos para pagar a esses professores. Além disso — objectava-se — seria inviável conseguir professores habilitados com cursos de magistério. Em Timor não existiam estes cursos. Se houvesse que formar primeiro os professores, o ensino não arrancaria nos próximos anos e, em qualquer caso, viria a progredir a passos demasiado lentos.

Como já referi atrás, não tive a menor dúvida que o essencial era arrancar, mesmo com todas as carências e com os riscos ine-

rentes a todas as iniciativas que fogem à rotina vigente, pois este ensino teria que ser feito à margem das estruturas tradicionais do Estado ou da Igreja⁷. Tinha perfeita consciência que o processo, uma vez iniciado, seria irreversível e que o futuro se encarregaria de o consolidar e aperfeiçoar.

E assim foi, de facto.

Em Timor já tinha existido, antes da II Grande Guerra, um experiência similar bem sucedida com as então juntas locais e, posteriormente à decisão que tomei, foi-me grato verificar que um diploma do Governo central⁸ veio reconhecer a necessidade de dar novo impulso à vida municipal no Ultramar.

Instituir as comissões implicava necessariamente dar-lhes meios. Esta era a maior dificuldade. Convicto, porém, do grande alcance da iniciativa, tomo uma decisão sempre ingrata e muito arriscada se os objectivos que ela visa saem frustrados: criar um adicional de cerca de 20% ao chamado «Imposto Domiciliário», que era pago por todos os indivíduos do sexo masculino, domiciliados na Província, com idades entre os 18 e os 60 anos. Este imposto havia sido criado por um diploma de 1955⁹. Não era idêntico para toda a Província (era menor na circunscrição da fronteira e no Oe-Cussi). O adicional foi de 30\$, equivalente aproximadamente a 5 patacas, pelo que as percentagens de aumento variaram entre 18% e 23%.

Claro que houve a preocupação de que este adicional revertesse integralmente para as novas comissões. Era a sua receita fundamental, ainda que apoiada com algumas ajudas do orçamento provincial, que não podiam ser muito grandes.

Na estrutura das comissões, o administrador da circunscrição tinha de desempenhar um papel fundamental, mas houve o cuidado de fazer com que nelas participassem pessoas alheias à máquina do Estado e respeitadas na área, designadamente chefes nativos com prestígio nessa região e velhos colonos aí residentes.

As estruturas locais passaram a possuir maior poder reivindicativo e, pelo que fizeram ou pelo que conseguiram fosse feito nas suas áreas, foi muito positiva a sua contribuição para melhorar a vida no interior.

7. Apesar do meu muito bom relacionamento com o Bispo e os Missionários, em geral, esta orientação suscitou fortes críticas neste sector. Cf. Cap. VI.

8. Decreto n. 43 730, de 12 de Junho de 1961

9. Diploma Legislativo n.º 470, de 27 de Junho de 1955

Foram inicialmente constituídas comissões municipais nas circunscrições de Baucau, Bobonaro, Ermera, Lautém, Manatuto, Suro e Viqueque, que passaram a concelhos. Entretanto foi desmembrada a de Bobonaro, criando o novo Concelho de Cova-Lima, com a respectiva comissão municipal. Apenas Oe-Cussi não manifestou interesse em aderir ao novo regime. O seu isolamento, como pequeno enclave no Timor indonésio que ocupa a parte sul da ilha, a sua separação do resto do território, com comunicações mais difíceis (apenas marítimas ou aéreas), explicam a prudência talvez excessiva do seu administrador de então, mas que entendi dever respeitar. Tratava-se dum homem com prestígio e com longos anos nessa área, perfeitamente identificado com o estilo de viver e de pensar da população, que ali passou a guerra, se comportou com a maior dignidade, mas que, possivelmente por tudo isso, achou preferível ver primeiro a experiência dos outros e não correr o risco dum insucesso. Tal situação não impediu, contudo, que a Oe-Cussi fossem atribuídos alguns subsídios extraordinários do orçamento provincial para iniciativas concretas paralelas às das outras regiões.

A instituição dos municípios e a grande expansão do ensino que lhe estava intimamente associada — apesar de todas as suas imperfeições — foram, em meu entender, a decisão política mais relevante que tomei no plano do desenvolvimento económico-social, marcando bem que a prioridade era o homem como pessoa e não como mero agente de trabalho. Por formação ideológica entendia que satisfazer — e estimular até — a fome de cultura, fomentando aceleradamente o ensino básico, não era apenas a forma mais clarividente de fomentar o progresso a largo prazo: era um dever de consciência de qualquer governante, mesmo que tal desenvolvimento do ensino viesse amanhã a criar tensões sociais, por o progresso económico não acompanhar o progresso na cultura, faltando emprego para os mais escolarizados; ou pelo receio, infelizmente latente no espírito de alguns, de que isso estimulasse a formação de elites locais, com os consequentes riscos políticos.

A orientação do fomento

A vida económica da Timor estava centrada no café. As suas receitas (directas ou indirectas) e os subsídios da Metrópole eram as grandes fontes de rendimento. O petróleo era ainda uma miragem

muito longínqua e totalmente fora do nosso controle: só as grandes companhias internacionais sabiam quando lhes conviria ou quando poderiam explorá-lo. Já se adivinhava que apenas o «off-shore» permitiria resultados promissores.

Não me foi difícil concluir que a maior carência era a de pessoal qualificado. Principalmente quadros técnicos superiores. Já o tinha sentido antes de tomar posse. As diligências que fiz, ainda em Lisboa, começavam a dar frutos, mas, por exemplo, só em fins de 1959 os Serviços de Agricultura têm um chefe (engenheiro silvicultor) e um médico veterinário. Isto atrasou um pouco o planeamento das actividades de alguns sectores.

Os problemas principais e as linhas de orientação seguidas para os enfrentar podem resumir-se como segue.

Agricultura, Silvicultura e Pecuária

Era matéria da maior importância, mas a situação estava muito deteriorada e não era fácil de solucionar. O panorama era este:

- acentuadíssima erosão do solo nas regiões montanhosas que cobrem a maior parte do território, em regra com grandes declives e muito fraco revestimento florestal;
- densidade de população relativamente grande para uma zona subdesenvolvida, conjugada com a escassez de áreas agricultáveis;
- devastação produzida no revestimento arbóreo pela agricultura itinerante que os nativos se habituaram a praticar desde longa data, o que muito empobreceu a riqueza florestal, a ponto de já dela pouco se poder tirar;
- reduzido desenvolvimento da pecuária e, por outro lado, a necessidade de evitar que o pastoreio se estendesse às montanhas pelos graves reflexos que isso teria no processo erosivo;
- falta de instrução e de recursos da generalidade dos plantadores;
- longo ciclo das culturas que constituem a riqueza de Timor (café, copra, borracha).

Por isso, a orientação adoptada foi a seguinte:

- apoio ao desenvolvimento e à melhoria técnica das culturas tradicionais (caso, por exemplo, da borracha que por deficiências de processos era vendida como de classe inferior);
- diversificar a produção, para fugir aos riscos da monocultura, seja pela introdução de produtos novos como o rícino, o algodão ou a pimenta, seja procurando valorizar os chamados produtos pobres (arroz e, sobretudo, o milho) tentando algumas pequenas exportações;
- promover a introdução ou a difusão de culturas de curto ciclo de produção para que seja possível melhorar mais rapidamente os proventos dos agricultores e, também, poder ajustar-se melhor às flutuações do mercado internacional (caso do rícino, do algodão e do tabaco);
- fomentar a criação de unidades agrícolas mais evoluídas, designadamente com o uso de máquinas (criou-se uma primeira unidade experimental na costa sul, em Betano);
- finalmente, aproveitando a criação do imposto de consumo, constituir, com uma parte dos rendimentos deste imposto sobre certa classe de artigos, um fundo especial — Fundo de Fomento da Produção e Exportação — para assegurar a aquisição dos excedentes das colheitas dos produtos mais pobres (não tinha ainda envergadura para se alargar ao café), pois frequentemente o agricultor mais modesto era conduzido a produzir mais e, quando se julgava feliz por a colheita ser abundante, verificava que não tinha merecido a pena trabalhar porque não conseguia vender os produtos.

Esta orientação deu alguns frutos para o progresso agro-pecuário. De facto:

- a área cultivada aumentou bastante, distribuindo-se mais de três milhões de pés de cafezeiro e quase outro tanto de árvores de sombra (*«madre del cacau»*); mais de meio milhão de coqueiros e de 100 000 árvores de borracha;
- a produção de milho atingiu as 21 000 ton. e a de arroz umas 10 000 ton.;
- nas exportações passam a aparecer alguns valores já significativos de outros produtos, como o rícino e, até, o arroz;

- o gado bovino duplica durante o período, permitindo mesmo pequenas exportações de carne; o número total de cabeças de gado era, à época, da ordem das 750 000 unidades (bovino, bufalino, equino, suíno, ovino e caprino) — correspondendo a uma densidade elevada, de 39,48/km².

Obras Públicas, Transportes e Comunicações

A orientação seguida foi a de restaurar ou reparar com as magras verbas do orçamento ordinário o mais necessitado dos muitos edifícios, pontes, etc. que estavam ainda meio destruídos ou muito degradados e aproveitar as dotações do Plano de Fomento para as obras de maior vulto e, sobretudo, para criar novas infra-estruturas indispensáveis a outros padrões de desenvolvimento.

Por isso, a primeira preocupação foi a de promover que rapidamente se realizassem ou completassem estudos com vista ao planeamento concreto e com suficiente pormenor dos diversos sectores e conseguir que o Governo central enviasse — como de facto sucedeu — pessoal especializado para se encarregar de trabalhos mais complexos. Assim, até 1960, ficaram completos os planos ou projectos referentes nomeadamente a:

- Plano rodoviário
- Construção e apetrechamento do porto de Dili
- Construção e apetrechamento de instalações escolares
- Construção e apetrechamento de instalações hospitalares e congéneres
- Telecomunicações
- Urbanização e saneamento de Dili
- Abastecimento de água e energia

Alguns projectos foram feitos em Lisboa e havia, por vezes, pequenos problemas que evidenciam bem as contingências de trabalhar a 15 000 km de distância. Alguns são até pitorescos.

Por exemplo, quando chega a brigada do Porto de Dili, aparece-me um belo dia o engenheiro chefe a perguntar como devia fazer, pois, segundo o projecto e de acordo com a actual configuração do terreno, a ponte cais estaria implantada inteiramente em

terra! Claro está que lhe disse que esquecesse o projecto e a pusesse junto ao mar. O que havia sucedido era haver-se tomado para base do projecto um trabalho topográfico desactualizado, que não tinha em conta o assoreamento da baía. Outra vez, os serviços da província projectaram determinado traçado para a linha eléctrica entre a central e a cidade de Dili. Os técnicos de Lisboa entendem que há desperdício e que devem alterar, simplesmente àquela distância não se aperceberam que no novo traçado que escolhem estava um enorme pântano!

A rede de estradas tinha uma extensão da ordem de 1600 km, tudo em macadame, ainda que cerca de 600 km fossem pomposamente classificados como «estradas principais», 180 km. como «estradas nacionais de 1.^a classe», 800 com de 2.^a e uns 90 como regionais. Muitas delas pouco mais eram que simples «picadas».

Para travessia de ribeiras ensaiaram-se passagens submersíveis (drifts), que, aliás, o Subsecretário Carlos Abecassis já havia sugerido no seu despacho e tinham sido também experimentadas com êxito no sul de Angola.

Não pretendi fazer obra vistosa: pretendi gastar o mínimo indispensável nos remendos urgentes e reservar o mais possível para os trabalhos de infra-estruturas, que alicerçam o progresso, mas muitas vezes quase não se vêem.

Recordo-me que um dia o Director do Serviço de Obras Públicas, que era o presidente da União Nacional da província, ao discutirmos as opções quanto à distribuição das verbas do Plano de Fomento no capítulo de obras me diz: «Sr. Governador, se quiser fazer obra de que as pessoas falem, que marque a sua passagem por aqui, faça a nova Residência do Governo; se preferir fazer uma obra importante para a saúde das pessoas e expansão de Dili, mas que ninguém dá por ela e só terá efeitos a médio prazo, faça a drenagem dos pântanos». Optei, claro está, pelas obras de drenagem, que ficariam enterradas e seriam rapidamente esquecidas, e na velha Residência apenas se mandou substituir o telhado, cujo madeiramento estava todo carcomido pela formiga branca. Uma das coisas que impressionava era ver a voracidade destes insectos, que transformavam a madeira numa espécie de favo farinhento e oco, muitas vezes escondido sob uma casca aparentemente intacta.

Uma outra reflexão que pode fazer-se, a propósito da rede de estradas, para avaliar o grande peso do subdesenvolvimento, é pen-

sar que esta rede, embora pequena em si mesma, era um encargo muito grande para nela circularem apenas umas 650 viaturas. Em 1962, concretamente: 318 automóveis, 225 camions e 116 motocicletas. Claro que as estradas não se fazem somente para satisfazer o tráfego que existe — são, em si mesmo, um factor de progresso e esse progresso fará crescer o tráfego. Nos países mais pobres estes encargos pesam mais e a reacção das economias pobres é também mais lenta. Ser pobre é, de facto, um grande fardo para progredir na vida!

De entre as várias obras que foi possível realizar, há duas que merecem destacar-se pela grande exigência técnica do seu projecto e da sua construção e que constituem duas infra-estruturas fundamentais: a ponte cais de Dili, com os seus quase 300 metros de cais acostável e o aeroporto de Baucau com as suas muito boas e extensas pistas.

Indústrias

As verbas disponíveis eram pequenas e as perspectivas também não eram muito grandes. Procurou-se estudar e apoiar as actividades industriais que a população exercia, todas com níveis técnicos muito primitivos e com reduzida expressão económica. Os recursos para estudo eram muito fracos, pois, na generalidade, tínhamos de nos contentar com a ciência do pessoal da Província.

Dá-se até um caso curioso quando pretendo mandar estudar a possibilidade de desenvolver a pesca no mar circundante, que era muito amplo, relativamente calmo e tinha bastante peixe. Recorro aos organismos de Lisboa, muito ligados à Marinha (onde pontificava o Comandante Tenreiro) que na ocasião funcionavam bem e com bastante sucesso. Lisboa pede para lhe remetermos o respectivo plano orientador. Respondo imediatamente dizendo que em Timor não dispúnhamos de ninguém que percebesse de pesca, nem sequer para fazer esse plano. Lisboa não enviou ninguém: era muito longe. O peixe continuou o seu viver tranquilo naqueles mares. Com isso talvez tenham ganho os tubarões, que melhor se banquetearam e assim contribuíam para manter o equilíbrio ecológico!

Várias indústrias foram objecto de atenção: extracção de minérios, cerâmica, lacticínios, moagem, sabões, tabaco, óleos e

essências vegetais e — sempre uma esperança, como uma miragem num deserto — o turismo.

No desenvolvimento industrial o êxito não foi muito grande. Não havia empresários e o Estado não tinha dinheiro nem pessoas para se abalançar a projectos significativos. Apoiaram-se cerâmicas, financiaram-se estufas para preparação de tabaco, construiu-se um pequeno alojamento hoteleiro em Dili e melhorou-se o de Baucau, mas a indústria continuou num estado primitivo.

Para dar uma ideia do nível daquilo a que se chamava indústria, posso referir a minha primeira visita à ilha de Ataúro, onde era pessoa importante o ex-deportado político a que aludo no início deste capítulo. Muito ufano mostra-me a sua destilaria. Era uma meia dúzia de fogareiros de petróleo, cada um com o seu balão de vidro meio cheio, destilando um líquido esbranquiçado. Cada um tinha o seu pequeno condensador de vapores (o clássico aparelho de Liebig). Tudo tipo laboratório liceal.

Uma actividade que procurei estimular foi a do artesanato, designadamente através da Casa de Timor (em Lisboa). Trabalhos em prata, em tartaruga, em rãfia, etc., revelavam artistas consumados e espelham uma cultura, mas, infelizmente, nunca conseguiram expressão económica relevante.

CAPÍTULO VI

A pequena história: algumas quezílias políticas

As Missões e o ensino

As Missões têm uma ligação muito especial à vida de Timor e são antigas e muito fortes as razões para o prestígio de que desfrutam.

Em primeiro lugar, Portugal chegou ali pela mão dos missionários que, de início, não só evangelizavam como também administravam. Poderá, até, ser uma explicação para a profunda aura de respeito de que os timorenses envolvem a bandeira portuguesa, o facto de ela ter sido trazida pelos mesmos sacerdotes que lhes falavam duma nova vida e dum novo Deus.

O poder de que dispunham não foi isento de sérios atritos com os representantes do governo, enquanto também ali não prevaleceu a regra de dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. As instruções dadas em 1811 pelo Conde de Sarzedas, Vice-Rei da Índia, ao Governador de Timor tecem ásperos comentários a este respeito e relatam, por exemplo, as discórdias havidas em 1722 entre o Governador Francisco de Melo e Castro e o Bispo de Malaca, Fr. D. Manuel de Santo António, por motivo das quais aquele deixou «cobardemente» (*sic*) o governo e se retirou para Goa, ficando governador o mencionado Bispo.

Todavia, nos tempos mais modernos a situação normalizou-se e, quando ali cheguei, a acção das missões era geralmente admirada e respeitada.

Foram as missões que iniciaram e desenvolveram o ensino em Timor, que criaram uma primeira escola para formação dos seus professores (em 1924) e, naquela época, tinham a seu cargo a grande maioria da população escolar.

Os prodígios de generosidade e dedicação diária dos missionários, das irmãs e dos simples catequistas conseguiram suprir enormes dificuldades, a principiar pela extrema modéstia dos recursos materiais. Conheci numerosos exemplos de vidas edificantes na sua simplicidade, na sua transbordante confiança em Deus, na sua capacidade de doação, que eu me atreveria a canonizar sem grande receio de erro.

O Bispo, D. Jaime Garcia Goulart, era uma pessoa que eu sinceramente estimava e me merecia o maior respeito.

Todavia, esta enorme e sincera admiração pela obra e pela vida missionária não me impediram de discordar e de agir contrariamente aos desejos das missões — ou melhor, de grande parte dos missionários — em matéria importante como a do ensino.

As missões entendiam — e bem — que o seu papel era difundir a fé. Ensinavam para catequizar. Para elas, ensino sem catequese não fazia sentido. Por outro lado, era óbvio que o quase monopólio que na prática detinham era um factor estratégico da maior importância para aquilo que poderá chamar-se a batalha da evangelização.

De resto, esta doutrina encontrava algum eco em certos responsáveis políticos, nuns casos por mera preocupação religiosa e noutros também por excesso de cautela na evolução social, com receio do desemprego de letrados ou, mesmo, para melhorar a coesão nacional evitando eventuais fracturas religiosas. Aliás, nas já citadas «Instruções» deixadas pelo então Subsecretário de Estado do Ultramar ao meu antecessor podia ler-se:

«Por último quero advertir o Governo da Província da extrema prudência com que deverá encarar a expansão de um ensino primário oficial não entregue às Missões Católicas: só estas poderão dar à massa nativa a devida preparação moral, sem a qual o ensino poderá, até, ser socialmente nocivo; (...) Considero merecedora da maior circunspecção a abertura de escolas primárias ofi-

ciais no interior da Província.» Porém, mal ali cheguei, ao equacionar os problemas da Província, logo se tornou evidente que a prioridade das prioridades era a valorização das pessoas — principalmente a educação de base — não só numa perspectiva de progresso material, como sobretudo por uma questão de ética política. Sentia, não por lucubrações filosóficas, mas pelo simples reflectir sobre o que seria de mim próprio se estivesse no lugar dos outros, que o acesso à cultura era um indiscutível direito de qualquer homem. E o Estado e a Igreja tinham de existir para servir as pessoas e não para servir-se delas.

Os missionários opunham-se ao alargamento do ensino através das escolas municipais com várias ordens de razões: ingratidão pela sua obra; ausência de estruturas, nomeadamente inadequada preparação dos professores; mau emprego dessas verbas que melhor renderiam se atribuídas para reforço da rede escolar existente; imprudente aceleração dum processo que apenas ensinaria sem formar devidamente as pessoas; alguns chegavam mesmo a falar em cedência minha perante maquinações sub-reptícias que pretendiam, no fundo, combater as missões.

Estranhavam que eu, cuja formação e prática religiosa eram conhecidas, parecesse estar contra os interesses da Igreja e houve mesmo quem apelasse para a minha simples qualidade de cristão. Poderia eu, em consciência, patrocinar medidas que, em seu entender, afectavam as missões e a conseqüente difusão da fé?

Recordo muito bem um dia em que o próprio Bispo me procura, confessando-se muito pressionado pelos seus colaboradores, para me manifestar as suas preocupações. Numa conversa, como sempre extremamente franca e cordial, chega a dizer-me que alguém lhe havia já sugerido que eu estava a ser mero executor de instruções providas de cima ou «de forças ocultas, como a Maçonaria». Lembro-me perfeitamente que sorri e lhe assegurei que a ideia, boa ou má, nascera na minha cabeça: era totalmente de minha responsabilidade.

D. Jaime defendia o seu ponto de vista com a inteligência e a fidalguia que lhe eram peculiares; contudo, eu podia aperceber-me que o seu espírito não era insensível ao fundo do problema e às minhas razões.

Estávamos em 1960. João XXIII havia sido eleito há dois anos apenas. Em Roma pairava já o espírito do *aggiornamento* que levou

ao Concílio Vaticano II, mas não havia ainda a *Pacem in Terris* nem a *Gaudium et Spes*.

D. Jaime, em 1962, vai à primeira sessão do Concílio e, quando voltamos a encontrar-nos após o seu regresso, ele próprio toma a iniciativa de me transmitir quanto a sua presença em Roma o tinha ajudado a compreender os novos tempos e tem palavras de grande compreensão para a política que segui em Timor nesta matéria. Diz-me mesmo que eu tinha inteira razão e que essa ida a Roma lhe tinha feito rever muitas das suas ideias sobre a acção pastoral.

De facto, a mudança tinha sido grande e, na abertura da segunda sessão do Concílio, Paulo VI evidencia bem este novo espírito quando declara solenemente: «Que o mundo saiba: a Igreja olha para ele com profunda compreensão, com sincera admiração e com sincero propósito não de o conquistar, mas de o servir, (...)» (sublinhado meu).

Esta evolução na atitude da Igreja e declarações claríssimas em encíclicas da época acerca do direito ao ensino, generalização da instrução de base e, em particular, acentuando o dever dos cristãos de trabalharem para que a todos se reconheça o direito à «cultura correspondente à dignidade humana, sem discriminação de raça, sexo, nação, religião» não impediu que, passados 25 anos, um missionário timorense muito culto e muito amigo se referisse ainda à criação destas novas escolas como o «cogumelar de escolas municipais» e ligasse essa iniciativa «a um certo pendor competitivo dos organismos oficiais em relação ao ensino missionário»¹.

Na sua boa fé, muitos missionários pensavam ainda que o prioritário era arregimentar almas — não era fundamentalmente servir o homem, mesmo antes de procurar fazer dele um cristão. O ensino, por si só, poderia até ser imprudente. Era, aliás, pensamento também comum a grande parte das elites sociais e políticas do nosso país, que sobrevalorizavam a felicidade idílica do camponês rude e iletrado e tinham a sua promoção cultural como coisa supérflua que só deveria ser dada em pequenas doses para não perturbar o equilíbrio social. Haveria também aqui um *quantum satis*.

O espírito humano evolui e aperfeiçoa-se e, naturalmente, a estrutura da Igreja também não pode ficar indiferente aos sinais dos tempos, à caminhada do homem e — na linguagem tão ousada e tão

1. DUARTE, Padre Jorge Barros — *Em terras de Timor*, ed. do Autor. Comp. e impresso TIPOSET — 1987. p. 49 — Livro que o Autor, aliás, me oferece com uma dedicatória amável e amiga

rica de Teilhard de Chardin — à sua ascensão para a consciência, com as «pressões ou empurrões exteriores» que «arrancam o indivíduo à sua preguiça natural e às suas rotinas adquiridas — para romper também, periodicamente, os quadros colectivos que o prendem»².

Estas divergências não afectaram nunca um franco, leal e frutuoso relacionamento com as missões.

As relações com o Comando Militar

A legislação existente era manifestamente desajustada, pois, se, por um lado, a Lei Orgânica do Ultramar reconhecia o Governador como o mais alto agente e representante do Governo central e a autoridade superior a todas as outras «tanto civis como militares», o facto era que Santos Costa tinha conseguido, pela reforma do Exército de 1949, impor a sua directa tutela sobre os comandos militares ultramarinos. Expressão do seu poder pessoal, do peso que as Forças Armadas adquiriram com o «28 de Maio» e também do misto de brio e de orgulho que as campanhas do Ultramar, designadamente em África, deixaram no espírito dos militares. Na célebre carta de Mousinho ao Rei D. Carlos, já ele dizia que o Ultramar «era obra de soldados».

Este quadro legal facilmente podia dar origem a situações absurdas e a conflitos se os comandos militares não fossem suficientemente lúcidos e sensatos para compreender que a sua actuação não deveria ser conduzida sem um mínimo de diálogo com o Governador e de atenção pela sua política, ainda que a letra da lei lhes permitisse agir como lhes aprouvesse, ignorando na prática o governo da Província.

A Força Aérea nada tinha em Timor. A Marinha, apenas o Comandante da Defesa Marítima, que era também o capitão do porto e, nestas funções, despachava regularmente comigo. Os navios de guerra que visitavam Timor eram comandados por homens experientes, com trato apurado por contactos internacionais. Sempre primaram, não somente pela cortesia, como sobretudo pelo cuidado que punham em coordenar previamente comigo as suas deslocações e os seus contactos em terra.

2. CHARDIN, Pierre Teilhard de — *O Fenómeno Humano*, Porto, Liv. Tavares Martins, 1965, p. 150

Quando cheguei, o então Comandante Militar havia sido Encarregado de Governo desde há quase um ano. Tempo demasiado para uma situação transitória como esta e que alimentou naturais perspectivas, pelo menos no seu círculo próximo, de que fosse ele o novo Governador. Tinha, por isso, mais influência, maior conhecimento dos problemas e também mais amigos e mais adversários do que um simples comandante militar ou um fugaz encarregado de governo. E o curioso é que os mais críticos eram precisamente alguns dos seus mais directos colaboradores no quartel general, pelos motivos que já atrás referi. Mantivemos sempre um relacionamento pessoal e institucional reciprocamente muito correcto, mas, por todos os antecedentes, não podia nem devia buscar demasiado o seu conselho no delinear duma nova política que, sem desrespeitar actuações passadas, teria toda a conveniência em demarcar-se em bastantes pontos.

A sua comissão termina em princípios de Outubro de 1959 e é substituído pelo Coronel Serpa Soares. Oficial de Cavalaria prestigiado, brioso e inteligente, bom conversador, aliava a isto bastante ingenuidade e um conceito exacerbado do estatuto militar e da sua própria posição, que o levavam, com demasiada frequência, a atitudes menos sensatas. De princípio conversámos bastante e depressa pude aperceber-me do exotismo da sua personalidade.

Estava-se ainda no rescaldo dos acontecimentos de Viqueque.

O Coronel Serpa Soares defendia a política do «arrastar da espada», no sentido de exhibir força para fomentar um certo temor reverencial da população perante a tropa. Marcar a superioridade, punir severamente quem não se curve perante o seu poder, para intimidar pelo exemplo mais ainda do que para fazer simplesmente justiça. Era o peso da imagem dos chefes militares das campanhas de ocupação, que faziam gala de manterem em respeito os povos indígenas pela sua dureza, audácia e valentia.

Essa não era, porém, a minha política: os tempos eram outros e as ideias evoluíram. E, para além disso, havia uma outra razão muito forte e muito simples: não havia, nem de longe, meios para ser aplicada com êxito.

Sempre entendi que a disciplina e o prestígio da autoridade devem basear-se, antes de tudo, em valores éticos, um dos quais é o sincero respeito por aqueles sobre quem a exercemos. É indispensável também coragem, firmeza e ousadia — mas de outro esti-

lo e sem a nota do orgulho, da altivez e da violência. Num escrito da minha juventude acerca do espírito militar³, quando os regulamentos falavam apenas no respeito devido aos superiores, eu acentuava já que — em meu entender — uma sã disciplina, que não mutile a alma humana, deve basear-se também no respeito pelos subordinados.

Estas divergências não teriam importância de maior se fossem apenas diferenças de ideias políticas ou filosóficas e não viessem a traduzir-se num crescendo de atitudes menos sensatas.

Começou pela tentativa de retirar-me o chefe de gabinete, obrigando-o a recolher ao comando militar, através de proposta feita directamente ao Ministério do Exército. Tratava-se do Tenente miliciano já referido e que tinha exercido idênticas funções com o encarregado de governo. Além da descortesia, era manifesto o intuito de represália contra o Tenente Braga pela importância que lhe dera o Tenente-Coronel Aguiar. Claro que o Subsecretário de Estado (ao tempo o Tenente-Coronel Costa Gomes) indeferiu o pedido em termos muito atenciosos para comigo⁴. Dizia, nomeadamente: «Dada a situação especial da Província e a falta de colaboradores com que luta o seu Governador para fazer face aos múltiplos problemas pelos quais é responsável, não parece razoável que se obrigue a recolher o seu chefe de gabinete. Este oficial deve continuar em diligência no Governo da Província podendo ser utilizado pelo Governador em regime de acumulação, em qualquer outro serviço, enquanto se mantiver nesta situação».

Não contente com isso, o Comandante Militar tenta depois propor ao Ministério do Exército o meu nome para presidir ao tribunal militar que funcionava naquele comando. Eu era então Major Engenheiro do Serviço de Material. O propósito era bem evidente: marcar a sua supremacia na Província, alinhando-nos pelas patentes militares. Ignorância da estrutura política? Simples estultícia? Provocação? Não sei. Claro que o Exército recusa liminarmente tão descabida proposta.

Nos aspectos protocolares havia também sempre uma preocupação de se distanciar e proceder como se houvesse dois poderes paralelos do mesmo nível: Governador e Comandante Militar. Isto não é mera conjectura quanto às intenções, pois, na sua nota (sec-

3. Artigo publicado na *Revista de Artilharia*, n.º 275, Maio de 1948.

4. Ofício n.º 6575 PºM/B, de 6 de Abril de 1960, da Rep. Oficiais da D.S.P., transcrevendo o despacho de 17 de Março de 1960.

reta) n.º 2610/699, de 31 de Maio de 1960, para o Estado-Maior do Exército podia ler-se:

«E seria de desejar (...) que se fizesse a revisão das antigas disposições protocolares do Ultramar, ainda vigentes (...) proporcionando-se aos Comandantes Militares, de direito e de facto, não apenas naqueles protocolos, mas também em meios, recursos e poderes relativos, posições de hierarquia comparáveis às do Governador».

Isto seria o menos, se fosse apenas uma luta de bastidores. Mas, infelizmente, a falta de senso levou a atitudes que afectavam a vida da população e a estabilidade política. Uma delas foi, por exemplo, a instituição de brigadas de caça do comando militar para obter carne mais barata para consumo das unidades. Pretendiam, claro está, caçar búfalos, esquecendo-se da importância que esses animais têm para a população, não só do ponto de vista económico como também cultural. Recebo as primeiras queixas, quando as brigadas já actuavam, ainda que sem qualquer autorização. Por deferência para com o comando, aceito as explicações que por ele me são dadas e anuo a que, suspensas imediatamente as suas actividades, se encare a hipótese de viabilizar a sua actuação em moldes legais. De facto, o comando faz o pedido e autorizo a constituição de novas brigadas, acentuando a legislação que regula o exercício da caça e referindo que deveriam actuar sempre em perfeita ligação com a autoridade administrativa local para que houvesse todo o cuidado de não ofender interesses da população nativa (delimitação de áreas, avisos prévios, protecção do respectivo gado, etc.). Recebo novas queixas. Um contacto verbal com o quartel-general não evita que os abusos persistam. Novos avisos, pedidos oficiais meus para que o comando averiguasse abusos concretos que lhe transmiti não deram qualquer resultado. As queixas avolumam-se. Confirmo-as por vários canais, incluindo as missões com muitas e muitas dezenas de missionários e catequistas a transmitirem o mal-estar das populações. Continuavam a ser dizimados muitos búfalos de nativos (só numa área, os lesados referiam mais de 50). Vejo-me obrigado a mandar suspender as brigadas e apreender muita carne ilegalmente abatida. Havia até colaboração irregular de caçadores civis, alguns sem licença sequer de porte de arma. Triste desfecho!

A falta de tacto e de sensibilidade política traduziram-se em actuações ainda mais graves, que afectavam a tranquilidade interna, chegando a haver atitudes injustificadas de aparato bélico, de dureza e até de violência gratuita sobre pessoal militar timorense supostamente rebelde.

Assim, por exemplo, logo na passagem do ano 1959/60, o comando militar resolve, sem me ouvir, tomar medidas excepcionais de segurança, nada discretas e que provocaram algum alarme público (v.g.: rondas de viaturas militares pela cidade de Dili), chegando, inclusivamente, a recomendar aos oficiais para comparecerem armados nas festividades dos clubes da terra nessa noite, o que alguns exibiam sem grande recato na sua roda de amigos. Este tipo de medidas não se ajustava aos esforços que eu vinha fazendo para restaurar um clima de confiança e tranquilidade, sem prejuízo de me manter sempre atento ao estado de espírito da população e bastante bem informado, graças ao inestimável apoio de várias pessoas bem inseridas no meio e com certa influência na vida local.

Durante todo o ano de 1960 este clima de confronto não esmorece, ainda que algumas vezes queira cobrir-se com um manto demasiado diáfano — mas que não escapa ao olhar do público — o que me leva a escrever ao então Subsecretário de Estado do Exército, expondo a situação, salientando a urgência de corrigir anomalias legais nesta matéria, por forma a esclarecer a situação das Forças Armadas perante os governadores ultramarinos⁵.

A resposta chega em fins de Novembro⁶ Reconhece «por experiência própria, as situações absurdas a que pode dar origem a legislação de 49» e acrescenta «com a franqueza, sinceridade e lealdade com que procuro tratar todos os assuntos, que V. está cheiinho de razão». Acrescenta: «o assunto está em estudo na Defesa Nacional e espero que se encontre uma solução que o satisfaça e esteja de acordo com a delicada situação em que se encontram presentemente todas as nossas Províncias Ultramarinas».

A nova legislação só vem a ser publicada nos primeiros meses de 1961.

Poderia multiplicar os exemplos, mas bastará referir o que ocorreu nos finais de 1960 para mostrar os extremos a que se chegou: as coisas passam todas as marcas.

De facto, em 10 de Dezembro recebo um telegrama secreto do Ministro do Ultramar naturalmente alarmado com notícias que o Exército acabava de lhe transmitir acerca duma grave e iminente sublevação em Timor⁷: «Ministério do Exército comunica ter infor-

5. Cf. Anexo X.

6. Cf. Anexo XI.

7. Telegrama 36 - SEC do Ministro do Ultramar (Lisboa) para Governador (Dili), de 10 de Dezembro de 1960

mações alarmantes relativas projectada sublevação tropas nativas Timor secundadas populações ainda este ano». O telegrama pedia-me informação urgente sobre o que eu sabia e pensava a este respeito.

O comando militar — talvez para vincar a sua autonomia e que eu estaria descurando os problemas de segurança — apenas me deu conhecimento, por escrito, da mensagem que remeteu para Lisboa depois do seu envio. Nessa mensagem o quadro era muito negro e sugeriu-se, inclusivamente, a evacuação gradual das famílias de militares.

Na minha resposta ao Ministro assumo a responsabilidade de afirmar que a situação interna estava calma — como na verdade sucedia e se comprovou — que não via razão para as medidas propostas, que havia «na realidade certos descontentamentos de militares nativos contra militares europeus «e insistia na urgente solução dos problemas relativos às relações com o comando militar». Na verdade, já no mês anterior tinha enviado uma carta ao Ministro do Ultramar, na qual expunha os problemas que o comando militar estava causando⁸ e na mesma data (o correio tinha de seguir à quarta-feira, pois apenas havia uma ligação aérea por semana) escrevo também aos Subsecretários de Estado da Administração e do Fomento Ultramarino, tratando de outros assuntos, mas não deixando de lhes dar conhecimento deste assunto.

Apesar das instruções que, entretanto, Lisboa transmite ao comando militar para cooperação com o Governador, nada o demove: determina movimentações, de efectivos militares, efectua prisões de hipotéticos conspiradores militares, etc. Na passagem do ano 1960/61, o comando continua apostado na ideia da sublevação. Pergunta para o meu gabinete, se eu pretendia que fossem tomadas algumas medidas especiais de segurança. Apesar da minha resposta negativa, prevalece a tese do «arrastar da espada».

Assim, nessa noite — até na festa num clube local em que me encontrava (e, entre muitos outros, também o cônsul da Indonésia) — são feitas diligências para prender militares, que deram nas vistas, para além de outras medidas aparatosas de segurança nas ruas de Dili.

Vim a saber depois que, em Aileu, o comando tomou medidas ainda mais graves: concentrou senhoras europeias num lado; fechou

8. Carta de 19 de Novembro de 1960

soldados nativos noutra, tudo guardado por pessoal armado; proibiu os chineses de lançar «panchões» nessa noite; pelo menos um cabo é preso. A população local critica. Há manifesta precipitação. Alguns atribuem isto ao medo.

A minha reacção não podia deixar de ser enérgica, quer na troca de correspondência com o comando quer na enviada ao Ministério.

A solução adoptada foi mandar regressar a Lisboa o Coronel Serpa Soares. Talvez não fosse ele o "*deus ex machina*" de muitos dos problemas e a origem estivesse no seu estado-maior; mas — ossos do ofício de quem comanda — era ele o responsável.

Em 16 de Janeiro de 1961 chega um novo comandante⁹, com o qual todos os problemas desaparecem e as relações foram as melhores.

Uma PIDE sem prisões nem licença para prender

Pelos motivos já referidos, mesmo antes de tomar posse, achei necessário propor a ida a Timor de alguém capaz de fazer uma rápida prospecção do ambiente social e político, que as primeiras notícias me mostravam estar tão perturbado. Naturalmente recorri aos serviços que dispunham de gente experiente na matéria e escolhi alguém que me merecesse confiança. O Inspector Ferreira da Costa fez um trabalho muito discreto e eficiente. Nos meses que ali estive não deu nas vistas, não fez autos nem sequer me entregou relatórios. Deu-me, porém, um quadro muito fidedigno da situação e indicações que vim a concluir haverem sido também muito correctas, sobre o efectivo peso social, prestígio e estatura moral de personalidades da terra de quem poderia obter apoio ou de quem deveria acautelar-me.

Em 1960 (se a memória não me falha) entra em funcionamento uma subdelegação da PIDE, dirigida por um Inspector. Quis, como é natural, montar o seu serviço de informações. Já eu, então, havia tido oportunidade de estabelecer boas relações no meio local que me levavam a ter a confiança de muita gente e me permitiam estar bas-

9. Coronel de Infantaria, Luís Mário do Nascimento, cuja nomeação foi publicada na O.E. n.º 15 — 2ª série, de Dezembro de 1960. Nomeação de carácter urgente e transitório para solucionar os problemas referidos. Cessou funções em 18 de Junho de 1961

tante bem informado do que se passava, quer através dos canais administrativos quer particulares.

O inspector, com excesso de zelo e alguma precipitação, começa a apresentar-se a diversas pessoas do interior, através de cartas, nas quais se punha à sua disposição para os ajudar, recolhendo eventuais queixas e procurando que passassem a corresponder-se com ele. Diversas dessas cartas vinham, por outras vias, parar às minhas mãos, perguntando-me os destinatários qual a resposta que deveriam dar-lhe! Eu, que nada sabia de informações, ainda que sem identificar esses pretendidos informadores, tive de recomendar mais cuidado ao inspector e que talvez não fosse essa a melhor forma de auscultar o real sentir da população.

Todas as actividades têm tendência a provocar uma certa deformação profissional naqueles que a exercem e eu sentia que os elementos desta polícia, de princípio, se sentiam ali um pouco como peixe fora de água: não havia inimigos do governo a vigiar nem gente a prender. Os deportados políticos eram pessoas estimadas e extremamente colaborantes; a numerosa comunidade estrangeira chinesa era praticamente impenetrável e a indonésia e australiana podiam resumir-se aos respectivos consulados.

Um dia, um chefe de brigada da PIDE confessou-me mesmo que se sentia deslocado sem a vida trepidante de correrias de automóvel e de buscas a residências. Sem prisões, sem autos e sem interrogatórios — devia sentir-se como alguém que muda de emprego.

A missão que a PIDE ali estava chamada a desempenhar era bem clara. O próprio inspector mostra compreendê-la perfeitamente, como refere, por exemplo, numa exposição que me dirige, na qual me coloca certos problemas que interferiam com o sector militar, designadamente a reacção do comando perante eventuais queixas que um cabo haveria levado ao conhecimento da PIDE¹⁰:

«(...) pois, nesta Província, não está em causa a defesa duma ordem política estabelecida, mas o de assegurar a continuação do património que nos deixaram os nossos maiores, e, que todos, estamos empenhados em legar aos nossos vindouros».

Nesta informação, o inspector reivindicava também as suas competências, que, de facto, lhe eram atribuídas por lei, dizendo que «a esta Polícia, por força das disposições legais, é-lhe atribuída a

10. Inf. Confidencial n.º 39/62, de 30 de Abril de 1962, subscrita pelo Inspector Dr. Manuel José da Cunha

missão de prever, com necessária antecedência, a eclosão de qualquer movimento político, de agitação, rebelião, etc.» Referia detenções feitas no foro militar e acrescentava que a subdelegação não poderia «ficar na simples expectativa». Era patente o propósito de dinamizar a sua actuação.

Considerei que não deveria limitar a capacidade da PIDE para auscultar o meio local, detectando quaisquer indícios relevantes para a segurança, inclusivamente dentro do meio militar, mas, por outro lado, devia impedir actuações imprudentes de carácter público, designadamente prisões, sem meu prévio conhecimento. Dizia textualmente:

«Nunca limitei nem entendo que deva limitar-se a plena liberdade e o campo em que a subdelegação da PIDE pode mover-se para auscultar, com toda a latitude o meio local. Assim, nenhuma restrição há que pôr à busca ou aceitação de informações — qualquer que seja a sua origem — e ao conseqüente estabelecimento de contactos, a título reservado e pessoal, com quem a subdelegação entenda conveniente e sob sua única responsabilidade.

Apenas as acções da PIDE que se traduzam em medidas de carácter público (como prisões ou outras) não deverão ser levadas a efeito sem meu prévio consentimento, salvo, como é óbvio, casos de urgência inadiável ou outros de rotina, que não envolvam questões de ordem política»¹¹.

Neste despacho talvez tenha ultrapassado as minhas competências, mas ter razão dá muita força.

Claro que o inspector, ao receber o despacho, me observa que ao limitar-lhe a capacidade de agir, nomeadamente quanto a detenções, estava a ultrapassar a lei que lhe conferia essa competência. Lembro-me bem qual a minha resposta:

«Eu sei, Sr. Inspector. Este despacho significa somente que se houver tais prisões ou coisas parecidas, sem minha prévia concordância, um de nós não fica em Timor».

O meu pensamento foi bem compreendido e o próprio inspector veio a reconhecer as vantagens deste meu despacho tão heterodoxo, pela receptividade que encontrou junto da população.

Enquanto estive em Timor, a PIDE pôde fazer um trabalho bastante útil — e útil, sobretudo, porque foi feito sem prender ninguém.

11. Meu despacho de 14 de Maio de 1962, sobre a mencionada informação.

As eleições de 1961 e o meu pedido de demissão

Em Novembro de 1961 havia eleições para a Assembleia Nacional.

Era até então Deputado por Timor o Padre Martinho da Costa Lopes e, nos termos dos acordos de Portugal com a Santa Sé e da disciplina eclesiástica, os sacerdotes necessitavam da autorização do respectivo prelado para aceitar cargos públicos.

Em princípios de Setembro, cerca de 20 timorenses com relevo no meio local procuram-me para manifestar o seu desejo que fosse o Padre Porfirio de Campos (missionário muito antigo e professor de várias gerações) o candidato por Timor. Tinha prestígio, mas as suas relações com o Bispo constava-me estarem um pouco frias. Respondo-lhes, claro está, que o governo não tinha candidatos e aconselho-os a dirigirem-se à Comissão Provincial da União Nacional, como maneira mais eficaz de levar avante a sua ideia. Informo o Ministério e lembro que, caso a União Nacional quisesse esse candidato, seria aconselhável uma prévia atenção com o Bispo.

Entretanto, sem essa cautela, a União Nacional havia já convidado o Padre Costa Lopes e é-me pedido para obter do Bispo a devida autorização. D. Jaime diz-me que a não concede. Informo o Ministério; a União Nacional pede-me que o demova.

Tinha dado aos Serviços de Administração Civil instruções para haver todo o rigor no cumprimento dos procedimentos legais no acto eleitoral e sou informado que o candidato da União Nacional não estava sequer inscrito no recenseamento. Comunico-o também para Lisboa. Um telegrama do Presidente da Comissão Executiva da União Nacional (de 9 de Outubro) pede a minha atenção «para dificuldades que incompreensivelmente parece estarem a ser levantadas sobre candidatura». Informei não poder agora determinar a alteração do recenseamento e no dia seguinte recebo um curioso telegrama do Ministério do Ultramar¹²:

«Câmara Municipal de Monchique certifica estar inscrito recenseamento Deputados Assembleia Nacional Padre Martinho Costa Lopes certidão segue via aérea».

12. Telegrama n.º 248, de 10 de Outubro de 1961, de Ministério do Ultramar (Lisboa) para Governador (Dili)

Esta súbita transferência de Timor para Monchique de nada serviu, pois o Bispo mantinha-se intransigente. Nesse mesmo dia 10, e perante a voz pública da candidatura, entrega-me pessoalmente um ofício com a sua firme recusa, invocando a lei e pedindo que se obstasse ao que considerava «acto de indisciplina e menosprezo da autoridade eclesiástica». Insisto com ele, salientando a delicadeza da situação criada. Mantém a recusa, dizendo que motivos de consciência o impediam de transigir. Claro que não lhos perguntei. Fiquei com a ideia que não eram, de facto, motivos nem políticos nem de capricho, mas razões unicamente ligadas ao seu múnus pastoral.

Nesse mesmo dia informo Lisboa¹³, dizendo que o Bispo me acentuou também que, agora, não podia anuir à candidatura de qualquer outro missionário.

O prazo corria. No dia seguinte, o Presidente da União Nacional telegrafa-me: perante recusa da autorização do Bispo, não tendo Ruy Cinatti aceite o convite, resolveram convidar o Major Herculano Chorão de Carvalho, que havia terminado meses antes a sua comissão em Timor como Chefe do Estado-Maior.

Ora, este oficial, foi não só o mais acérrimo e notório inspirador da oposição ao meu governo, o que seria o menos, como sobretudo — e isso era o mais importante — o principal instigador do espírito de divisão entre os elementos militares e civis, que chegaram a atingir as graves proporções já descritas no parágrafo anterior e que levaram à exoneração do Comandante Militar.

Embora esta designação fosse um recurso de última hora, a verdade é que ela não poderia deixar de ter consequências políticas.

O ano de 1961 foi muito agitado e as nuvens eram muito negras: os primeiros massacres em Angola (Baixa do Cassage — Janeiro; Luanda — 4 de Fevereiro; Norte de Angola — 15 e 16 de Março); o golpe frustrado de Botelho Moniz e as consequentes mudanças no Governo; os primeiros incidentes na Guiné; as crescentes ameaças de Nehru sobre Goa, que se concretizam em Dezembro; perspectivas de ataques indonésios sobre Timor. Eu tinha passado a ter também as responsabilidades de Comandante-Chefe e estava em curso uma profunda reestruturação da defesa de Timor, com uma radical alteração dos conceitos tradicionais militares. Se aparecesse politicamente desautorizado, se perdesse prestí-

13. Telegrama n.º 53 SEC, de 10 de Outubro de 1961, para Ministro do Ultramar (Lisboa)

gio naquela terra tão pequena em que tudo se sabe, não tinha condições para levar a bom termo a minha missão. Ainda que o peso efectivo dos Deputados não fosse grande, para o meio de Timor significava muito. E, em política — na frase bem conhecida — o que parece é.

Não tive, pois, a menor hesitação que deveria demitir-me.

Assim, procurando manter a maior discrição na Província, para não afectar as eleições, dou todo o apoio burocrático que me é pedido para o rápido andamento do processo de candidatura e, no primeiro correio aéreo (18 de Outubro) envio ao Ministro a minha carta pedindo a demissão. Para além de minha Mulher e, naturalmente, do meu gabinete que a dactilografou, só a dei previamente a conhecer ao Brigadeiro Pires Barata (novo Comandante Militar e que ficaria Encarregado de Governo), que insistiu para que substituísse apenas uma palavra, por forma a permitir ao Governo uma saída para o problema, porque (generosamente, talvez) pensava ser grave que deixasse Timor naquele momento. Eu pedia para sair antes das eleições, que eram daí a poucas semanas (12 de Novembro) e dizia que o meu pedido de demissão era «irreversível». Foi esta palavra que tirei, sem tornar menos claro o meu firme propósito de sair.

As notícias transpiram. Há quem se movimente pretendendo apoiar-me e entendi, inclusivamente, que devia opor-me ao envio dum telegrama ao Presidente do Conselho, no qual um numeroso grupo tentava obstar à indigitação já consumada. Ultrapassei os meus poderes, mas compreenderam.

Do Ministério do Ultramar procuram atenuar as coisas com palavras atenciosas. O Ministro (Prof. Adriano Moreira) visita Angola e Moçambique e assim demora a resposta à minha carta. Em princípios de Novembro insisto pelo meu rápido regresso. Adriano Moreira chega de África e imediatamente me assegura não ter havido qualquer intenção de me atingir, diz-me que poderei regressar depois das eleições, mas que esse facto só deverá ser tornado público após essa data e pede-me em termos amáveis para encarar a possibilidade de aceitar o governo do distrito de Nampula em Moçambique¹⁴. Na véspera das eleições novo telegrama meu a agradecer as palavras atenciosas do Ministro, mas a informar que no dia imediato começava a tratar do meu embarque de regresso e de minha família.

14. Telegrama 48 SEC, de 7 de Novembro de 1961, de Ministro do Ultramar (Lisboa) para Governador (Dili)

As eleições são no dia 12 e, na véspera, pela improvisada rádio local, dirigi uma mensagem apelando à comparência. Foi difícil, pois muitos estavam à espera de ver como me sairia dessa embaraçosa situação. Creio que fui feliz e consegui que os eleitores, embora poucos (2640), comparecessem de facto em forte percentagem. Digo «de facto», porque dei ordens para que as coisas se fizessem com rigor.

Estava já com passagens reservadas para toda a família partir de Dili a 13 de Dezembro e com bagagem de porão também já preparada quando recebo um telegrama do Ministro¹⁵ com palavras muito amáveis em que traduz as suas preocupações pela minha saída, reitera a sua confiança e pede-me para reconsiderar.

A situação na Índia agudizava-se. A invasão seria semanas depois. Para Timor, Goa era um elo muito importante de ligação com a Metrópole.

Não posso deixar de corresponder a este apelo: a conjuntura delicadíssima não me permitia responder doutra forma, mas, para levar ao fim o meu mandato, precisava que me fosse expressamente reiterada a «confiança e consideração» do Governo, nomeadamente do Ministro do Ultramar e do Presidente do Conselho¹⁶. Só assim teria capacidade política para impedir quaisquer tentativas para que fosse minado em Lisboa o meu trabalho em Timor. A resposta do Ministro chega no mesmo dia e, além de amável em termos pessoais e generosa na apreciação da minha acção, é sobretudo muito expressiva, pois reitera essa confiança em termos inequívocos e honrosos, tendo o cuidado de salientar que o fazia também «com acordo de S. Ex.^a o Presidente do Conselho»¹⁷.

Hoje, tudo isto parece uma pequena questiúncula política. Todavia, com a pressão que se sentia crescer sobre o Ultramar, com o caso de Goa quase ao rubro, com todo o peso da responsabilidade por uma pequena Província isolada a mais de 10 000 km. de Lisboa sobre a qual pairavam também sérias ameaças, qualquer quebra de prestígio ou confiança seria problema muito sério.

15. Telegrama 53 SEC, de 21 de Novembro de 1961, de Ministro do Ultramar (Lisboa) para Governador (Dili)

16. Telegrama 63 SEC, de 24 de Novembro de 1961, de Governador (Dili) para Ministro do Ultramar (Lisboa).

17. Telegrama 54 SEC, de 24 de Novembro de 1961, de Ministro do Ultramar (Lisboa) para Governador (Dili)



Visita ao Posto de Atabai: conversando com os chefes locais.



Lápide que inaugurei (em 17.Jul.59) nas Pedras de Bui-Cari, onde "morreu de pé" o Alferes Francisco Duarte — o "Arbiru" — figura mítica de militar, a quem os adversários vitoriosos, depois de o terem morto, pedem perdão e se rendem.

CAPÍTULO VII

A Defesa e os seus problemas

As ameaças e as directivas do Governo Central

Em finais de Março de 1961 o Governo central decide publicar a legislação que o Subsecretário de Estado do Exército (Tenente-Coronel Costa Gomes) me havia anunciado poucos meses atrás, na resposta à carta que lhe dirigi expondo a situação concreta que se vivia e salientando a necessidade de corrigir a lei nestas matérias¹. Era agora atribuída ao Governador competência para conduzir a política de defesa no respectivo território, de acordo com directiva conjunta dos Ministros da Defesa e do Ultramar. Esse diploma regulava também as relações das Forças Armadas com o Governador, mesmo quando ele não estivesse investido em funções militares de comando.

Pouco depois sou nomeado Comandante-Chefe, dentro dessa nova orientação e, em princípios de Junho de 1961, recebo a correspondente Carta de Comando de que o novo Comandante Militar, Brigadeiro Pires Barata, fez questão de ser ele próprio portador. A situação era extremamente delicada para ambos. O chamado «golpe Botelho Moniz» tinha ocorrido em Abril e Pires Barata, ao tempo Chefe do Estado-Maior da 2.^a Região Militar, tinha sido dos mais entusiásticos apoiantes do movimento. Ninguém foi punido disciplinarmente, mas a sua ida para Timor tinha a marca bem clara dum

1. Dec. Lei n.º 43 560, de 27 de Março de 1961.

castigo. Era um homem de atitudes por vezes desconcertantes, mas dum timbre moral muito acima do vulgar.

A situação era muito insólita, não só porque em Timor apenas havia forças do Exército e, portanto, o Comandante-Chefe não tinha outros ramos para coordenar, como também porque a patente do novo Comandante Militar era manifestamente desproporcionada ao nível das forças de que dispunha. Além disso, Pires Barata era um oficial general prestigiado, com já longa carreira, havia sido também governador ultramarino (de S. Tomé) e tinha desempenhado outras funções militares de relevo no Ultramar, enquanto eu, simples Major Engenheiro do Serviço de Material, era então um novel Governador.

Fui recebê-lo ao aeroporto.

No meu gabinete temos uma longa conversa antes de passar para as minhas mãos o sobrescrito que trazia. Quis explicar-me em pormenor o movimento e a sua actuação até à reunião final no Ministério da Defesa em que Botelho Moniz desiste, contra o parecer de alguns. Assegurou-me, porém, desde logo toda a lealdade e empenho no cumprimento da missão. E, de facto, cumpriu-o exemplarmente.

Depois de ler a Carta de Comando, reflecti uns momentos e disse-lhe que a solução mais adequada seria delegar nele, dentro da maior amplitude possível, as competências que me eram agora atribuídas. Objectou-me logo muito vivamente que o não desejava e que isso seria muito inconveniente e frustrante para ele, pois gostaria que o Governador sentisse de perto os problemas da defesa. Creio, contudo, que a minha atitude foi correcta e sensata. E, além do mais, penso que o sensibilizou e foi um bom princípio para o óptimo relacionamento que sempre mantivemos.

A situação geral e as ameaças que então pesavam sobre os territórios ultramarinos são por demais conhecidas. No caso de Timor, a ameaça óbvia era a Indonésia, como os factos infelizmente comprovaram e os acontecimentos de Viqueque tinham sido já um sério aviso.

Até há alguns meses atrás tudo se passava como se a Indonésia não quisesse envolver-se abertamente em operações de grande envergadura contra nós, mas agora começava a dar sinais de querer agitar Timor, criar pequenos incidentes de fronteira e havia notícias de incremento de efectivos nas proximidades do nosso território (sobretudo Atambua).

Nos primeiros dias do mês seguinte, recebo um telegrama alarmante do Ministério²:

«Círculos diplomáticos Lisboa manifestam convicção China Indonésia União Indiana estão concertadas para entre dias vinte e vinte e três corrente actuarem contra Macau Timor Goa PONTO Peço Vexa a solicitação do Ministério Negócios Estrangeiros recolha maior número informações possíveis PONTO».

Lembro-me perfeitamente da minha primeira reacção: então estes senhores, perante uma ameaça tão credível e tão grave para daí a duas semanas, apenas me pedem informações e nada mais! Depressa compreendi que essa era a realidade: apoios oportunos em meios materiais seriam impossíveis e solidariedades externas não passariam de palavras. Estar ali implicava esse risco e a consequente coragem de enfrentá-lo. E também certa imaginação e audácia.

Transmito para Lisboa as informações de que dispunha e que, tanto quanto me recordo, referiam indícios de mais forças na outra metade da ilha, declarações hostis e sintomáticas de responsáveis indonésios e algumas notícias colhidas no território vizinho que levavam a crer algo estar a ser preparado contra nós. Perante este telegrama com a confirmação dessa ameaça, discuto imediatamente as medidas a adoptar com o Brigadeiro Pires Barata e foi decidido imediatamente:

- reforçar as unidades regulares, chamando às fileiras mais algum pessoal dentro das possibilidades financeiras e de enquadramento (este último era condicionamento particularmente crítico, pois quadros não se encontravam de um dia para o outro);
- constituir desde logo cerca de 60 companhias de «moradores» para vigilância e, principalmente, para dar um sinal da vontade de resistir.

As ameaças sobre São João Baptista de Ajudá acentuavam-se (concretizam-se em 1 de Agosto de 1961) e aproximava-se a data de 17 de Agosto em que a Indonésia comemora a independência. A população europeia, ao aperceber-se dos rumores que corriam, começava a mostrar grande ansiedade e a diligenciar discretamente repatriar mulheres e crianças, embora eu o procurasse contrariar. Com estas medidas tranquilizou-se bastante, certamente por sentir a forma admirável como a população nativa reagiu.

2. Telegrama 32 SEC, de 8 de Julho de 1961, de Ministro do Ultramar (Lisboa) para Governador (Dili)

Troca de telegramas com Lisboa. A Defesa aprova, em princípio, a solução de emergência adoptada.

Entretanto, recebo uma directiva do Estado-Maior General das Forças Armadas³ inteiramente desajustada à situação concreta de Timor. Parecia um tema tático daqueles que apareciam nos exames para uma manobra clássica de tropas convencionais e com a mesma terminologia. Lembro-me, por exemplo, que em certa situação nos mandava atacar para atingir uma ribeira que era referida por um nome que ninguém conhecia em Timor! E atacar, nós que mal tínhamos com que nos defender!

Discuto o assunto com o Comandante Militar e não foi difícil concluir que a directiva era não só inexequível, como condenava desde logo a defesa a um fracasso e as nossas forças a um sacrifício inútil e a uma humilhação mais do que certa.

De facto, o estudo que o Comandante Militar me apresenta⁴ conclui que para cumprir a missão nos moldes convencionais, como a directiva referia, seriam necessários grandes reforços de efectivos e meios materiais manifestamente inoportáveis.

A defesa só poderia ter algumas probabilidades de êxito se fosse concebida em termos completamente diferentes

A nova concepção da defesa e o renascer das «Tropas de 2.^a Linha»

Discuto o problema em longas, muito vivas mas sempre cordiais trocas de impressões com o Comandante Militar e duas semanas depois remeto para Lisboa um ofício⁵ com as conclusões a que chegamos e com as bases do novo conceito de defesa que se preconizava e que, na realidade, se ia já implantando, por outro não ser possível.

Na verdade, começava por acentuar nesse ofício:

- os meios requeridos para execução da directiva «seriam certamente excessivos para o momento que o País atravessa» e «apesar disso

3. Directiva n.º 14, de 27 de Julho de 1961

4. Cf. Anexo XII: Informação Secreta de 30 de Agosto de 1961

5. Cf. Anexo XIII: Ofício n.º 54- secreto, de 19 de Setembro de 1961, para o Estado-Maior General das Forças Armadas e por mim subscrito como Comandante-Chefe.

- seriam escassos para enfrentar, sob a forma de acções de guerra convencional, um ataque em força, posto que, dada a proximidade do inimigo, nada nos autoriza a limitar o seu potencial de ataque à nossa capacidade de defesa, podendo até tal ataque ser apoiado por forças aéreas e navais».
- Acrescia ainda «que as nossas forças, mesmo que inicialmente resistissem, pronto se esgotariam por falta de reservas, de recompletamento e de apoio logístico».

A ameaça indonésia, em meu entender, poderia surgir sob duas formas:

- guerra subversiva, que, «na actual conjuntura internacional, lhe não acarretaria praticamente quaisquer riscos»;
- acções de guerra convencional pelas suas forças armadas, que a não comprometeriam demasiado «se tal acção puder disfarçar-se perante as nações ocidentais, ainda que forçadamente, como feitos dum exército de libertação, visto tais nações mostrarem grande predisposição para transigir com tudo o que se rotule de descolonização».

A população timorense apresentava factores favoráveis muito importantes que havia que ter em conta:

- «a sua tradição de fidelidade
- a pouca simpatia pelos javaneses e pela integração na Indonésia».

Nestas circunstâncias, a conclusão parecia-me óbvia:

«Ser necessário integrar a massa da população na defesa: os timorenses defendendo a sua terra, os seus bens e a sua tradição, ajudados — mas não substituídos — pelos portugueses europeus»⁶.

Isto agora parece uma verdade indiscutível, mas na época havia muita gente, mesmo nas esferas mais responsáveis, que raciocinava ainda nos velhos moldes. A defesa deveria, pois, assentar nas tropas de 2.^a linha e estruturar-se em duas fases:

- na primeira, com alguns pequenos reforços já previstos de pessoal e meios materiais (v.g.: um pequeno navio patrulha já destinado a Timor pelo Ministério da Marinha e um avião militar) ficaria apta para enfrentar acções subversivas e ataques de forças regulares da ordem de 2000 homens;

6. Ofício n.º 54 - Secreto, já referido.

- na segunda, com substancial reforço de tropas regulares e respectivos meios, mas sempre tendo por base a 2.^a linha (agora melhor instruída e enquadrada) poderia prever-se que teria capacidade para enfrentar ataques da ordem de 15 000 a 20 000 homens.

Em qualquer caso, para operações convencionais, isto nada era para o potencial militar indonésio, mas tinha um sério efeito dissuasor: a Indonésia não poderia limitar-se a uma pequena aventura — teria de recorrer a uma verdadeira operação militar. E, ao fazê-lo, não atacaria uma força de ocupação — teria pela frente o próprio povo. Poderia, é certo, esmagá-lo brutalmente (como fez em 1975), mas semearia ódios e criaria para si própria problemas que aconselhariam muita prudência a qualquer político medianamente lúcido e responsável.

Lisboa ia mostrando alguma compreensão por estes pontos de vista, apoiando financeiramente os encargos e aceitando que a «Directiva para a Defesa» de Timor que eu, como Comandante-Chefe, teria de subscrever e submeter à aprovação do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas desse grande relevo à 2.^a linha. Porém, persistiam ainda divergências aparentemente pequenas no peso a dar a estas tropas, mas que, no fundo, traduziam diferenças algo maiores no campo dos conceitos.

Assim, por exemplo, ainda em Setembro de 1962⁷ eu me sentia forçado a insistir nas razões que me levavam a reformular os clássicos conceitos de defesa, pondo toda a ênfase no papel da população. Neste ofício afirmava peremptoriamente quanto à concepção da defesa:

«É impossível a Portugal defender Timor dum ataque indonésio recorrendo a acções de guerra convencionais.

Por outro lado deve, também, afastar-se a ideia de que a soberania portuguesa em Timor se pode fazer perdurar se essa não for a vontade dos timorenses.

(...)

Por razões de coerência e por espírito de realismo há, pois, que concluir: a defesa de Timor deve estar, fundamentalmente, confiada aos timorenses.

(...)

7. Ofício Secreto n.º 73/62, de 4 de Setembro de 1962, do Comando Unificado de Timor para o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, por mim redigido e assinado na qualidade de Comandante-Chefe.

A dolorosa experiência da Índia confirmou que as forças armadas, quando desligadas da população e sentindo-se de antemão vencidas, ficam com o seu valor tão notoriamente afectado que se correm graves riscos dum colapso pouco honroso para a Nação».

A defesa montou-se, de facto, na base da orientação que defendia, embora ainda sem o apoio formal de Lisboa. São fáceis de compreender as dificuldades do Governo central: esta opção quanto à defesa, tinha implícitas premissas de ordem política mais amplas, que talvez fossem julgadas demasiado perigosas.

Eu continuava sinceramente a defender, como ideal, a unidade da nação na diversidade dos seus territórios e a fazer tudo para a manter, compreendendo então com toda a nitidez que, até por meras razões de defesa, tal unidade não podia forjar-se com base numa prisão mas sim numa família.

Por isso, quando, no ano seguinte, remetia para aprovação o projecto de «Directiva para a Defesa» de Timor, que já tinha tão longo período de gestação⁸, escrevia:

«(...) este Comando não ignora os riscos que este conceito envolve, posto que se faz consistir basicamente a defesa no povo timorense, se a sua lealdade falhar falhará a defesa.

(...)

Compreende, também, este Comando que não é fácil adaptar a estrutura do Exército a este tipo de acção que preconiza, quando tal estrutura está concebida para outros tipos de acção e compreende, igualmente, que o escalão superior entenda que não é conveniente ou oportuno adoptar-se tal solução em toda a sua amplitude».

A estrutura que se preconizava — e se pôs em prática com os escassos meios disponíveis — era esquematicamente a seguinte.

Aproveitando a tradição de muitos «reinos» timorenses com arreigados hábitos militares⁹, para a emergência de Agosto levantaram-se cerca de 60 companhias de «moradores» com as suas estruturas tradicionais, o que correspondia aproximadamente a uma por posto administrativo. O seu valor militar era pequeno, mas tratava-

8. Ofício Secreto n.º 8, de 8 de Fevereiro de 1963, do Comando Unificado de Timor para o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, também por mim redigido e assinado na mesma qualidade

9. Em Manatuto, por exemplo, os Chefes de Suco (subdivisão tradicional dos regulados) eram conhecidos por Comandantes de Companhia e cada «suco» é uma companhia designada pelo respectivo número.

-se sobretudo de comprovar e estimular a resposta da população nativa, tranquilizar o ambiente e dar um sinal da clara vontade de resistir.

Havia que assegurar um nível mínimo de instrução, enquadramento e armamento destas unidades. Para isso desmembrou-se a unidade das tropas regulares que dispunha de pessoal melhor preparado, constituindo grupos de três ou quatro graduados ou soldados que iam para junto destas unidades de 2.ª linha, não só como instrutores mas também como apoio permanente (operacional, logístico, etc.).

Esta foi a decisão fundamental para consistência do sistema, mas também a mais arriscada. A companhia que se desmembrou era uma unidade europeia — e a única existente — com muito boa preparação. Disseminar estes homens, em pequenos grupos, no meio de unidades de 200 timorenses, isoladas umas das outras, era uma inequívoca prova de confiança: era a aposta mais alta que o governo da Província poderia fazer na lealdade da população.

Distribuiu-se armamento, arranjaram-se aquartelamentos rudimentares, definiram-se as hierarquias, fixaram-se abonos, preparou-se um programa rápido de instrução, etc.

Instruíram-se, então, por turnos cerca de uma centena de companhias.

Nem sempre os comandos efectivos podiam ser atribuídos às respectivas autoridades tradicionais. Para evitar que estas tropas criassem problemas dentro dos «reinos», aos chefes foi atribuída uma correspondente graduação militar:

Régulo	Major
Chefe de Suco Independente	Capitão
Chefe de Suco Dependente	Tenente
Chefe de Povoação	Sargento-ajudante

Com esta estruturação da defesa foi possível confiar inteira e exclusivamente a estas tropas de 2.ª linha toda a vigilância da fronteira e da costa. E esta era a situação quando, em Abril de 1963, deixei Timor.

Havia ainda naturalmente, para além da 2.ª linha, um núcleo de tropas de intervenção constituído por uma meia dúzia de pequenas unidades, todas elas de recrutamento local, reforçadas com quadros superiores metropolitanos (esquadrões de Cavalaria, bateria de Artilharia de Montanha e companhias de Caçadores).

O espírito burocrático e legalista serviu também para protelar a aprovação formal destes conceitos. Como se enquadrava legalmente a 2.^a linha: no Exército? Na estrutura do Corpo de Voluntários? E por onde seria paga: pelas verbas da Defesa? Pelo orçamento da Província?

Tudo isto me levava a escrever para Lisboa, a menos de dois meses de terminar a minha comissão, alertando para «a solução actual, em que a 2.^a linha existe de facto mas não de direito (pois não são voluntários nem estão incorporados no Exército)»¹⁰ e que apenas tem funcionado pela unidade que o Comandante Militar e eu sempre temos mantido.

Para quem conheça um pouco da vida ultramarina, para se poder avaliar a delicadeza da situação e a enorme dose de tacto, bom senso e espírito de servir que eram necessários para manter tudo isto em funcionamento durante quase dois anos, bastará dizer que conseguimos montar um esquema em que o comando militar accionava estas tropas através das autoridades administrativas, sem terem sequer podido definir-se formalmente competências disciplinares.

Uma situação tipicamente portuguesa: a improvisação prevalece e as coisas funcionam!

O Governo, ainda que não quisesse consagrar a doutrina, aprovou a solução e confirmou o seu êxito. De facto, quando terminei as funções, o então Ministro (General Gomes de Araújo)¹¹ no louvor que quis conceder-me¹² reconhece que «A ordem e a paz que se continuam a viver naquela província, se muito devem ao patriotismo dos seus habitantes, devem-no igualmente aos méritos pessoais» que me atribui pela solução que adoptei.

Repercussões da invasão de Goa

1961 foi um ano particularmente difícil. As ameaças sobre Timor avolumavam-se, em África eram já amarga realidade e a questão de Goa agudizava-se num crescendo cada vez mais preocupante.

10. Meu Ofício Secreto n.º 8, atrás referido.

11. Gomes de Araújo, que assumira as funções de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas após o golpe de Abril de 1961, passou a Ministro em 4 de Dezembro de 1962

12. Cf. Anexo XIV: Ordem de Serviço do Secretariado Geral da Defesa Nacional, n.º 4, de 8 de Março de 1963

Goa não era apenas para Timor uma reminiscência da sua própria história: era ainda um importante elo de ligação com a metrópole. As carreiras marítimas nacionais faziam escala em Mormugão e o tráfego com a Índia pesava muito na sua rendibilidade. Sem a Índia tão pouco era pensável estabelecer ligações aéreas com Lisboa, mesmo depois de pronto o aeroporto de Baucau. Além de tudo, Goa era um símbolo. Embora cientes de que os tempos eram outros, Goa acordava ainda nos espíritos a lembrança do poder, do prestígio e de glórias passadas, como os velhos pergaminhos dos nobres arruinados.

As palavras de Nehru são cada vez mais claras quanto às suas intenções. Lisboa reage reivindicando direitos juridicamente legítimos, como a última decisão do Tribunal de Haia sobre o direito de passagem para os enclaves, mas percebe-se que a política da Índia não se modificará e as nuvens adensam-se.

O Governador, em Goa, afirma um veemente propósito de resistir.

Começamos a receber em Timor notícias que revelam, por um lado, a tempestade que se aproxima e por outro uma escalada no apelo ao sentimento patriótico por parte do Governo central e das autoridades da nossa Índia.

Em meados de Dezembro sabe-se que grandes efectivos indianos se concentram nas vizinhanças dos nossos territórios. Subsiste apenas uma muito ténue esperança que os Estados Unidos detenham o que parece cada vez mais inevitável.

Troco impressões muito frequentes com o Comandante Militar. Ele tinha sido dos mais fervorosos apoiantes do «golpe Botelho Moniz», mas acima de tudo era um oficial que olhava a sua função como um sacerdócio e a honra militar como um valor sacrossanto.

No dia 14, Salazar dirige a Vassalo e Silva uma carta em que dramaticamente apela à coragem e ao sacrifício total¹³: «É horrível pensar que isso pode significar o sacrifício total, mas recomendo e espero esse sacrifício como única forma de nos mantermos à altura das nossas tradições e prestarmos o maior serviço ao futuro da Nação. Não prevejo possibilidade de tréguas nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados ou marinheiros vitoriosos ou mortos.»

13. Franco Nogueira — *Salazar* — Vol. V — p. 365.

De 17 para 18 de Dezembro Nehru manda avançar as suas tropas.

Na véspera, o noticiário telegráfico havia transmitido declarações solenes do Governador, proferidas no salão nobre, perante os retratos dos vice-reis, reiterando o propósito de reagir com toda a coragem à invasão iminente. As suas palavras são difundidas com uma tonalidade com o seu quê de épico: «tudo se poderá perder menos a honra»¹⁴.

É obvio que, no plano militar, não havia qualquer hipótese de reacção eficaz, tanto mais que a população local não estava empenhada na defesa e — segundo preno — não a assustava demasiado essa invasão.

Para nós, que seguíamos o processo com toda a atenção, o choque foi enorme. Para além do desgosto por este triste desfecho, sentimos todo o peso da distância e do isolamento.

Pires Barata aparece no meu gabinete sofrendo manifestamente com o que tinha ocorrido. Declara-me que, como expressão do seu propósito de resistir a todo o custo a qualquer agressão, acabava de tomar para consigo mesmo um compromisso que esperava fosse também voluntariamente seguido pelos seus subordinados, como tradução desse mesmo espírito: enquanto estivesse em Timor andaria sempre fardado.

Era uma atitude cavalheiresca de pundonor típica da sua personalidade: como que um acto de culto à honra militar. Registei este seu voto com o respeito devido à sua intenção, mas para mim mesmo pensei logo que isto lhe poderia trazer algumas desilusões, pois não acreditava que todos os oficiais (sobretudo os mais novos) fossem tão sensíveis a estes ideais.

Propõe-me em seguida que, para marcar o mesmo propósito, autorize a mudança da sede do comando militar, transferindo-a de Dili para Maubisse, ou seja da costa para o centro montanhoso, nas proximidades do Tata-Mai-Lau.

Entendi que não devia deixar de corresponder a este pedido. Constituía também mais um sinal a dar à população timorense que tão amplamente havia correspondido ao chamamento para a 2.^a linha. Porém, a sede do comando estava fixada por lei. Alterá-la seria difícil e, em qualquer caso, burocraticamente complicado e

14. *op. cit.* — p. 371

moroso. Adoptei, mais uma vez, uma solução prática para tornar a lei sem a desprezeitar, que me limito a comunicar para Lisboa: na qualidade de Comandante-Chefe decidi, para efeitos de exercícios, transferir temporariamente o comando militar para o interior.

Pires Barata vai para Maubisse e nomeia Comandante da Guarnição de Dili o então Major Pastor Fernandes¹⁵, oficial que foi mandado para Timor — segundo creio — pelo seu envolvimento no que foi conhecido como a «revolta da Sé», com quem, aliás, eu mantinha boas relações pessoais.

Sabendo o propósito do Comandante Militar de dar esse significado ao uso permanente da farda, os oficiais superiores, sentindo a sua maior responsabilidade, melhor avaliando o significado desta decisão, com vida mais pacata e mais preocupados em não o desautorizar, correspondiam ao seu desejo, ainda que achassem que ele fizera uma aposta demasiado alta. Porém, alguns subalternos rapidamente começaram a achar isso muito incómodo e, discretamente embora, iam deixando de usar a farda fora de serviço. Pastor Fernandes apercebe-se e dirige-lhes um apelo na sua ordem de serviço, na sincera intenção de apoiar o Comandante Militar e evitar-lhe a mágoa de não se sentir correspondido no seu idealismo. Pires Barata — sempre dentro do seu pundonor exacerbado — reage exonerando Pastor Fernandes e dando-lhe outras funções. Explica-me que o havia feito porque essa ordem, apesar da boa intenção, tinha implícito o pressuposto de que o seu próprio prestígio não era suficiente para motivar os seus oficiais.

Pastor Fernandes doeu-se, o que era bem natural. Entendeu que eu deveria intervir e isto toldou o bom relacionamento que tínhamos. Era evidente que formalmente não deveria interferir em decisões internas do comando militar e, por outro lado, seria politicamente desastroso deixar-me envolver nesta matéria. Pastor Fernandes não o compreendeu. Paciência!

O relato deste episódio tem apenas o mérito de ser o espelho do ambiente que ali se vivia.

15. Major de Artilharia Augusto Gomes Pastor Fernandes

CAPÍTULO VIII

O Regresso**O balanço na hora da partida**

Em 3 de Abril terminaram quatro anos de trabalho ininterrupto em Timor, sem de lá sair e sem férias. Em Portugal, esses anos foram particularmente críticos e o mundo entretanto evoluíra muito. Basta dizer que ainda fiz a viagem para Timor em aviões a hélice e já regressei em aparelhos a jacto, que permitiram fazer cómoda e rapidamente a rota polar de Tóquio a Copenhague, via Anchorage (Alasca).

Oficialmente, o mandato terminava em Maio de 1963. Porém, logo no Verão anterior entendi que, com a devida antecedência, deveria tornar bem claro o meu propósito de regressar no termo da comissão, para evitar quaisquer especulações políticas. Para isso, antes do início do ano lectivo de 1962/63, minha Mulher e eu decidimos enviar nossos filhos para a Metrópole, para aí prosseguirem os seus estudos. Os dois mais velhos partiram primeiro por via marítima e os três mais novos, um pouco depois, por via aérea. Estes últimos tiveram a companhia de um timorense amigo, rapaz culto e desembaraçado, pertencente a uma família numerosa a quem ficámos a dever bastantes atenções. Pedimos-lhe para olhar por eles. Cursava Agronomia em Lisboa. Era Mário Carrascalão, que viria depois a ter a ingrata missão de governar Timor em nome da Indonésia. Ainda que eu discorde da opção política que tomou em

sequência daquela vergonhosa confusão que marcou o final da nossa presença, penso — porque o conheço e à sua família — quanto tudo isso lhe haverá sido doloroso e creio também que, do lado indonésio, é ainda um dos que mais sinceramente se empenha em preservar a identidade cultural do povo timorense.

A minha decisão era, pois, irreversível: por necessidade de retemperar forças e, também, por coerência após os incidentes políticos de 1961.

Porém, chegavam-me notícias de problemas no Governo central. Era patente o conflito entre Adriano Moreira e Venâncio Deslandes. Salazar aproveita uma mini remodelação de 4 de Dezembro de 1962 para deixar a pasta da Defesa e colocar o Comandante Peixoto Correia no Ultramar.

A minha comissão, nos termos da lei, terminaria em 6 de Maio do ano seguinte. Sabia que, tradicionalmente, os governadores saíam das Províncias chamados ao Ministério, a seu pedido, algum tempo antes do termo dos respectivos mandatos. A solução parecia-me lógica e correcta.

Assim, logo em Janeiro, escrevo ao novo Ministro pedindo-lhe — nos termos da praxe — para me «chamar ao Ministério» antes do termo da minha comissão e acrescentando que «estes quatro anos de trabalho intenso nestas funções esgotantes e desgastadoras» tornavam «a todos os títulos necessário e salutar que outrem, com remoçadas energias, me venha render».

Minha Mulher e eu estávamos já sós desde Outubro. A saudade dos filhos, a ansiedade de rever a família, os amigos e este recanto onde nascemos, misturava-se com a saudade que se pressentia já de deixar uma terra onde tínhamos recebido inesquecíveis manifestações de carinho e á qual nos doamos de alma e coração. Foram seis meses difíceis.

Quis despedir-me pessoalmente das populações de todos os concelhos (e também, naturalmente, de Oe-Cussi que persistia como circunscrição administrativa) para agradecer a extraordinária colaboração que recebi, nomeadamente quando do apelo para o ressurgir das Tropas de 2ª Linha. Para além da nota afectiva, com o seu toque de emoção mas inteiramente sincera, quis deixar também nestas visitas uma nota política como expressão da paz interna e do espírito que animava a defesa. Foram momentos inesquecíveis.

Deixei em cada área uma bandeira nacional bordada a seda, com o nome da respectiva região. A entrega não era feita ao chefe tradicional, pelo simples facto de o ser, ainda que ficasse também à sua guarda. Isto converteria a cerimónia num ritual com menos significado. Procurei que a pessoa indicada fosse um símbolo de valentia e de lealdade, que gozasse de grande prestígio e que, como regra, tivesse à sua volta aquela aura de respeito que os timorenses tributam àqueles que a vida amadureceu com dignidade.

Vi, na região central, um destes homens — talvez o mais notável dos velhos guerreiros timorenses ainda vivos — vibrar de emoção ao recebê-la, acolhendo-a no seu ritual gentílico com a unção com que se recebe um símbolo sagrado. Na região leste, na zona de Viqueque, foi um velho régulo companheiro e amigo de D. Jeremias de Luca, a quem eu disse, com toda a sinceridade, que, por mim, não a poderia depositar mais confiadamente noutras mãos. Em Dili, foi um antigo funcionário timorense, cujas palavras serenas e simples, mas profundamente tocantes, fizeram o Brigadeiro Pires Barata, homem com larga experiência da vida militar e ultramarina, dizer-me, ao aplaudi-las, que não concebia que se pudesse ter falado melhor.

De Dili a Lisboa

A partida, depois das tradicionais cerimónias de despedida e de muitas atenções pessoais, teve um pequeno contratempo que mostra as dificuldades de transporte que ainda persistiam. Era 3 de Abril e as chuvas não tinham terminado. O aeroporto de Dili não podia receber o nosso quadrimotor *Heron* que fazia a ligação de Baucau com Darwin e o bimotor *Dove* não estava disponível (a respectiva manutenção era feita na Austrália). Tive de colocar a minha Mulher um desagradável dilema: ou escolhia ir de *jeep* até Baucau, com a sempre difícil travessia da ribeira de Lacló (em Manatuto) ou, então, tínhamos de ir os dois separadamente num pequeno monomotor de que as Forças Armadas dispunham e que, além do piloto, só tinha um lugar. Carlinga aberta, cabeça ao vento, dir-se-ia um voo na pré-história da aviação. A potência era pequena, mas o avião era leve e, mesmo com o motor parado, por vezes demorava a descer.

Em Darwin reencontramo-nos com o mundo desenvolvido ...

Seguimos para Hong-Kong, tendo, por acaso, como vizinho no banco à frente do nosso uma figura célebre do *jazz*: Louis Armstrong. Certamente por isso, apareceram diversos jornalistas e acabei por ser também alvo da sua curiosidade. Por mais que lhes procurasse explicar que muito simplesmente terminara a minha comissão, o seu conhecido desejo de tornar picante a história mais insípida fez com que os jornais de Hong-Kong do dia seguinte aventassem hipóteses várias, desde divergências minhas com Lisboa até um agravar das ameaças sobre Timor.

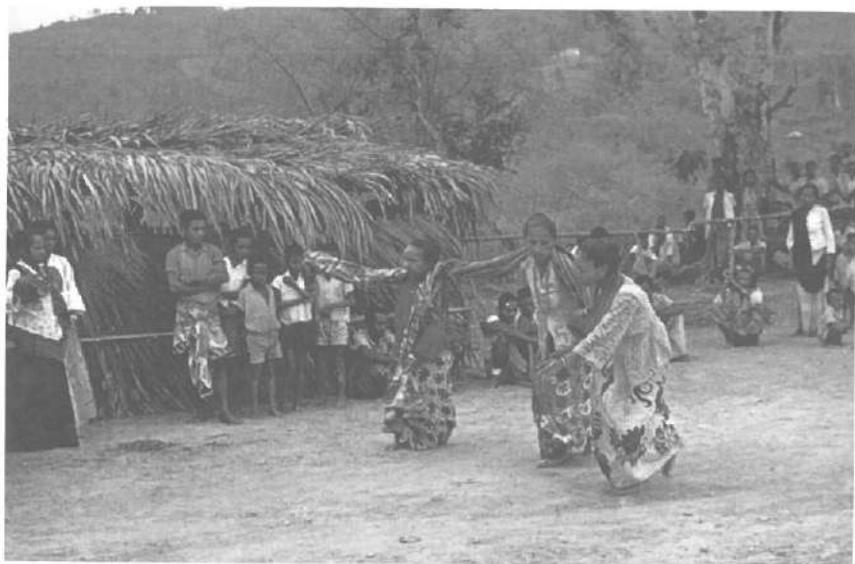
Em Hong-Kong conheci uma família muito interessante: o pai — de apelido Xavier — tinha origens ligadas a Goa e fazia-se ainda entender em português, falando bem inglês e desembaraçava-se em chinês; a mãe era pura chinesa, compreendendo inglês. Ele possuía uma empresa de tipografia (*Hong-Kong Printing Press*) e vivia razoavelmente. A sua casa estava ornamentada com numerosas peças de artesanato típico português, das quais recordo, por exemplo, vários galos de Barcelos. Tinham muitos filhos e para nós a surpresa mais impressionante foi assistir ao coro que constituíam, sob a regência do pai, cantando «A Portuguesa» com toda a convicção e na sua pronúncia já bastante distorcida. Minha Mulher esteve indisposta e o Senhor Xavier promoveu a rápida vinda dum médico, que — outra coincidência — era de origem goesa e parente dum conhecido jesuíta português que era amigo de minha família. Tão pequeno é o mundo ou tão vagabundo é o povo português!

Em Tóquio, o Embaixador foi extremamente amável, como aliás o haviam sido os cônsules em Darwin e em Hong-Kong. Mas a recordação mais perdurável foi o conhecimento duma figura curiosa de japonês muito ligado a Portugal: Jorge Midorikawa. Mantive com ele correspondência desde então até à sua morte ocorrida no final de 1995. Todos os Natais recebia um cartão seu, que ele caprichava em escrever em português. Destes ténues laços com o seu quê de gratidão e de saudade se alimenta o convívio humano.

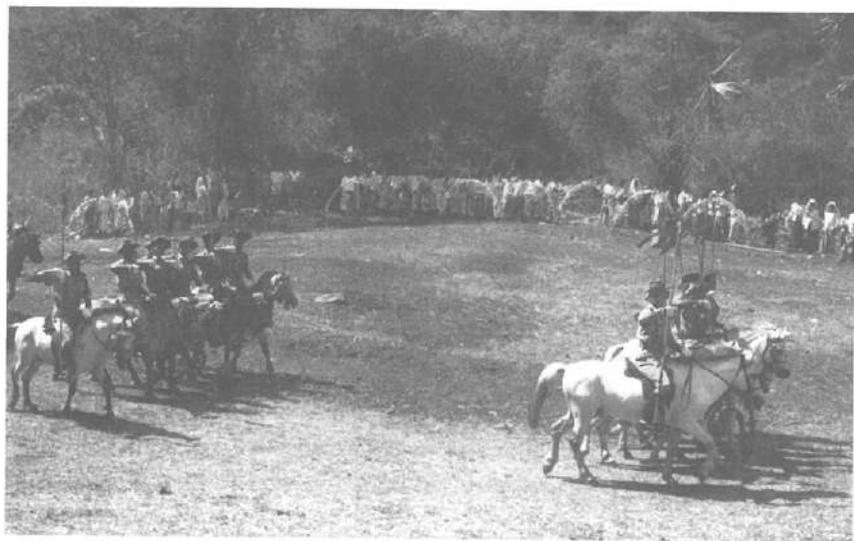
Regressados a Lisboa, o ambiente era bastante diferente daquele que deixáramos. A cidade tinha já o seu metropolitano o que lhe dava um ar mais europeu, mas sentiam-se também alterações no clima social e político. O «golpe Botelho Moniz», mesmo falhado, deixou marcas. A mudança maior era, porém, o grande desafio das operações em África.

Como é natural nos momentos de perigo, estimulava-se o apelo ao patriotismo, mas, ao mesmo tempo, sentia-se latente a generalizada consciência da ameaça que pesava sobre o País e, concretamente, sobre o número crescente dos mobilizados e suas famílias, com transtornos sérios e óbvios riscos.

As Forças Armadas passaram a ter África como preocupação fundamental. Alguns departamentos do Estado pareciam menos atentos, mas, de qualquer modo, o Ultramar passou a ser a nota dominante da vida política nacional.



Dança do milhafre (Atabai).



Desfile do Esquadrão de Cavalaria de Bobonaro.

CAPÍTULO IX

Ao serviço do Ultramar nos anos do fim

As dificuldades iniciais

Após as férias, regresso à fábrica militar donde quatro anos antes havia saído, mas Timor tinha deixado uma marca indelével nas nossas vidas.

O estabelecimento militar do qual era agora subdirector tinha negócios muito volumosos, nomeadamente com o estrangeiro (que equivaleriam, a preços de hoje, a uma facturação anual da ordem de duas dezenas de milhões de contos) e que eram resultado dum projecto de minha autoria referente a novas munições, com respectivos processos de fabrico e lançamento da produção, que reconhecidamente me eram atribuídos. Os louvores oficiais eram muito honrosos, mas nada mais! A minha formação moral impedia-me de buscar quaisquer possíveis benefícios nesse sector, para além da modesta remuneração oficial. Eram negócios do Estado. Queria preservar a minha independência perante interesses privados e acautelar o prestígio da função que tinha acabado de exercer.

São anos difíceis: família numerosa, encargos crescentes com os filhos e algumas promessas, sempre adiadas, do então Ministro do Ultramar quanto a nomeação para lugar compatível no leque das empresas ligadas ao Estado que reforçasse o orçamento familiar. Não sei se haveria aqui pressão de qualquer grupo ligado ao Ministro ou apenas menos simpatia sua para comigo. Aliás, enquanto o louvor do

Ministro da Defesa pelo exercício durante ano e meio das funções de Comandante-Chefe, redigido em termos muito lisonjeiros, foi imediato ao termo da minha comissão, o Ministro do Ultramar mostrou muito menos pressa, levando largos meses para dar uma expressão do seu apreço pelo meu trabalho de quatro anos.

O tempo ia passando. Eu poderia orientar outra vez os meus esforços no sentido do ensino (particular), como o havia feito 15 anos antes e, portanto, campo em que já possuía experiência de um bom milhar de horas de aulas e alguns proveitos compensadores.

Resultaria, porém, essa demora apenas de alguns grãos de areia do Ministério do Ultramar ou seria, de facto, outra a posição do Governo?

Decidi, por isso, escrever ao Presidente do Conselho, que me responde imediatamente com um amável cartão, entregue por estafeta em minha casa três dias depois. Assim se desbloqueia este assunto e sou conduzido a envolver-me nos problemas da exploração petrolífera de Angola, que deram um impulso decisivo à sua vida económica.

Para além disso, por decisão dos timorenses, sou eleito para o Conselho Ultramarino; colaboro, em seguida, no Conselho Superior de Fomento Ultramarino; e, por último, outra vez em nome de Timor, estou na Assembleia Nacional até ao 25 de Abril.

Talvez possa ter algum interesse o testemunho dum interveniente, ainda que modesto, em aspectos importantes da vida política deste período tão crítico da nossa história.

Conselho Ultramarino

Era um órgão rodeado de grande prestígio. Vinha dos tempos de D. João IV e, com vários nomes, sobreviveu às crises da Monarquia, da I República, do Estado Novo e, até, o 25 de Abril quis testemunhar-lhe o seu respeito, encerrando-o com a atenção que se tributa a uma jóia de família.

O próprio Ministro da Coordenação Interterritorial (Dr. Almeida Santos) entendeu dever dirigir uma carta a cada um dos seus membros, agradecendo os seus serviços e lamentando não ter podido fazê-lo pessoalmente antes de ser extinto o Conselho¹.

1. Cf. Anexo XV: carta de 29 de Agosto de 1974, que também recebi e ainda possuo

Era composto maioritariamente por homens amadurecidos pelo seu passado ultramarino, para além de alguns professores universitários e uma ou outra figura grada da política metropolitana. Sentia-se ali todo o peso da nossa grande aventura histórica: era como que um cenáculo de veteranos, cujas palavras tinham não só a força do seu saber e da sua experiência, mas também toda a solene ressonância da grandeza passada e dum presente já difícil, mas ainda grande e complexo. Para um novato, como eu era, apenas com pouco mais de 40 anos, ainda que já com algum traquejo de contactos e discursos em público, a primeira vez que ali falei tive a sensação de estar a falar para semideuses.

O Conselho possuía secções consultivas com função de natureza política, digamos assim, para dar parecer sobre projectos de diplomas legais e outros processos para decisão do Ministro e, além disso, secções de índole técnico-jurídica que funcionavam como tribunal administrativo em relação ao Ultramar. A representação que veio a ser concedida às Províncias dizia respeito apenas às secções consultivas, mas havia certas decisões jurisdicionais que cabiam unicamente ao plenário do Conselho (com todas as secções). Além disso, com o manifesto propósito de dar um sinal de diálogo, o Ministro passou a convocar semestralmente o Conselho para apreciar temas genéricos, que davam lugar a debates abertos e interessantes e terminavam por conclusões muito elucidativas sobre alguns dos grandes problemas que naquela época enfrentavam as nossas Províncias Ultramarinas,

Iniciei funções, eleito por Timor, em Outubro de 1964, porque, num primeiro passo, para dar mais voz às Províncias Ultramarinas, um decreto do ano anterior² abria a representação das Províncias no Conselho. Este diploma dava natural ênfase à representação de Angola e Moçambique (as chamadas Províncias de Governo Geral) e as de Governo Simples tinham representação alternada. Assim, Macau e Timor elegiam os seus representantes, mas cada ano só um exercia funções representando ambas as Províncias. Excentricidades que, por vezes, tem o legislador, pois se há territórios mais diferentes eram precisamente estes dois, que apenas têm de comum o estarem ambos no Oriente!

Mantive-me até 1974. Muito fiquei a dever ao Conselho, pelo hábito de estudo meticoloso dos problemas, pela extrema correcção

2. Dec. Lei n.º 45 184, de Agosto de 1963

e abertura das discussões, pela independência de espírito que predominava na análise dos assuntos e nas conclusões. Trabalhava-se com grande discrição, mas nem por isso com menos vivacidade.

Nos 10 anos que ali estive nunca senti qualquer pressão do Governo quanto à orientação dos pareceres que emitia e estou convicto que o mesmo se passava com os restantes conselheiros.

Conselho Superior de Fomento Ultramarino

Aqui a minha colaboração foi eventual e apenas para um tema concreto: a discussão sobre os problemas do povoamento no Ultramar. O assunto era complexo e politicamente delicado. Presidia, então, ao Conselho o Eng.^o Eduardo Arantes e Oliveira que eu, aliás, conhecia desde há muito: havia sido meu professor na Escola do Exército e, no final da Guerra, encontrámo-nos de novo quando da criação da Defesa Antiaérea de Lisboa. Era homem superiormente inteligente, frio, reservado, muito amável e eficiente.

Nunca percebi muito bem quais eram as suas ideias sobre este tema. Provavelmente porque não vislumbra a solução que o satisfizesse.

Pela minha parte apresentei, por escrito, um trabalho sobre Povoamento e Defesa que ainda hoje subscreveria³. Era óbvio o carácter eminentemente político de qualquer decisão nesta matéria e, talvez por isso, eu sentia que era assunto acerca do qual as altas instâncias procuravam falar o menos possível e a imprensa era também extremamente discreta.

Povoar não tinha o sentido restritivo de enviar metropolitanos para Angola ou Moçambique. Aliás, no espaço nacional, com a excepção de Macau, não era viável encontrar substanciais excessos demográficos. Significava, sim, promover a criação de pólos de desenvolvimento baseados na população autóctone, apoiados por elementos mais evoluídos (v.g.: soldados) para serem, ao mesmo tempo, base do progresso e da defesa. Não se tratava de copiar a solução israelita, mas apenas a ideia geral de ocupar, desenvolver e defender o território e assegurar, ao mesmo tempo, a subsistência da

3. Aspectos da Defesa Militar e suas implicações no Povoamento — Povoamento Estratégico Contributo para o Parecer sobre Povoamento do Conselho Superior de Fomento Ultramarino — Lisboa, Maio de 1969

população. As formas a usar teriam de ser muito flexíveis e adaptadas à vontade das pessoas, como de resto se passa com Israel, em que o *kibbutz* é a mais conhecida, mas na malha da sua ocupação existem várias outras modalidades empresariais, desde os *mochav* até à propriedade individual.

Era, no fundo, a continuação da ideia que tinha aplicado em Timor — de fazer assentar a defesa na população — mas aqui conjugada com a promoção do desenvolvimento económico e o intuito de tornar financeiramente suportável este esquema nas grandes Províncias, procurando que os próprios moradores assegurassem o seu condigno sustento.

Nesse documento expunha com bastante clareza o meu pensamento.

Parafraseando Ortega y Gasset, fazia notar que se uma nação apenas consistisse em passado e presente ninguém se ocuparia em defendê-la. Ao defender a Nação, defendemos o nosso amanhã e não o nosso dia de ontem.

É esse amanhã — nas nações como nos homens — não são apenas interesses comezinhos de sobrevivência: são também ideais, sempre com a sua dose de utopia, pois se a humanidade perdesse a capacidade de sonhar desapareceriam os santos, os sábios, os heróis e mártires das grandes causas e até os sonhos de felicidade de todos os amantes. No caso português, esse futuro poderia variar desde uma ampla e sólida nação multirracial, que assim quisesse ter a sua voz na construção do novo mundo, até ao fragmentar-se o todo nacional em parcelas que seguissem cada uma o seu caminho e se dissolvessem, quase impessoais, no mundo que se estava forjando. Em qualquer dos casos, os homens, como indivíduos, continuarão a viver e a morrer, a trabalhar e a tentar distrair-se, mas de uma para outra solução vai uma enorme distância no plano dos princípios.

Acentuava também que a guerra subversiva é uma luta de um tipo novo em que o campo de batalha só aparentemente se localiza numa área — o seu verdadeiro terreno é o das almas. O domínio das populações é o objectivo desta guerra, mas a forma mais segura de o conseguir não é o da sua sujeição: é, sim, «a conquista da sua confiança e do seu respeito pelas entidades que presidem aos seus destinos e a obtenção da sua efectiva colaboração».

Pormenorizava certas modalidades de acção para esse povoamento estratégico, desde o apoio a populações autóctones, vivendo

ainda segundo seus usos e costumes tradicionais, até à fixação de militares.

Não sei se a sugestão seria ainda viável para impedir o colapso que veio a dar-se, mas sentia que o esforço militar, por si só, não resultaria — a defesa teria de reformular-se numa base psicológica e economicamente sustentável.

O boom petrolífero de Angola

Em Junho de 1966 sou nomeado Delegado do Governo junto da *Cabinda Gulf Oil Company*, afiliada da *Gulf Oil* americana, que, além desta concessão em Angola, possuía outra em Moçambique. Os escritórios de ambas estas companhias eram num modesto e pacatíssimo andar da rua Sampaio Pina, em Lisboa, que, na prática, era apenas ocupado pelo Presidente do Conselho de Administração de ambas as empresas em representação da *Gulf*, uma Secretária e um pequeno compartimento para os dois Delegados do Governo (da *Cabinda* e *Mozambique Gulf*). O representante da *Gulf* era o Eng.º José da Veiga Lima, pessoa hábil e discreta, que se movia muito bem nos bastidores dos ministérios e que, como vim depois a saber, conseguia mesmo estar informado, por contínuos ou outro pessoal menor, do acesso que certos Ministros ou Directores-Gerais concediam a entidades suas potenciais concorrentes.

Os delegados do governo eram tratados cortesmente, mas eu sentia que os dados a que tinham acesso mantinham na sombra as reais potencialidades das concessões. Os relatórios da empresa eram bastante lacónicos e, como regra, até então aparentemente desencorajadores: havia vestígios de petróleo na zona terrestre, mas comercialmente não exploráveis.

Encontravam-se «interessantes camadas de potassa» e de boa qualidade, mas isto era subsidiário — o importante era o petróleo.

Os dados da prospecção e pesquisa eram enviados para terceiras empresas, ligadas à *Gulf*, que lhe diriam com certeza toda a verdade, porém, nos seus relatórios aparecia, como é óbvio, apenas o que lhe convinha.

Por isso, insisti para que no Ministério do Ultramar se constituísse uma equipe, de início reduzida, mas altamente qualificada por forma a ir diminuindo a posição de manifesta inferioridade técnica em que se encontrava o Estado, perante uma actividade industrial tecno-

logicamente tão sofisticada, que o coloca na posição de quase total dependência da empresa quanto a potencialidades da zona, perspectivas de evolução, etc.

O interesse da empresa na prorrogação do contrato de concessão e a intensidade dos trabalhos de pesquisa eram prenúncios auspiciosos.

Sou, assim, nomeado num momento de viragem em que os trabalhos iriam acelerar-se, as boas perspectivas rapidamente se confirmam e as esperanças convertem-se em pujantes realidades. Cabinda passava a ser um nome conhecido no mundo petrolífero, não só pelo volume da sua produção como especialmente pela muito boa qualidade das ramas (de baixo teor de enxofre).

Desafio estimulante que exigiu algum trabalho e, sobretudo, uma constante preocupação de bom senso.

O contrato inicial para pesquisa e exploração era de 1957; em 1962, uma apostilha prorrogava-o até Novembro de 1966.

A essa data, a *Gulf Oil Corporation* (e associadas) tinham uma produção diária da ordem de 2,1 milhões barris, da qual mais de 60% provinha do Kuwait e uns 5% da Pérsia, pelo que era bem compreensível o interesse da companhia em diversificar geograficamente a sua produção e os tipos de ramas disponíveis.

Cabinda era, por isso, um objectivo importante, pelo que a negociação do novo contrato era fundamental para que o petróleo surgisse naquela rica plataforma marítima.

De facto, assinado em 19 Dezembro de 1966 esse novo contrato que alarga a área da concessão na zona marítima até à isobata de 200 m, os trabalhos avançam velozmente e, em fins de Abril seguinte, haviam já sido perfurados 23 poços *off-shore*, revelando três estruturas diferentes produtoras de petróleo, a maior das quais se computava então como tendo 22 km de comprimento e 2 km. a 3 km. de largura.

O último destes poços, resultante duma perfuração até cerca de 2 500 m, foi excepcionalmente animador (débito de 1711 barris/dia no diâmetro 3/4"), pois revelou elevada proporção de gás e forte pressão que permitia a extracção de petróleo sem necessidade de bombagem.

As perspectivas da companhia eram agora francamente optimistas, falando em produções em data próxima da ordem de 100 000 barris/dia.

A produção efectiva começou em 26 de Setembro de 1968 com 3 poços e no final desse ano havia já 39, produzindo 31 000 barris/dia. A evolução foi a seguinte:

Ano	Produção anual (milhões de barris)	Média diária (barris)
1968	1,3	15 491
1969	12,2	33 574
1970	30,8	84 707
1971	36,3	99 536
1972	46,5	127 151
1973	52,6	144 226

As vendas de ramas em 1973 foram da ordem de 5,7 milhões de contos, tendo a empresa pago ao Estado — ou seja, entraram nos cofres de Angola — sob a forma de impostos, taxas, renda e encargos afins 2,885 milhões de contos (cerca de 49% da receita bruta). Para 1974 previa-se que este valor ultrapassasse 7 milhões de contos.

Quando as receitas ordinárias de Angola andavam entre 10 e 15 milhões de contos, não seria difícil prever a era de progresso económico-social que se abria se este rendimento não viesse a ser dissipado pela tragédia da guerra e desgoverno que se seguiu.

A Assembleia Nacional: da abertura marcelista até ao ocaso e à revolução

Marcelo Caetano tinha sido empossado uns meses antes, sob o lema da «evolução na continuidade». Era uma divisa hábil para o momento, prometendo abertura política com respeito do passado.

Esta promessa de abertura, novas caras, uma linguagem menos formal e solene, o aligeirar da censura nos jornais e nos espectáculos, um governante mais moderno, que chamava mulheres ao Governo e em público se deslocava acompanhado da sua secretária, davam um ar de novidade e de esperança

O passado de Marcelo como figura política maior do regime, os elogios ao seu antecessor chamando-lhe um homem de génio, a deferência e a cautela com que o tratava, deixando-o continuar na

residência do Chefe do Governo naquela encenação trágica de um doente gravemente incapacitado a quem os circunstantes deixavam fantasiar-se como ainda detentor do poder — tudo mostrava que a evolução seria sem roturas.

Sem prejuízo disso, não é fácil compreender como foi possível consentir que um jornalista estrangeiro entrevistasse um homem tão gravemente incapacitado, arrancando-lhe declarações grotescas de quem supunha estar ainda no exercício das suas altas funções políticas e também críticas ou comentários que, com boa saúde mental, nunca faria. Haveria aqui manobra política de apaniguados do novo chefe ou simples estupidez dos que cercavam o antigo? Não sei. Mas a ética, essa, com certeza, foi fortemente ferida por alguém.

A divisa — «evolução na continuidade» — era aliciante e contentava todos, consoante a dose de cada um destes ingredientes com que se cozinhasse a política do país.

O meu entendimento era o de uma evolução no sentido de mais verdade e mais abertura na vida pública, mais liberdade na expressão das ideias, mais clareza e mais lisura nos procedimentos, modernizar o país, desde a economia à máquina do Estado (a minha experiência na Gulf tinha sido importante neste particular); mas, quanto ao problema ultramarino, sentia que poderia e deveria haver também evolução e abertura na prática política, embora devesse haver continuidade no grande objectivo nacional de manter e reforçar a coesão desta pátria «pelo mundo repartida». Era a «equação da continuidade histórica» que António José de Almeida proclamava num discurso célebre no Parlamento quando da nossa entrada na I Grande Guerra.

No Verão de 1969 a «Primavera marcelista» estava talvez no seu auge com o aproximar das novas eleições: aqui a grande tónica era a da evolução. Circulavam novos nomes e transparecia, até, o desejo que efectivamente a oposição estivesse representada no novo Parlamento.

Foi neste contexto que, numa tarde de Setembro, a menos de mês e meio da data das eleições⁴, o Ministro do Ultramar (Silva Cunha) me chama ao seu gabinete e me diz como preâmbulo: hoje não vamos falar de petróleo. Depois convida-me a aceitar a indicação pela União Nacional para Deputado por Timor. Compreendi

4. O convite foi feito a 9 de Setembro e as eleições eram a 26 de Outubro.

que qualquer candidatura fora desse enquadramento poderia tirar força à nossa delicada política de defesa do Ultramar. Aceitei, sem que me fosse pedida qualquer filiação política ou qualquer restrição à minha liberdade de intervenção, designadamente na mensagem que dirigiria a Timor quando fosse anunciada a minha candidatura.

Aliás, tudo o que fiz — bom ou mau — enquanto fui Deputado foi da minha própria iniciativa. Nunca recebi sequer recados sobre o que conviria que eu dissesse nem tive de mostrar previamente a ninguém os meus discursos

Este convite implicaria a passagem à reserva e, portanto, o termo da minha carreira militar, pois o Governo já havia decidido usar semelhante critério para um oficial que, nos Açores, pretendia candidatar-se pela oposição⁵. A passagem à reserva dependia da competente autorização do Ministro do Exército que, nesta matéria, podia praticamente decidir com completa discricionariedade. No meu caso, não necessitei, porém, de qualquer favor, porque, estando já nomeado para o próximo Curso de Oficial General, era suficiente a minha declaração de desistência do curso, para automaticamente passar à reserva. Semanas depois, ao serem tornadas públicas as listas de candidatos, verifico que este critério do Governo tinha bastante elasticidade: o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Roboredo e Silva, aparece na lista da Guarda e manteve-se no Parlamento até ao termo normal da sua carreira militar e sem ser exonerado daquelas funções de chefia, o que, aliás, tinha sido a prática passada.

Eu era um novato, conhecia de nome bastantes deputados, como alguns deles me conheceriam a mim, mas relações pessoais prévias não tinha senão com dois ou três e, mesmo estas, não eram de intimidade. Notei desde logo que havia um grupo que já vinha do antecedente, como ex-deputados ou ex-ministros — e de certo modo representava a «continuidade» — e outro, no qual se pressentiam especiais afinidades com Marcelo Caetano, tendo à frente o novo responsável da União Nacional, Melo e Castro, que representava a «evolução». Predominavam as caras novas na vida política: três quartos dos deputados eram estreantes.

A Assembleia abre em 28 de Novembro para os rituais preparatórios. Em 1 de Dezembro, é a abertura solene. Para responder à mensagem presidencial é designado Franco Nogueira. Além do

5. O então Capitão de Artilharia Ernesto Melo Antunes

inquestionável prestígio político e intelectual, a sua escolha podia ter várias interpretações, desde uma atenção de Marcelo Caetano para com o seu rival na sucessão, até uma nota de tranquilidade para o que era agora a oposição dentro dos partidários do regime.

Em 15 de Dezembro, Santos e Castro, um dos mais fiéis marcelistas, propõe à Assembleia uma moção reafirmando «(...) a política nacional de manutenção e defesa da unidade e integridade de todos os territórios portugueses», que, por proposta de um deputado da velha guarda, é votada de pé. Foi aprovada por unanimidade, estando presentes quase todos os que vieram a ser incluídos na chamada ala liberal (v.g.: Sá Carneiro, Pinto Leite, Pinto Balsemão, Mota Amaral, José da Silva, Pinto Machado, Correia da Cunha, etc.). Parecia que, de facto, neste ponto fundamental havia consenso.

Entretanto Sá Carneiro, com a sua primeira intervenção, uns dias antes, principiara já a sua luta em defesa dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

Com a eleição da Comissão do Ultramar dá-se a primeira escaramuça entre as duas correntes. Há duas listas e, por sinal, o meu nome aparece proposto em ambas, certamente por ser o único deputado por Timor. A «oficiosa» inclui nomes como Tenreiro e Teixeira Pinto que não figuram na outra, onde aparecem, por exemplo, Pinto Leite, José da Silva e Magalhães Mota. A votação reparte-se: 2/3 para a primeira e 1/3 para a segunda. Isto dá uma ideia da relação de forças inicial e os pormenores da votação⁶ evidenciam também uma grande independência de voto em qualquer dos grupos.

Os problemas políticos mais delicados começam a ser abordados com grande preocupação de prudência, parecendo que ninguém queria comprometer aquele equilíbrio tão frágil entre a abertura política e a defesa do Ultramar.

Isto fica bem claro, por exemplo, na intervenção de fundo de José da Silva a propósito do Congresso da União Nacional, que a transforma em Acção Nacional Popular⁷. Este deputado era meses depois — e sem abandonar o Parlamento — o advogado do Pároco de Maceira da Lixa, conseguindo a sua absolvição. Perante uma

6. É também curioso registar certos pormenores da composição das listas e dos cortes de nomes registados na votação. A primeira lista, que se diria mais conservadora, teve 66 votos e a segunda 33. Na primeira, o meu nome não teve cortes, mas Tenreiro teve 4, Teixeira Pinto 5 e Casal Ribeiro 8; na segunda, tive um corte, Magalhães Mota e José da Silva 2, Pinto Leite 4 e Casal Ribeiro 13 (Quem se teria lembrado de o incluir nesta lista? Ou, porque aparece o seu nome nas duas?)

7. Sessão n.º 27, em 25 de Fevereiro de 1970

interpelação do então *leader* (Almeida Cotta), acrescenta o que considera «um artigo do credo português: eu sou pela defesa da integridade de todos os territórios portugueses». E acentua a seguir, a propósito da divergência de ideias com as oposições: «sem qualificar os divergentes como inimigos, como anti-Nação ou portugueses de 2ª classe».

Momentos antes, num aparte a essa intervenção, declara Pinto Leite: «O que uniu todos os candidatos apresentados pela União Nacional nas últimas eleições foram dois pontos fundamentais: a presença portuguesa no Ultramar e a defesa da ordem pública».

Era este o clima que então se vivia. Apenas um sector muito reduzido de extrema direita era, por princípio, contrário a qualquer abertura política. O problema que se colocava à consciência de muitos outros — como era o meu caso — consistia em encontrar a melhor forma de compaginar essa abertura com estes dois pontos fundamentais de que falava Pinto Leite.

Na rua, durante a campanha eleitoral, manifestantes da oposição, sintonizados com o clandestino partido comunista, haviam gritado contra a «Guerra Colonial». Esta tese começava naturalmente a encontrar receptividade na juventude, sobretudo a universitária, posto que, para lá de eventuais motivações ideológicas, a mobilização para África constituía para ela um pesadelo: eram os riscos, os anos longe da família e amigos e os gravíssimos transtornos nos inícios de carreira.

Eu tinha filhos em idade militar e, portanto, podia aperceber-me bem como era pesado esse fardo e como, por via disso, a juventude estava cada vez menos receptiva para colaborar de boa vontade no esforço de defesa do Ultramar. Assim, logo em Dezembro, numa intervenção porventura demasiado genérica e pouco acutilante, mas bem clara nos objectivos, procuro chamar a atenção do Governo para a política de defesa, no sentido de rentabilizar os meios existente e, em particular, de «obter-se maior contribuição da população civil para a sua própria defesa». Esta foi uma constante preocupação minha em todas as sessões legislativas, designadamente quando da discussão da Lei de Meios, umas vezes de forma mais feliz outras menos, mas sempre no intuito de tornar a defesa do Ultramar económica e psicologicamente sustentável. Não tive grande sucesso mesmo quando vi aprovadas algumas propostas. O Governo, como aliás era corrente, dava pouca importância ao que ali se passava e o assunto parecia insípido para atrair o interesse público. Continuo,

porém, a pensar que era um ponto fundamental e só lamento não ter sabido apresentá-lo de forma mais aparatosa.

Esta primeira sessão termina com o anúncio da lei de imprensa que iria ser apresentada na sessão seguinte por Sá Carneiro e Pinto Balsemão.

No Verão os deputados visitam o Ultramar. Dá-se o trágico acidente na Guiné, que vitima, entre outros, Pinto Leite, um dos elementos mais combativos e mais espontâneos dos jovens liberais. Visito então Angola e S. Tomé e Príncipe, integrado numa missão de uma dúzia de deputados. Recordo que do grupo fazia parte José da Silva, com quem mantive relações muito cordiais e conversei bastante. Passava, para os «ultras», por ser a extrema esquerda dos liberais. Notei que ficou favoravelmente impressionado com a visita, com o ambiente geral de convívio pacífico e de progresso que se vivia (excepto uma ou outra zona de guerrilha ainda activa em Angola, que também visitámos) e, nas intervenções que fez para retribuir cumprimentos, as suas palavras eram de compreensão e estímulo.

Meses depois, escandaliza muita gente ao defender o Pároco da Lixa, que abertamente se pronunciava não só contra o Governo, mas particularmente contra a guerra nos territórios ultramarinos, verberando a exploração colonial e advogando sem reboços a concessão da independência aos povos da Guiné, Angola e Moçambique. Na sua contestação, marca com grande subtileza uma distinção importante⁸: «(...) futuro político do Ultramar é um problema diferente do da sua actual defesa».

Todavia, sem prejuízo da sua corajosa e bem sucedida actuação em prol do seu constituinte, quando, por essa mesma época (mas já depois da visita a Angola), se pronuncia sobre a revisão constitucional declara:

«Quando, em 1961, se abateu sobre Angola a onda terrorista, encontrei-me entre os que, pouco informados sobre as realidades da África Negra, começaram por acreditar que o movimento se integraria numa consciência nacional aspirando à independência. (...)»

É com satisfação que reconheço ter-me enganado. Quem visitar os grandes territórios ultramarinos fica com a certeza de que (...) só uma pequena minoria das populações pôde ser mobilizada para a luta pela independência política. Se tal objectivo fosse vivido pela genera-

8. *Subversão ou Evangelho? — O Processo do Pároco de Macetra da Lixa no Tribunal Plenário do Porto* — José da Silva — Advogado — p. 69 — Edição do Autor — Porto — 1971

lidade das populações, como em muitos países se acredita que seja, a política seguida já tinha fracassado há muito»⁹.

A discussão em plenário da revisão constitucional foi precedida por longos trabalhos duma Comissão Eventual na qual também participei. Presidia Albino dos Reis. Havia uma representação bastante equilibrada das várias sensibilidades, como agora se diria. Pesava muito, como na Assembleia, o grupo dos que alinhavam com as posições oficiosas da ANP e um dos presentes confidenciou-me um dia, em que se votava um ponto politicamente mais sensível: bem gostaria de votar com você mas não posso!

Não cabe aqui descrever os trabalhos, mas apenas notas mais vivas que retenho.

Como é sabido, além da proposta do Governo havia dois projectos de alterações que poderiam classificar-se um mais à direita e outro mais à esquerda. Ambos estes chegaram ali com pareceres da Câmara Corporativa desaconselhando liminarmente a sua aprovação na generalidade (ainda que, nos dois casos, com votos de vencido de Maria de Lurdes Pintassilgo, Freitas do Amaral e André Gonçalves Pereira). Venceu a corrente para mim mais sensata e a Comissão aceitou apreciar os projectos. Na especialidade, o momento mais quente foi a discussão da parte relativa ao Ultramar. Aí votei contra a redacção do Governo que estava preparada para atribuir a Angola e Moçambique — e só a elas — a designação de Estado, como veio a suceder. Esta denominação não me preocupava pela novidade (a nossa Índia já a teve), mas pela inoportunidade, criando mais problemas do que resolveria. Pelo menos no futuro próximo, a real ameaça à nossa presença em África não estava em Angola, mas na Guiné, onde a situação política e militar não era brilhante. Para quê dar um sinal que só encorajaria os movimentos políticos centrífugos e em nada abrandaria as pressões militares e diplomáticas?

É curioso verificar como reagiu imediatamente a *Gulf Oil*: mudou o seu Administrador Delegado na *Cabinda Gulf* de Lisboa para Luanda.

A minha posição, ainda que sem relevância de maior, pode ter algum interesse para ilustrar o ambiente, a actuação livre mas dispersa dos deputados e o rumo político ainda bastante nebuloso que Marcelo imprimia à questão ultramarina. Por mim, buscava um equilíbrio extremamente difícil — porventura já inviável — entre aber-

9. *Diário das Sessões* n.º 108, de 24 de Junho de 1971

tura política e defesa da nação multirracal que, em meu entender, melhor defendia os interesses de Portugal e o bem-estar e progresso dos povos que viviam sob essa bandeira.

Assim, por um lado, exprimi a minha aberta discordância em relação ao parecer da Câmara Corporativa, que rejeitava os dois projectos de revisão¹⁰ e só aprovava a proposta do Governo, afirmando¹¹ que «não percebi nunca qual a vantagem que haveria em rejeitá-los nem, muito menos, qual a razão para o fazer, mesmo após ter lido o parecer da Câmara Corporativa» e, em particular quanto ao projecto Sá Carneiro, «de bom grado manifesto a minha adesão aos seus ideais e aos seus anseios, pois esses ideais generosos serão cada vez mais importantes para a construção do nosso futuro»; por outro, recomendava certa prudência na velocidade desse processo. Lembrava que «foi, aliás, esta excessiva confiança na inata bondade e clarividência dos homens, que fez soçobrar a magnanimidade das intenções dos doutrinadores da nossa República, como já antes fizera perder-se em lutas políticas de um reduzido escol de intelectuais os sonhos do liberalismo.»

Era — reconheço-o — um conselho fácil de dar mas complicado de pôr em prática, pois a liberalização do regime era uma torneira muito difícil de abrir a conta-gotas. Todavia, era também verdade que qualquer novo passo na abertura seria, na época, muito valorizado e politicamente remunerador.

Intervim em dois aspectos de pormenor: um para mim importante — o respeito pelo usos, costumes e valores culturais das populações — e que me obrigou a uma luta árdua e tenaz¹², mas que teve então menos impacte público; outro de ordem processual, a que foi dada maior repercussão política — a proposta para que a votação se fizesse sobre o texto da Comissão Eventual e não sobre a proposta do Governo ou projectos dos deputados. Sá Carneiro tomou isso como questão política de fundo, opôs-se à discussão desta proposta e, com outros deputados subscritores desse projecto (não todos), deixou de participar na discussão na especialidade. Pode compreender-se a sua atitude, mas nesse momento a chamada Ala Liberal, a esperançosa novidade de 1969 que aparecia a meus olhos como a corrente predilecta de Marcelo, perdeu-se como tendência renovadora dentro do regime. Passou a ser

10. Projectos, respectivamente, de Sá Carneiro e Duarte Amaral (como primeiros subscritores)

11. Sessão de 17 de Junho de 1971.

12. Sessão de 7 de Julho de 1971.

como que uma oposição interna. Tornou ainda mais precário o frágil equilíbrio político e teve como reacção natural o reforço da influência dos «ultras» junto do Presidente do Conselho, travando o processo de abertura e dando lugar a uma curiosa inversão de posições: estes que, em 1969, no início dos trabalhos da Assembleia, apareciam como adversários discretos de Marcelo Caetano estavam agora mais próximos e o grupo liberal era a oposição.

Assinei a proposta depois de me manifestar contra a rejeição na generalidade dos projectos dos deputados, como os mais «fiéis» pretendiam, dando assim um claro sinal de apoio a uma progressiva abertura política; e fi-lo por me parecer uma simples questão de bom senso depois das longas discussões na Comissão Eventual, sempre com a presença, entre outros, de Sá Carneiro.

O outro ponto que atrás refiro, ao qual eu atribuía um significado importante no relacionamento inter-racial, mas que passou quase despercebido, respeitava a uma proposta de alteração ao artigo 136.º, por mim próprio redigida¹³. Aí se impunha aos órgãos de soberania não só «Zelar pelo respeito dos direitos individuais nos termos da Constituição», como também «dos valores culturais das populações e dos seus usos e costumes não incompatíveis com a moral e o direito público português». O grupo mais ligado à ANP pretendeu ainda que não se aceitasse a discussão desta proposta. Comuniquei ao Dr. Albino dos Reis que iria abandonar estes debates, peguei na minha pasta e saí da sala. Ele, com o seu bom senso e prestígio, leva Gonçalves Proença (Relator da Comissão) a reconsiderar. Esta teimosia era tanto mais injustificada quanto o próprio Marcelo Caetano havia ponderado a inclusão de qualquer coisa semelhante. Porém, para os «ortodoxos», mexer no texto da Comissão era um perigo e uma espécie de heresia.

Outro aspecto que espelha o clima de então respeita a uma intervenção que fiz, sob a forma de aviso prévio, acerca da indústria de montagem de automóveis e me mostrou o poder dos lobbies económicos sobre a máquina do Estado. Pedi elementos ao Governo em Fevereiro de 1971, que só ano e meio depois me são fornecidos, apesar de entretanto ir insistindo. Na conclusão do debate, refiro dados preocupantes acerca do montante das isenções fiscais (até 1972, da ordem dos 3 milhões de contos), da falta de

13. Conforme o confirmou em plena Sessão o Dr. Albino dos Reis e da qual este accitou ser o primeiro subscritor, por haver presidido à Comissão Eventual.

controle sobre o capital estrangeiro investido e repatriado, etc. Os jornais deram bastante relevo ao assunto; na Assembleia só recebi aplausos; mas, tudo ficou na mesma!

Em 4 de Abril de 1973, quis lembrar à Assembleia os nossos deveres para com os ex-combatentes, aproveitando o meio século da sua Liga e a coincidência de nesse dia se realizar a abertura do Congresso da Oposição Democrática em Aveiro. Falava nesse dia — «e propositadamente neste dia», como salientei — para juntar um apelo à unidade quanto à defesa do Ultramar, num espírito de abertura e respeito das diversas convicções políticas. Talvez tenha sido a primeira vez que, naquela Assembleia, se referiam com respeito os nomes de Afonso Costa e António José d'Almeida. Concluía, repetindo o que pensava do lema «evolução na continuidade»: continuidade significava, acima de tudo, preservar a integridade da Nação — em tudo o mais «o país anseia e apoia calorosamente uma decidida evolução». No *República* do dia seguinte, Raúl Rego, no artigo de fundo («Sob o Signo da União»), acolhe com grande simpatia a mensagem, compreende-a e liga-a também, como era minha intenção, ao Congresso de Aveiro, destacando a tónica da evolução e respeito mútuo; mas numa nota solta nesse mesmo jornal, Victor Direito, pelo contrário, é bem menos generoso para os meus propósitos.

Estava no fim a legislatura. Há dois assuntos importantes agendados: a Reforma Educativa e a Lei de Terras do Ultramar. Não percebi bem porquê, o Governo decide que não fosse Almeida Cotta, como até aí, a liderar o processo na Assembleia. O primeiro é conduzido por Camilo Mendonça e, quanto ao segundo, Silva Cunha pede-me para me encarregar disso. Era matéria delicada. Ainda que mantivesse contactos frequentes com o Ministro, algumas vezes dos telefones nada discretos que então ali existiam, talvez tenha interesse referir a liberdade bastante ampla de que dispunha para ajustar o texto durante as discussões no plenário, como sucedeu em diversos pontos.

Para a nova legislatura, havia defendido com êxito que Timor tivesse dois deputados (um, pelo menos, timorense originário). Sou reeleito com Manuel Carrascalão, homem conhecedor da terra, das pessoas e dos seus problemas, o mesmo que, depois da ocupação indonésia, foi eleito para a Assembleia Legislativa local, agindo com coragem e independência na defesa da identidade cultural e demais direitos dos timorenses.

Muito me compraz que o futuro confirmasse o acerto do nome que então sugeri: alguém com real inserção e prestígio no meio, personalidade discreta mas com carácter capaz de dizer aos governantes coisas que eles não gostem de ouvir.

Verifico que a composição da Assembleia se havia tornado menos abrangente: da antiga Ala Liberal, quase ninguém. Sinto a necessidade de me demarcar, tanto mais que, sem perceber bem porquê, tinha sido eleito para terceiro Vice-Presidente da Assembleia. Seria apenas uma atenção? Seria consequência da remodelação ministerial acabada de ocorrer, para me afastar da Comissão do Ultramar?

Por tudo isso e também porque sentia degradar-se a situação, decidi aproveitar a circunstância de 1974 ser o ano contratualmente previsto para reajustar a concessão da TV¹⁴ para suscitar um debate acerca do assunto. Escolhi a forma de aviso prévio, que obrigaria a Assembleia a votar as conclusões. Tinha perfeita consciência de ser matéria muito sensível.

Redigi o texto introdutório com bastante cuidado, sem omitir aspectos menos agradáveis para o Governo, mas procurando que tudo aparecesse como um frio equacionar dos problemas, para não dar pretextos para uma recusa liminar por parte da respectiva Comissão da Assembleia, o que evitaria a sua apreciação em plenário.

Terminava esse texto justificativo acentuando «a ideia de que ao pensar hoje os problemas nacionais haverá que fazê-lo lembrando que cada vez mais o futuro impõe que se pense também estar no mundo». E no sumário que propunha para o debate havia uma alínea que destacava um aspecto fulcral, onde estava implícita matéria de particular relevância política:

«Aspectos essenciais do seu estatuto jurídico

(...)

(2) — Defesa dos direitos da opinião pública»

Como sempre, preparei e entreguei o aviso prévio¹⁵ sem pedir licença a ninguém. Apenas o mostrei previamente a um deputado amigo (advogado) para poder corrigir qualquer terminologia jurídica. Desde logo se apercebeu e me chamou a atenção para o significado da palavra «direitos» neste contexto.

14. Decreto-Lei n.º 40 341, de 18 de Outubro de 1955

15. A 29 de Janeiro de 1974

Em princípios de Fevereiro o assunto é público. Os jornais do dia 13 dão com relevo a notícia que o Presidente da Assembleia convocou a Comissão de Cultura e Interesses Espirituais e Morais para dar parecer, informando ainda que o Governo estará representado naquela Comissão «pelos Srs. Presidente do Conselho e Secretário de Estado da Informação e Turismo». A imprensa comenta que isto «diz bem do melindre essencialíssimo de um tema tão oportuno»¹⁶.

O *Expresso* desse fim de semana destaca também o assunto como um «tema bastante quente» e o «acontecimento inédito de ser o próprio Presidente do Conselho a defender os pontos de vista do Governo perante a Comissão»¹⁷.

Entretanto, entendo que deveria ter uma palavra para o Presidente do Conselho, pois o meu intuito era colaborar na abertura e vitalização do regime num ambiente que eu sentia degradar-se aceleradamente.

Na verdade, desde finais de 1973, eram cada vez maiores os sintomas de efervescência no meio militar. As disputas a propósito do Congresso dos Combatentes, as declarações insólitas de Fabião durante uma aula no Instituto de Altos Estudos Militares, o jantar dos três generais (Spínola, Kaúlza e Resende) eram expressões públicas desse mal-estar. Naturalmente que as minhas relações pessoais confirmavam e ampliavam essas preocupações, em particular a circunstância do Capitão Costa Martins (da Força Aérea) ser nessa época consultor de Explosivos da Trafaria, empresa da qual eu era então administrador. Ele não escondia que estava de alma e coração com esse movimento.

Lembro perfeitamente aquela tarde dos meados de Fevereiro¹⁸. Marcelo Caetano recebe-me muito cortês mas cerimoniosamente. Percebi que o intrigava um pouco o facto de me interessar agora pelos problemas da TV e fez-me abertamente a pergunta. Respondi-lhe que não só anteriormente já havia estudado a matéria a propósito do decreto para o estabelecimento da televisão no Ultramar — matéria acerca da qual o Conselho Ultramarino foi consultado em 1972 e de cujo processo fui relator — como, sobretudo, me preocupava o clima que sentia na nossa juventude. Eu tinha filhos na universidade e apercebia-me da difusão que ali era feita das doutrinas

16. *Diário de Lisboa* de 13 de Fevereiro de 1974

17. *Expresso* de 16 de Fevereiro de 1974, que inclui igualmente um desenvolvido artigo de Pinto Balsemão sobre o caso.

18. 18 de Fevereiro de 1974.

marxistas e do acolhimento que encontravam. Eu próprio, uma vez em que me desloquei à Associação Académica do Instituto Superior Técnico, vi tudo inundado de cartazes com efígies de Marx e seus prosélitos com *slogans* revolucionários. Para captar as pessoas, para enfrentar essa situação, considerava necessário estimular debates que esclarecessem ideias e projectos. A conversa prolongou-se e Marcelo Caetano, sem contestar a minha sugestão, remata desalentado: «Que quer? Não temos gente». E, a título de exemplo, refere-me concretamente o caso de um seu Ministro que ele qualificava de muito bom, mas não seria capaz de aguentar-se num debate público. Saí pesaroso da reunião. Marcelo já não lutava: resignava-se. Falo na Assembleia a alguns outros deputados sobre o estado de espírito do Presidente. Era manifesto que o regime se desmoronava.

No final dessa mesma semana (a 22 de Fevereiro), o país é surpreendido pelo aparecimento nas livrarias do livro de Spínola *Portugal e o Futuro*.

Dias depois Marcelo Caetano pede à Assembleia para ratificar a política ultramarina do Governo. Decido não intervir no debate. Sinceramente não queria contribuir para que a derrocada se apressasse. Marcelo Caetano estava já vencido. Apoiá-lo expressamente não faria sentido. Mas, para quê fazer algo que lhe diminuísse ainda mais a pouca força política de que dispunha naqueles momentos tão difíceis?

A Assembleia vota a moção de apoio ao Governo em 8 de Março. A 14 é a manifestação tão infeliz dos oficiais-generais e a 16 o chamado «Golpe das Caldas».

No meio de tudo isto, este meu incomodativo aviso prévio ia andando.

A 19 de Abril, recebo um recado urgente do Presidente do Conselho (através dum deputado que lhe era próximo¹⁹). O aviso prévio não estava esquecido.

Talvez ele se enquadrasse no espírito da nova remodelação que Marcelo Caetano pretendia realizar *in extremis*²⁰. Poucos dias depois, remodelação e aviso prévio são palavras sem sentido: era o 25 de Abril.

19. Dr. António Castelino e Alvim que, segundo Veríssimo Serrão, se reunira com Marcelo Caetano na véspera (Cf. Marcelo Caetano — *Confidências no Exílio*, 10.^a ed., p. 69). Nesse dia Veríssimo Serrão é sondado para Ministro, dentro da nova remodelação que Marcelo pretendia levar a cabo.

20. Veríssimo Serrão *op. cit.* pp. 71, 72.

Com a revolução triunfante, decidi não comparecer à sessão da Assembleia convocada para esse dia — seria, a meu juízo, uma provocação caricata tentar mantê-la em funções — mas quis estar presente à reunião do Conselho da Presidência convocado para o dia seguinte. Aí recordo-me que o Presidente, Eng.º Amaral Neto, invocou ainda a eventual conveniência de uma reunião para concluir os procedimentos legais para aprovação das Contas do Estado que estavam nesse momento em discussão e lembro-me bem de ter discordado dizendo que isso seria absurdo, pois estávamos perante uma revolução vitoriosa. Após breve troca de impressões, o Conselho decidiu encerrar a Assembleia, o que era, na prática, perfeitamente desnecessário, pois o MFA se encarregaria disso se o bom senso não prevalecesse. Penso, todavia, que foi a solução mais digna: não fugir nas horas difíceis, mas também não ser louco.

Este incidente é curioso pois mostra a anarquia barulhenta, mas, no fundo, branda e generosa que reinava nestes primeiros dias: a primeira característica é normal neste género de revoluções, mas a segunda é bem nossa. À saída estavam jornalistas a cobrir o acontecimento, a quem me lembro de ter prestado breves declarações.

Acabava um regime; o país iria viver um período muito turbulento; eu teria que de recomeçar nova vida; e, dentro em pouco, Timor iniciava um longo e doloroso calvário.



Numa recepção em casa do Consul da Indonésia.



Pousada de Baucau.

CAPÍTULO X

Timor e o 25 de Abril**As primeiras reacções: surpresa e expectativa**

Por coincidência, eu estava precisamente nesses dias a preparar-me para partir para Timor, acompanhado de minha Mulher, a convite do governador. Mantinha correspondência com pessoas amigas e guardo ainda algumas cartas que retratam o ambiente local dessa época.

Nos primeiros momentos¹ foi a esperança no «milagre da abertura a certas liberdades». «Falava-se ainda com certo receio», mas, à medida que se consolidou a certeza da viragem do regime, surgiram de todos os lados os políticos. Mesmo «os mais arreigados defensores e sustentáculos em Timor do regime deposto apareceram, por artes mágicas, travestidos de opositoristas de longa data». A grande massa da população continuava sob a influência dos seus chefes tradicionais e estes «só há meia dúzia de dias se abriram para afirmar o seu desejo de se manterem sob a bandeira portuguesa (Gaspar Nunes de Maubara e Guilherme Gonçalves de Atsabe)».

Já então se começavam a organizar em Dili três partidos — UDT, ASDT (de que nasceria a FRETILIN) e a APODETI — com base, sobretudo, nos funcionários públicos timorenses com maior

1. Carta de um ex-oficial do Exército, então na actividade civil e já com mais de 15 anos de permanência em Timor (Longa carta principiada em 2 de Junho de 1974 e terminada a 16 de Junho de 1974).

preparação intelectual, cujos dirigentes e princípios me eram sumariamente indicados.

Semanas depois (conforme nessa primeira mensagem também já se anuncia), recebo uma carta angustiada de um dos principais dirigentes de um dos novos partidos². Enviava os manifestos dos diversos agrupamentos políticos recém-criados, fazia perguntas muito ingratas acerca do que se pensava em Portugal e pedia opiniões de quem se sentia navegando no meio de enorme nevoeiro.

Perguntava, concretamente:

- «1. O povo da Metrópole, tem ele consciência dos laços de amizade e cultura que o unem ao Ultramar?
2. É verdade que o povo está cansado, farto de «colónias» e quer libertar-se delas?
3. Pretenderá o povo metropolitano formar estados federados com o Ultramar? Estados confederados?
4. Quais as razões internas e exteriores que levaram Portugal a decidir pela autodeterminação dos povos do Ultramar se, na actual Constituição que ainda não foi revogada, a NAÇÃO PORTUGUESA compreende PORTUGAL EUROPEU e outras partes integrantes dessa mesma NAÇÃO espalhada pelo mundo?
5. A PLURICONTINENTALIDADE DE PORTUGAL defendida no livro Portugal e o Futuro e proclamada pela Junta de Salvação Nacional, tem o mesmo ou significado diferente da antiga desig-nação?»

A situação em Portugal era ainda extremamente confusa e o curso inexorável das forças que a revolução desencadeara fazia com que a realidade se afastasse muito das declarações dos políticos, mesmo daqueles que pareciam mais conscientes e bem intencionados. Esperei, por isso, alguns dias para que as coisas se clarificassem um pouco mais e, logo após o discurso de Spínola, respondo nos termos seguintes, que julgo de interesse sintetizar por espelharem o pulsar duma época.

Procuo ultrapassar o meu sentir pessoal acerca da dramática situação que o país vivia e seus responsáveis e, sem fugir à verdade, transmito uma versão dos acontecimentos o menos desprestigiante

2. Carta de 1 de Julho de 1974, chegada a Lisboa uma semana depois e à qual respondo em 1 de Agosto de 1974.

possível para as autoridades de Lisboa, com algumas reflexões que pudessem ajudar aqueles jovens tão perplexos e desorientados a melhor entender o que se passava.

A dinâmica própria do processo revolucionário havia imposto a necessidade de nesse discurso de 27 de Julho solenemente se reconhecer o direito à independência da Guiné, Angola e Moçambique. Teimar no princípio do referendo, seria agora uma atitude quixotesca. Não seria viável dizer a territórios em guerra que esperassem um ano (ou talvez mais) pela organização dessa consulta popular, como também não seria possível manter tropas em combate com essa perspectiva.

Para Timor, eu pensava que a opção pela independência pura e simples não teria viabilidade prática (v.g.: carência de quadros e de meios) e me parecia também não interessar aos países vizinhos³. Um Timor independente, com a sua forte comunidade chinesa — naturalmente ligada à «Grande China» — seria sempre uma incógnita ou, pelo menos, uma zona onde as possibilidades de influência chinesa obrigariam a especiais cautelas.

Na hipótese da integração na Indonésia, Timor será sempre para ela um território a colonizar. De facto — acentuava — ter população fortemente católica e falar português são características que a diferenciam muito daquilo que é comum na Indonésia. «Timor teria de resignar-se a acertar o passo pela massa da população indonésia e teria também de dissolver nela a sua individualidade própria».

Pensava que a autonomia com ligação a Portugal seria a solução que não só proporcionaria a Timor maior e mais rápido progresso económico e social, preservaria a sua paz e a sua posição de neutralidade face às potências vizinhas, como seria, acima de tudo, a que melhor respeitaria a individualidade tão singular de Timor: manter os timorenses em posição de poderem afirmar e enriquecer a sua personalidade, sem os afastar do convívio franco e estreito com a Indonésia, da qual são — e seguiriam sendo — continuação natural e naturalmente amiga.

Aliás, esta orientação enquadrava-se inteiramente no seu manifesto (da UDT):

- «1. Defesa dos princípios de uma autonomia progressiva (...)
2. Defesa do direito de autodeterminação

3. Escrevia a um responsável da UDT que, na altura, aparecia como a corrente com maior acção junto dos chefes nativos.

3. Defesa da integração de Timor numa comunidade da língua portuguesa

4. Defesa do Portugal multirracial e pluricontinental».

Às perguntas feitas respondia nos seguintes termos:

1- O povo aqui tem consciência, sem dúvida, não só dos laços de cultura e outros, como igualmente das responsabilidades que o ligam aos povos dos territórios ultramarinos.

Amizade implica conhecimento directo, requer convívio. Por isso, esses sentimentos são mais concretos nos que conhecem efectivamente o Ultramar e mais vagos nos restantes.

2- Não é exacto que o povo esteja farto das «colónias» ou que deseje alijá-las.

O que se passa é que após o 25 de Abril a solução das guerras de África obrigou a pôr o problema do Ultramar em termos de franqueza a cem por cento.

Uma pátria, como uma casa de família, não pode ser uma prisão onde se enclausuram pessoas: quem lhe desagrada lá estar ou quem deseja sair é porque, de facto, já sente não ser ali o seu lugar.

Portanto, a única coisa que se pretende é respeitar este princípio.

3- Quanto ao tipo de ligação a estabelecer, isso depende inteiramente da vontade dos povos das diferentes províncias, estando a metrópole aberta a todas as soluções.

4- Às duas últimas perguntas só a serenidade e a perspectiva da história poderá verdadeiramente dar resposta.

Por mim, creio que nesta evolução política houve uma mistura de idealismo sonhador de uns e de maquiavelismo político de outros (correntes comunistas ou afins) e, infelizmente, como na velha fábula do lobo e do cordeiro, quase nunca são as razões ou a pureza de intenções do cordeiro que levam a melhor.

As teses do livro do General Spínola foram já evidentemente ultrapassadas.

Do mesmo modo, foi também ultrapassado o generoso e puro propósito do programa do Movimento das Forças Armadas de ouvir primeiro o povo português, através de eleições, acerca da grande opção de carácter nacional ligada ao problema do Ultramar.

Convém lembrar que os problemas directa ou indirectamente derivados do 25 de Abril revestem enorme importância no plano

internacional, repercutindo-se em áreas da maior sensibilidade no plano estratégico e da maior relevância no plano económico — Península Ibérica, Atlântico Norte e Sul, África ao sul do Sahara, etc. — interessando assim grandemente ao equilíbrio de forças entre as grandes potências.

Portanto, uma vez posto em jogo o antigo equilíbrio, fatalmente que fortíssimas correntes se deverão haver desencadeado por parte dos grandes blocos políticos e das grandes forças mundiais para encaminharem a evolução das coisas de harmonia com os seus interesses.

Assim, é bem fácil compreender que muitas das variáveis determinantes do novo equilíbrio ultrapassam obviamente o nosso controle.

Em Lisboa, entretanto, estudantes timorenses haviam ocupado a Casa de Timor, criada em 1972⁴, presumo que instigados pelos movimentos revolucionários emergentes. Em meados de Setembro tenho conhecimento que um grupo de jovens timorenses, de entre os que então aí pontificavam, haviam sido enviados para Timor por uma força partidária com a missão de fomentar a agitação que lhe interessava. Julgo dever avisar o governo e, para isso, falo ao gabinete do Ministro da Coordenação Interterritorial. Penso que o aviso caiu em saco roto. De facto, em finais de Setembro,⁵ dirijo-me ao Ministério, informo o Dr. Banha da Silva do que me consta e solicito ser recebido pelo Ministro para poder prestar informações mais completas.

Apesar das relações pessoais que tínhamos, compreendo que não me haja recebido: a confusão no Ministério devia ser enorme e, além disso, eu era então um proscrito político. A circunstância de haver sido Vice-Presidente da Assembleia Nacional colocava-me quase no topo da lista dos que a legislação revolucionária condenava à perda da capacidade eleitoral.

Semanas depois, Almeida Santos desloca-se a Timor. Homem sincero e arrebatado, traduz em palavras emocionadas as manifestações exuberantes de patriotismo e de fidelidade a que assistiu⁶, nomeadamente:

4. Oficialmente constituída em finais de 1972, da qual fui um dos fundadores. Destinava-se, designadamente, a divulgar os assuntos de Timor (conferências, livros, artesanato, etc.), a fomentar o convívio, a apoiar os estudantes timorenses em Portugal, etc., etc.

5. A minha conversa com o Dr. Banha da Silva foi em 24 de Setembro de 1974

6. Chegou a 19 de Outubro e o relato da sua visita enchia praticamente as páginas de *A Voz de Timor* (n.º 750, de 25 de Outubro de 1974, data esta que, por lapso, aparece na capa como 1975 e nas folhas interiores como 1974), cujo director era ao tempo Francisco Lopes da Cruz

«É, na verdade, comovente para um ministro português chegar aqui e receber, como eu recebi, uma lição de patriotismo e uma lição de portuguesismo» e, noutro passo «Pediram-me que vos dissesse que Portugal não abandona Timor. Aqui vos digo solenemente que pela minha honra posso afirmar-vos que ninguém em Portugal, ao nível do Governo de que faço parte jamais pensou ou jamais pensará em abandonar Timor».

Tempos depois recebo uma carta de um responsável da UDT, que aguardou a visita do Ministro para responder a uma outra minha que lhe havia chegado às mãos nos momentos confusos do 28 de Setembro, ou — como ele próprio diz — «no momento mesmo mais crítico da vida timorense, pois estávamos lutando desesperadamente e no meio da incerteza»⁷. Os seus adversários não eram só os outros partidos políticos, pois, além de «lutar contra estes dois partidos, ainda temos pela frente um terceiro grupo que anda somente na sombra a incitar aqueles dois partidos, porque querem ver Timor pelas suas costas o mais rapidamente possível» E concretizava: «Infelizmente nesse grupo estão metidos também oficiais» (mencionando um que já tinha sido mandado regressar a Lisboa).

Tudo isto retrata um ambiente, onde se apercebem já os gérmes da tragédia que viria a abater-se sobre Timor. A História fará o seu juízo acerca dos diversos actores, seus méritos ou suas culpas, mas é já óbvio que, por detrás das puras declarações de princípios das entidades oficiais, havia quem (por simples inconsciência ou a mando de outrém) quisesse substituir-se aos timorenses na escolha do seu futuro.

O ruir dos sonhos e a dura realidade da diáspora

O que se seguiu até à ocupação indonésia é bem conhecido e não pretendo aqui discutir opções políticas ou actuações alheias, mas essencialmente dar conta de alguns factos que testemunhei.

Claro está que fui sempre acompanhando com mágoa e ansiedade todo o desenrolar deste processo, sofrendo por nada

⁷. Carta datada de 23 de Outubro de 1974, enviada por interposta pessoa que a colocou no correio em Abrantes, em 28 de Novembro de 1974

mais poder fazer do que exprimir a minha sincera solidariedade para com os foragidos àquele drama que aqui iam chegando. Não esqueço, por exemplo, como encontrei o Bispo de Dili (D. José Joaquim Ribeiro), quando chegou a Lisboa após a ocupação indonésia. Era acima de tudo um homem de fé, que se havia comportado corajosamente. Falava do ataque a Dili como se ainda o vivesse: aviões, granadas, violência, destruições, pânico na população. Referia-me com gratidão o respeito e carinho que, nessas horas difíceis, sentiu sempre por parte do povo de Timor e a pena que lhe causou a decisão tomada pelo Governador de deixar o território, pois estava certo que os timorenses lhe não regateariam o mesmo respeito. Em artigo, relativamente recente, publicado a propósito do livro *Missão Impossível* do último governador, diz o articulista⁸ que o Bispo de Dili lhe teria revelado que ele próprio «se prostrou de joelhos e mãos postas aos pés de Lemos Pires rogando-lhe que não entregasse Timor aos comunistas porque faria mergulhar o território durante anos num banho de sangue».

Com a ocupação chegam a Lisboa numerosos refugiados. O Vale do Jamor passa a ser como que um pedaço de terra timorense que lembrava um drama e interpelava as consciências. Entretanto, em contacto com alguns dos que tiveram de deixar Timor, colaboro numa nova associação para apoio dessa terra e suas gentes e, sobretudo, desses emigrantes forçados que afluíam a Portugal: a Liga dos Amigos de Timor.

Houve um reunião preparatória, em Janeiro de 1977, na qual sou eleito para presidir aos trabalhos. Seguiram-se outras em que participaram, por vezes, centenas de pessoas. Os ânimos estavam ainda muito quentes.

A reunião inicial teve lugar a 15 de Janeiro de 1977, no edifício SINASE, na rua Braancamp, em Lisboa, e as subseqüentes no amplo salão da Escola Salesiana (aos Prazeres). A escritura constitutiva é de 23 de Julho seguinte, outorgando uma Comissão Organizadora eleita nessas reuniões preparatórias, da qual faziam parte seis naturais de Timor e um não natural, mas apaixonado por essa terra — Dr. Luís Filipe Thomaz — que cedeu a sua casa para sede provisória. Nessa época não me era possível ceder a minha, pela simples razão de que não tinha casa própria. As vicissitudes da revolução causaram-me sérias dificuldades económicas, obrigando-

8. Artigo assinado por José Frota, publicado no *Expresso* de 7 de Dezembro de 1991

-me a pôr termo ao pesado encargo do arrendamento do andar em que habitava, vivendo ainda em casa de familiares.

Durante as discussões dos estatutos surge uma proposta insólita, que recolheu grande apoio e me exigiu bastante trabalho e alguma imaginação para conseguir ultrapassar: deveria ficar consagrado expressamente que não poderiam ser sócios quer o último governador quer dois oficiais a quem eram também atribuídas especiais responsabilidades pelo que se passou. Por isso, nesta associação sem quaisquer fins lucrativos se exige, estranhamente, que a admissão dos sócios tenha de ser ratificada em Assembleia Geral. E, para que não houvesse lugar a dúvidas, se declara a seguir⁹: «Em caso algum poderão ser admitidos como sócios indivíduos que pelo seu comportamento anterior se tenham revelado não integrados no espírito e objectivos da Liga».

Tanto sangravam ainda as feridas abertas na alma dos timorenses!

As iniciativas para apoio da causa de Timor multiplicam-se. O Estado começa a dar contributos mais significativos, a solidariedade privada manifesta-se sob as mais diversas formas e — acima de tudo — os timorenses, por iniciativa e méritos próprios, vão lutando para sobreviver e progredir.

O problema de Timor ganha, entretanto, novas dimensões, pois a Indonésia, na criminoso tentativa de exterminar um povo, está, sem o querer, a acordar a consciência de uma nação.

9. N.º 4 do artigo 6.º dos Estatutos.

CAPÍTULO XI

O Epílogo da Tragédia

Este capítulo será como que uma apostilha em que procuro ordenar reflexões que o caso me suscita, algumas delas, aliás, já afloreadas em escritos dispersos. Completamente fora dos meandros das decisões políticas no período pós-revolucionário, as minhas ideias não têm qualquer outra autoridade que a expressão do sentir dum cidadão comum, que apenas reivindica com orgulho um título um dia outorgado por Ruy Cinatti na dedicatória dum seu livro¹, ao apelidar-me «amigo dos timorenses». Quem conheça este homem, a sua independência de espírito e a sua paixão por Timor entenderá o valor que dei a estas palavras.

As causas do desastre: das razões da geopolítica aos erros dos homens

A situação geográfica é um dos factores que ajuda a compreender esta e outras desgraças da história de Timor.

Apesar da neutralidade de Portugal durante a II Guerra e das boas relações que então mantinha com o Japão, os imperativos da geografia prevaleceram e daí a ocupação japonesa, porque Timor era uma posição indispensável para o assalto à Austrália. De forma algo semelhante, foi o facto de se haver subestimado que Timor era — e

1. Nós não somos deste Mundo — 2ª ed. — 1960. Oferta por ele feita durante a crise de 1961 (Cf. Cap. VI) pedindo-me para levar ao fim a minha missão. Forma de intervenção política bem típica dum poeta!

continua a ser — uma pedra extremamente sensível no equilíbrio geopolítico daquela área que levou à invasão indonésia com a complacência americana.

Timor é, na realidade, a fronteira entre a Ásia e a Oceânia com tudo o que isso implica de convívio humano que aproxima os povos — e de entrecostar de interesses que os separa. E é não só a fronteira geográfica, pelo mero facto da vizinhança, como também a fronteira social e política entre duas culturas, duas maneiras muito diferentes de estar no mundo.

Por outro lado, o correr da História fez repercutir no factor humano as singularidades da geografia daquele pequeno pedaço da Insulíndia. De facto, ainda que no plano somático existam similitudes entre timorenses e indonésios, que podem levar desconhecedores do meio a confundi-los, importa salientar que a Indonésia é, já de si, um grande mosaico humano, apenas unificado pela conveniência política de manter as fronteiras da descolonização. Timor era e é uma pedra há séculos fora desse tabuleiro, pois constitui, por si próprio, um pequeno mundo de tipos e línguas diversas temperado por forte influência cultural cristã e uma abertura portuguesa para a civilização ocidental. Além disso, para os timorenses o poder indonésio é simbolizado pela dominação do javanês muçulmano e por uma língua oficial (o Bahasa indonésia) — coisas que lhes são estranhas e nada simpáticas. Para eles, os indonésios são tão ou mais estrangeiros que os portugueses metropolitanos, com a agravante de serem olhados como inimigos naturais.

Claro que nem japoneses nem indonésios podem ser absolvidos pela invasão do território e, muito menos, pelas violências que praticaram; mas dum para outro caso há uma diferença importante: no primeiro, do nosso lado, nada podia fazer-se para evitar a agressão, enquanto no segundo houve erros graves que a provocaram.

Esses erros foram consequência directa de desvarios políticos, explicáveis uns, mas outros gravemente culposos e que foram os grandes responsáveis pelo que sucedeu. Para usar as próprias palavras de Xanana Gusmão², por parte dos dirigentes da FRETILIN houve «um estrondoso infantilismo político que procurou desafiar o mundo» e — como refere também noutro passo³ — houve igualmente a «incapacidade do governo colonial que se debatia ele mesmo nas convulsões

2. Gusmão, Xanana — Timor Leste — Um Povo Uma Pátria — ed. Colibri — p. 86

3. *Ibidem* — p. 56

da democracia (que pairava em Portugal, o terreno movediço do esquerdismo acentuadamente antifascista), favorecia, como seria de esperar, o extremismo de uns tantos aventureiros que pretendiam decalcar para Timor Leste os chavões do dogmatismo maoísta».

Já Lenine, com o seu raciocínio frio e pragmático, havia publicado uma brochura com um título bem sugestivo⁴ para avisar dos perigos incontrolláveis deste esquerdismo.

Este é apenas um esboço feliz mas muito sumário da situação.

De facto, existe uma paisagem de fundo que não pode ser esquecida: vivia-se ainda o clima político da guerra fria. Faltava já pouco para a queda do império russo, mas, entretanto, a posição internacional americana atravessava um dos seus pontos mais baixos. Nas palavras de Kissinger⁵ «um aparente nadir» em que o comunismo parecia capaz de varrer tudo à sua frente: «os dominós pareciam de facto estar a cair». Os comunistas portugueses tinham boas razões para rejubilar. «A queda da Indochina em 1975 fora seguida na América por uma retirada de Angola e um aprofundamento das divisões internas e por uma repentina vaga de expansionismo soviético. As forças militares cubanas espalharam-se desde Angola até à Etiópia, acompanhadas por milhares de conselheiros militares soviéticos. No Camboja as tropas vietnamitas, apoiadas e abastecidas pelas tropas soviéticas, subjugavam o país dilacerado. O Afeganistão encontrava-se ocupado por mais de 100 000 militares soviéticos. O governo pró-ocidental do Xá do Irão caiu e foi substituído por um regime fundamentalista anti-americano»⁶.

Na confrontação Leste-Oeste, os partidos comunistas ortodoxos apareciam sempre como aliados ideológicos — e não só — da estratégia russa.

Em Portugal — e, designadamente, no que respeita a Timor — nada nos leva a crer que fosse diferente.

O caso de Angola é paradigmático. Foi ostensiva a interferência russa, que chegou até ao envio de tropas cubanas para impor o governo que lhe convinha e ficou sempre bem clara quer a perfeita sintonia com os comunistas portugueses quer o peso efectivo desse partido na condução do nosso processo revolucionário. Parece, pois,

4. *La Maladie Infantile du Communisme* — (Le «Communisme de Gauche») — escrita em 1920 — Editions Sociales — Paris

5. Kissinger, Henry — *Diplomacia* — Ed. — Gradiva — 1996 — p. 667.

6. *op. cit.* — p. 666

lógico concluir que, também em Timor, a URSS haverá manobrado mais discreta mas não menos tenazmente os seus peões no xadrez internacional. E é óbvia a importância que para ela teria o facto de vir a instalar-se uma outra Cuba no Sudeste da Ásia ou, se tal não conseguisse, levar ao menos alguma instabilidade àquela zona.

Pelos antecedentes do duríssimo golpe de Suharto contra os comunistas indonésios, qualquer aparência sequer de aberto empenhamento soviético seria contraproducente. O mais indicado seria explorar a ingenuidade dos jovens políticos timorenses, a fraqueza dos órgãos do poder e o clima naturalmente ainda confuso e propenso a paixões ideológicas que então reinava em Lisboa.

Nas estruturas políticas de então — MFA, Governo, Partidos — predominava um romantismo ideológico que obscurecia os juízos acerca dos interesses do país naquela conjuntura. Mesmo os políticos da esquerda moderada pareciam envergonhar-se dos 500 anos da gesta colonizadora portuguesa, agindo como se o seu fervente antifascismo ficasse diminuído se cuidassem de preservar os interesses portugueses nos ex-territórios do Ultramar. O prioritário parecia ser que Portugal se visse livre das colónias o mais depressa possível.

O primeiro delegado do MFA em Timor, Major Arnao Metelo, teria mesmo expresso em «declarações públicas no decurso de uma recepção no consulado indonésio em Dili»⁷ que a ideia era entregar Macau à China e Timor à Indonésia. Apesar do «governo repressivo e de direita», a solução não seria ortodoxa, mas era pelo menos muito prática e daí o apoio que também lhe é atribuído⁸ para a fundação da APODETI (partido pró-indonésio), do qual «as primeiras reuniões realizaram-se na sua residência»⁹.

Esta declaração — vinda de quem veio — é bem elucidativa do espírito então reinante nas cúpulas revolucionárias, mesmo nas que o «Verão quente» de 1975 revelou estarem mais sintonizadas com os objectivos do partido comunista.

Dá-se em Lisboa o «28 de Setembro». Spínola demite-se. Clara guinada para a esquerda. O General Costa Gomes convida um distinto oficial do Estado-Maior — o Tenente-Coronel Lemos Pires — para governar Timor. Ele tinha sido Chefe de Gabinete de Firmino Miguel,

7. THOMAZ, Luís F. R. — TIMOR — autópsia de uma tragédia — ed. do Autor (Distrib. DIG/Livro) — p. 65.

8. Obra citada, que contém um relato bastante pormenorizado dos acontecimentos nesse período.

9. op. cit. — p. 41

Ministro da Defesa, afastado também com o «28 de Setembro». Estava, pois, fora da corrente política que passou a controlar o poder, não conhecia Timor, nem a sua acção revelou que estivesse predisposto para enfrentar os desvarios políticos dos governantes de Lisboa, ousando dizer aquele «senão... não» com que os antigos homens bons obrigavam os nossos reis a reconsiderar.

É sintomático que como, ele próprio relata¹⁰, uma das suas preocupações fosse escolher dois oficiais (Majores Mota e Jonatas) que lhe assegurassem «à partida uma maior facilidade de relacionamento com os outros elementos do MFA» e também por confiar no conhecimento que eles possuíam das realidades locais. Foi uma decisão que veio a revelar-se muito infeliz para ele próprio, que acabou por ser vítima deste seu erro, que sem lhe diminuir a responsabilidade lhe minou grandemente a autoridade e o prestígio; e desastrosa para Timor, que passaria a importar as loucuras da nossa revolução em doses que fatalmente levariam à catástrofe.

Ainda que o governador — como, aliás, é próprio do pundonor de qualquer chefe — procure justificar e cobrir os desvarios políticos daqueles seus colaboradores, relatos fidedignos mostram que, pelo menos, foram muito insensatas as suas atitudes¹¹.

Era então já óbvio que os partidos mais à esquerda seriam os predilectos do MFA e um mínimo de senso político tornava evidente que, no caso de Timor, uma opção desse género constituiria uma ameaça dificilmente aceitável para a Indonésia.

Aliás, as fantasias do MFA local não se limitaram à preferência política pela FRETILIN, levaram também a reformas administrativas que destruíram a ligação entre o governo e o povo, que desde longos anos vinha sendo feita através do quadro administrativo, Régulos e outros chefes gentílicos, com defeitos, é certo, mas também com o grande mérito de respeitar as estruturas tradicionais da grande massa da sociedade nativa. As Forças Armadas pretendiam ligar-se directamente ao povo — como chegou a tentar-se na Metrópole — e houve igualmente tentativas de fazer uma reforma no ensino¹² «a despeito das críticas da Igreja e da oposição da UDT» de modo a torná-lo «veículo de transmissão de uma ideologia revolucionária».

10. PIRES, Mário Lemos — *Descolonização de TIMOR — Missão Impossível?* — Publicações Dom Quixote — pp. 58 e 59 — «A escolha de uma equipe»

11. DUARTE, Jorge Barros — *Timor — Um grito* — ed. Penteador — p. 62 e seguintes, transcrevendo também extractos de Relatórios do General Morais e Silva

12. THOMAZ, Luís ER. — *op. cit.* — p. 69

Neste contexto, não seria muito difícil adivinhar o que iria suceder. Tanto mais que o poder central iria sendo cada vez mais dominado pela esquerda pró-comunista.

Lemos Pires pede autorização para vir a Lisboa, onde chega a 7 de Março de 1975. Sente o ambiente de grande instabilidade e assiste ao 11 de Março.

Apercebe-se de quanto isso agravaria a situação em Timor, pensa em demitir-se, mas decide continuar, porque isso «seria mais uma deserção do que uma demissão»¹³. Opção de consciência e, como tal, sempre digna de respeito. Mas a sua autoridade será cada vez mais reduzida e, portanto, o sucesso é cada vez mais improvável. Ou, como o próprio vem a reconhecer: «(...) eram mínimas, para não dizer nenhuma, as condições de êxito»¹⁴.

Fica bem claro que a situação de Timor irá agora ser agravada pelos reais detentores do poder em Lisboa, jogando-a como um mero peão no tabuleiro internacional ao serviço da estratégia soviética ou, pelo menos, consentindo loucuras que a isso conduzem. E não é simples conjectura da minha parte: o próprio governador reconhece que «a viragem à esquerda da política portuguesa» e «na sua sequência, a anarquia, com o seu apogeu no Verão quente de 1975» são condicionalismos que afectaram a sua acção e vieram «a coincidir, não por mero acaso, com os graves acontecimentos de Timor»¹⁵ (Sublinhado meu).

Os passos finais são bem conhecidos. Golpe da UDT. Contragolpe da FRETILIN. Transferência do Governo de Timor para a ilha de Ataúro. Domínio da FRETILIN e proclamação da independência. Invasão indonésia, que ninguém podia ter dúvidas que ocorreria como corolário das razões da geopolítica, provocatoriamente exacerbadas por tanta loucura ideológica e por tantos erros dos homens.

Os timorenses eram deixados sozinhos.

Para aqueles que, como eu, tinham ali um pedaço do seu coração, tudo isto era profundamente triste. A presença portuguesa terminava desta forma inglória, deixando na consciência nacional dolorosas marcas de remorso e de vergonha.

13. PIRES, Mário Lemos — op. cit. — p. 133

14. PIRES, Mário Lemos — op. cit. — p. 420

15. PIRES, Mário Lemos — op. cit. — p. 139

A ocupação indonésia: o novo problema de Timor

A intervenção indonésia realiza-se em circunstâncias que lhe são extraordinariamente favoráveis: Portugal deixa Timor ao abandono e a FRETILIN transforma-o num inferno. O próprio Xanana Gusmão o reconhece: «Esse infantilismo político e impensado aventureirismo, que guiaram o Movimento desde 1974 (...)» levaram ao «(...) extremismo político que seria, dali em diante, a nossa própria sentença» E continua: «Só esse insensato radicalismo (...) nos tornou intoleravelmente prepotentes, levou-nos a tomar muitos compatriotas no mesmo pé de igualdade com o criminoso agressor da Pátria! Cometemos crimes contra os nossos próprios irmãos (...)»¹⁶ A dura experiência de longos anos de guerrilha confere especial autoridade à sua descrição, à sinceridade do seu arrependimento e à sua nova postura política.

A invasão indonésia aparecia, assim, como uma vitória militar fácil e fulminante, mas vitória que, à partida, estava condenada ao fracasso, porque as suas perversas intenções eram já demasiado claras.

As correntes dominantes em Djakarta, pela sua mentalidade, não iriam, por certo, preocupar-se muito a ter em conta e a querer respeitar as circunstâncias concretas de Timor. Reconhecer a sua especificidade colocava, implicitamente, um freio às suas ambições. O mais natural (e que parece ter sucedido) seria sobreavaliar os factores que se ajustavam aos seus desejos, como a contiguidade geográfica e certo parentesco étnico, subestimando-se as profundas diferenças de natureza histórico-cultural.

O orgulho é também um grande pecado como base de decisões políticas. Contrariando, porventura, as correntes mais lúcidas e mais moderadas de Djakarta, a invasão redundou numa expressão brutal e desastrada do imperialismo javanês e muçulmano que a Indonésia está a pagar bem caro.

Se não fora isso, se a Indonésia tivesse sabido aproveitar os pretextos que invocou para intervir e que lhe eram dados de mão beijada pelo colapso da autoridade portuguesa e pelo fanatismo sangrento da FRETILIN — assegurar a paz e pôr cobro às chacinas duma

16. GUSMAO, Xanana — TIMOR LESTE — Um Povo Uma Pátria — ed. Colibri — p. 86

luta fratricida — talvez pudesse cobrir-se com alguma legitimidade para manter Timor na sua órbita até ir amadurecendo uma solução que lhe conviesse. Mas não. O objectivo não era esse: era pura e simplesmente expansionismo imperialista, como a sua actuação veio comprovar.

De facto, as turbulências da guerra civil levaram para Atambua milhares de fugitivos timorenses, entre os quais muitos responsáveis da UDT, que na realidade ficaram prisioneiros da Indonésia e dos quais não haverá sido muito difícil obter o pedido de protecção das suas tropas. As brutalidades da FRETILIN eram para eles a ameaça mais temível e, por isso, nesta situação desesperada a Indonésia consegue obter a colaboração de alguns dos principais dirigentes da UDT. Trunfo que também desperdiça, pois serve-se deles apenas para mascarar os seus intuitos. Quem realmente passa a mandar em Timor são os militares indonésios.

A ocupação indonésia acaba, assim, por alterar qualitativamente o problema: querendo absorver à força um povo, acabou por estimular o aparecimento duma nação.

Porquê este fracasso? Porquê esta aparente surpresa?

E porquê, também, a ideia — que com espanto ouvi da boca de conceituado político português — de que não deveria haver grandes diferenças entre as duas metades duma ilha que não chega a equivaler a um terço do Portugal metropolitano?

Uma das principais razões é que Portugal nunca teve em Timor uma presença destruidora da cultura local.

Aliás, os portugueses metropolitanos foram sempre muito poucos. Em meados do século XVIII não deviam ser mais de sete ou oito¹⁷. Apareciam, negociavam, servindo obviamente os seus interesses, mas conviviam com naturalidade. Constituíam família, dando origem ao que os holandeses chamavam na sua história «Black Portuguese»¹⁸ e que, ligados a duas conhecidas e poderosas linhagens locais — os Costas e os Hornays — tiveram papel importante na vida de Timor.

Mesmo nos tempos modernos, entre residentes e quadros civis ou militares, raramente ali estariam mais de algumas centenas

17. ORMELING, Dr. FJ. «The Timor Problem — A Geographical Interpretation of an Underdeveloped Island — 2ª ed. — J. B. Wolters — Groningen, Djakarta — 1957 — p. 100 — «As late as approximately 1750, according to Boxer, there were not more than seven to eight Portuguese on the island, apart from a small number of Dominican monks»

18. op. cit. p. 100

de portugueses não timorenses. E tive ocasião de verificar como os que ali casaram — quadros administrativos, militares, deportados políticos —, fosse qual fosse o seu nível social, se integravam no meio, promovendo as suas famílias num harmonioso respeito da cultura local. Isto não era feito com ideias de domínio ou quaisquer outras motivações políticas, mas uma expressão natural do carácter português.

Por outro lado, a Indonésia só muito tarde percebeu quão profunda é a influência cristã na população timorense. Não se tratava de a medir apenas pelos que à data da invasão as estatísticas referiam como tal. Os missionários não foram unicamente arautos de uma nova religião: adaptaram-se à vida timorense e ajudaram ao seu progresso; ensinaram a sua juventude e formaram as suas primeiras elites; difundiram uma língua nativa como elemento facilitador da missionação e do convívio humano — o tetum, onde foram introduzidos mais de 500 vocábulos portugueses¹⁹ — sem prejuízo de ensinarem também o português. Em suma: pregaram uma doutrina que os cativava; baptizaram, não regateando aos timorenses o acesso a todos os nomes próprios também usados pelos portugueses; souberam merecer a sua confiança, tornando-se, no geral, seus amigos e seus confidentes.

Se a Indonésia tivesse sabido combater apenas o esquerdismo enlouquecido da FRETILIN e da República Independente acabada de proclamar, era bem possível que, apesar da violência inerente a qualquer operação militar, conseguisse significativo apoio na generalidade da população de Timor, tais foram os despautérios e os massacres provocados pelo fanatismo ideológico e pela anarquia reinante nos primeiros tempos. E teve essa oportunidade, pois, quando na madrugada de 7 de Dezembro as tropas indonésias entraram em Timor, «não há dúvida de que boa parte da população as aguardava como libertadores»²⁰.

A Indonésia, ao dominar pelo terror e pela violência, matando sem piedade 200 000 timorenses, tornou evidente para o povo que esses não eram com certeza seus irmãos. O medo e a revolta generalizam-se; a esperança de libertação é substituída por uma raiva

19. DUARTE, Jorge Barros — «Préstamos Portugueses em Tetum» — Separata do livro *Estudos Orientais* — Instituto Oriental — 1992 -p. 245. «em mais de 560 vocábulos importados do português para o Tetum "existem mais de cinquenta que se relacionam com a religião, alguns deles ainda na sua forma lexicológica original, como: missa, altar, capela, Natal, Papa, Diabo»

20. THOMAZ, Luís F. R. — op. cit. — p. 125

surda, que é a forma como os fracos e oprimidos dissimulam o seu ódio e desespero sempre à espreita duma vingança.

Os elementos da FRETILIN fogem para as montanhas para escaparem à perseguição indonésia. Lutam corajosamente para sobreviver. A população apoia-os — por certo sem pensar já na sua passada ideologia política — porque combatem o inimigo comum. Fazem incursões destemidas para atacar as patrulhas indonésias. O povo admira a sua bravura e rejubila com as acções destes homens que agora são como que os seus anjos vingadores.

A Indonésia quer ocupar o território e decide «reordenar» a população, para melhor a controlar. Chama javaneses e muçulmanos para «colonizar» Timor e força os timorenses, dispersos pelas montanhas, a agruparem-se junto às planícies com pretexto de rentabilizar o aproveitamento dos solos. Mas os melhores bocados e os melhores lugares são para os colonizadores.

Tudo isto provoca uma natural reacção de defesa por parte dos timorenses, que dão cada vez mais valor àquilo que os distingue desses irmãos de raça, mas que, afinal, se revelam como os seus mais ferozes inimigos.

Nestas condições, até pelo facto de serem alvo de particular repressão indonésia, emergem com redobrado vigor certas marcas que o convívio com Portugal deixou na alma dos timorenses: a mensagem cristã, uma nova língua (com tudo o que isso implica de maior abertura para outras civilizações) e um novo estilo de convivência social, que levou à interpenetração de culturas e à miscigenação racial.

De facto, se Timor existe hoje como realidade política; se pode reivindicar certos traços de uma identidade cultural própria de que se orgulha; é também porque a presença portuguesa contribuiu para isso em alguns aspectos muito importantes.

Xanana Gusmão confirma-o de forma inequívoca, destacando como «aspectos indeléveis» que forjaram a alma do povo timorense²¹: «a Cristianização que, se não alterou radicalmente os fundamentos morais da sociedade indígena, conseguiu no entanto impregnar-se na espiritualidade do pensamento timorense;

- uma profunda miscigenação cultural (...)
- a aquisição duma língua estrangeira — o português (...)

21. GUSMÃO, Xanana — op. cit. — pp. 53 e 54

De modo algum se pretende concluir que o toque português seja o essencial da cultura timorense, mas unicamente que é um aspecto muito relevante da sua consciência colectiva e, sobretudo, uma faceta que marca uma profunda distinção relativamente ao seu vizinho. No plano político é, pois, um factor da maior importância: como uma pitada de sal, que, sendo uma porção pequena, é essencial para o tempero duma comida.

Com a ocupação indonésia os guerrilheiros deixaram de ser uma milícia ao serviço de fundamentalismos ideológicos. A dureza da vida, com tantos riscos, privações e sacrifícios, amadureceu as suas ideias e fez deles lutadores por uma causa nacional e não meramente partidária. A Indonésia venceu militarmente as tropas da FRETILIN e com isso pretende dizer ao mundo que destruiu também a guerrilha. Mas a força da guerrilha não está nas tropas que desapareceram — está essencialmente no apoio da população, na sementeira de violência e de ódio que faz com que os guerrilheiros sobrevivam e renasçam. A reacção ao ocupante dissemina-se pela população e, em particular, no meio da juventude, porque ninguém gosta de ser tratado como cidadão de segunda classe — e muito menos na sua própria casa! Daí o que sucedeu no Cemitério de Santa Cruz, as reacções dos estudantes e o aproveitamento de cerimónias religiosas para dar expressão ao seu descontentamento.

Mais significativo ainda o enorme incremento das conversões ao catolicismo e o peso que adquire a hierarquia. Tudo formas que o povo encontra para se opor ao genocídio cultural que o ameaça.

A posição da Igreja é bem reveladora de que se não está apenas perante a contestação barulhenta de uma minoria, mas de um sentir generalizado. Não só pelas posições corajosas dos Bispos de Dili, como também pelos subtis mas claros sinais de evolução da própria diplomacia do Vaticano, sempre tão perspicaz e tão prudente — e neste caso pecando, porventura, por excesso de cautela.

Isto é particularmente significativo porque, até há pouco, a Cúria Romana parecia favorável a uma paulatina integração da cristandade timorense no mundo indonésio e só tardiamente viria a reconhecer a nova realidade: que a política de Djakarta, ao dizimar um povo e ao pretender sufocar a sua cultura, havia criado as condições para precipitar o desenvolvimento do germen duma nova nação.

Essa é uma alteração qualitativa da maior importância na questão de Timor.

Quando da invasão indonésia, tratava-se de pôr cobro às fantasias de uns jovens enlouquecidos pela paixão revolucionária, que tinham criado um inferno de violência e anarquia e precipitado uma independência que não era fruto amadurecido dum sentimento nacional, mas essencialmente a expressão duma luta ideológica. Agora há um povo que sente o seu território ocupado por gentes inimigas e que se agarra cada vez mais às pequenas ou grandes coisas que marcam a sua personalidade.

A erupção revolucionária da FRETILIN, o abandono das autoridades portuguesas e a invasão indonésia são já coisas do passado. Servem para a História, para explicar como se chegou até aqui: mas a grande questão é agora outra.

O surto de nacionalismo que irrompe na juventude timorense — em minha opinião — tem já muito pouco a ver com esse passado que a maioria não viveu: resulta sobretudo das feridas dia a dia causadas pela ocupação indonésia, arrogante e brutal.

De facto, é a política de «javanizar» Timor que provoca a antipatia pelo ocupante, que semeia ódios, que incita à revolta e que exacerba o nacionalismo. O relacionamento entre ocupantes e ocupados torna-se cada vez mais difícil e, como se passa com todos os oprimidos, o anseio de ter casa própria é cada vez mais forte — como é também cada vez mais forte a predisposição para pagar por isso um preço cada vez mais alto.

Este é o novo problema de Timor: uma semente nacional que germina; desconfianças e rancores que crescem; interesses políticos e económicos que se rearrumam naquela área; um grande estado, que é mais um império do que uma nação, com milhares de ilhas e variadas gentes, cuja frágil unidade pode, sem grande surpresa, vir a quebrar-se.

Que futuro?

Os sinais da comunidade internacional são prenunciadores duma progressiva abertura para esta causa.

É um bom motivo de esperança. Haverá, porém, que entender que isso não resulta apenas de ideias filantrópicas acerca da liberdade dos povos e de comiseração pelos sofrimentos dos timorenses: há, por certo, interesses relevantes que vão também nesse sentido.

Importa, pois, ser realista nas perspectivas e prudente nos passos dessa caminhada.

Por mim, desconhecedor dos meandros das negociações políticas, seria de todo insensato tentar prognósticos ou imaginar soluções concretas. Todavia, como amigo de Timor e dos timorenses, ser-me-á sempre lícito formular alguns votos.

O primeiro é que Portugal não esmoreça nos esforços para manter viva a causa de Timor na cena internacional e para prestar todo o apoio possível à diáspora timorense: é não só um dever de justiça, como também a forma mais digna e mais eficaz de redimir erros e culpas na génese desta tragédia.

Qualquer que seja a solução política que venha a encontrar-se, a vitalidade dessa diáspora é essencial para que Timor persista como nação. Mesmo que, por hipótese, houvesse a curto prazo um referendo e Timor fosse um estado independente, a ameaça indonésia estará sempre latente e os timorenses do exterior serão apoio fundamental para mover influências e alertar o mundo. Se, infelizmente, o processo tiver de arrastar-se, essa diáspora será indispensável para, além de tudo isso, manter viva a sua identidade, que consiste em tudo aquilo que individualiza os homens como as nações: desde os hábitos mais comezinhos, à língua e à religião; desde a memória do mesmo passado à liberdade de sonhar o seu próprio futuro.

O segundo voto é que os timorenses se unam à volta do essencial — que é serem livres e senhores dos seus destinos — pondo de lado desavenças passadas e diferenças ideológicas que os dividam. Timor só lucrará se os responsáveis políticos souberem ser generosos, se refrearem legítimas mas inoportunas ambições de protagonismo, centrando os seus esforços na luta pelo grande objectivo comum e fazendo da causa de Timor uma morada onde todos os timorenses tenham o seu devido lugar.

Não seria um auspicioso sinal de unidade se, perante a Indonésia e o mundo, os timorenses aparecessem aglutinados num mesmo movimento, com um novo nome e com o único objectivo de libertar Timor, para não permitir que outros tentem explorar divisões passadas e para que todos agora se sintam fraternalmente unidos na luta comum?

Os timorenses não poderão esquecer os interesses que gravitam à volta da sua terra, como, por exemplo, os que decorrem da

sua posição geográfica, do seu petróleo e, muito em especial, das implicações de tudo o que ali se passa no complexo equilíbrio político da Indonésia e, mesmo, daquela região. São obstáculos que terão de vencer-se com sagacidade, porque, até aqui, o jogo desses interesses tem dificultado muito o seu caminho.

Por isso, para o bom êxito da sua causa, parece essencial a mobilização da opinião internacional, mais receptiva às grandes ideias e perante a qual as potências têm certa vergonha de patentear os seus interesses.

A unidade dos timorenses será, pois, uma condição que só deles depende e que poderá dar muito mais força à sua voz.

Quando tantos deram já a sua vida por essa causa e tantos outros sofrem nas prisões, creio que com este apelo não estará a pedir-se demais aos que estão livres.

Finalmente um voto de esperança: que, até ao dobrar do milénio, a clarividência dos políticos saiba encontrar uma solução digna para este problema tão doloroso. Ela não é fácil, mas será ainda mais difícil e mais precária se se pretender buscá-la como uma vitória exclusiva de alguém e não como uma saída honrosa para todos.

A paz, social ou política, só pode assentar no respeito pelos direitos dos outros.

Os timorenses, agora, são apenas vítimas. Por isso, o primeiro passo para a paz é que a Indonésia se decida a conviver com Timor tal qual ele é, sem cometer a grave injustiça de acções tendentes a reprimir a energia vital do povo timorense e a injustiça ainda mais grave de eventuais maquinações que intentem exterminá-lo. Esta minha ideia nada tem de original: é uma séria advertência feita aos grandes pelo Papa João XXIII na *Pacem in Terris*, lembrando que o caminho da paz não pode ser o que passe por esmagar os mais pequenos.

A paz terá de ser, sem dúvida, uma vitória para Timor; porém, para que seja sólida, terá de ser também um êxito para a Indonésia — quero dizer para uma Indonésia amadurecida que tenha a lucidez e a coragem de compreender os novos tempos, em que a força da tecnologia torna o mundo cada vez mais unificado, em que a arbitrariedade dos chefes políticos é cada vez menor e em que o brado dos homens ou dos povos oprimidos soa também cada vez mais alto.



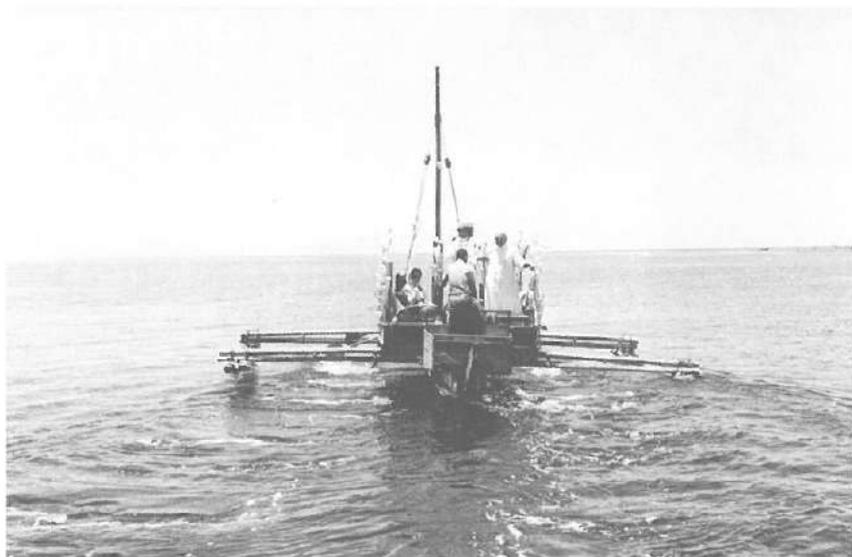
Luta de galos.



Uma família de Liurai (Régulo de Nitibe, Oe-Cussi).



Com minha
mulher e meus filhos
numa residência, junto
ao farol de Dili.



Desembarque de "beiro" em Ataúro (1961), na companhia do Bispo D. Jaime Goulart. A viagem foi feita no Aviso Gonçalves Zarco, que fundeou no ancoradouro de Mau-Meta.



Uma aldeia com as casas típicas de Tutuala
(Leste de Timor).



Pormenor de decoração de uma casa de Tutuala.

ANEXO II

(Nota n.º 3 - Cap. D)

**Extractos das
INSTRUÇÕES AO GOVERNO DE TIMOR**

Pelo Subsecretário de Estado do Ultramar, dadas em Dili, em
Dezembro de 1956

(Documento com 17 páginas dactilografadas)

É conveniente consignar em despacho as mais importantes das instruções que traduzem, aplicadas às diferentes facetas da realidade timorense, a orientação do Governo da Nação em política ultramarina. Muitos outros pontos foram tratados verbalmente durante a nossa estadia em Timor, e só não se mencionam por impossibilidade material de relembrar todo o pormenor do que se foi observando e comentando, sem que isso signifique ser despicienda, no Governo da Província, a orientação repetidamente traduzida em quanto se foi a cada passo dizendo.

I. MATÉRIA DE POLÍTICA GERAL

Como a qualquer das Províncias do Oriente, não nos prende a Timor a sombra do menor interesse material. Logo, somente interesses morais e espirituais aqui nos retém.

Desta circunstância e da presente situação do mundo, avassalado por impetuosa vaga anticolonialista, vingadora de graves erros, humilhações e injustiças, derivam imediatamente duas conclusões:

- a primeira, é a de que nos importa sobretudo permanecer no Oriente, a preço de todos os sacrifícios, porque essa permanência é o testemunho vivo, incontestável, de que não buscamos no Ultramar a espoliação das populações nativas;
- a segunda, é a de que só nos interessa permanecer na medida em que a permanência aproveite ao fortalecimento da posição moral do País, isto é, na medida em que ela testemunhe uma

vitória espiritual dos princípios que informam a nossa actuação ultramarina.

Por outro lado, do ponto de vista externo, nenhuma ameaça grave se depara à nossa presença em Timor. A dualidade de interesses indonésio-australianos favorece a nossa posição, situação de equilíbrio e boa vizinhança que a ambos aqueles países, fundamentalmente, importa manter e que uma inteligente actuação diplomática do Governo Central deverá consolidar. Daqui, uma terceira conclusão:

- estamos colocados em conjuntura tal que só por incapacidade governativa ou indignidade moral poderemos falhar em Timor; ou, por outras palavras: Timor é um teste em que se joga, mais do que a integridade territorial da Pátria, a sua honra de Nação civilizada e civilizadora.

Seria supérfluo acentuar as desastrosas repercussões que um insucesso em Timor, nas condições presentes do mundo, teria sobre os mais altos interesses de Portugal no Ultramar. Há, portanto, que vencer a prova.

O árbitro do teste é o nativo timorense. Venceremos, se conseguirmos incutir-lhe amor pela Pátria Portuguesa e vontade livre de servir. Perderemos inevitável e irremediavelmente, se não soubermos ganhar as inteligências, os corações e as vontades das populações nativas: soluções de força, sobre não nos serem possíveis, nem física nem moralmente (para além, como é óbvio, da simples manutenção da ordem pública e de defesa contra agressão do exterior, que não estão agora em causa), em nada aproveitariam aos interesses que aqui nos mantêm, visto que o simples facto de se adoptarem implicaria o desmentido da tese cuja prova é o supremo objectivo da nossa presença nestas terras.

São verdades de simples senso comum as que assim ficam enunciadas. Mas é útil percorrê-las reflectidamente, porque nem sempre se atenta nas suas mais directas e imediatas consequências na prática da vida quotidiana.

Se o facto se reveste de importância na orientação governativa e no procedimento de qualquer europeu perante o nativo, ele assume a maior gravidade quando se trata do comportamento dos funcionários do Estado e, muito em especial, dos funcionários do Quadro Administrativo, em contacto directo e permanente com as populações e que para elas são a imagem palpável, real, da Nação e do seu Governo.

A violência ou a simples prepotência, a injustiça social ou individual, a imoralidade, o luxo ou o simples excesso de comodidade

perante uma população carecida de quase tudo, deixam sulcos de ódio que os anos, e às vezes os séculos, não conseguem apagar. E não há obra material, por mais perfeita, que compense ou resgate semelhantes estragos morais — documenta-o de sobejo a história recente e presente dos territórios colonizados.

É por isso que presta péssimo serviço ao País aquele funcionário que, por mais útil que seja a finalidade material prosseguida, comete violência ou injustiça para com a população nativa para atingir o objectivo visado. Nem sempre assim tem entendido o Quadro Administrativo de Timor, e o que é pior, nem sempre são úteis, ou sequer lícitos ou morais, os fins para que se recorreu a meios condenáveis em si próprios.

As circunstâncias presentes de tempo e de lugar, já descritas, tornam de imediato e premente interesse nacional a rápida correcção de tais desmandos ou simples desorientação, e conferem-lhes atributo de matéria grave, de que não é dado ao Governo desinteressar-se.

Graves preocupações desta natureza nos trouxeram a Timor, e a visita agora em seu termo não as dissipou, sem embargo de nos ter permitido comprovar que ao Governo da Província elas não são alheias e que o Senhor Governador não se tem poupado a esforços no desejo de impor a boa doutrina, havendo conseguido, sob certos e relevantes aspectos, uma apreciável melhoria nos últimos anos.

Infelizmente, porém, foi-nos dado verificar que dificuldades formais tem embaraçado e impedido a intervenção correctiva do Governo da Província, e por coincidência, justamente nos processos de maior seriedade. A impossibilidade de produzir prova formal dos desmandos cometidos tem constituído obstáculo à punição justa das faltas e fundamento de um mito de impunidade que é ofensa ao brio e dignidade da Nação. Seria loucura tolerar que assim prossigam as coisas.

(...)

Trata-se de um problema político da maior transcendência e que não pode arrastar-se, porque, na frase lapidar de Salazar: «em política, o que parece, é» e «o que parece» é mais que bastante para comprometer gravemente interesses vitais da Nação.

Aquí se recomenda, portanto, ao Governo da Província que, dentro da margem de arbítrio que a lei sempre lhe faculta, vá até ao limite do que puder fazer na repressão de todos os desmandos de que tenha notícia, mesmo sem prova formal: demitindo sem delongas os funcionários de nomeação provisória ou interina, afastando imediatamente dos locais do delito, apenas suspeitado, aqueles que sejam acusados de o terem cometido, propondo ao Ministério, telegrafica-

mente, a transferência para outro território dos arguidos que não possam ser demitidos nem severamente punidos. Porque, repito, em Política, o que parece, é, e os destinos do País não podem estar à mercê dos caprichos ou desvarios dos piores.

(...)

Nesta matéria de Política Geral Ultramarina não pode omitir-se referência à fundamental obra missionária.

Tivemos ocasião de exprimir, repetida e exaustivamente, na digressão através da Província o que o Governo, interpretando o mais profundo sentimento da Nação, pensa em relação à obra missionária, sem a qual se buscaria debalde um sentido à expansão portuguesa no Mundo. Que nenhuma obra é mais importante, e que as demais, sem ela, não servem o interesse nacional, disse-mo-lo inúmeras vezes e queremos que fique registado em despacho.

Do que se tem feito em Timor, disse-o o Senhor Governador da Província em expressão que perfilhamos inteiramente — que é uma das obras a todos os títulos notável.

(...)

Um outro ponto abordaremos neste capítulo da Política Geral: o do trabalho do nativo.

Sem dúvida que o Governo da Província tem, de há anos a esta parte, sustentado a boa doutrina e feito evoluir no bom sentido os assuntos relativos a este importante problema. Mas tão mal andavam as coisas que ainda nos encontramos muito abaixo do mínimo que poderá tranquilizar a consciência nacional.

Em primeiro lugar, importa que cesse em prazo muito curto qualquer intervenção da autoridade administrativa para compelir o nativo ao trabalho para entidades privadas.

Em segundo lugar, haverá que pôr cobro ao trabalho gratuito para obras de interesse público, executadas pelo Estado, ressalvados apenas os casos de emergência pública. Quanto às obras de interesse local, como a limpeza de povoações, por exemplo, deverão ser custeadas com recursos obtidos ou cobrados aos directos interessados.

(...)

Tem de abolir-se imediatamente os castigos corporais para obrigar ao trabalho ou a certo ritmo de trabalho.

(...)

Naturalmente, desta política de trabalho resultarão duas ordens de dificuldades: um menor volume de obras, por mais acentuada insuficiência das dotações, e, nos primeiros tempos, um menor

ritmo no trabalho do nativo. Se inconvenientes se podem considerar, do que ninguém duvidará é de que não constituem qualquer perigo nacional e são de longe preferíveis aos da orientação presente.

II. PROBLEMAS DO ENSINO

(...)

III. SAÚDE PÚBLICA

(...)

IV. POLÍTICA DE OBRAS PÚBLICAS

(...)

V. LIGAÇÕES AÉREAS. TURISMO

(...)

VI. PLANO DE FOMENTO

(...)

Termino o presente despacho com a justa expressão do meu apreço pelo excelente espírito de colaboração que encontrei da parte do Senhor Governador Serpa Rosa e pelo esforço que, através de mil dificuldades, tem posto na resolução de inúmeros e tão graves problemas da Província que lhe está confiada. Espero que o mesmo espírito nos permitirá ver em breve aplicados plenamente os princípios de orientação aqui expressos, resultantes de mandato do Governo Central e da larga, leal e franca discussão de casos concretos que tive o prazer e o proveito de travar com Sua Excelência na visita agora concluída à parcela pátria entregue ao seu zelo de Português e de Homem de Governo. Para tanto não lhe faltarão o apoio mais decidido e a atenção mais constante do Ministério do Ultramar.

Gabinete do Subsecretário de Estado do Ultramar, em Dili, aos 19 de Dezembro de 1956

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO

as) Carlos Krus Abecasis



Companhia de 2º Linha prestando continência.



Visita à Circunscrição de Bobonaro.

ANEXO III

(Nota n.º 5 - Cap. I)

**Extractos¹ do
«RELATÓRIO»**

(Documento com informação reservada que então me foi entregue constituído por 8 folhas dactilografadas, sem qualquer indicação de origem ou data)

Sendo Timor uma pequena província (18 000 km²) toda a sua vida gira, praticamente, à volta da capital. É esta a razão porque neste relatório ela tem o principal papel.

DILI

A cidade (!) só por disposição legal o é. Consta de umas centenas de miseráveis barracas, todas de palha e com ela cobertas, onde vive a maioria da população. O Governo local tem construído algumas casas de alvenaria (umas vinte em treze anos ...), onde se abrigam os funcionários superiores. O ritmo da construção é, entretanto, muito lento, pois que se constrói umas duas habitações por ano. Os funcionários, não chefes de serviço, vivem em casas de palha, com excepção de vinte famílias que se abrigam em casas pré-fabricadas importadas da Metrópole. Contudo, estas casas pré-fabricadas são inabitáveis por famílias de mais de três pessoas, uma vez que dispõem só de dois quartos com as reduzidas dimensões de 2x3 metros e onde mal se ajeitam as camas. Toda a restante população vive, como se disse, em casas de palha e palapa. O Governo local, por emergência, construiu bastantes dessas casas logo após a guerra, que ainda são habitadas por funcionários, os quais pagam a renda de 5 patacas por divisão, exactamente a mesma importância que paga o funcionário superior pelas belas casas que ocupa, tudo de harmo-

1. Nas transcrições que se fazem das acusações contidas no Relatório, omitem-se, como regra, nomes de pessoas ou referências particularizadas que as identifiquem.

nia com o regulamento das Casas do Estado, de 1920, ligeiramente alterado pelo então Governador, Capitão Teófilo Duarte.

Há, pois, desde logo, quanto ao problema habitacional, uma verdadeira injustiça social: indivíduos mal alojados (quase currais) que pagam de renda importâncias superiores às que pagam outros principescamente instalados

A POPULAÇÃO

A população é constituída por europeus, nativos, mestiços e chineses. (Não interessa falar numa minoria indiana e de restos de africanos que chegaram à ilha como mobilizados do Exército).

EUROPEUS: Na sua maioria constituem o funcionalismo e os quadros do Exército. Por estatística recente são em número de 632, incluindo pessoas de família. Os que não são funcionários nem pertencem ao Exército constituem os restos ou descendência de deportados políticos idos da Metrópole até 1940.

NATIVOS: Como facilmente se compreenderá constituem o maior número e vivem geralmente nos arrabaldes, empregando-se em serviços domésticos, como artífices e como funcionários públicos.

CHINESES: Constituem a quase totalidade dos estrangeiros que vivem em Timor. Além de chineses, residem ali meia dúzia de australianos, pertencentes à Timor Oil e dois alemães (Max Sander e Fritz Kraemer).

A comunidade chinesa é constituída por vários milhares de indivíduos, perfeitamente organizada, tendo as suas escolas, estabelecimentos de assistência, etc., recebendo, entre outras coisas, instrução pré-militar.

Dirige-os o respectivo Cônsul a quem procuram para a administração da Justiça e para a celebração de casamentos, etc., etc. Aparentemente são respeitadores das autoridades constituídas, mas efectivamente odeiam o europeu, de quem troçam. Dedicam-se somente ao comércio e, apesar de instantes desejos do Governo local, desconhecem a agricultura. Daí resulta que vários milhares são desocupados e vadios, que vivem do jogo, do contrabando (ópio, etc.) e de trapanças de toda a ordem. Os raros operários ali existentes vieram ou desterrados judicialmente, ou importados, em grupos, da China, através de Macau. Isto é, o chinês existente em Timor ou é comerciante ou é vadio.

E como em Dili há meia centena de casas comerciais, facilmente se conclui que os milhares que ali vivem se dedicam, comodamente, a não fazer nada, além de política.

Durante a guerra alguns bandearam-se com os japoneses, sendo depois remetidos a Tribunal onde foram condenados os que haviam cometido crimes e expulsos os que se limitaram a dar colaboração. Destes, entretanto, alguns reentraram na província, mercê de chorudas gratificações ou benesses concedidas às pessoas de quem a entrada deles mais dependia. Neste caso está, por exemplo, (...) , expulso por Portaria de 1945 e reentrado na Província em 1957 mercê das diligências do (...).

A maioria dos chineses são opiómanos e há também alguns europeus e possivelmente mestiços que se deixaram viciar. Há vários locais públicos de fumo dentro da cidade, sendo os mais frequentados os da Rua Jacinto Cândido, junto à ribeira de Vemôri e da Rua 15 de Dezembro, em Colo-Cum. Aí fuma-se em tranquilidade e nunca as autoridades administrativas ou policiais se preocuparam em pôr termo a tal vício. Desde 1946, houve, salvo erro, 3 ou 4 apreensões de ópio, todas elas representadas por quantidades insignificantes (algumas gramas) encontradas em poder de inveterados fumadores.

O ópio é importado dentro de latas de cigarros as quais, como vêm soldadas, a Alfândega não se atreve a abrir, pois que dentro de vários milhares de latas, só uma ou outra conduz o ópio. E ninguém correrá o risco de abrir latas ao acaso, sob o risco de indemnizar o importador, caso se não descubra ópio.

Outra via de importação é a dos barcos nacionais que tocam Macau. É geralmente a tripulação que se dedica a este tráfico que vende a chineses e até a europeus, como por exemplo sucede com (...).

O jogo é outro dos modos de vida do chinês que joga em várias casas a isso dedicadas, com perfeito conhecimento da Polícia. Deve ressaltar-se que o novo Administrador de Dili, Abílio Monteiro, procura remediar muita coisa. Resta saber se o poderá fazer e se não será triturado pelo meio, apesar da sua inabalável honestidade.

Não consta que por hábito os chineses se dediquem ao furto e ao roubo, mas, na sua maioria, são receptadores convictos. Não se arriscam a roubar, mas não hesitam em comprar objectos roubados. E por isso, e só por isso, o roubo e o assalto em Dili são o pão nosso de cada dia e de várias vezes por dia, sendo a população obri-

gada a defender-se pessoalmente dada a impassibilidade e impotência da Polícia.

ECONOMIA

A situação económica da Ilha está quase igualada ao zero. Com excepção de meia dúzia de firmas nacionais (quatro) e chinesas (as restantes), pode dizer-se que o comércio em Timor está falido. A Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho, Ltd., tem cerca de meio milhão de patacas de crédito incobráveis; a SOTA qualquer coisa aproximada com trezentas mil patacas. Em consequência disto muitas acções têm sido propostas, acções que nunca chegam à execução por falta de bens penhoráveis.

Esta situação é consequência natural da última reforma tributária (reg. da Contribuição Industrial, Predial Urbana e Rústica) e nova Tabela do Imposto do Selo, que elevou astronomicamente as taxas e impostos, muito para além das possibilidades de pagamento locais. O Governo, necessitando de dinheiro para equilibrar o orçamento, foi buscá-lo onde ele não abundava, daí resultando a falência e a ruína de mais de 60% do comércio. E mais de 90% dos estabelecimentos ainda abertos vivem de créditos e de habilidades que acabarão por os levar à ruína total.

Se nos anos de 1957 e 1958 não encerraram as portas muitos dos estabelecimentos ainda abertos, foi porque o Governo se interessou em mantê-los, protelando execuções que corriam na Repartição da Fazenda.

Além dos muitíssimos e elevados encargos criados pela já citada reforma tributária, outro motivo existe que arruina o comércio — a DELCOL.

Sistematicamente as Repartições abrem concursos públicos para fornecimentos vários e, designadamente, a Repartição de Obras Públicas. Sucede, porém, que depois de consideráveis despesas feitas com consultas a fornecedores do estrangeiro e da Metrópole, o Governo decide encomendar os produtos à DELCOL.

Não colhe o argumento que a DELCOL embarcará os produtos por navio nacional, porque isso mesmo se poderia exigir aos vencedores dos concursos; nem também a razão de que se protege assim a indústria nacional, pois que os concursos poderiam exigir que fossem nacionais os produtos a fornecer.

E tudo isto, toda esta concessão à DELCOL é agravada, a maioria das vezes, pelo facto do preço de custo ser mais elevado.

Revista a Reforma Tributária e entregando ao comércio local os fornecimentos ao Estado (a única entidade com capacidade de compra) melhorará a economia da Província, e possivelmente, salvar-se-ão da ruína muitas firmas dignas de melhor sorte.

Além da actividade comercial, há uma mediana actividade agrícola. Esta lançou as suas vistas para plantações de café, de copra e de borracha, para não falar noutras de nula relevância económica. Há, contudo, um problema grave a resolver: — o da mão-de-obra.

As plantações de café e outras requerem vultosa mão-de-obra o que, dada a natural indolência do nativo, é difícil de obter. Assim, é a autoridade administrativa que impele o nativo ao trabalho, mas, como é humano, impa de importância pelo facto de tanto plantador depender dela. E sucede que na hipótese de conflito entre plantadores e autoridades, o primeiro sinal de pré-potência (sic) é revelado pelo não fornecimento de pessoal. E as primeiras e mais directas vítimas são, geralmente, os plantadores mais humildes uma vez que os mais importantes conservam sempre ao seu serviço um pequeno número de homens que designam por «moradores».

De resto, no momento, há um verdadeiro óbice ao fornecimento de mão-de-obra, uma vez concedida a cidadania ao nativo de Timor, este não pode ser compelido ao trabalho, como anteriormente, em face das Convenções Internacionais de Trabalho, que ratificamos.

OS SERVIÇOS PÚBLICOS

De uma forma geral os Serviços Públicos estão mal montados mas, graças a Deus, os funcionários são, na sua maioria, honestos.

Contudo:

SERVIÇOS DE SAÚDE: Os fornecimentos de medicamentos nem sempre são regularmente feitos (...), recebia comissões avultadas por favorecer os fornecimentos. Isso conseguia-o por virtude de ceder só à pessoa sua protegida a relação dos medicamentos a adquirir (...) Era seu protegido o Sr. (...).

SERVIÇOS DE MARINHA: Tem o Governo um pequeno navio de trezentas toneladas que emprega no transporte de mercadorias do interior para Dili. Daqui resultam inconvenientes:² «Em primeiro lugar o Governo veda às empresas particulares o transporte de mercadorias, enquanto, por outro lado, lhes cobra contribuições pelo exercício de uma actividade que não exercem; Em segundo lugar

2. O texto seguinte está entre aspas, parecendo indicar que é transcrição de outro.

nem os proprietários das mercadorias as podem transportar nas suas viaturas, finalmente, nenhum particular pode dedicar-se à indústria de transportes marítimos para evitar a concorrência ao transporte do Estado.

Deste monopólio governamental, nasce a necessidade dos Serviços de Marinha cobrarem taxas devidas pelos transportes efectuados. Os recibos são talonados e (...) inscrevia no talão que ia para a Repartição da Fazenda a importância exacta devida pelo serviço e no talão a recolher pelo carregador importância bem mais elevada. Ao prestar contas embolsava, naturalmente, a diferença. Este furto pode comprovar-se pela aproximação dos talões arquivados na Repartição da Fazenda com os que se encontram em poder dos carregadores e, designadamente, os da firma (...).³

OBRAS PÚBLICAS: Tem uma oficina de reparação de veículos automóveis e como rareiam os sobressalentes no mercado, (...) dá nota dos materiais que poderão ser necessários ao (...) Assim, (...) tem tais materiais em depósito e ganha os concursos. Daqui bons negócios e o embolso de gratificações ou comissões.

SERVIÇOS AÉREOS: (...) quantias em cofre e pertencentes ao Estado (...) inspecção feita pelo Inspector (...) falta cerca de 2000 patacas, conseguindo esconder o desfalque pedindo esse dinheiro ao comerciante (...) com a condição de o restituir horas depois. E assim sucedeu: recebeu o dinheiro emprestado às cinco horas da manhã e devolveu-o às 9.

Mas o desfalque continuou e, por certo, continuará.

POLÍCIA: (...)

CAMARA MUNICIPAL: (...) folhas de salários falsas, (...) salários muito superiores aos vencidos pelos trabalhadores, embolsando o excedente (...), só no dia 30 de Abril de 1958, ascendeu a umas trinta mil patacas.

(...).

A Comissão Angariadora de Fundos para a construção do monumento ao Eng.º Canto, confiou (...) excedente para ser destinado à constituição de um prémio escolar. Como o Presidente dessa Comissão retirasse para Lisboa (...) o referenciado embolsou a importância e não constituiu nenhum prémio escolar. (...)

3. Estes factos foram confirmados em processo que mandei instaurar imediatamente após a minha entrada em funções e tiveram as devidas consequências: para além da punição do responsável, foi mudado este procedimento de cobrança tão arcaico e tão propício a erros ou a abusos.

MOTIVOS DE DESCONTENTAMENTO

Em toda a parte há descontentes e Timor não foge à regra. Mas algumas coisas ali há que poderiam ser corrigidas. Eis algumas:

FAMÍLIA MASCARENHAS INGLES⁴

(...) tomou foros de perseguição o que lhe tem sucedido (...).

As demissões indicadas acima podem ou não ter sido justas. Podem os demitidos terem (sic) ou não cometido graves infracções, mas se todas elas foram assim consideradas deve-se ao momento de transição que então se vivia, momento esse que é focado a seguir.

DEMISSÕES EM SÉRIE: As autoridades administrativas, da classe de chefes e encarregados de posto, vivem isoladas (...) o uso da palmatória estava generalizado. Nunca houve protestos contra tal sistema, desde que ele fosse usado com justiça e oportunidade. Mas veio a concessão de cidadania ao timorense e exigiu-se que da noite para o dia aquelas práticas fossem abandonadas. Como tal era materialmente impossível, pois que redundaria num desastre, a prática continuou, embora com todas as cautelas. Quando o nativo teve a noção ou o conhecimento de que em cidadãos não se bate, vai de queixar-se. Daqui, processos disciplinares por ofensas corporais e a consequente demissão por «inconveniência de serviço público».

Ora, não seria mais justo estabelecer-se um período de transição, ainda que se punissem benevolmente estas faltas?

É evidente que o uso de castigos corporais é muito condenável. Mas não o é tanto num local onde a sua aplicação era frequente e até consentida, senão mesmo recomendada. (...)

Ora de tudo isto resultou a demissão de uns tantos funcionários, a maioria deles com muito boas folhas de serviço e, o que é pior, quase todos naturais de Timor.

E por que razão não foram demitidos os verdadeiros responsáveis — os administradores — que tinham perfeito conhecimento do que se estava passando?

MEDICAMENTOS: (...)

ASSISTÊNCIA: É princípio assente em direito internacional privado que os estrangeiros não gozam de direitos públicos nem assistenciais. Por que é então que, vários chineses recebem pensões e

4. Refere diversas demissões de funcionários, membros desta família; expropriação duma propriedade, sem qualquer retribuição, para construção dum quartel.

outros subsídios da assistência pública e social, quando tanto portugueses deles necessita e não os obtém ? (...)

O chinês vive em poligamia (ou é-lhe lícito viver assim) e a sua descendência é assustadora. Dentro de vinte ou trinta anos haverá em Timor qualquer coisa como 100 000 chineses, isto é, uma população que em número começará a fazer sombra à nativa.

O remédio está unicamente em:

1. Proibir novas entradas;
2. Embarcar gradualmente para o país de origem os que não tiverem ocupação e que não tiverem optado pela nacionalidade portuguesa.

Bem ao contrário disto, os vários grupos de chineses contratados como operários e artífices, constituem ali família e fixam-se na província.

Da execução desta medida resultou que há hoje em Dili o grave problema do desemprego, que está tomando proporções aflitivas.

E o pior é que mercê do engajamento de estrangeiros, o nativo é preterido e vagueia pelas ruas sem ocupação, mendigando um lugar que não existe para ele.

ANEXO IV

(Nota n.º 2 - Cap. III)

**RELATÓRIO DO TEN. DANIEL R.C.BRAGA SOBRE OS
ACONTECIMENTOS DE VIQUEQUE**

(Documento com 53 folhas numeradas e rubricadas)

Constitui este anexo a:

- transcrição do índice e do texto de abertura (preâmbulo e ponto n.º 1 do Relatório)

ÍNDICE

	P.
1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	1
2. ACONTECIMENTOS E AMBIENTE NA PROVÍNCIA	
2.1. Roubo de armas no D.M.G.	3
2.2. Contrabando de Lautem	3
2.3. Militares indonésios em Lautem	4
3. CONHECIMENTO DA PREPARAÇÃO DO MOVIMENTO	
3.1. Primeira notícia	8
3.2. Origem da notícia	8
3.3. Reuniões em Santana	8
3.4. Recolha de elementos e informações	8
3.5. Outros canais de informação	9
3.6. Contactos com os refugiados indonésios	9
4. PRIMEIRAS MEDIDAS POLICIAIS	
4.1. Sigilo	11
4.2. Cônsul da Indonésia	11
4.3. Escuta rádio	12
4.4. Equipamento rádio do Cônsul da Indonésia	12
4.5. Movimento de Aileu, Paulo de Castro	13
4.6. Reconhecimento ao aquartelamento de Taibesse	14
4.7. Inspector Superior Ferreira Martins	15

4.8.	Director Adjunto do Departamento Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia	15
4.9.	Ku Sai Tei, encarregado da propaganda comunista em Macau e Timor	18
4.10.	Centro de rebelião de Laga	19
4.11.	Afluxo de corcóras em Leste. Diligência militar de Lospalos	19
4.12.	Propaganda e recrutamento de aliciados	20
5.	ACONTECIMENTOS EM DILI	
5.1.	Elementos reunidos	21
5.2 ¹	21
5.3.	27 de Maio	21
5.4.	3 de Junho	25
5.5.	4 a 7 de Junho	26
6.	ACONTECIMENTOS DE VIQUEQUE	
6.1.	Memorando do Encarregado de Posto Amadeu Coelho	33
6.2.	Retiradas para os seus postos das autoridades administrativas que se encontravam em Dili	33
6.3.	8 de Junho	34
6.4.	9 de Junho	41
6.5.	10 de Junho	45
6.6.	11 de Junho	48
6.7.	12 de Junho	51
6.8.	13 de Junho	52
7.	CONCLUSÃO	53

1. Este parágrafo não aparece no índice, mas consta do texto e é manifesta continuação do parágrafo anterior.

PROVÍNCIA DE TIMOR

RELATÓRIO

a que se refere o despacho de 28 de Dezembro de 1960 de Sua Excelência o Governador da Província

Em cumprimento do despacho de 28 de Dezembro do ano findo, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência, o presente Relatório sobre os factos que foram do meu conhecimento relativamente aos acontecimentos ocorridos na Província em Junho de 1959.

1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

1. O despacho de 28 de Dezembro de Sua Excelência o Governador, já citado, estabelece pontos principais a focar no Relatório, e recomenda que seja sucinta a informação a prestar. Porém, como no mesmo despacho se foca como finalidade, a obtenção de elementos que permitam determinar uma verdade histórica para os acontecimentos, vejo-me no dever de prejudicar o laconismo de uma informação sucinta, para relatar, tão fielmente quanto a memória, a uma distância de cerca de dois anos, mo permitir.

Evidentemente que neste relato ver-me-ei forçado, apesar da preocupação de não o tornar demasiado extenso, a incluir pormenores que pouca importância aparente terão para o objectivo, mas que, para mim, se revestiram de certa acuidade e portanto se gravaram mais indelevelmente na minha memória. Perdoar-me-á Vossa Excelência, essa prolixidade, mas, em consciência, senti-me na obrigação de não os ocultar, tendo em atenção a própria finalidade do relato. Por outro lado, certamente olvidarei factos dos quais, na altura, tive conhecimento, e que possivelmente não me ocorrerão no correr da pena.

2. Na minha qualidade de Chefe de Gabinete do Governo da Província e Ajudante de Campo de Sua Excelência o Encarregado de Governo, aliada ainda à qualidade de Ajudante de Campo do Excelentíssimo Comandante Militar, que acumulava as suas funções de comando com a Encarregatura de Governo, natural é que chegassem ao meu conhecimento todas as ocorrências que se iam desenrolando nos vários sectores da Província, e por isso, me julgo no direito de afirmar que estive perfeitamente actualizado e acompanhei dia a dia, todo o desenvolvimento da acção desde o início até à culminação do assalto à Secretaria de Viqueque, na noite de 7 para 8 de Junho, e subsequentes medidas de repressão.



Uma Companhia de 2ª Linha em formatura para revista.

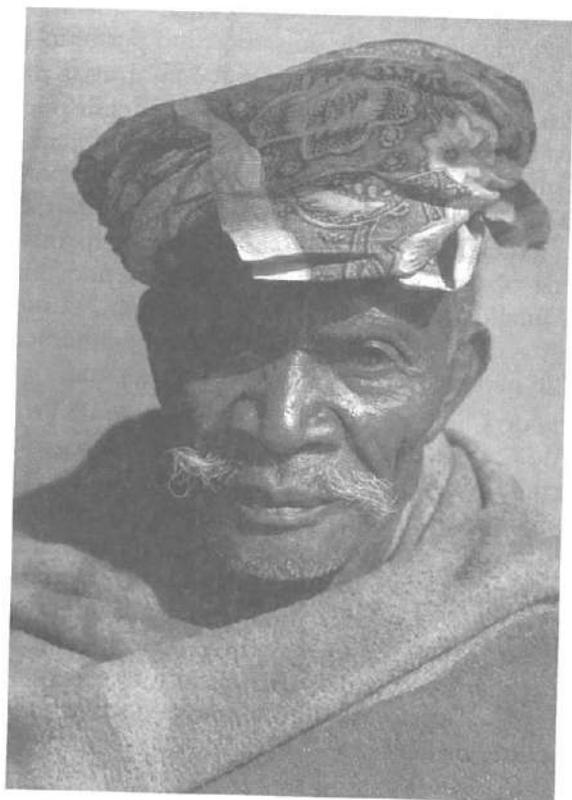


Figura típica de homem timorense.

ANEXO V

(Nota n.º 2 - Cap. III)

**RELATÓRIO DO SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA
(ADM. ABÍLIO DA PAIXÃO MONTEIRO) SOBRE OS
ACONTECIMENTOS DE VIQUEQUE**(Documento com 7 páginas dactilografadas, com data de 25 de
Julho de 1959)

Constituem este anexo:

— Extractos do Relatório

Extractos do RELATÓRIO

Determinou Vossa Excelência que o signatário elaborasse um relatório sucinto dos acontecimentos objectos dos autos de averiguações administrativas que correm por este Corpo de Polícia, sobre a actuação de determinados indivíduos que preparavam uma revolta com o fim de substituir nesta Província a soberania portuguesa pela indonésia.

Embora as averiguações não tenham atingido ainda o seu termo, afigura-se-me poder já concluir que os factos se desenrolaram dentro da ordem que, de seguida, passo a expor.

I**ACTIVIDADES DO CÔNSUL DA INDONÉSIA, NAZWAR JACUB,
ANTERIORES À REVOLTA**

Alguns meses antes de tomar corpo a ideia da revolta, até Novembro do ano findo, o Cônsul da Indonésia em Dili, Senhor Nazwar Jacub Sutan Indra, por si e através dos empregados do Consulado David Verdial, Mu Ten Siong, Salem Sagram e ainda de mais alguns elementos árabes, iniciou uma campanha de propaganda pró-Indonésia entre a população nativa (...) ajudado pelo chanceler Swarno, acolhe no Consulado o Luiz do Rêgo, João Pereira da Silva, José Beny Joaquim e Fernando Woodhomal e inculca-lhes a ideia da fuga clandestina para a Indonésia, (...).

II

ENTENDIMENTO DO CÔNSUL NAZWAR JACUB COM OS ASILADOS POLÍTICOS INDONÉSIOS RESIDENTES EM BAUCAU - VILA SALAZAR

Em Novembro ou Dezembro do ano findo, O Cônsul (...) incumbiu o ajudante de enfermeiro auxiliar dos Serviços de Saúde, João Pereira da Silva, de ir a Vila Salazar a saber dos asilados políticos indonésios se estão na disposição de colaborar com ele num plano de revolta (...).

III

ELABORAÇÃO DO PLANO DA REVOLTA

Em princípios de Fevereiro, tendo-se deslocado a Viqueque, em serviço, o motorista dos Serviços de Agricultura Luiz do Rêgo, um dos colaboradores do Consulado, toma contacto com os indonésios Gerson e Albert Ndoen e regressa a Dili com um plano de ataque elaborado por este último (...).

IV

ACÇÃO POLICIAL EM DILI

Desde há muito tempo que a Polícia vinha vigiando o melhor que lhe era possível a actuação dos indivíduos que frequentavam assiduamente o Consulado (...) e que se tornavam suspeitos. Foi assim que (...) começou a tomar conhecimento, em princípios de Março último, do movimento de revolta que se preparava e (...) acabou por concluir pela culpabilidade de alguns elementos vigiados. Assim, acordando previamente com o Governo na forma de actuar, na tarde de 3 de Junho último, numa operação policial rápida, deteve para averiguações os seguintes nativos considerados cabecilhas da revolta:

- 1 — João Pereira da Silva
- 2 — Valentim da Costa Pereira
- 3 — João de Sousa Gama
- 4 — Evaristo da Costa
- 5 — David Verdial
- 6 — Luís da Costa Rêgo
- 7 — José Beny Joaquim
- 8 — Francisco Orlando de Fátima Soares
- 9 — Carlos Salvador de Sousa Gama
- 10 — Gervásio Soriano

- 11 — Abel da Costa Belo
- 12 — José Ramos de Sousa Gama
- 13 — Tomaz da Costa Belo
- 14 — Saleh Bin Hamad Bassarewan
- 15 — Crispim Borges de Araújo

os quais, à exceção dos mencionados sob os números 3, 13, 14 e 15, seguiram a bordo do navio motor Índia, em nove do referido mês para Lisboa, com o respectivo processo.

V

SUBLEVAÇÃO EM VIQUEQUE

(...)

VI

APURAMENTO DE RESPONSABILIDADES

Dadas por concluídas as operações de Leste, reiniciou o signatário, em 25 do mês findo (...), as averiguações para continuação do apuramento de responsabilidades, tendo sido detidos e ouvidos até hoje 45 indivíduos implicados no movimento de revolta, não se especificando, por agora, a culpa de cada um em virtude de o processo não ter atingido ainda o seu termo.

VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consta de alguns passos dos dois processos já organizados por este Corpo de Polícia que os indonésios recebidos nesta Província tinham sido mandados pelo Governo indonésio para incutirem na população a ideia de revolta (...)

Todavia, a verdade é que, da leitura de todo o processo, chega-se à conclusão de que a revolta foi idealizada pelo Cônsul Nazwar Jacub (...).

Dili, 25 de Julho de 1959

O SUPERINTENDENTE,

Abílio da Paixão Monteiro
ad. 3.^a cl.



Atitude muito característica de dança do homem timorense, marcada pela sua agilidade e pelo seu vigor.



Juramento de Bandeira de uma Companhia de 2ª Linha.

ANEXO VI

(Nota n.º 2 - Cap. III)

**Extractos da
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
DO ADM. ABÍLIO PAIXÃO MONTEIRO**

(Cópia autenticada da Repartição do Gabinete, de 13 de Novembro de 1961. Duas páginas dactilografadas, com cópia dessa informação, que tem a data de 8 de Fevereiro de 1961)

INFORMAÇÃO

1º — Por despacho de 28 de Dezembro do ano findo determinou Sua Excelência o Governador que eu elaborasse informação sucinta daquilo que seja de meu conhecimento relativamente aos factos relacionados com os acontecimentos de Junho de 1959, e na qual sejam focados os seguintes pontos:

1. Forma e momento em que teve conhecimento dos preparativos da sublevação, entidade superior a quem pôs ao corrente do que se concluiava e informações posteriores de maior relevo que até si chegaram.
2. Ordens ou instruções, escritas ou verbais, recebidas relacionadas com o assunto em causa.
3. Medidas tomadas por sua iniciativa ou no cumprimento das ordens ou instruções atrás referidas, nos dias que precederam a sublevação.
4. O que ocorreu de mais importante no sector à sua responsabilidade no dia da sublevação e seguintes.

2º — Sobre o assunto, elaborou já o signatário três relatórios (um em cada um dos dois processos que instrui sobre os mesmos factos e o último a pedido de Sua Excelência em 25 de Junho de 1959) razão pela qual pouco mais poderei acrescentar

- a) (...) o signatário (...) Superintendente do Corpo de Polícia, não tinha despacho (...) com Sua Excelência o então Encarregado de Governo, sendo os assuntos da Polícia transmitidos ao Governo ou por escrito através da Repartição Provincial dos

- Serviços de Administração Civil ou verbalmente pelo chefe do Corpo de Polícia, Manuel Vieira da Câmara Júnior, com quem, diariamente, o Gabinete se entendia logo pela manhã.
- b) No entanto, por fins do mês de Maio o signatário, através do chefe da Polícia e, algumas vezes, pessoalmente, trocou impressões com Sua Excelência sobre o desenrolar dos acontecimentos (...) na manhã de 2 de Junho, Sua Excelência (...) pela primeira vez, perguntou-me qual era a minha ideia sobre o que se deveria fazer (...)
- c) (...) Depois, por ordem de Sua Excelência, dirigi-me à sala da Secção Permanente do Conselho de Governo e, ali, com o senhor Tenente Braga, com uns nomes indicados por mim e outros por ele, elaborei a lista dos indivíduos que deviam ser detidos, a qual foi aprovada por Sua Excelência o Encarregado de Governo.
- d) (...) No dia seguinte, pelas 16 horas, (...) em cerca de meia hora fizemos as prisões e conduzimos a celas do Depósito Penal os detidos. De 4 a 6 organizei o processo que foi enviado, através da Repartição do Gabinete, ao Ministério.
- e) Em 7 verificou-se a sublevação (...) e, em 12, (...) assumi, por acumulação com as funções do cargo de administrador do Concelho, as de chefe dos Serviços de Administração Civil, em virtude de o respectivo titular, Dr. Lisboa Santos, ter sido transferido para Angola¹. Passei então a avistar-me diariamente com Sua Excelência o Encarregado de Governo tendo, assim, tido oportunidade de lhe propor, quanto ao caso de Viqueque, que se dessem meios (armamento eficaz e instruções escritas concretas) às autoridades administrativas as quais — afirmei-o então a Sua Excelência — subjugariam rapidamente os revoltosos. Sua Excelência não aceitou a sugestão e preferiu enviar tropa regular (...)

Dili, 8 de Fevereiro de 1961

as) — Abílio da Paixão Monteiro — Adm. de 2^a classe

ESTÁ CONFORME

Repartição de Gabinete do Governo de Timor, em Dili, 13 de Novembro de 1961.

O CHEFE DE GABINETE

as) — João Maria de A.B. Junqueira

1. A essa data o Adm. Monteiro era ainda apenas Administrador de 3.^a classe, havendo no Quadro Administrativo da Província Administradores de categoria superior.

ANEXO VII

(Nota n.º 2 - Cap. III)

**Extractos da
INFORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR DA
CIRCUNSCRIÇÃO DE VIQUEQUE (ADM. 3ª CLASSE,
ARTUR MARQUES RAMOS) SOBRE OS
ACONTECIMENTOS AÍ OCORRIDOS EM 1959**

(Cópia autenticada da Repartição do Gabinete, de 14 de Novembro de 1961. Cinco páginas dactilografadas, com cópia dessa informação, que tem a data de 23 de Janeiro de 1961)

INFORMAÇÃO

(...)

O AMBIENTE EM VIQUEQUE DURANTE O PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS INDONÉSIOS, ISTO É, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1958 ATÉ À DATA DA SUBLEVAÇÃO, 7 DE JUNHO DE 1959

Nada de anormal houve a registar quanto ao comportamento dos indonésios, a não ser algumas informações de que às vezes faziam alusões à sua terra, dizendo que era grande e possuía muitos barcos e aviões (...) mantinham boas relações com a população, comendo e dormindo às vezes na casa deste e daquele, por mais baixo que fosse o seu nível de vida, com o maior à-vontade. Segundo me pareceu, com tal atitude pretendiam não só obter relações sexuais com as mulheres e raparigas, como também conseguir amizades (...).

Em princípios de Junho, recebi uma carta do Sr. Secretário Menezes, ao tempo Secretário da Administração de Baucau, relatando-me que se tinha descoberto um movimento revolucionário em Dili, o qual devia ter eclodido em 28 de Maio, e constava que os asilados políticos indonésios fixados em Viqueque promoviam reuniões em Luca, (...) Pareceu-me que tais notícias não correspon-

diam à verdade, não só porque de nada tinha conhecimento, mas porque todos os dias me avistava com os indonésios na vila e não me tinham informado de qualquer movimento suspeito os moradores e sipaios incumbidos de os vigiar (...).

No dia 5 ou 6 do mesmo mês de Junho, avistei-me na área de Ossú com o secretário Menezes que (...) me comunicou também (...) que em Dili havia numerosas prisões e que ele mesmo já tinha levado ao aeroporto de Baucau, sob prisão, o guarda fios Belo (...) constava ter o António Metan, de Uato Lari, uma pistola parabellum e 100 balas e que com ele também um tal Joaquim Ferreira estava metido no assunto. Logo nesse dia telefonei para Uato-Lari, cujo encarregado de posto estava ausente em Dili, mandando apresentar na Administração o mais rapidamente possível o António Metan. Igualmente foram chamados o Joaquim Ferreira e o chefe de suco de Luca, de nome Zeferino (...) na manhã de domingo, foram todos ouvidos na presença do velho Lisboa (...) mantiveram a negativa e de que nada sabiam (...)

A SUBLEVAÇÃO

Logo que o António Metan saiu da Secretaria, onde como já disse o ouvi na manhã de domingo dia 7 de Junho, seguiu para a casa de Amaro Araújo para trazer a sua mala de roupa para o quartel de moradores onde o mandara aguardar o resultado das averiguações que entabulara. Segundo soube mais tarde, naquele percurso encontrou o tenente Gerson que, vendo toda a trama em vias de ser descoberta o mandou seguir imediatamente para Uato-Lari a fim de ali iniciar o movimento (...)

Cerca da meia noite, deu-se o assalto à Secretaria e horas depois começou o tiroteio sobre a residência cercada pelos indonésios e timorenses, um grupo dos quais foi chamado quando dormia na «guarda» aguardando o dia seguinte para receberem na Secretaria salários e pagamentos de cocos que tinham vendido ao Estado para os viveiros. (...)

OS QUE MORRERAM

Em Ossú, na noite em que retirei de Viqueque sob o fogo dos rebeldes, além de pôr ao facto do que se havia passado o Ex.^{mo} Senhor Chefe de Gabinete, a quem pedi autorização para ir colocar a família em Baucau. (...)

Regressados a Viqueque (...), no dia 8, aqui permanecemos com tempo muito chuvoso até quarta-feira, dia em que chegou o Ex.^{mo} Capitão Fajardo com mais uma força. A que tínhamos inicialmente era composta por um tenente (Ferreira), um furriel (Pires) e nove soldados. O signatário nesta altura estava armado apenas com uma espingarda calibre 22 de um particular. Entretanto, sempre com mau tempo reuniram-se os arraiais, muito lentamente, e seguiu-se para Uato-Lari com uma coluna de viaturas e muitos infantes. (...)

(Segue-se uma lista de 21 nomes, os 7 primeiros do Posto de Uato-Lari, cuja morte o signatário diz haver presenciado e 14 outros, dos quais 1, de Uato-Lari, morreu no hospital e a maioria dos outros pertencia a Uato-Carbau).

Para finalizar o signatário quer ainda dizer que, em sua modesta opinião a repressão deste movimento foi demasiado benevolente e pode encorajar ânimo para uma nova repetição de casos idênticos. Assim aconteceu por determinação superior, recebida telefonicamente do Ex.^{mo} Chefe da Repartição de Gabinete. Creio que iguais instruções tinham os Srs. capitães Fajardo e Barreiros (...)

Administração da Circunscrição de Viqueque, 23 de Janeiro de 1961

as) — Artur Marques Ramos — adm. 3^a classe

ESTÁ CONFORME

Repartição de Gabinete do Governo de Timor, em Dili, 14 de Novembro de 1961

O CHEFE DE GABINETE

as) — João M.^o de A. de B. Junqueira
Capitão



Um "beiro" no porto de Dili



Rapariga timorense com o seu colar de mutissalas.

ANEXO VIII

(Nota n.º 2 - Cap. III)

**Extractos da
INFORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR
DA CIRCUNSCRIÇÃO DE BAUCAU (ADM. JOSÉ MARIA
RIBEIRO FILIPE) SOBRE OS ACONTECIMENTOS
DE VIQUEQUE**

(Cópia autenticada da Repartição do Gabinete, de
13 de Novembro de 1961. Documento com 3 páginas dactilo-
grafadas, com cópia dessa informação, que tem a data de
3 de Fevereiro de 1961)

INFORMAÇÃO

(...)

Nada de anormal houve a registar quanto ao comportamento dos nove indonésios que se encontravam com residência fixada pelo Governo da Província em Vila Salazar. Mantinham boas relações com a população e a maioria vivia maritalmente com raparigas daquela região.

(...)

No dia 1 de Junho, salvo erro, quando me dirigia a Dili encontrei, perto de Manatuto, o secretário Menezes (...) que me informou que se havia malogrado uma revolta devido a terem sido presos os cabecilhas.

(...)

Já em Dili, no dia seguinte, fui chamado por Sua Excelência o Encarregado de Governo que me incumbiu de ir de avião a Baucau prender os nativos Abel da Costa Belo, encarregado da Estação Postal de Vila Salazar, e Zeca Gama, residente em Laga (...) Assim se fez e regresssei a Dili onde fiz a entrega dos presos (...)

No dia imediato (...) tive conhecimento, por intermédio do encarregado do Posto de Baguia, que dois dos indonésios que se encontravam em Viqueque tinham-se reunido com alguns chefes nativos de Uato Lari e Uato Carbau para planearem uma revolta. Mais me informou (...) que aquelas reuniões se haviam efectuado de noite e naqueles próprios Postos,

Disse (...) que me enviasse essa informação por escrito (...)

No dia 6 de Junho, salvo erro, o secretário Menezes enviou-me pelo avião a informação (...) que imediatamente entreguei no Gabinete.

Na manhã do dia 7 regresssei a Baucau de avião e na madrugada de 8, cerca das 4 horas, o aspirante de Viqueque, João Hermenegildo da Costa, informou-me de Ossú pelo telefone que os indonésios de Viqueque juntamente com alguns timores tinham assaltado a Secretaria, haviam-se apoderado das armas e munições e se tinham revoltado. (...)

Imediatamente ordenei a captura dos nove indonésios que viviam em Baucau, o que se fez sem qualquer dificuldade visto estarem todos a dormir aquela hora (...)

Ordenei aos chefes nativos que reunissem todos os homens válidos, devidamente armados de zagaias, e que com eles vigiassem a costa e patrulhassem as suas áreas (...)

Apenas dois chefes nativos da circunscrição de Baucau fizeram causa comum com os insurrectos. Esses chefes eram de Baguia, não conseguiram sublevar os seus povos e foram mortos pelos seus próprios homens que assim quiseram, segundo declararam, demonstrar que nada tinham a ver com a revolta. (...)

Dili, 3 de Fevereiro de 1961

as) — José Maria Ribeiro Filipe — adm. de circ.

ESTÁ CONFORME

Repartição de Gabinete do Governo de Timor, em Dili, aos 13 de Novembro de 1961.

O CHEFE DE GABINETE

as) — João Maria A. de B. Junqueira
Capitão

ANEXO IX

(Nota n.º 31 - Cap. III)

**Extractos da
Carta do Chefe da Polícia (Manuel Vieira da
Câmara Júnior), escrita a bordo do navio Índia que
transportou os presos de Dili a Lisboa, com
o relato da viagem¹**

A Bordo do n/m «ÍNDIA»

15 - XI - 1959

Senhor Administrador Monteiro

(…)

Tem esta o fim de lhe dar notícias do pessoal e da viagem e assim começarei por dizer que a viagem tem sido o melhor possível, para todos, embora alguns deles tenham sentido os efeitos do enjoo, a pesar de que, desde que saímos de Dili, ainda não tivemos mau tempo.

A viagem de Dili a Hong Kong foi feita em boas condições de navegabilidade.

O «Índia» tomou o rumo do Norte, afim de fugir à zona da Indonésia e assim não passamos pelo Estreito de Makassar. Seguimos pela rota das Filipinas para evitar possíveis maus encontros, navegando sempre com terra à vista. Eram as Filipinas que se avistavam.

Quasi a dois dias de Hong Kong o «Índia» foi interceptado por duas esquadras — viemos depois a saber naquele porto que eram uma só e que se dirigiam para as águas de Hong Kong, como pre-

1. A carta (dactilografada, assinada e rubricada em todas as outras páginas) foi dirigida ao Administrador Abílio Monteiro que ma entregou imediatamente após a ter recebido. Transcreve-se apenas o que diz respeito ao relato da viagem, omitindo-se as referências de natureza particular. Respeita-se a ortografia e acentuação do original.

venção a opor a possíveis desmandos que viessem a ter lugar naquela cidade, como esperavam, por ocasião das tradicionais festas comemorativas do aniversário da República da China, levadas a efeito pelos comunistas a 10 e pelos nacionalistas a 11. Tal, porém, não aconteceu e quando ali chegamos tudo estava calmo. Mesmo assim duas horas após a nossa entrada, chegou um grande transatlântico inglês com 2100 soldados para Hong Kong. Tanto a esquadra como os soldados pertenciam a Singapura.

Aparte este pormenor, da esquadra, fomos surpreendidos por uma esquadrilha a jacto, composta de 4 aparelhos de reconhecimento, que sobrevoaram o «Índia» por umas poucas vezes e em voos rasantes, que assustaram os passageiros, nomeadamente as senhoras, isto a pesar do comandante ter avisado que vinham em reconhecimento. Mais tarde, já durante a noite, talvez perto das dez horas apareceu um novo jacto que novamente sobrevoou o navio, desaparecendo pela noite dentro.

Em Hong Kong, apenas o «Índia» atracou, apresentou-se a bordo uma brigada da Polícia de Macau, chefiada por um guarda de 1.^a classe que tomou conta dos locais onde os presos seguem. Á paisana e sem alardes fizeram o serviço o melhor que puderam.

Além deste serviço de vigilância, propriamente nosso, apareceram a bordo uns elementos, indús, da Polícia de Hong Kong que tomaram também as suas disposições, de segurança. Estranhando que tais indivíduos passassem pelos locais do navio onde não era permitida tal passagem, o chefe da brigada procurou-me e chamou a atenção para tal facto. Interroguei um deles tendo-me respondido que estavam a bordo para vigiar o barco. Nada mais perguntei para não os alertar. dado que a missão fosse outra.

Aqui, veio o filho do Francisco Araújo a bordo e pediu para ver o pai. Vinha acompanhado pela esposa e filho, um garoto de doze anos. Autorizei a visita, tendo assistido à conversa. O Chico Araújo proclamou a sua inocência, chorando bastante. O filho Constâncio de Araújo disse-lhe que não se afligisse porque se estava inocente como dizia os Tribunais o diriam. Entre muitas coisas dizia que era vítima de uma intriga armada pelo seu afilhado Crispim Borges de Araújo, por um dia ter abusado da mulher. Que era falso tudo o que o Eduardo Francisco da Costa (Sapeca) dissera a seu respeito, afirmando que podia provar o que dizia, com o testemunho do Juaréz.

De Hong Kong seguimos para Macau. Aqui tomaram medidas tais como se receassem um ataque dos comunistas. Apenas o «Índia» fun-

deou ao largo, mas muito longe de terra, apareceram duas vedetas de fiscalização da costa, armadas de Metralhadora, que se colocaram a EB e BB. De vez em quando uma delas saía da posição tomada e dava uma grande volta o que me levou a perguntar se receavam qualquer coisa, tendo-me sido respondido, que não, mas que tudo era possível.

Em Macau por ordem do respectivo Governador não foi autorizado o desembarque dos passageiros do «Índia» e também não foi autorizado que houvesse visitas. Apenas o genro do Dr. Pedro Lobo que vinha apresentar cumprimentos do sogro, que se encontrava doente com um forte ataque de asma que vinha acompanhado por um tal Dr. Assunção. Estes dois indivíduos trouxeram uma carta do próprio Governador que os autorizava a entrar a bordo e a visitar o C. Araújo, tendo sido o próprio Comandante Contreiras que os acompanhou até ao camarote onde me encontrava. Assisti à conversa que além dos cumprimentos trocados não passou das mesmas lamurias do costume. Que se encontrava inocente mas que tinha fé nos Tribunais que saberiam ver onde estava a verdade. Nada mais disse por o ter chamado à realidade.

De Macau seguimos para Singapura, onde chegamos depois de uma esplendida viagem que demorou de 15 a 19. Chegamos aqui às 19 horas, tendo o «Índia» lançado ferro no porto de Singapura, a cerca de 3 milhas de terra.

Foi deste local, que os Indonésios Gerson Pello, Lambertus Ladon, Albert Ndoen e Jeremias Pello, aproveitando-se da circunstância das vigias do camarote onde se encontravam presos não estar gradadas, fugiram, descendo para o mar, utilizando como corda os lençóis das camas, facto que depois de constatado provocou geral consternação.

Comunicado o caso às autoridades marítimas e de imigração, foram logo tomadas todas as disposições para os evadidos serem capturados. O caso revestia-se de um certo melindre visto que os evadidos tinham de ser apresentados como passageiros que abandonaram o navio clandestinamente.

Mais tarde um funcionário da imigração veio a bordo comunicar que os indonésios tinham sido salvos por um barco alemão que se encontrava fundeado próximo do nosso, quando estavam prestes a se submergirem por cansaço, e que se encontravam detidos na Polícia Marítima, para serem entregues uma hora antes da partida do «Índia», pedindo em seguida as relações dos passageiros.

necessário colocar grade. Assim ficou. Foi pois por esta que eles fugiram.

Vi o caso muito sério apesar da promessa da entrega. Fui ao Consulado de Portugal e depois de contar a situação em que nos encontrava-mos ao Encarregado de Negócios Sr. Jofre Manhão, pedi-lhe para comunicar o assunto ao Governo de Timor, por prever que os indonésios não voltavam a bordo e portanto pô-lo ao corrente da situação.

Porém tudo correu pelo melhor e apesar da intervenção do Cônsul da Indonésia em Singapura que foi chamado à Polícia Marítima para identificar os evadidos, não os tendo reconhecido como sendo cidadão do País que representava, eles foram entregues a bordo meia hora antes do «Índia» partir com rumo à Índia. Eram 6,35 do dia 23, quando se deu o acontecimento que veio desanuviar o ambiente de angustia em que se vivia.

No dia 31 de Outubro o «Índia» deu entrada no Porto de Mormugão, depois de ter efectuado a viagem de Singapura a aquele porto em 8 dias. Apenas ali chegamos vieram a bordo as autoridades sanitária, aduaneira, marítima, de imigração e policial, tendo verificado que todos os papeis estavam em ordem. Findas estas diligências chegaram a bordo o Chefe do Estado Maior, o Comandante da Polícia e o Comandante dos Portos que depois de conferenciarem com o Comandante Contreiras e com o Comandante Militar a bordo, foram ver os locais onde os presos estavam acomodados determinando em seguida as medidas de segurança que entenderam por convenientes.

Assim deram entrada a bordo 14 agentes da Policia comandados por um chefe, todos armados de pistola metralhadora. Ocuparam posições. Um aparato de guerra ou de perigo. Em terra soldados landins patrulhavam o cais, onde previamente colocaram arame farpado², tendo sido proibido o acesso a bordo a todo aquele que não tivesse um salvo conduto passado pelo Comandante Militar.

Todos os presos ficaram sob a responsabilidade da Policia local, não tendo escapado a esta medida o Francisco Araújo, tendo sido destacado para o corredor um guarda que vigiava o camarote e o deck onde o mesmo se encontrava.

Além das medidas que foram referidas ainda foi mandada para o lado de BB, quero dizer para o lado do mar, uma lancha da Policia

2. Esta palavra figura no texto, mas está riscada com xxx sobrepostos

De posse destas verificou que entre eles havia um chinês, o Celestino Mu Theng Siong, mandando-o apresentar em seguida. Estava de fora do grupo pois não me podia mostrar nem denunciar. Quando vi o referido funcionário percorrer com a vista todos os nomes primeiro da tripulação, pensei que iria ver os nomes dos passageiros em trânsito. Compreendi e fui imediatamente ter com o Mu Theng Siong e disse-lhe que se fosse chamado à presença da autoridade e que esta o interrogasse sobre a sua identidade e motivo da viagem — aqui ele compreendeu e disse-me: o senhor chefe não quer que eu fale —, que dissesse que ia para Portugal contratado para trabalhar no Estado Português. Assim sucedeu. O rapaz foi muito sério, respondendo tal e qual era necessário.

Quanto aos outros o caso esteve muito sério. O referido funcionário da imigração embirrou por não terem documentos por onde pudesse provar a sua identidade, o mesmo sucedendo com os clandestinos que se encontravam em terra presos. O Comandante Contreiras olhou para todos e depois fixou os olhos em mim que me encontrava sentado nos bancos do bar — esta cena passou-se no salão do bar —. Compreendi a aflição dele e lembrei-me de lhe fazer sinal por gestos falando-lhe da guia. Imediatamente compreendeu e disse ao Comissário para a ir buscar. De posse dela e mostrando-a à autoridade de imigração disse-lhe, sublinhando com o dedo a parte que diz «por ordem de Sua Excelência o Subsecretário de Administração Ultramarina», que os passageiros a quem se referia a guia, e entre eles estavam os clandestinos, iam para gozar férias, iam para a FNAT. Foi a única saída que havia e como tal o funcionário não fez mais perguntas.

O caso deixou-me arrasado, embora visse que não tinha culpa, pois que a vigia por onde eles tinham fugido, era a que me tinham informado não ser necessário gradar, por não estar em serviço. É que como os indonésios iam alojados num camarote de proa que tem duas vigias e fica sob o convés respectivo que é todo de chapa de ferro e recebe por esse facto todo o calor que faz durante o dia, concentrando-o para durante a noite tornar o ar do mesmo irrespirável — tinha pedido para não abrirem as vigias — e como elas iam fechadas, temi pela saúde deles, tanto mais que o próprio Comandante Contreiras já me tinha chamado a atenção para o facto dizendo-me que assim eles não chegavam a Lisboa vivos, pedi para colocarem grades nelas. O pedido foi atendido apenas para uma, porque a outra como nunca era aberta, disseram que não era

Marítima que tinha também a sua missão definida. É que segundo umas idas e vindas que presenciei e conversas que ouvi, deduzi que havia suspeitas de qualquer atentado ou que então havia de surgir qualquer coisa. Havia qualquer coisa no ar. Felizmente nada houve.

No dia 31 o «Índia» largou do porto de Mormugão, depois de ter descarregado a carga que para ele tinha e seguiu com rumo a Aden onde devia descarregar 256 toneladas de madeira embarcada em Singapura. Depois de 5 dias de viagem que foi muito boa se atendermos à zona onde se navegava, o «Índia» ancorou no porto de Aden. Chegamos a este porto às 22 horas de 5.

Iniciada imediatamente a operação de descarga, esta terminou no dia seguinte, pelo que eram 18 horas quando o «Índia» largou deste porto com destino a Lisboa.

Não eram decorridos 10 minutos após a partida do navio quando o Comandante Contreiras mandou avisar pelos alto falantes de que em virtude da grande aglomeração de carga no porto de Lourenço Marques, o «Índia» seguia para aquele porto, alterando desta forma o rumo inicial. Grande consternação na quasi totalidade dos passageiros, mormente naqueles que seguiam para a Metrópole a fim de continuarem os estudos. Nestes contam-se o Tenente Ferraz que já tinha a matrícula na Universidade efectuada e uns filhos de sargentos que regressavam por terem terminado as comissões de serviço, em Macau e na Índia, que já tinham transferido as matrículas para lá e ainda uma menina que também seguia para Lisboa para se matricular na Faculdade de Medicina. Ficaram todos desolados.

Como já me referi navegamos com rumo a Lourenço Marques, onde contamos chegar amanhã pelas 5 horas, para novamente partirmos no dia 18 com rumo a Lisboa mas com escala por Luanda.

(...)

me subscrevo, com a maior consideração

as.) Manuel Vieira da Câmara Júnior

ANEXO X

(Nota n.º 5 - Cap. VI)

**Minha carta de 3 de Setembro de 1960
para o Subsecretário de Estado do Exército
(Ten.-Coronel Costa Gomes)**

Dili, 3 de Setembro de 1960

Ex.^{mo} Senhor Subsecretário

Peço desculpa de só agora satisfazer o que há mais de um ano, quando fui apresentar a V. Ex.^a as minhas despedidas, V. Ex.^a manifestou desejo que eu fizesse — enviar daqui algumas palavras sobre o que respeita à parte militar.

A delicada situação que vim encontrar em Timor (assumi o Governo 15 dias após os acontecimentos de Viqueque), as preocupações e o trabalho absorvente por um lado e, por outro, o desejo de não informar V. Ex.^a de ânimo leve são as razões de não ter escrito mais cedo.

Exporei, pois, resumidamente, a V. Ex.^a alguns pontos que julgo de maior interesse.

1. Situação interna

Considero absolutamente normal e calma a situação interna actual, o que não significa, de modo algum, que julgue menos necessária uma vigilância aturada e conscienciosa, mas suficientemente discreta para não causar alarmes ou alvoroços prejudiciais.

Os acontecimentos do ano passado devem-se, é certo, à audácia do ex-Cônsul da Indonésia e aproveitaram habilmente certos descontentamentos que se vinham recalcando, mas somente se explicam, no volume que tomaram, pela separação que existia entre Governo e a maioria dos colaboradores (reflectindo-se na popu-

ção), pelo estado de tensão e desconfiança que se deixou criar e avolumar e pela conseqüente falta de decisão e de segurança com que se actuou, enquanto tudo se ia abertamente preparando.

No plano interno, voltou a constatar-se, a nossa sólida unidade será sempre o melhor factor da nossa força.

2. Situação externa

Presentemente é tranquila.

Na visita que há pouco fiz a Oe-Cusse, onde falei com uma autoridade indonésia que ali me pediu para ir cumprimentar, confirmei a impressão da grande instabilidade interna da Indonésia: lutas políticas, fundas divergências religiosas, falta de gente capaz (em quantidade e qualidade), etc.

Esta mesma instabilidade, o hibridismo do regime de Sukarno, o pouco desejo destas ilhas limítrofes estarem sob⁹ a tutela javanesa (de muçulmanos ou, mesmo, protestantes), a livre acção do partido comunista — forte e a ramificar-se já para o Timor Indonésio —, podem gerar situações confusas que nos obriguem a ter de fazer respeitar os nossos direitos.

Seria, por exemplo, o caso de situações de desordem criadas pela extensão da rebelião das Celebes, pelo aparecimento de novas rebeliões, pela luta dos comunistas pelo poder, etc.

Não é também, infelizmente, de pôr de parte a ameaça de, com o consentimento ou a colaboração até das autoridades indonésias, se pretender no futuro activar, através da fronteira, qualquer acção subversiva contra nós.

As relações na fronteira continuam sendo boas, todavia isso não significa que não sejam fundadas as suspeitas anteriores, conforme já tenho relatado ao Ministério do Ultramar.

3. Posição das Forças Armadas perante o Governador da Província

Considero da maior urgência terminar com um estado de coisas que além de muito perigoso é absurdo — refiro-me à situação anómala criada aos Governadores pela legislação que desde 1949 reformou o Exército no Ultramar.

9. Por lapso dactilográfico no original está escrito «sobre»

Continua-se escolhendo, em obediência a velha tradição, Oficiais para Governadores Ultramarinos; a Constituição expressamente declara que «em cada uma das Províncias Ultramarinas haverá, como autoridade superior, um governador (...)» (art.º 154.º) e que «é supremo dever de honra do governador, em cada um dos territórios ultramarinos, sustentar os direitos da soberania da Nação.» (art.º 157.º); a Lei Orgânica do Ultramar (de 1953) afirma que «o governador é, em todo o território da respectiva Província, o mais alto agente e representante do Governo da Nação Portuguesa, a autoridade superior a todas as outras que na Província sirvam, tanto civis como militares, (...)»; todavia, na prática, considera-se o Governador como um estranho no que toca à parte militar, isto é, pretende-se desligá-lo precisamente daquilo que é o instrumento essencial para o cumprimento do que se lhe aponta como seu supremo dever de honra e, além disso, é também organismo do maior relevo na vida do dia a dia da Província.

É verdade que para o tempo normal a lei permite, teoricamente, pedir certos relatórios e em situações de emergência a Lei Orgânica do Ultramar estabelece que o Governador pode adoptar, sob sua responsabilidade, medidas excepcionais neste capítulo.

Será, contudo, o sistema assim criado o conveniente a mais de 15 000 quilómetros da Metrópole, numa situação delicada como a que vai pelo Mundo e com as frágeis ligações que possuímos?

Pior, porém, do que o paradoxo legal é a situação confusa que se cria e se reflecte em inúmeros factos uns comprometedores apenas da unidade monolítica que devemos mostrar perante a população e outros, mais perigosos ainda, referentes a uma eventual falta de unidade de acção perante pequenos ou grandes incidentes, sejam de fronteira sejam internos, e que não é fantasia admitir.

Concretizando:

a) O Esquadrão de Cavalaria tem os seus Postos ao longo da fronteira. É lógico que o Governador nada tenha com a localização desses Postos, com o seu serviço, as suas instruções, as informações colhidas, etc...? No caso dum vulgar incidente de fronteira, sempre de prever e sempre, também, susceptível de trazer novas complicações, limita-se o Governador a ser mero espectador ou a emitir apenas uma opinião?

b) Quando se deve rodear de tanto cuidado a nossa actuação no Ultramar, deverá o Governador ser um estranho para uma grande parcela dos portugueses mais qualificados que aqui servem a Nação,

de forma tal que não poderá intervir nesse sector sem que isso represente uma intromissão abusiva? Ou, então, deverá deixar agravar os problemas até haver aquela matéria já suficientemente grave e concretizada para poder servir de base a uma exposição? Sendo mais claro: perante, por exemplo, atitudes de militares que se considerem pouco ajustadas à boa política para com os nativos (há várias unidades espalhadas pela Província), apenas se facultará legalmente ao Governador o caminho de mandar concretizá-las através de autos, sempre inconvenientes por obrigarem a população a acusar os que considera gente superior, sofrendo conseqüentemente o nosso prestígio, visto que se tolhe ao Governador o caminho mais lógico que seria o de se lhe permitir actuar mais discretamente através da Autoridade Militar, evitando ou reprimindo o que se revelasse inconveniente com muito menos aparato?

c) O desejo de absoluta independência, alimentado pela recente legislação militar, a qual na prática ignora a existência do governador como «supremo agente e representante do Governo da Nação» — portanto da parte civil e militar e não, apenas, do Ministério do Ultramar — gera um divórcio entre civis e militares, que se vem acentuando, embora eu, pela minha parte, tudo venha procurando fazer para o evitar, divórcio que é causa de inúteis atritos e, por vezes, toma até feições que não contribuem, seguramente, para fortalecer o nosso prestígio.

É-me impossível, contudo, impedir que o público disso se possa aperceber.

Segundo informações particulares parece que o próprio Cônsul Australiano já teria tentado obter informações acerca disso, o que significaria que algo lhe constou.

De que se trata? De ninharias, em regra.

Simplees atitudes menos sensatas, que se prestam a exploração por um meio que é difícil, umas intencionais, outras, possivelmente, não, motivadas por paixões que toldam a razão (caso lamentável e pouco edificante do procedimento havido para com o tenente Braga, que me atingiu sem que essa fosse — creio-o — a intenção), seja por visão unilateral dos problemas, seja pelo desejo de vincar uma posição de independência mesmo que sofra, por vezes, a lógica, o prestígio da autoridade, etc., colocando-me, uma ou outra ocasião, na desagradável alternativa de, ou actuar ostensivamente de forma a defender o prestígio da função, ou, como sempre tenho feito, sacrificando de momento algo do que me seria embora legíti-

mo defender (por respeito ao Exército a que pertença), procurar dar o menor relevo possível aos factos. Acharia eu quase ridículo mencionar estes pontos se não deixassem no público a sensação duma divisão que se deve evitar a todo o transe.

No fundo do problema existe nítida, nas pessoas mais responsáveis do Comando Militar, a noção de que o Governador da Província deve limitar-se a ser uma espécie de Governador Civil e a separação que as leis militares vem afirmando leva-os a pretender que as posições de Comandante Militar e Governador se equiparem em prerrogativas, honras e poderes (como já foi escrito).

Sabe V. Ex.^a que aqui estou não porque ambicionasse o lugar ou qualquer coisa tivesse feito para o obter, mas unicamente no cumprimento duma missão que me foi destinada e far-me-á, portanto, a justiça de crer que não defendo situações pessoais e, em qualquer momento, regressarei com toda a satisfação às fileiras do Exército a que me orgulho de pertencer e onde, pessoalmente, só tenho razões para me sentir bem.

Considero, porém, gravemente nociva esta situação equívoca. Se o Governo, porventura, entende que para realizar essa unidade seria preferível colocar aqui outro Governador mais qualificado, pode V. Ex.^a estar certo que pela minha parte me sentiria satisfeito, não só por deixarem de impender sobre os meus ombros, ficando entregues certamente em melhores mãos, a responsabilidade desta árdua função, como também por se pôr fim a situação tão inconveniente para a nossa unidade, para o nosso prestígio e, até, para o progresso da Província.

Poderá o Governador figurar como representante dos Ministros da Defesa ou do Exército, com atribuições a definir?

Poderá atribuir-se-lhe, por exemplo, uma função de inspecção superior ou de coordenação?

Será viável aproveitar para o efeito o recente Decreto 43 077?

Não sei. Sei, e sem dúvida alguma, que o «curto-circuito» que se fez do Governador não deve persistir no interesse de todos.

4. Alguns problemas de ordem geral

a) Apoio logístico

Creio fundamental estudar, se ainda não se fez, como será ele prestado às nossas forças (e, até, como se assegurará a sobrevivência da Província) no caso de complicações graves nesta área.

Os indonésios defendem a doutrina das águas históricas para incluir como mar seu tudo o que esteja dentro do perímetro do seu imenso arquipélago.

As bases a Norte da Indonésia não parecem, pois, indicadas.

Apesar do receio que manifesta a respeito da Indonésia não deverá ser difícil à Austrália reconhecer que Timor, mantendo-se português, a protege e que, portanto, será lógico que nos preste a sua colaboração neste aspecto.

b) Recrutamento militar

(1) Parece-me vantajoso não ampliar muito o recrutamento militar. Creio preferível prolongar o mais possível a permanência nas fileiras, facilitando as readmissões, para diminuir o número dos indivíduos que recebem instrução militar. Além de outros motivos um de grande peso é o de, quando licenciados, já não voltarem ao trabalho da terra e serem, dessa forma, esplêndido terreno para a proliferação de descontentamentos por inadaptação ao meio.

(2) Parece-me, sim, da maior vantagem, como se fez já este ano, procurar ir encaminhando alguns para o C.S.M. com o objectivo de lhes facultar o ingresso posterior no Q.P.

c) Ocupação Militar

Além de localizações indiscutíveis como a da Cavalaria em Bobonaro ou imediações (e como unidade «a cavalo» e não motorizada), a do Q.G. e certas Unidades em Dili (companhia europeia ou africana e uma de timores), da companhia de Baucau, o que creio de grande interesse, para garantir a vigilância e segurança da costa, seria dispor de alguns Postos Militares em pontos considerados de maior importância (sobretudo na costa Norte).

Convirá prever a saída, embora não para já, do Esquadrão de Cavalaria de Bobonaro dado o avançadíssimo estado de erosão da localidade.

A sede da circunscrição sairá dali brevemente.

Peço desculpa do tempo que tomei a V. Ex.^a e, com os mais respeitosos cumprimentos, subscrevo-me de V. Ex.^a com toda a consideração

as.) — Filipe Themudo Barata

ANEXO XI

(Nota n.º 6 - Cap. VI)

Carta de 22 de Novembro de 1960 do Subsecretário de Estado do Exército (Ten-Coronel Costa Gomes)

(Papel timbrado — Ministério do Exército — Gabinete do Subsecretário de Estado)

Lisboa, 22 de Novembro de 1960

Ex.^{mo} Senhor Governador e
Meu prezado Amigo e Camarada

Há muito que tencionava escrever a agradecer a sua carta. Não o queria, porém, fazer sem lhe dizer que as suas sugestões foram tidas na devida consideração, especialmente, na parte que se refere à posição das F.A. perante o Governador da Província.

Desde o princípio que me bato quer junto de Sua Ex.^a o Ministro do Ultramar quer de Sua Ex.^a o Ministro da Defesa para que se definam, sem ambiguidade, as relações entre os Governadores e Comandantes Militares ou, mais precisamente, que se defina a autoridade dos governadores perante as F.A. estacionadas na área da sua jurisdição.

Infelizmente, conheço por experiência própria, as situações absurdas a que pode dar origem a legislação de 49, visto essa legislação ter entrado pela 1.^a vez em vigor, em Macau, onde me encontrava.

O assunto está em estudo na Defesa Nacional e espero que se encontre uma solução que o satisfaça e esteja de acordo com a delicada situação em que se encontram presentemente todas as nossas Províncias Ultramarinas.

Um outro motivo me levou hoje a escrever-lhe: Sua Ex.^a o Ministro do Ultramar deu-me conhecimento do seu ofício secreto n.º

35, pedindo-me para o ajudar a resolver o grave problema que V. com toda a razão e dignidade aí levantou.

Antes de abordar propriamente o assunto desse ofício quero declarar-lhe, com a franqueza, sinceridade e lealdade com que procuro tratar todos os assuntos que V. está cheinho de razão. Não há dúvida que o Comando Militar não deve transmitir informações, sobretudo, as que interessem de uma forma particular à Província, sem lhe dar prévio conhecimento. Se o Comando tivesse seguido esta norma, que aliás foi recomendada a todos os comandos ultramarinos, ter-se-ia evitado esta desagradável situação.

Entrando agora propriamente no n.º 2 do seu ofício permita-me que lhe diga, meu caro Governador, que estou firmemente convencido que o Comando Militar, ao fazer os seus comentários, não aceitou, apoiou ou sancionou quaisquer insinuações que o possam atingir. Estou também persuadido que esses comentários não têm qualquer correlação com o que afirma na carta a respeito do procedimento de certos funcionários. O que, em meu entender, o Comando Militar apenas pretende mostrar, embora o faça de uma forma ambígua e infeliz, é o seu receio pela crescente preponderância da colónia china em Timor, a qual, na sua opinião, produz um certo mal estar entre a população nativa.

Pede o meu caro Governador para se proceder a um inquérito. Conhece V. Ex.^a muito melhor do que eu o autor da carta e, por isso, estou certo que concordará em que nada de útil poderá resultar desse inquérito. Pelo contrário, no decorrer de averiguações os ligeiros atritos e insignificantes ninharias que infelizmente hoje existem poderão tomar volume, transformando-se em questões de fundo que obriguem a tomar graves resoluções, ao mesmo tempo que patentearão ao público a pouca coesão entre os diferentes elementos da administração.

Atrevo-me por isso a apelar para o seu muito bom senso e patriotismo para que se ponha um ponto final sobre este desagradabilíssimo incidente.

Nesta data vou escrever ao Comandante Militar, lembrando-lhe as recomendações que fiz quando lhe dei posse do lugar e que estão precisamente na linha de rumo que acabo de exprimir.

Com os melhores cumprimentos aceite, meu caro Governador, um abraço do camarada e amigo grato

as.) Francisco Costa Gomes

ANEXO XII

(Nota n.º 4 - Cap. VII)

**Extractos da
INFORMAÇÃO DO COMANDANTE MILITAR
BRIGADEIRO FRANCISCO ANTÓNIO PIRES BARATA**

(Cópia autenticada, com assinatura em todas as páginas.

O documento tem a data de 30.Ago.61.

São 6 páginas dactilografadas com o carimbo da
classificação de segurança «SECRETO»)

**COMANDO TERRITORIAL INDEPENDENTE DE TIMOR
QUARTEL GENERAL**

INFORMAÇÃO

A fim de habilitar o Comando-Chefe a indicar as principais faltas a preencher para completar a execução da Directiva n.º 14 do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, tal como está expresso no n.º 5.e. da mesma directiva, apresento a V. Ex.^a o resultado do estudo feito.

1. Embora não esteja explícita a missão que cabe ao Comando-Chefe, ou às forças terrestres, são atribuídas as seguintes acções, por maneira imperativa:
 - a. Criar um dispositivo de protecção destinado a garantir a segurança (...) e a integridade do Território Nacional (3.a da Directiva).
 - b. Criar um dispositivo de intervenção (...) destinado a reforçar, se necessário, o dispositivo de protecção, eliminar actos de terrorismo ou de incursão (...) (3.b da Directiva).
 - c. Actuar com a máxima firmeza e energia contra a invasão de forças regulares, (...) (4.b.(2) da Directiva).

- d. Manter a todo o custo o aeródromo e a estação rádio de Baucau (4.c. da Directiva).
 - e. Os territórios de OCUSSE e da I. de ATAÚRO devem ser defendidos por destacamentos (...) Se o In atacar e se apoderar de qualquer daqueles territórios isolados, deve ser desencadeada, imediatamente, uma acção de represália (...) procurando levar a fronteira até (...) (4.d. da Directiva)
2. Não faz a Directiva referência à defesa de Dili. A sua importância política e militar é do mais alto relevo na representação da soberania na Província (...)
- Pretende-se concluir que sendo imposta a defesa a todo o custo de BAUCAU há que considerar o mesmo grau de defesa para DILI (...)
3. A Directiva não admite fases de preparação da defesa (...)
- Há, pois, que atingir a preparação o mais rapidamente possível e, depois, manter o dispositivo na sua mais alta eficiência. Estes dois aspectos de apresentação tão simples correspondem a encargos muito onerosos.
4. A Directiva não se refere à guerrilha como parte da manobra prevista (...) (acções) que enfraqueçam sistematicamente o inimigo instalado e que lhe reduzam as possibilidades de fixação.
5. Para completar a execução da Directiva (...) são considerados indispensáveis os seguintes meios de combate:
- a. Dispositivo de protecção — 60 Companhias de 2.^a Linha (...) Correspondem, em média, uma Companhia por Posto Administrativo, ou, mais precisamente, uma Companhia por 320 km².
 - b. Dispositivo de intervenção, constituído por tropas regulares (3.b da Directiva) — Companhias de Caçadores Timorenses (...) Há ainda a acrescentar a este dispositivo 2 Companhias de Caçadores Timorenses, sendo uma para OCUSSE e outra para a I. de ATAÚRO.
 - c. Acção contra invasão de forças regulares (...) considera-se necessário ter disponível para esta manobra um mínimo de 3 Batalhões de Caçadores e 3 Companhias Metropolitanas (...)
 - d. Manter a todo o custo as regiões de DILI e BAUCAU. 1 Batalhão de Caçadores e 1 Companhia Metropolitana em DILI e 1 Companhia de Caçadores e 1 Companhia Metropolitana (menos 2 pel.) em BAUCAU, são efectivos indispensáveis para atender no mínimo a essa missão (...)

- e. 1 Pel. Metropolitano em OCUSSE e 1 Pel. Metropolitano na I. de ATAÚRO em reforço das tropas de 2.^a linha (...)
 - f. A nossa invasão até ao curso superior do R. TALAÚ, considera-se possível com os meios referidos nas alíneas anteriores, desde que se observem condições favoráveis (...)
 - g. Reservas — Em tão vasto plano de manobra e com tão grandes dificuldades de recompletamento e apoio exterior, seriam de considerar um número avultado de unidades de reserva (...)
 - h. Em resumo (...)
6. No entanto, a situação não parece tão difícil e não sairia do campo das realidades (parecendo suficiente a actual guarnição):
- a. Se a missão das tropas terrestres for mais objectiva e simples.
 - b. Se for permitido às tropas de 2.^a linha fazerem protecção e intervenção (com menos eficiência do que foi concebido superiormente, mas com a suficiente para se ter um dispositivo valioso e completamente eficiente para acções que não envolvam ataques em força por tropas regulares).
 - c. Se, em caso de ataque em força, a posse de DILI e BAUCAU for considerada como importante, mas não exigida a todo o custo.
 - d. Se, em caso de invasão de tropas regulares, a guerrilha for tida em grande importância para permitir apoio ulterior e facilitar a reconquista total do Território.
 - e. Se for consentido o Comandante-Chefe de TIMOR estabelecer mais do que uma modalidade de eficiência do sistema defensivo, correspondentes aos perigos que a situação apresenta, o que se traduz numa melhor economia do sistema (tendo em serviço conforme as conveniências de 4 a 100 Companhias de 2.^a linha, o sistema tem maior elasticidade, com encargos mínimos).
7. Dentro do espírito definido no número anterior solicita-se:
- a. Que a missão seja contida nas possibilidades reais.
 - b. Que seja dada iniciativa para que o emprego das tropas se faça de acordo com o seu valor táctico e as condições próprias da campanha prevista na situação actual (explorando no máximo as possibilidades das tropas de 2.^a linha).
 - c. Que sejam facultados os meios de mobilização compatíveis com as exigências de preparação e valorização da defesa.
 - d. Que a Metrópole apoie financeiramente os encargos.

- e. Que, em caso de emergência, seja permitido considerar a gravidade da situação e atribuída competência para imediatamente se convocarem as necessárias Companhias de 2.^a linha.

QUARTEL GENERAL EM DILI, 30 DE AGOSTO DE 1961

O COMANDANTE MILITAR

as.) FRANCISCO ANTÓNIO PIRES BARATA
Brigadeiro

ANEXO XIII

(Nota n.º 5 - Cap. VII)

**Extractos do
MEU OFÍCIO PARA O CEMGFA ACERCA DA DEFESA
DE TIMOR COM BASE NAS «TROPAS DE 2.ª LINHA»**

(Cópia autenticada, com assinatura em todas as páginas.
O documento tem a data de 19 de Setembro de 1961.
Consta de 8 páginas dactilografadas com o carimbo da
classificação de segurança «SECRETO»)

COMANDO UNIFICADO DE TIMOR
QUARTEL GENERAL
N.º 54

EX.º SENHOR
CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
LISBOA

ASSUNTO: DEFESA DE TIMOR

1. Em cumprimento do n.º 5 c. da Directiva n.º 14, de 27.Jul.61, tenho a honra de indicar a V. Ex.ª as principais faltas a preencher, esclarecendo, ao mesmo tempo, o critério que presidiu a essa enunciação.
2. Para ter uma ideia suficientemente precisa dos meios necessários ao cumprimento da missão que, em face da Directiva, este Comando terá de cumprir, solicitei ao Ex.º Comandante Militar a elaboração do estudo sucinto correspondente. Tal estudo acompanha em anexo o presente ofício e do seu exame se deduz que os meios referidos como necessários:

- seriam certamente excessivos para o momento que o País atravessa, em que se lhe exigem tão grandes esforços, sobretudo em África; mas, apesar disso,
 - seriam escassos para enfrentar, sob a forma de acções de guerra convencional, um ataque em força, posto que, dada a proximidade do inimigo, nada nos autoriza a limitar o seu potencial de ataque à nossa capacidade de defesa, podendo até tal ataque ser apoiado por forças aéreas e navais.
- Acresce ainda que as nossas forças, mesmo que inicialmente resistissem, pronto se esgotariam por falta de reservas, de re completamento e de apoio logístico.

3. Na busca de solução para o problema julga este Comando serem pontos fundamentais que lhe cumpre ter presente:
- a. Manter o espírito de que a defesa não visa apenas salvar a honra nacional, mas é concebida para ficar e para vencer, mantendo a soberania e protegendo as populações;
 - b. Ter em conta o grande sacrifício presentemente exigido ao País (...)
 - c. Considerar impraticável, ou pelo menos muito demorado e difícil, o reforço com meios vindos da Metrópole (ou outra Província) (...)
 - d. Não dever contar-se, para já, com o apoio de forças australianas (o que não quer dizer que este aspecto se não modifique no futuro), embora se possa ali obter certo apoio logístico;
 - e. Considerar a dupla face da luta que o inimigo nos pode mover:
 - guerra subversiva
 - guerra convencional pelas suas forças armadas e ainda que
 - a primeira, dentro da actual conjuntura internacional, lhe não acarreta praticamente quaisquer riscos e — a segunda o não comprometerá gravemente, se tal acção puder disfarçar-se perante as nações ocidentais, ainda que forçosamente, como feitos dum «exército de libertação», visto tais nações mostrarem grande predisposição para transigir com tudo o que se rotule de «descolonização».
 - f. Considerar, finalmente, que a população de Timor apresenta como factores favoráveis:
 - a sua tradição de fidelidade
 - a pouca simpatia pelos javaneses e pela integração na Indonésia

e como factores desfavoráveis

- o seu primitivismo que facilmente se poderá deixar manejar
- o sentimento instintivo de procurar aderir ao partido que crê mas forte.

4. Do que antecede se conclui:

- a. Ser necessário integrar a massa da população na defesa: os timorenses defendendo a sua terra, os seus bens e a sua tradição, ajudados — mas não substituídos — pelos portugueses europeus.
- b. Dever contar-se com o menor volume possível de tropa metropolitana (...)
- c. Ser indispensável dispor dos meios mínimos para evitar o sucesso de uma acção de surpresa, (...)
- d. Ser da maior importância tratar de obter na Austrália, embora a título discreto e não oficial, o apoio logístico para as nossas forças, o qual não se vê outro local onde possa ser obtido, (...)
- e. (...)

5. Tendo, portanto, em vista o que precede:

- a. A organização das tropas de 2.^a linha deverá ser extensiva a todas as zonas da Província e dela deverá provir a massa da defesa, seja pela sua actuação directa no caso de acções subversivas em futuro próximo, seja pela preparação que vai dando a uma grande massa que poderá transformar-se, posteriormente, em unidades regulares (devidamente enquadradas, claro está) (...)
- b. (...)
- c. Afigura-se da maior importância fixar a priori qual o volume de forças regulares que o inimigo poderá lançar contra nós, mesmo que isso se condicione a que ele busque não se comprometer internacionalmente. A defesa actual suportará ataques da ordem dos 2000 homens e enquanto a Indonésia não solucionar a questão da Nova Guiné poderá, por conseguinte, não se considerar imprudência supor suficiente, em princípio, a guarnição existente. Parece (...) muito aconselhável ir preparando a nossa defesa para resistir a ataques de maior envergadura.
(...) por transformação das tropas de 2.^a linha (...) poderá pensar-se (...) em futuro relativamente próximo (cerca de um

ano) enfrentar ataques da ordem de 15 a 20 mil homens (...) se houver (...) um mínimo de colaboração aérea e naval.

d. (...)

e. Constata-se ser necessário, à medida que se valoriza a 2.^a linha, ir dispondo de tropa regular (timorense enquadrada ou metropolitana) para vertebrar o sistema e impedir que se desvie (...)

6. Tenho assim a honra de solicitar a V. Ex.^a se digne pronunciar-se sobre a orientação expandida e, caso ela mereça aprovação, os meios que se reputam necessários para cumprir as missões constantes da Directiva, com o grau de eficiência decorrente do que vai mencionado nos números anteriores e aqui se resumirá, seriam (salvo, como é óbvio, qualquer agravamento súbito ou evolução inesperada da situação):

a. Até meados de 1962 e ficando a defesa com inteira eficiência para enfrentar acções subversivas e apenas com capacidade para enfrentar ataques de forças regulares da ordem de 2000 homens:

(1) A Guarnição actual, desde que completada com os quadros já pedidos (...), incluindo as Companhias de 2.^a linha (entre 4 e 100).

(2) Um avião militar capaz de efectuar a ligação com Darwin e apropriado para as missões de observação e transporte de pequenos efectivos.

(3) O pessoal de aeronáutica correspondente (...)

(4) Navio Patrulha (...)

(5) Armamento e munições para a 2.^a linha (...) tomando por base 19 000 espingardas, 400 metralhadoras ligeiras e 500 pistolas metralhadoras.

b. Numa 2.^a fase, a partir da data mencionada em a., adquirindo, então, a defesa a capacidade para enfrentar ataques da ordem de 15 a 20 mil homens:

(1) Forças terrestres

2 Batalhões de Caçadores Timorenses

3 Comp. de Caç. Timorenses, independentes

2 Companhias Metropolitanas

2 Esquadrões de Cavalaria Timorenses

1 Bateria de Artilharia

30 Comp. de 2.^a linha em 1.^o escalão, com boa instrução

30 Comp. de 2.^a linha em 1.^o escalão, com regular instrução

— Unidades de Engenharia, Transmissões e Serviços para enquadramento satisfatório.

ano) enfrentar ataques da ordem de 15 a 20 mil homens (...) se houver (...) um mínimo de colaboração aérea e naval.

d. (...)

e. Consta-se ser necessário, à medida que se valoriza a 2.^a linha, ir dispondo de tropa regular (timorense enquadrada ou metropolitana) para vertebrar o sistema e impedir que se desvie (...)

6. Tenho assim a honra de solicitar a V. Ex.^a se digne pronunciar-se sobre a orientação expandida e, caso ela mereça aprovação, os meios que se reputam necessários para cumprir as missões constantes da Directiva, com o grau de eficiência decorrente do que vai mencionado nos números anteriores e aqui se resumirá, seriam (salvo, como é óbvio, qualquer agravamento súbito ou evolução inesperada da situação):

a. Até meados de 1962 e ficando a defesa com inteira eficiência para enfrentar acções subversivas e apenas com capacidade para enfrentar ataques de forças regulares da ordem de 2000 homens:

(1) A Guarnição actual, desde que completada com os quadros já pedidos (...), incluindo as Companhias de 2.^a linha (entre 4 e 100).

(2) Um avião militar capaz de efectuar a ligação com Darwin e apropriado para as missões de observação e transporte de pequenos efectivos.

(3) O pessoal de aeronáutica correspondente (...)

(4) Navio Patrulha (...)

(5) Armamento e munições para a 2.^a linha (...) tomando por base 19 000 espingardas, 400 metralhadoras ligeiras e 500 pistolas metralhadoras.

b. Numa 2.^a fase, a partir da data mencionada em a., adquirindo, então, a defesa a capacidade para enfrentar ataques da ordem de 15 a 20 mil homens:

(1) Forças terrestres

2 Batalhões de Caçadores Timorenses

3 Comp. de Caç. Timorenses, independentes

2 Companhias Metropolitanas

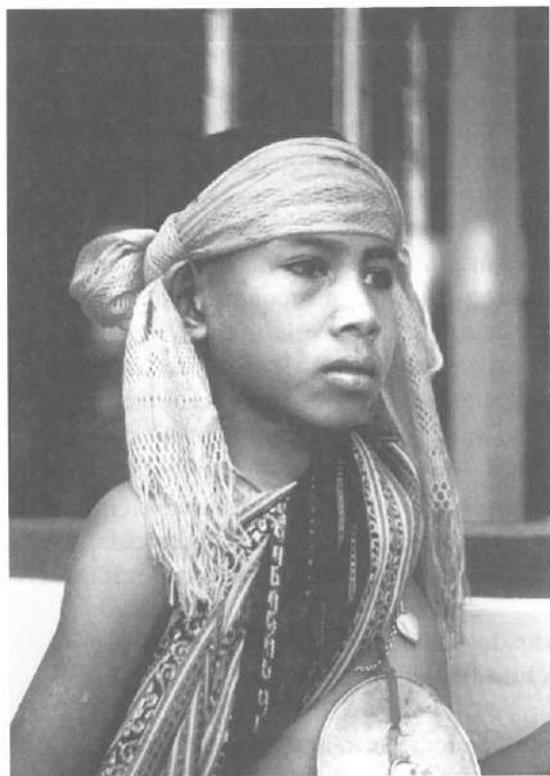
2 Esquadrões de Cavalaria Timorenses

1 Bateria de Artilharia

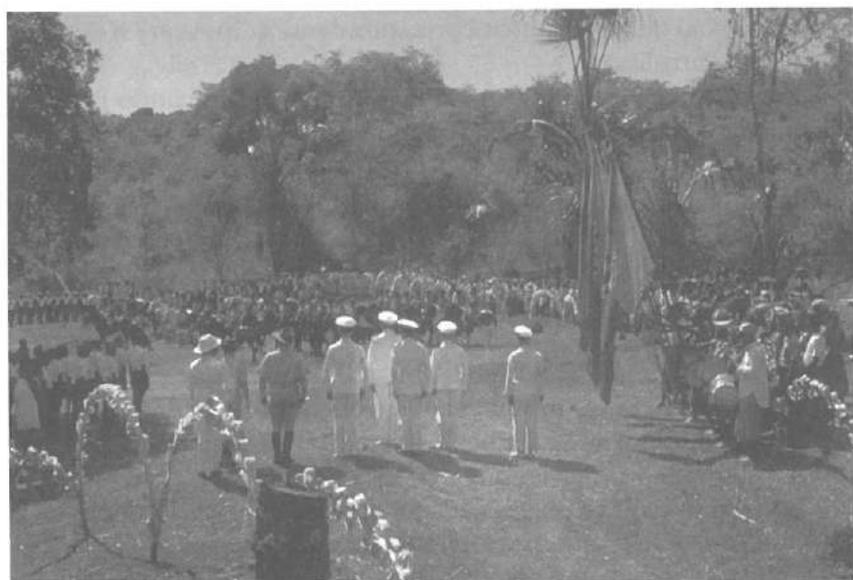
30 Comp. de 2.^a linha em 1.^o escalão, com boa instrução

30 Comp. de 2.^a linha em 1.^o escalão, com regular instrução

— Unidades de Engenharia, Transmissões e Serviços para enquadramento satisfatório.



Rapaz timorense com traje festivo.



Uma Companhia de 2ª Linha, por ocasião de uma visita de inspecção.

ANEXO XIV

(Nota n.º 12 - Cap. VII)

**Extractos da
ORDEM DE SERVIÇO N.º 4 DE 8/3/63
do SECRETARIADO GERAL DA
DEFESA NACIONAL (fl. 17)**

Sua Ex.^a o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas determina e manda publicar:

Art.º 1.º - LOUVORES

Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional, louva:

- O Ten-Coronel FILIPE JOSÉ FREIRE TEMUDO BARATA porque, no desempenho do cargo de Comandante-Chefe das Forças encarregadas de assegurar a ordem e a paz e de manter a soberania nacional na província de TIMOR, revelou verdadeira compreensão do espírito de missão, ao mesmo tempo que com inteligência, iniciativa e entusiasmo facilitou e impulsionou o emprego e coordenação de todos os meios da defesa, em especial pela utilização dos recursos naturais da província. A ordem e a paz que se continuam a viver naquela província, apesar das propagandas contrárias desenvolvidas do exterior, se muito devem ao patriotismo dos seus habitantes, devem-no igualmente aos méritos pessoais do Comandante-Chefe Ten-Coronel FILIPE JOSÉ FREIRE TEMUDO BARATA, funções que desempenha desde Junho de 1961 cumulativamente com as de Governador.

Estes serviços devem ser considerados importantes, extraordinários e distintos.

- O Brigadeiro FRANCISCO ANTÓNIO PIRES BARATA porque, no exercício das funções de Comandante Militar de Timor, que exerce desde Junho de 1961, se dedicou inteira e entusiasticamente ao estudo dos problemas da defesa da Província, ao serviço da qual pôs as suas comprovadas qualidades de inteligência, iniciativa, vontade decidida e espírito de missão, ao mesmo tempo que prestou ao seu Comandante-Chefe, em todas as circunstâncias, completa, franca e leal colaboração, dando exemplo de bem servir que deve ser apontado.

Estes serviços devem ser considerados importantes, extraordinários e distintos.

(...)

ANEXO XV

(Nota n.º 1 - Cap. IX)

**OFÍCIO, DE 29 DE AGOSTO DE 1974,
DO MINISTRO DA COORDENAÇÃO INTERRITORIAL**

(Papel timbrado do Gabinete do Ministro. Original assinado)

Lisboa, 29 de Agosto de 1974

Ex.^{mo} Senhor

Cor. Filipe José Freire Themudo Barata

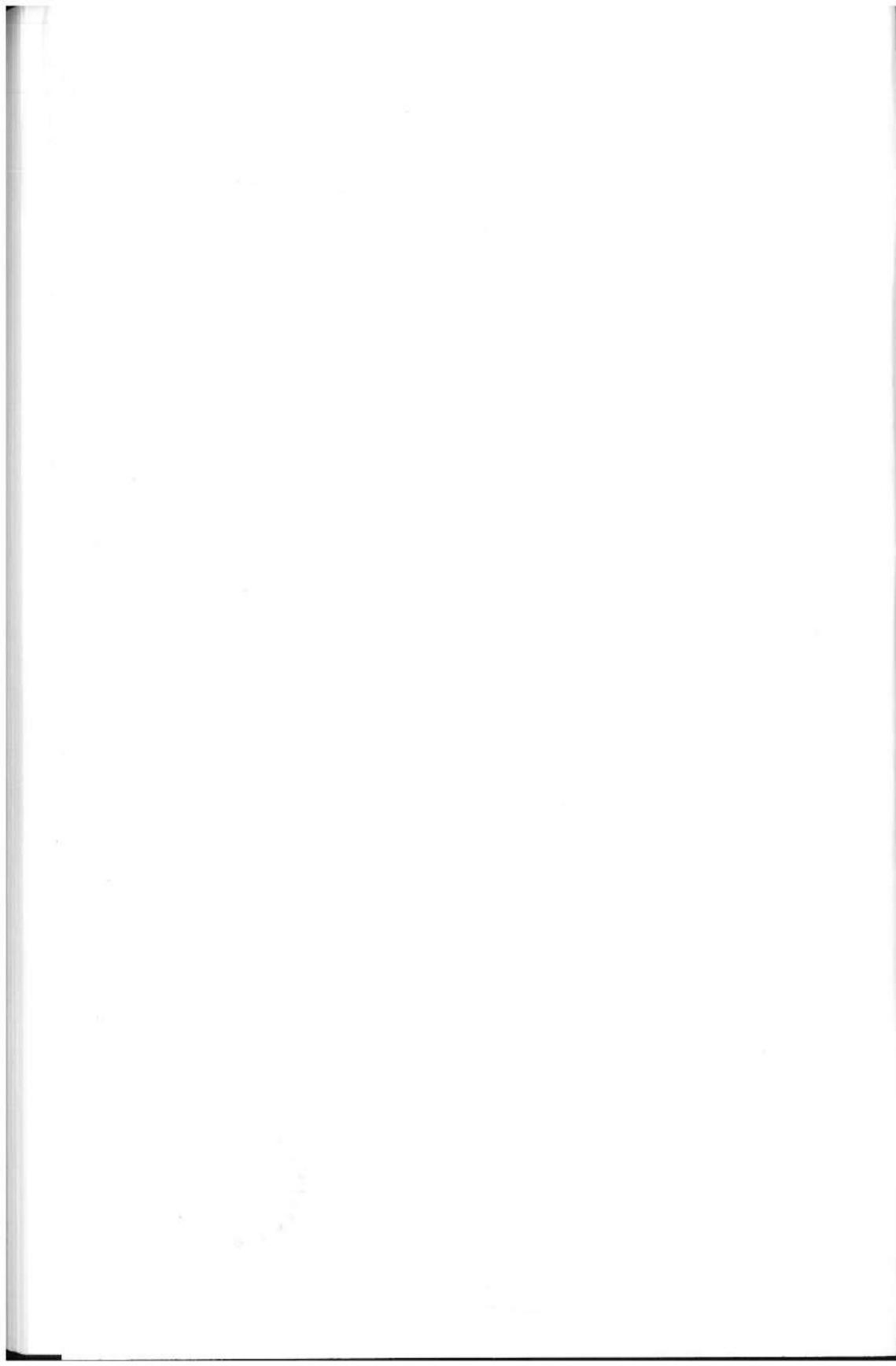
Tendo-me sido impossível, por motivo de ausência, apresentar pessoalmente, em ocasião que para isso fixara, anterior à publicação do Decreto-Lei n.º 360/74, o agradecimento deste Ministério pela colaboração dada por V. Ex.^a como Dig.^{mo} Vogal do Conselho Ultramarino, venho fazê-lo agora, muito gostosamente, por este meio.

Queira V. Ex.^a aceitar os meus cumprimentos

O MINISTRO DA COORDENAÇÃO INTERRITORIAL

as). Almeida Santos





Trabalhos publicados

- *Acerca do Espírito Militar*
Rev. de Artilharia, nº 275,
Maio 1948
- *Considerações sobre o número de artigos a examinar para inspeção de um lote*
Rev. de Artilharia, nº 378,
Jan/Fev 1957
- *Ao serviço de Timor - Discurso de posse, em Lisboa, em 1 de Junho, 1959*
Dili-Imprensa Nacional, 1959
- *Prefácio de "Figuras Portuguesas de Timor - Homenagem a Celestino da Silva"*
Dili-Imprensa Nacional, 1961
- *Timor, esse desconhecido*
Separata da Rev. Estudos Políticos e Sociais, Vol. I (1963), nº 3
- *Cabinda - Grande realidade da Angola moderna*
Revista Ultramar, nº 5/6, 1973
- *Ciência e Tecnologia numa perspectiva de Defesa Nacional*
"Nação e Defesa", Rev. do Instituto da Defesa Nacional nº 9, Jan/Mar, 1979
- *Formação em gestão - Um alerta oportuno*
"Nação e Defesa", nº 13,
Jan/Mar, 1980
(publicado também em separata)
- *Indústria Militar Nacional: Como e para quê?*
"Nação e Defesa", nº 15 e 16, Jul/Set e Out/Dez, 1980
(publicados também em duas separatas)
- *Alguns apontamentos acerca da nossa indústria de defesa*
Rev. Artilharia, nº 711 e 712, 1984
- *Timor: da ocupação japonesa à ocupação indonésia*
Rev. "Independência", nº 5
Julho, 1987
- *Prefácio de "Timor - Ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial"*
Autor: Carlos Vieira da Rocha, 1996

Ao colocar na capa deste livro a imagem de um prestigioso régulo timorense, pretendo homenagear a energia indomável deste povo.

«Em meados de 1962 um jornalista australiano visitou Timor e foi à vila de Ainaro. Havia ali combatido durante a última guerra. Encontrou o velho D. António Corte Real. Através do intérprete, dispara-lhe a pergunta: “Se Timor for atacado por grandes forças, se o vosso poderoso vizinho vos cobiçar, que é que o vosso povo fará?”

O velho timorense, figura imponente que pelo sangue é da família e pela alma é, também, da autêntica estirpe de D. Aleixo, respondeu: “Para nós, viver ou morrer não importa — o que importa é viver e morrer ao serviço da mesma bandeira.”»

Talvez a recordação de homens como este dispostos a dar a vida por uma causa ajude a compreender melhor a razão pela qual Timor resistiu heroicamente à invasão japonesa como agora resiste à ocupação indonésia.

O mundo mudou muito, mas o timbre da alma timorense é o mesmo.

ISBN 972-97699-0-7



9 789729 769900